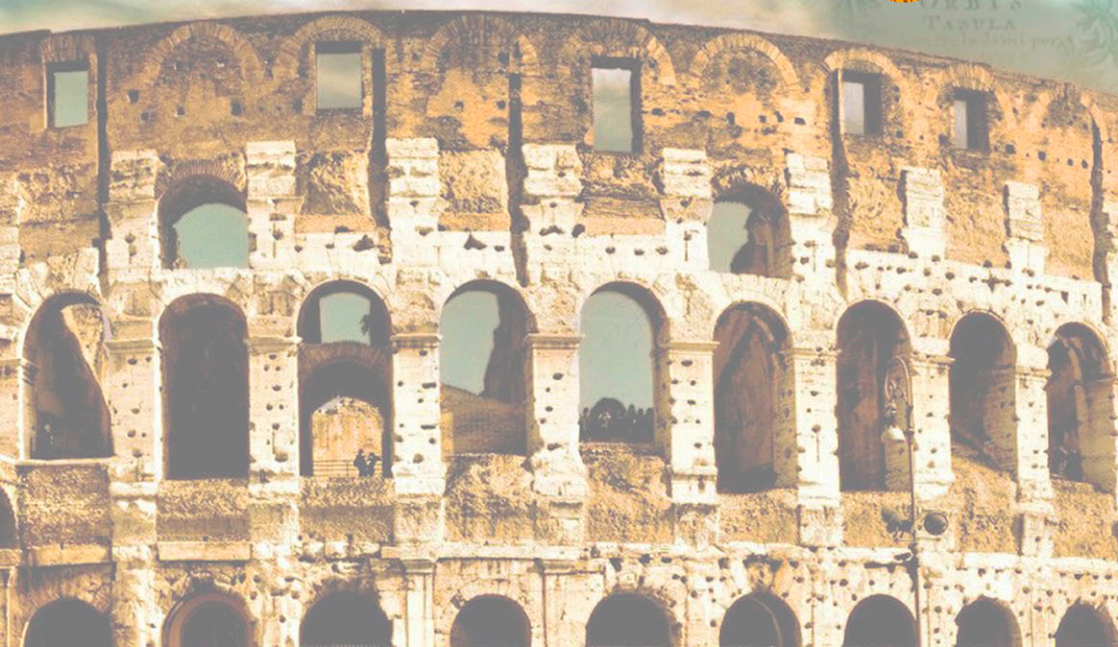
Norberto Luiz Guarinello
Uiran Gebara da Silva
Gustavo Junqueira Duarte Oliveira
Pedro Luís de Toledo Piza
(Orgs.)

Fronteiras Mediterrânicas

Estudos em comemoração dos 10 anos do LEIR-MA/USP



A História Antiga é um campo do conhecimento sobre o passado cuja menção desperta simultaneamente as sensações de familiaridade e de exotismo. Essas sensações simultâneas e um tanto paradoxais são resultado das relações também paradoxais que nossa cultura estabelece com esse passado. Essas relações põem em jogo, entre a familiaridade e o exotismo, as linhas constitutivas da identidade com a qual rotulamos essa cultura e cada tentativa de definição dela gera ou derruba uma nova fronteira entre nós e o passado. São fronteiras que tornam o familiar em exótico e vice-versa e, assim, dependendo de onde colocamos as fronteiras, uma cultura brasileira, cristã, ocidental ou latino-americana, os paradoxos ficam mais ou menos explícitos. Este livro é resultado da produção de um grupo particular de estudiosos do mundo antigo. É um conjunto de artigos que fornece um retrato instantâneo das pesquisas que são realizadas no Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA). Os trabalhos que se seguem vão provavelmente despertar no leitor o efeito anteriormente mencionado. A familiaridade e o exotismo que o contato com o estudo da Antiguidade despertam são inescapáveis, principalmente quando esse estudo busca problematizar a relação com o passado. Isto é, quando tem como objetivo desnaturalizar essa relação deslocando e subvertendo a ideia de uma Antiguidade como herança cultural pura e simplesmente. Para isso, contudo, não basta a crítica à ideologia da "Herança Ocidental". É necessário trabalho de investigação empírica dos vestígios da Antiguidade, assim como a organização de programas de pesquisa e constante reflexão sobre modelos teóricos, os objetos e problemas de pesquisa. Os trabalhos aqui, com diversas abordagens, contribuem para a criação de uma relação mais complexa do nosso presente (ao menos o presente localizado nos estudos acadêmicos no contexto do nosso laboratório e na interação com nossos leitores) com essa Antiguidade mediterrânica.

9 788556 966766

editora fi .org

CC BY SA

Fronteiras Mediterrânicas

Série Historicus

Comitê Editorial

CAROLINE TECCHIO
Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DANIELE BROCARDO
Doutoranda em História, Universidade do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR

DOUGLAS SOUZA ANGELI
Doutorando em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

EVERTON FERNANDO PIMENTA
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

GUILHERME FRANCO DE ANDRADE
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LEANDRO DE ARAÚJO CRESTANI
Doutorando em História, Universidade de Évora, Évora (Portugal)

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS
Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

LUIZ ALBERTO GRIJÓ
Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL GANSTER
Mestre em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL HANSEN QUINSANI
Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

RAFAEL SARAIVA LAPUENTE
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

TIAGO ARCANJO ORBEN
Doutorando em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS

VINÍCIUS AURÉLIO LIEBEL
Doutor em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ

Fronteiras Mediterrânicas

Estudos em comemoração dos 10 anos do LEIR-MA/USP

Organizadores:
Norberto Luiz Guarinello
Uiran Gebara da Silva
Gustavo Junqueira Duarte Oliveira
Pedro Luís de Toledo Piza

Diagramação: Marcelo A. S. Alves
Capa: Carole Kümmecke - https://www.behance.net/CaroleKummecke

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Todos os livros publicados pela Editora Fi
estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

http://www.abecbrasil.org.br

Série Historicus - 15

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GUARINELLO, Norberto Luiz et al (Orgs.)

Fronteiras mediterrânicas: estudos em comemoração dos 10 anos do LEIR-MA/USP [recurso eletrônico] / Norberto Luiz Guarinello et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

323 p.

ISBN - 978-85-5696-676-6

Disponível em: http://www.editorafi.org

1. História; 2. LEIR-MA/USP; 3. Antiguidade; 4. Mediterrâneo; 5. História Clássica; I. Título.

CDD: 900

Índices para catálogo sistemático:
1. História 900

Sumário

1 9
Antiguidade no Mediterrâneo: a experiência do LEIR-MA/USP
Norberto Luiz Guarinello; Uiran Gebara da Silva; Gustavo Junqueira Duarte Oliveira

2 21
A Cerâmica Geométrica da Ática: Tradição e Inovação
Francisco de Assis Sabadini

3 35
As audiências dos aedos em Homero
Gustavo Junqueira Duarte Oliveira

4 49
Tucídides arqueólogo
Juliana Caldeira Monzani

5 69
Comunidades Políticas, Comunidades de Lugar e o Estudo da Paisagem na Grécia Antiga
Lilian de Angelo Laky

6 95
As destruições de 200/199 a.C. em Atenas: geopolítica, memória e espaço urbano
Fábio Augusto Morales

7 113
Cristianismo antigo: dinâmicas de integração e construção de fronteiras
Pedro Luís de Toledo Piza

8 133
Portal da integração? Um estudo preliminar acerca dos contatos entre Gades e o vale do rio Guadalquivir
Bruno dos Santos Silva

9 151
Representações da Alexandria festiva
Joana Campos Clímaco

10 197
Apropriações do Passado Romano na Retórica de Plínio, o Velho, Sobre o Império do Século I D.C.: as Procissões Triunfais na *Naturalis Historia*
Ivana Lopes Teixeira

11 225
Historicizando as categorias de Felix Jacoby: os gêneros historiográficos da Antiguidade e sua classificação pelos modernos
Juliana Bastos Marques

12..... 251
Escravidão, Colonato e Pequenos Proprietário nas Comunidades Rurais da Gália tardo-romana
Uiran Gebara da Silva

13..... 271
História das Mulheres e Estudos de Gênero sobre a Antiguidade: historiografia e pesquisas
Aline Saes Rodrigues; Diogo Moraes Leite; Fabrício Sparvoli Godoy; Gaya Maria Vazquez Gicovate; Sarah Fernandes Lino de Azevedo; Thais Rocha da Silva

14 305
Boatos e opinião pública: como influenciam na avaliação dos governantes e de seus governos?
Ana Lucia Santos Coelho; Ygor Klain Belchior

1

Antiguidade no Mediterrâneo: a experiência do LEIR-MA/USP

Norberto Luiz Guarinello
Uiran Gebara da Silva
Gustavo Junqueira Duarte Oliveira

A História Antiga é um campo do conhecimento sobre o passado cuja menção desperta simultaneamente as sensações de familiaridade e de exotismo. Essas sensações simultâneas e um tanto paradoxais são resultado das relações também paradoxais que nossa cultura estabelece com esse passado. Essas relações põem em jogo, entre a familiaridade e o exotismo, as linhas constitutivas da identidade com a qual rotulamos essa cultura e cada tentativa de definição dela gera ou derruba uma nova fronteira entre nós e o passado. São fronteiras que tornam o familiar em exótico e vice-versa e, assim, dependendo de onde colocamos as fronteiras, uma cultura brasileira, cristã, ocidental ou latino-americana, os paradoxos ficam mais ou menos explícitos.

Este livro é resultado da produção de um grupo particular de estudiosos do mundo antigo. É um conjunto de artigos que fornece um retrato instantâneo das pesquisas que são realizadas no Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA).

As origens do laboratório estão ligadas à criação, em 2008, do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR), um conjunto de laboratórios, coordenado por Norberto Luiz Guarinello, que articulava pesquisadores de várias universidades brasileiras

(inicialmente seis, mas este número tem crescido desde então). Um dos grupos criados, portanto, foi o LEIR-USP, formado pelos orientandos do professor Guarinello na Universidade de São Paulo em todos os níveis de formação, da iniciação científica ao pós-doutorado. Já em 2008 foi realizado o primeiro encontro do grupo, que inaugurou a criação de um ambiente franco de debates, apresentação e troca de ideias, perspectivas e experiências acadêmicas. Este ambiente perdura até hoje, a despeito do fato de que os pesquisadores integrantes tenham mudado bastante com o tempo, com os naturais ingressos e partidas.

Em 2010 o grupo sentiu a necessidade de ampliar sua designação para contemplar os pesquisadores que tratavam temas que iam além do Império Romano. Por isso, o LEIR-USP passou a se chamar Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da USP (LEIR-MA/USP). Dessa maneira, este recorte ampliado ficava evidenciado, bem como a ligação com o laboratório nacional, cada vez mais consolidado como um dos principais grupos de pesquisadores sobre a antiguidade no contexto universitário brasileiro.

Para além das reuniões semanais do LEIR-MA/USP, uma constante desde sua criação, o laboratório experimentou uma série de formatos de apresentação e divulgação de suas pesquisas. Entre 2008 e 2011 a Universidade de São Paulo sediou quatro encontros que articulavam apresentações das pesquisas dos membros do laboratório com as de convidados. Estas apresentações eram orientadas por um eixo temático comum, proposto pelo laboratório. Alguns exemplos são os conceitos de identidades, integração, fronteiras e mediterranização.

A partir de 2012 o laboratório optou por realizar, em vez de um único evento anual, atividades com maior regularidade. Assim, foram iniciados o Ciclo de Palestras e o Seminário de Pesquisa Mare Nostrum. Os novos modelos proporcionaram, além de uma agenda distribuída por todo o ano, mais tempo para a apresentação dos pesquisadores e oportunidade de debates mais detalhados, o que

tem se provado bastante benéfico. Em 2016, além destas atividades regulares, o laboratório organizou seu último encontro mais amplo, desta vez sem um eixo central comum, para além do recorte ligado à Antiguidade.

As atividades do LEIR-MA/USP para divulgar as pesquisas realizadas no laboratório e no país não se restringiram apenas a organização de eventos acadêmicos na área do Mundo Antigo. Desde 2010 o grupo edita a revista Mare Nostrum – Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo, periódico que recebe contribuições de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Em um cenário editorial cada vez mais recheado de periódicos voltados para a área da Antiguidade, a Mare Nostrum tem como diferencial, além da publicação de dossiês especializados, algo comum entre revistas da área, a seção Laboratório, dedicada a ensaios e textos experimentais e, por fim, os números especiais de debate, em que um autor propõe um artigo a ser comentado por especialistas da área que serão, por sua vez, respondidos pelo autor do artigo original.

Apesar da atuação do grupo, restava ainda a experiência de publicar uma coletânea composta por estudos de seus membros (atuais e antigos). Este volume tem a missão de sanar esta falta, fazendo-o justamente no momento em que o LEIR-MA/USP comemora mais de 10 anos de intensa atuação na área.

O LEIR-MA/USP é composto por pesquisadores em diferentes etapas da trajetória acadêmica, da iniciação científica ao pós-doutorado, e que apresentam uma grande diversidade de temas de pesquisa partindo do recorte, um tanto quanto flexível, do Mediterrâneo Antigo.[1] A escolha desse recorte nunca buscou uma confortável naturalização do Mar Mediterrâneo como enfoque privilegiado para o estudo da Antiguidade. Buscou sempre o reverso, o esforço de problematizar constantemente esse espaço e sua relação com as comunidades ao redor e de desvendar os seus potencias e

[1] O retorno do Mediterrâneo como enquadramento da Antiguidade e da Idade Média tem como marco a publicação do importante estudo de Peregrine Horden e Nicholas Purcell (2000). Uma reflexão crítica a respeito dos impactos dessa obra está em Harris (2011)

seus limites como foco de atenção do investigador contemporâneo. Nesse sentido, o Mediterrâneo como enquadramento geográfico cria fronteiras espaciais que se somam às fronteiras na temporalidade que a noção de Antiguidade também estabelece. Escolher o Mediterrâneo como enquadramento, em lugar de Europa, por exemplo, é uma escolha arbitrária, mas não aleatória. É arbitrária porque é criada pelo arbítrio do pesquisador, posicionado em um contexto social, com um foco apontado para o passado que permite, entre outras coisas, criticar os pressupostos eurocêntricos no recorte "Antiguidade".[2] Parte importante de nosso trabalho como grupo de pesquisa é esboçar os potenciais, mapear os limites e os pontos cegos criados por essas noções e pelas fronteiras que elas estabelecem. O recorte espacial a partir do Mediterrâneo não elimina o eurocentrismo, mas explicita mais claramente as disjunções e os paradoxos entre a "Antiguidade" e a "Europa", entre a "Antiguidade" e o "Ocidente". Mas isso é só o princípio do trabalho desenvolvido no LEIR-MA.

As pesquisas realizadas no contexto do laboratório envolvem os períodos mais distantes dessa "Antiguidade", da Idade do Bronze média e tardia (2000-1200 a.C.) à Antiguidade Tardia (600-700 d.C.) e constroem seus objetos de estudo e suas problemáticas (como urbanismo, rebeliões camponesas e até mesmo a ideia de tradição) com base nos mais variados tipos de dados empíricos (plantas e assentamentos, cerâmica, poesia épica, cartas e sermões).

À problemática do Mediterrâneo Antigo e ao questionamento de seus pontos cegos, acrescenta-se outro denominador comum das pesquisas: a investigação dos processos de integração (e não integração) que podem ser observados nessa Antiguidade ao redor do mar. [3] As pesquisas buscam entender em que medida essa Antiguidade é composta pelos contatos pontuais e prolongados,

[2] Nossas discussões respeito dos enquadramentos e recortes do passado se orientam em grande medida pelo uso da noção de Morfologia da História a (Guarinello, 2003).

[3] Para uma exposição da problemática a integração no Mediterrâneo, cf. Guarinello (2013)

pacíficos e violentos entre as inúmeras comunidades em torno do Mar Mediterrâneo. As várias pesquisas lidam ora mais direta, ora bem indiretamente, com o papel que esse mar desempenhou na criação ou dissolução de fronteiras, facilitando ou dificultando os encontros entre comunidades. Assim como também busca delimitar e compreender quais são as trocas e transformações culturais que podem ser observadas, que identidades se formaram e desapareceram, que relações de poder se disseminaram e se condensaram pelos vários espaços locais que compõem esse recorte. Não menos importantes são as questões ligadas às temporalidades desses vários processos.

O livro que o leitor tem em mãos apresenta trabalhos que lidam com vários desses temas e problemas, e é importante ter em mente que as necessidades impostas pelos objetos e pelos enfoques dos pesquisadores individuais não se opõem ao programa de pesquisa mais abrangente do grupo, muito embora, como é natural no trabalho científico possam modificar, expandir ou problematizar o programa de pesquisa.

O texto de Francisco de Assis Sabadini, *A cerâmica geométrica da Ática: tradição e inovação*, lida com a cerâmica da Ática, produzida entre 1100 e 700 a.C., e com a forma com a qual a cerâmica é um objeto de estudo privilegiado para observar as transformações culturais e sociais nas comunidades da Ática no início da Idade do Ferro. A análise de objetos dos períodos submicênico, protogeométrico e geométrico dão suporte a uma reflexão sobre os elementos culturais que subsistem e os que podem ser considerados inovações na tradição artesanal.

O capítulo escrito por Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, *As audiências dos aedos em Homero*, parte da relação entre o aedo nos poemas épicos homéricos e as suas audiências, buscando analisar as possíveis audiências do épico homérico (nas suas formas dominantes ou excepcionais), problematizar as interações recíprocas entre a *performance* daquele que canta o épico e as exigências que diversas formas de audiência impõem ao aedo e, em

que medida, essas interações conformam (e formam) a representação do passado na poesia homérica.

O texto *Tucídides Arqueólogo*, de Juliana Caldeira Monzani, analisa a primeira parte da obra de Tucídides, conhecida como Arqueologia, focando os capítulos 4 a 11, com o objetivo problematizar a construção da ideia da talassocracia minoica adotada por parte considerável da historiografia. Por meio da demonstração dos critérios de observação de Tucídides, seus desafios à tradição oral e os seus argumentos baseados no registro material, cotejados com os estudos arqueológicos recentes, Monzani conclui que ideia de talassocracia, ao menos em Tucídides, não se constitui em um domínio do mar, sendo antes correspondente ao controle de forças marítimas habilitadoras do controle das ilhas e das áreas costeiras e a estabilidade na circulação de riquezas.

Em *Comunidades Políticas, Comunidades de Lugar e o Estudo da Paisagem na Grécia Antiga*, Lilian de Angelo Laky apresenta como a articulação de identidades étnicas com práticas cultuais operavam tanto no nível da pólis, quanto em escalas regionais, estruturadoras de uma variedade de paisagens, étnicas, sagradas e políticas. Partindo de um entendimento ampliado do termo *ethnos*, Laky propõe uma arqueologia das comunidades que transcende o foco tradicional na pólis, para analisar, em três regiões gregas bem distintas (Arcádia, Acaia e Líbia), como o culto de Zeus esteve envolvido na formação e estruturação de paisagens no momento da consolidação das instâncias políticas e da identidade na cidade grega entre os séculos VI e IV a.C.

Fábio Augusto Morales em seu texto, *As destruições de 200/199 a.C. em Atenas: geopolítica, memória e espaço urbano*, desvia o foco das construções e intervenções realizadas em Atenas n século II a.C. e analisa as destruições que ocorreram em Atenas durante o cerco de Filipe V da Macedônia em 200/199 a.C. por obra de agentes tanto macedônicos quanto atenienses. A investigação dessas destruições resulta em melhor compreensão do programa construtivo efetuado em Atenas posteriormente, assim como do

impacto delas na memória urbana ateniense em relação à geopolítica do Mediterrâneo Helenístico.

Por sua vez, Pedro Luís de Toledo Piza em seu artigo, *Cristianismo antigo: dinâmicas de integração e construção de fronteiras*, busca enfatizar as singularidades das primeiras comunidades cristãs que apareceram ao redor do Mediterrâneo quando comparadas com outras associações de culto. Para isso ele analisa uma dessas características distintivas das comunidades cristãs: a consciência de pertença a uma realidade social abrangente e seu potencial para a universalidade. O autor também propõe que essa consciência participa e produz um processo de integração entre as diversas comunidades, mas que, complementarmente, também cria fronteiras de identidade como forma de consolidar unidade interna perante os não cristãos.

O texto de Bruno dos Santos Silva, *Portal da integração? Um estudo preliminar acerca das relações culturais, políticas e comerciais entre Gades e o vale do Guadalquivir*, apresenta as linhas gerais do estudo das transformações que a chegada dos romanos acarretou na cidade Gades, por volta do século II a.C. Para o autor Gades tinha uma posição estratégica em relação à passagem do mar Mediterrâneo ao oceano Atlântico e sua localização próxima à desembocadura do rio Guadalquivir facilitava o contato a região conhecida como Turdetânia, no interior da península Ibérica. O autor também propõe o uso de conceitos como Redes e Conectividade de forma a verificar a representação nas fontes materiais e textuais dos séculos que seguiram à chegada romana das mudanças e permanências das conexões de Gades com o interior da Turdetânia e com o Mar Mediterrâneo.

No capítulo *Representações da Alexandria festiva*, Joana Clímaco se propõe investigar as passagens que descrevem esse cenário festivo da cidade de Alexandria, de forma a compreender as valorações associadas aos eventos festivos alexandrinos e como eles eram relacionados à dinâmica multiétnica e populosa da cidade. Por meio de uma leitura a contrapelo, a autora demonstra em que

medida as representações de Alexandria refletem anseios mais gerais em relação à ordem romana, de forma que, nos escritos latinos, os vícios alexandrinos eram vistos como atuam com uma forma social invertida esperada ordem romana, ao passo que, na tradição textual grega, principalmente para a Segunda Sofística, Alexandria de espetáculos violentos e comportamentos desmedidos serve de suporte para lamentar a nova realidade imperial e cosmopolita.

Por sua vez, Ivana Lopes Teixeira, em *Apropriações Do Passado Republicano Na Retórica De Plínio, O Velho, Sobre O Império Romano Do Século I D.C.: As Procissões Triunfais Na Naturalis Historia*, analisa os usos e apropriações dos triunfos republicanos, por Plínio, o Velho. Na *Naturalis Historia*, ele descreveria de forma ambígua os triunfos republicanos, os quais ele celebra como enaltecimento das vitórias, mas critica por serem responsável pela entrada das riquezas do Oriente e junto delas da luxuria, e sua crítica dos triunfos tanto republicanos, quanto dos Júlio-claudianos serve de enaltecimento do governo dos césares flavianos. Segundo a autora, munido de uma ideologia aristocrática e um discurso político-pedagógico, Plínio buscaria tanto persuadir os cidadãos do seu papel em relação a Roma e aos Flávios, quanto seduzir os povos conquistados com as 'delicias' e vantagens de pertencer ao Império e a sua *humanitas*.

Juliana Bastos, em *Historicizando as categorias de Felix Jacoby: os gêneros historiográficos da Antiguidade e sua classificação pelos modernos*, analisa a classificação dos gêneros da historiografia antiga tal como proposta por Felix Jacoby no início do século XX, um sistema que só recentemente passou a ser problematizado e contestado. A autora demonstra como a classificação de Jacoby é resultado de sua própria visão de racionalidade, cientificidade e progresso, com a noção de desenvolvimento sendo decisiva para sua proposta. Posteriormente, ao observar seus críticos recentes, mostra como tanto o trabalho de Fornara e Marincola, atuando em um contexto intelectual

influenciado pelas ideias pós-modernas, apresentam propostas que tendem a valorizar mais a contextualização e a lógica interna dos autores.

Uiran Gebara da Silva, em *Escravidão, Colonato e Pequenos Proprietário nas Comunidades Rurais da Gália tardo-romana,* problematiza e questiona a visão historiográfica predominante no século XX de que teria ocorrido uma aproximação e confusão da condição social dos trabalhadores rurais nascidos livres e dos escravos na Gália tardo-romana. Após expor como os historiadores que analisaram a Gália no século XX tenderam a diminuir a relevância da escravidão na Gália romana, analisa passagens de autores tardo-romanos, Ausônio, Salviano de Marselha e Paulino de Pella, que apresentam como na visão da própria elite galo-romana mantém-se a distinção entre camponeses (sejam pequenos proprietários, sejam colonos) e escravos. Isto permite estabelecer os parâmetros para problematizar, por sua vez, as recentes propostas conceituais da *New Institutional Economics* e apontar suas deficiências para a compreensão da Economia Antiga, assim como as formas de subordinação social por meio das relações de trabalho no contexto da Gália tardo-romana.

História das mulheres e estudos de gênero sobre a Antiguidade Clássica: questões e pesquisas, é um trabalho coletivo sobre questões metodológicas e teóricas relacionadas à pesquisa da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero no contexto da Antiguidade. O artigo inicia apresentando breves descrições do desenvolvimento histórico dessas abordagens, com a descrição do o impacto e atual estado tanto no campo dos Estudos Clássicos, como no da Egiptologia e Estudos sobre o Antigo Oriente Próximo. Na segunda parte do Capítulo, Aline Saes Rodrigues, Diogo Moraes Leite, Fabrício Sparvoli Godoy, Gaya Maria Vazquez Gicovate, Sarah Fernandes Lino de Azevedo e Thais Rocha da Silva apresentam o desenvolvimento de pesquisas sendo realizadas pelos integrantes do grupo de estudos “Messalina”, que desenvolve suas atividades junto ao laboratório e que investigam objetos e problemas que lidam com

as categorias de gênero ou sexualidade na Egito antigo, nas pólis gregas (Atenas e Esparta), na Roma Imperial.

E, por fim, o último artigo, Ana Lucia Santos Coelho e Ygor Klain Belchior, no capítulo *Boatos e opinião pública: Como influenciam na avaliação dos governantes e de seus governos?*, apresentam a forma pela qual os boatos podem interferir na construção da imagem de um governante, afetando a formação da opinião pública, e legitimando ou descreditando os líderes políticos. Os autores usam como objeto de análise casos oriundos da Antiguidade, como o imperador Nero, assim como eventos modernos, como rei francês Luís XV e o o governo da ex-Presidenta Dilma. Partindo do entendimento de que o boato se mostra como uma verdade artificial, formulada e manipulada para ser acreditada, repetida com unanimidade e nunca negada, entendem que é essencial entender que as imagens negativas construídas sobre os governos analisados revelam fortes disputas sociais e políticas pelo poder.

Os trabalhos que se seguem vão provavelmente despertar no leitor o efeito anteriormente mencionado. A familiaridade e o exotismo que o contato com o estudo da Antiguidade despertam são inescapáveis, principalmente quando esse estudo busca problematizar a relação com o passado. Isto é, quando tem como objetivo desnaturalizar essa relação deslocando e subvertendo a ideia de uma Antiguidade como herança cultural pura e simplesmente. Para isso, contudo, não basta a crítica à ideologia da "Herança Ocidental". É necessário trabalho de investigação empírica dos vestígios da Antiguidade, assim como a organização de programas de pesquisa e constante reflexão sobre modelos teóricos, os objetos e problemas de pesquisa. Os trabalhos aqui, com diversas abordagens, contribuem para a criação de uma relação mais complexa do nosso presente (ao menos o presente localizado nos estudos acadêmicos no contexto do nosso laboratório e na interação com nossos leitores) com essa Antiguidade mediterrânica.

Referências

Guarinello, Norberto L. "Uma morfologia da História: as formas da História Antiga." *Politéia-História e Sociedade, vol.* 3, 2003, p.41–62.

———. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

Harris, William V. "O Mediterrâneo e a História Antiga." Traduzido por Camila A. Zanon. *Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo* 2, 2011, p. 76–112.

Horden, Peregrine. e Purcell, Nicholas. *The Corrupting Sea. A study of Mediterranean History.* Oxford: Blackwell, 2000.

2

A Cerâmica Geométrica da Ática: Tradição e Inovação

Francisco de Assis Sabadini [1]

Introdução

Entre os séculos XIII e XII a.C., a cultura micênica sofre mudanças de grande magnitude, verificadas por variações no registro arqueológico do período que demonstram destruição dos palácios micênicos, movimentação populacional, abandono de sítios e despovoamento em várias regiões na porção continental da Grécia e nas ilhas.[2]

Nos séculos que sucederam a estas destruições (séculos XI ao VIII a. C.), o esfacelamento do domínio micênico também deixou seus indícios nas expressões artísticas e culturais - uma vez que o poder político já havia sucumbido no início das tensões -, fato que fez este período ser denominado, com certa injustiça, de Idade Obscura. Ao cabo deste movimento cultural,[3] emerge uma "nova sociedade".

É ao longo de quatro séculos – 1100 a 700 a.C. (Whitley, 1991) – que a nova sociedade se desenvolve. Esse período é ainda subdividido

[1] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo - MAE/USP . O autor recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para sua pesquisa de mestrado. Este artigo é fruto desta pesquisa. Contato: franciscosabadini@hotmail.com.

[2] O que desencadeou tais fenômenos é motivo de diversas teorias. Cf. Desborough (1975, 1964); Darcque (2008).

[3] Não é correto afirmar que a mudança cultural tem fim, pois uma cultura estará sempre em transformação. Para evitar ambiguidades, o "fim" utilizado nesta passagem remete-se unicamente ao fim da organização social micênica em termos de unidade política e cultural.

em três, segundo uma cronologia orientada pelo estilo da cerâmica: o Submicênico (1100 a 1050 a.C.), o Protogeométrico (1050 – 900 a.C.) e o Geométrico (900 – 700 a.C.) (Coldstream, 1977 e Desborough, 1964). No entanto, a cronologia por si só não mostra como certos cânones sociais foram mantidos, modificados, esquecidos ou mesmo apagados.

Como delinear a maneira pela qual esse sistema cultural se modificou ao longo do tempo, mantendo certas tradições e excluindo outras? Para responder satisfatoriamente a essa pergunta, é preciso recorrer à cerâmica ática do Período Geométrico. A cerâmica como fonte material não consegue fornecer informações sobre todas as dimensões que uma cultura possui. No entanto, ela pode apresentar muitas informações sobre o passado, sobretudo porque são os testemunhos da produção de um dado instante dessa cultura em constante transformação.

Com a desagregação do domínio político, a cerâmica micênica – entendida como manifestação dessa cultura, e, portanto, sujeita aos mesmos efeitos da transformação cultural – cede espaço para o novo estilo. É sob essas condições que uma mudança gradual de um estilo para outro é evidenciada (Desborough, 1964, p. 5).

O entendimento desse período de colapso social e de grandes movimentações populacionais na Península Balcânica e no mar Egeu, assim como o momento subsequente (Período Protogeométrico e Geométrico), é de importância capital para a compreensão das primeiras manifestações de uma sociedade diferente da palaciana e, apesar de ainda muito distante dos gregos dos períodos Arcaico e Clássico, já é protagonista de algumas transformações de ordem política e cultural. É também nesse momento que os estilos cerâmicos locais se desenvolvem em uma possível conformidade com a descentralização ocorrida com a perda da unidade cultural e política, mantida pela sociedade palaciana de outrora, podendo representar uma mudança na esfera política: a valorização das tradições locais (Coldstream, 2008, p. 2).[4]

[4] Esse ponto é aprofundado por Coldstream (in: Hägg, 1983, p. 17-25).

A região onde ocorre uma sequência bem clara e ininterrupta dos três períodos é na Ática. Incidem sítios micênicos, protogeométricos e, como Coldstream (2008, p. 6-8) e Desborough (1975, p. 671) sustentam, o início do estilo Geométrico. É a região com maior número de achados em grau quantitativo e qualitativo.

É possível identificar as continuidades nos estilos. Desborough (1975, p. 670), abre espaço para essa possibilidade: "[...] a cerâmica micênica deixou sua marca no estilo posterior em alguns distritos: claramente em Ítaca, na Argólida, Corinto e Ática, e muito provavelmente na costa da Tessália e em Naxos [...]" (tradução livre). [5]

Partindo do pressuposto de que nos séculos XII ao VIII a.C., na Ática, houve uma transformação cultural que pode ser observada nas variações dos vestígios arqueológicos, sobretudo na cerâmica e nas práticas funerárias, abre-se margem para questionar o motivo de tais transformações, o que é objeto de infindáveis debates.

Neste ponto, é imprescindível destacar os limites da documentação, algo que este trabalho não se propõe a responder, seja por restrições documentais do período, seja pelo objetivo do presente artigo. A questão central merece ressalva quanto ao propósito. Não busco me aprofundar nos motivos que desencadearam tais transformações, mas apresentar os sintomas desse processo através das informações relacionadas à cerâmica. Em outras palavras, o esforço se concentra em delinear as trilhas da transformação cultural que ocorreu. Sua parte visível está armazenada na cerâmica micênica, protogeométrica e geométrica. As implicações políticas e sociais deste processo são muito complexas para serem desenvolvidas em tão pouco espaço. Exigem, portanto, um artigo específico para serem consideradas, reservando para o presente algumas inferências de como a dimensão cultural deste fenômeno pode ser trabalhada por meio da produção de vasos de cerâmica.

---

[5] [...] Mycenaean pottery left its mark on the succeeding style in some districts: clearly so in Ithaca, the Argolid, Corinthia and Attica, and very probably in coastal Thessaly and in Naxos, where further publication of material is awaited." (Desborough, 1975, p. 670).

Quanto aos limites da documentação, pode-se dizer que a falta de informações escritas para o período limita a compreensão da total organização desse sistema social. O que podemos inferir é referente a alguns de seus componentes com base na suposta função que os objetos desempenhavam em contexto sistêmico.[6] Por outro lado, os vasos que foram tomados como exemplos no presente trabalho foram produzidos para uma elite local, são bem decorados e finamente moldados, encontrados em contexto funerário e agregados a outros materiais de acesso restrito, como ouro e ferro. Tais características pressupõem uma distinção, são objetos de status e poder que acompanham os mortos nas suas respectivas tumbas e, mesmo entre as tumbas com tais itens, existem aquelas que as tem em maior quantidade ou qualidade (Whitley, 1991, p. 96).

Cronologia e Caracterização dos Períodos

O período abrangido no presente artigo é de 1100 a 700 a.C. Esta baliza toma como ponto de partida um evento conhecido pela literatura como "colapso da civilização micênica".[7] Este evento é tido como o marco da mudança brusca na sociedade. Convencionou-se classificar o período anterior a este evento como *Idade do Bronze* e o posterior como *Idade do Ferro*. Tal classificação mais ampla é resultante da mudança severa verificada na cultura material da Grécia no espaço de tempo referido.

O cenário cronológico supracitado é ainda subdividido em períodos específicos segundo as variações verificadas na cultura material: Submicênico, Protogeométrico e Geométrico.[8]

---

[6] Segundo Michael Schiffer (1976, p. 27-55), o contexto sistêmico é a conjuntura social na qual o objeto foi produzido, utilizado e dotado de sentido antes de ser abandonado para, posteriormente, se transformar em registro arqueológico da cultura que o produziu. Este processo não exclui a possibilidade deste objeto ser resignificado por uma sociedade diferente da qual o utilizou inicialmente. Neste caso, o objeto, ao ser resignificado, entra novamente para o contexto sistêmico.

[7] Cf. nota 9

[8] Para um debate abrangendo todo o período de delimitação deste estudo e suas divisões cronológicas, ver Dickinson, 2001, p. 10-23 e Whitley, 1991, p. 75-86.

Cada uma dessas classificações comporta, ainda, outras subclassificações. Não obstante, optou-se por descrever as mudanças mais gerais e, portanto, só as divisões mais gerais serão apresentadas mais adiante.

Datas absolutas para a sequência relativa acima exposta são estimadas com base na sobreposição dos estilos cerâmicos e correlações com contextos datados historicamente em outras regiões, como Egito e Oriente Próximo (Dickinson, 2001, p. 20-23). Contudo, os dados para as datas absolutas são bastante frágeis e escassos, tornando todas as referências exatas e datas fixas vagas, embora sejam mais um valor de referência do que uma certeza.

Submicênico (1100 – 1050 a.C.)

A fonte das informações, ainda que parcas, é absolutamente arqueológica, sendo ausentes os documentos escritos. Estes últimos desapareceram junto com os palácios durante o HRIIIC (Darcque, 2008). Os poucos depósitos atribuídos ao Submicênico refletem o clima de carestia e a baixa populacional herdada como resultado das destruições do HRIIIC Tardio. Tais depósitos são a expressão do tratamento funerário dado pela sociedade desta época aos seus mortos que, neste caso, desdobram-se em cremação, em uma pequena parcela, e inumação em tumbas em forma de cista, majoritariamente.

Os objetos de bronze, assim como a cerâmica, eram depositados nas tumbas em cista. Em Atenas, as tumbas se encontram em grupos separados, sugerindo que famílias viviam em diferentes fazendas ou vilarejos. (Mountjoy, 2001, p. 30).

A cerâmica associada ao Submicênico é o registro mais abundante para sua caracterização. Enquanto alguns dos vasos deste período são mais grosseiros, fora de proporção e distorcidos, outros, contemporâneos a estes, são bem modelados e decorados com cuidado. A decoração aparece apenas em zonas pequenas do

vaso, sendo o restante preenchido com verniz monocromático (Whitley, 1991, p. 88).

Protogeométrico (1050 – 900 a.C.)

Em sua fase inicial, o Protogeométrico é muito semelhante ao Submicênico, mas, passado o momento inicial, já apresenta os elementos que se popularizam durante todo o período e mesmo os que estarão presentes no Geométrico (Lemos, 2002, p. 9-10).

Em geral, os vasos do período variam bastante, mas deve-se destacar a aparição do pé cônico em substituição ao pé em anel. Tal característica se mantém a principal até o final do Protogeométrico, quando o pé em anel ou base plana reaprece nas formas abertas.

O sistema decorativo agora apresenta os motivos losangos agrupados, quadriculado e dentes de cachorro, em painéis que cobrem boa parte dos vasos. O verniz claro colocado em zonas não decoradas é característico dos vasos grandes, e o verniz escuro é aplicado nas formas fechadas e pequenas, como o lécito.

Relacionado à produção e decoração dos vasos de cerâmica, alguns instrumentos estão associados, como o pincel múltiplo e o compasso. Estas ferramentas se destacaram principalmente na substituição de espirais ligados, feitos à mão, por círculos feitos com a utilização do compasso (Lemos, 2002, p. 10-11).

Além da cerâmica, o aparecimento de um novo tipo de alfinete, com haste de ferro e um globo de bronze na ponta, além de cabeças de lança em ferro, marcam este período (Lemos, 2002, p. 14-18).

Geométrico (900 – 700 a.C.)

Para Coldstream (2003, p. 2) o Geométrico começa em Atenas por volta de 900 a.C., pois nas tumbas dentro do perímetro ateniense se pode observar a evolução da cerâmica Protogeométrica rumo a este novo estilo. Com esse início em Atenas, a cerâmica com

motivos geométricos se espalhou pela Ática. Em sua fase final, com o reavivamento dos contatos que estavam insipientes desde o colapso da cultura micênica, esta produção cerâmica alcançou as outras regiões do Egeu.

A principal característica da cerâmica da fase inicial deste período é a base plana e o verniz negro cobrindo o vaso quase totalmente. Talvez a grande inovação se encontre na ornamentação. Contrastando com os motivos circulares do Protogeométrico, agora a decoração aparece mais retilínea e colocada em painéis solitários (Coldstream, 2003, p. 2-5).

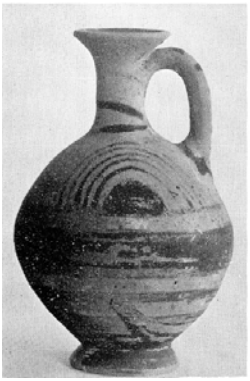
No final do período, as sepulturas em Atenas apresentam vasos monumentais que eram colocados sob os enterramentos como marcadores. Esses novos tipos de vasos possuem decoração figurada, retratando cenas de carpideiras, batalhas navais, animais e batalhas em terra (Coldstream, 2003, p. 99).

Análise e Conclusão

A título de exemplo, foram selecionados alguns vasos. No primeiro caso (figuras 1 a 3) encontramos a questão da transformação e manutenção aplicada na forma: inicialmente, durante o final do período micênico, a forma chamada jarra em estribo (figura 1) foi muito difundida e usada. Contudo, na passagem para o período Protogeométrico, esta forma é substituída e sua função é suprida pelo lécito[9] (figuras 2 e 3) (Cook, 1997, p. 9), (Richter; Milne, 1935, p. 15).

[9] As nomenclaturas das formas traduzidas para o português fazem parte de um projeto para a vernacularização dos nomes das formas dos vasos gregos. Este projeto se encontra em andamento sob a coordenação da Prof. Dr.ª Haiganuch Sarian.

Fig. 1
Jarra em estribo (Atenas, tumba 98), Submicênico (alt.: 15,3 cm). Fonte: Desborough, 1964, pr. 14 (a).



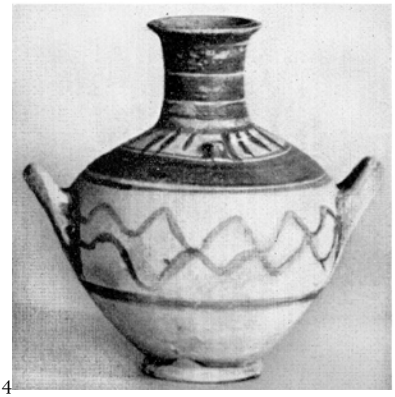
2

3

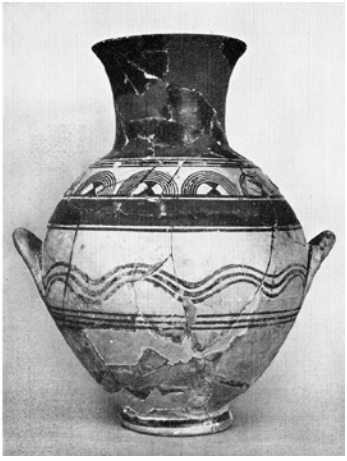
Fig. 2
Lécito (Atenas, tumba 84), Submicênico (alt.: 11,1 cm). Fonte: Desborough, 1964, pr. 15 (a).
Fig. 3
Lécito (Atenas, Museu Ágora, P.5863), Protogeométrico (alt.: 15,5 cm). Fonte: Cook, 1997, pr. 1 (c).

Encontramos um segundo exemplo na ânfora. Se por um lado esta forma segue uma tradição nas suas funções e características mais gerais, por outro, ela sofre pequenas modificações em sua forma, que não afetam a função. Os exemplares ovais e grandes do Geométrico (figuras 6-8), com suas composições ornamentais complexas resultantes das inovações técnicas e artísticas dos últimos séculos,

mantêm um distanciamento das suas precursoras (figuras 4 e 5). As ânforas mais antigas, ainda do período micênico, como o exemplar da figura 4, possuem decoração pintada à mão na maior parte do vaso, não há o uso de régua, compasso ou pincel múltiplo; percebemos somente a habilidade do artesão. Durante o estágio intermediário, Protogeométrico, as decorações, muitas derivadas do micênico, são pintadas com maior precisão e simetria, inovação esta que foi conseguida com a introdução do pincel múltiplo e do compasso (Cook, 1997, p. 8; Sarian; Poursat, 2008, p. 513; Coldstream, 2008, p. 9); os círculos concêntricos da figura 5 são exemplos. Se notarmos o ornamento central da figura 4, veremos uma onda dupla irregular e fora de simetria entre a parte superior e inferior, algo que é modificado no exemplo da figura 5: agora as ondas são regulares e acompanham um mesmo traçado, devido à utilização do pincel múltiplo. Em ambas as peças, as ondas ocupam o centro da ânfora, entre as alças.



4



5

Fig. 4
Ânfora (Perati, tumba 74), Submicênico (alt.: 20 cm). Fonte: Desborough, 1964, pr. 17 (c).
Fig. 5
Ânfora (Museu do Cerâmico, 586), Protogeométrico (alt.: 46 cm). Fonte: Cook, 1997, pr. 2 (b).

O ornamento nomeado “meandro” (figura 9), principal decoração do Geométrico, carrega em suas formas angulares a relação

com as características que nomeiam o período. Esta forma popular do Geométrico possui uma origem circular (ver figuras 4 e 5).

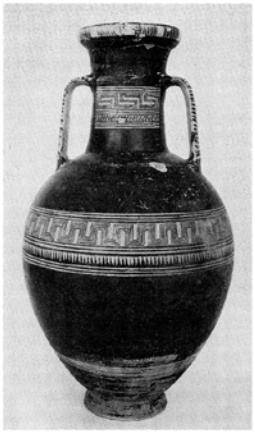
> Motivos circulares deram lugar aos retilíneos, particularmente o meandro, que é usado como uma faixa curta em um painel ou repetidamente para formar uma faixa contínua.[...] provavelmente uma versão angular das linhas em onda do Protogeométrico [...] esta forma se tornou o ornamento característico do Geométrico ático (Cook, 1997, p.18, tradução livre).[10]

Não só o meandro representa um exemplo de inovação, como também completa as outras duas situações do processo de mutação artística: manutenção de padrões já aceitos, modificação de padrões já existente e criação inovadora. Desse modo, o meandro é uma inovação por ter substituído as antigas linhas onduladas do micênico e Protogeométrico; é um padrão decorativo que foi mantido ao longo de todo o período Geométrico e, por fim, abre um leque de modificações em sua representação, variando em grau de detalhes e sofisticação.

Como mencionado anteriormente, durante o Geométrico, a ornamentação se torna mais complexa e compactada, chegando a cobrir toda a superfície do vaso (Cook, 1997, p. 15 e 18). Este processo é evidente quando observadas em sequência as figuras 4,5 e 6-8. Esse incremento vem acompanhado no século VIII a.C. do ressurgimento, após um lapso de tempo, de representações figuradas, embora abstratas e geometrizadas, na cerâmica grega (Cook, 1997, p. 16 e 20; HÄGG, 1981 p. 75; Sarian; Poursat, 2008, p. 514; Coldstream, 2008, p. 2). A figura 8 é exemplo deste ressurgimento de representações figuradas; nesta, há uma cena retratando um funeral na parte central do vaso. A peça em questão também é uma espécie de ânfora com as alças fixadas na barriga,

[10] Circular motives give way to rectilinear, particularly the meander, which is used both as a short strip in a panel and repeated to form a continuous band.[...] conceivably an angular version of the wavy lines of Protogeometric [...] this form becomes the characteristic ornament of Attic Geometric (Cook, 1997, p. 18).

semelhante às das figuras 4 e 5, embora os contornos sejam mais alongados no exemplo Geométrico.



6

7

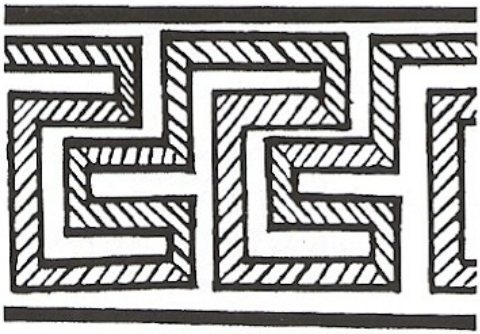
Fig. 6

Ânfora (Museu do Cerâmico, 254), Geométrico Antigo (alt.: 72,2 cm). Fonte: Cook, 1997, pr. 3 (a).

Fig. 7

Ânfora (Museu do Cerâmico, 2140), Geométrico Médio (alt.: 77,5 cm). Fonte: Cook, 1997, pr. 3 (b).

8



9

Fig. 8

Ânfora (Museu Nacional de Atenas, 804), Geométrico Recente (alt.: 155 cm). Fonte: Cook, 1997, pr. 4 (a).

Fig. 9

Meandro duplo, painel horizontal (Ática), Geométrico Recente. Fonte: Kunisch, 1998, pr. 24 (d).

Tradição e inovação são fenômenos análogos; coexistem e juntos se relacionam nesses períodos, onde o novo é, ao mesmo tempo, tributário do antigo e original em seu desenlace.

> Entre os termos "continuidade" e "ruptura", há toda uma gama de palavras mais apropriadas aos diferentes casos. Uma "continuidade" pode representar a persistência de um padrão cultural, mas também sua sobrevivência, seu retorno ou uma lembrança que permanece na memória da sociedade, que se chama tradição. Uma "ruptura" pode resultar de uma mudança cultural profunda, mas também de uma invenção, de uma inovação ou de uma simples transformação. (Sarian; Poursat, 2008, p. 507-508, tradução livre).[11]

Nos exemplos analisados no presente artigo, ficou evidente que os elementos que seguem longa tradição desde o colapso do sistema social micênico se mantiveram até mesmo no período Geométrico. Alguns desses elementos se conservaram imutáveis, como as características essenciais da ânfora, outros se modificaram assumindo novos contornos, mas mantendo alguma reminiscência original. A transformação das linhas onduladas em meandros é o melhor exemplo, pois continuou a decorar a mesma zona do vaso, mas assumindo uma forma estritamente angular onde antes era curvilínea. Quanto à inovação, ela se destaca melhor na utilização de novos instrumentos, como pincel múltiplo e o compasso para desenhar os motivos circulares do Protogeométrico. Assim, não podemos desvincular os dois fenômenos, mas sim observá-los em seu processo de constituição dos estilos.

[11] Entre les termes "continuité" et "rupture", il y a toute une gamme de mots plus appropriés aux différents cas. Une "continuité" peut représenter la persistence d'une donnée culturelle, mais aussi sa survivance, son retour ou même son souvenir qui s'inscrit dans la mémoire de la société, dans ce qu'on appelle la tradition. Une "rupture" peut résulter d'un changement culturel profond, mais aussi d'une invention, d'une innovation ou d'une simple transformation. (SARIAN: SARIAN; POURSAT, In: TREUIL et al, 2008, p. 507-508).

Referências

Boardman, J. *Early Greek Vase Paiting* – 11th to 6th BC. London: Thames and Hudson, 1998.

_____. *The history of Greek vases: Potters, painters and pictures*. Londres, Thames e Hudson, 2001.

Coldstream, J. N. *Geometric Greece 900-700 BC*. Londres, Nova York: Routledge, 2003.

_____. *Greek Geometric Pottery:* A Survey of ten Local Styles and their Chronology. 2ª ed. Bristol Fenix Press, 2008.

Cook, R. M.. *Greek painted pottery*. 3ª ed. Londres, Nova York: Routledge, 1997.

Darcque, P. Les Sources de L'Histoire Mycénienne. In: Treuil, René et al. (Org). *Les Civilisations Égéennes du Néolithique et de L'Âge du Bronze*. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

_____. L'Histoire du Monde Mycénien. In: Treuil, René et al. (Org). *Les Civilisations Égéennes du Néolithique et de L'Âge du Bronze*. 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

Desborough, V. R.d'A. *The Last Mycenaeans and Their Successors:* An Archaeological Survey c. 1200-c.1000 B.C.. Grã-Bretanha: Oxford University Press, 1964.

Dickinson, O. *The Aegean from Bronze Age to Iron Age*. Continuity and change between the twelfh and eighth centuries BC. London and New York: Routledge, 2006.

_____. The Mycenaean Heritage of Early Iron Age Greece. In: Deger-Jalkotzy, S. and Lemos, I. (Eds.) *Ancient Greece*. From the Mycenaean Palaces to the Age of Homer. Edinburgh Leventis Studis 3. Edinburgh: Edinburgh University Press: 115-22, 2006b.

Hägg, R. Et al. The Greek Renaissance of the Eighth Century B. C.: Tradition and Innovation. In: *Acta Instituti Atheniensis Regni Sueciae*, Estocolmo, Vol. 30, n. 4, 1983. Proceedings of the Second International Symposium at the Swedish Institute in Athens, 1981.

Kunisch, N. *Ornamente Geometrischer Vasen:* ein Kompendium. Düsseldorf: Böhlau Verlag Köln Weimar Wien, 1998.

Lemos, I. *The Protogeometric Aegean:* the archaeology of the late eleventh and tenth centuries BC. Oxford monographs on classical archaeology XXIV. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Parsons, T. *Sociedades:* perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Pioneira, 1969.

Renfrew, C. *The Emergence of Civilisation:* The Cyclades and the Aegean in the Third Millennium BC. London: Methuen, 1972.

Sarian, H.; Poursat, J. C**.** L'héritage mycénien: continuitiés et ruptures. La Civilisation. In: Treuil, René et al. (Org). *Les Civilisations Égéennes du Néolithique et de L'Âge du Bronze.* 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

Schiffer, M. B. Behavioral Archaeology. Academic Press, 1976.

Styrenius, C. G. Examination of the finds from Mainland Greece, with a chapter on the Attic Protogeometric Graves. *ActaInstAthebSueciae.* Series in 8, Vol. VII. Lund, 1967.

Treuil, R. et al. (Org.). *Les Civilisations Égéennes du Néolithique et de L'Âge du Bronze.* 2ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

Whitley, J. *Style and Society in Dark Age Greece:* The Changing face of a Pre-literate Society 1100-700 BC. Grã-Bretanha: Cambridge University Press, 1991.

3

As audiências dos aedos em Homero

Gustavo Junqueira Duarte Oliveira [1]

As audiências dos aedos em Homero[2] são elementos de interesse por uma série de fatores. O principal deles é que a audiência traz uma dimensão externa ao aedo em si, sendo parte integrante, todavia, de sua *performance*. Estudos recentes têm dado cada vez mais importância à relação entre aedos e audiência, do ponto de vista da composição e da recepção dos poemas.[3] Conduziremos este estudo procurando verificar se são detectáveis elementos predominantes entre as informações transportadas pelos poemas, algo que chamamos de ideais épicos ou formas tradicionais. Procuraremos também os ideais e formas variantes, buscando entender as razões para cada um. Estes ideais épicos, predominantes ou variantes, teriam alguma relação com contextos históricos que teriam produzido os poemas? Seguiremos, ainda, uma estrutura de análise que se inicia com uma enumeração dos tipos de audiência e em seguida discutiremos as relações estabelecidas entre audiências e aedos.

[1] Doutor em História Antiga pela USP, Professor da PUC Campinas; e-mail: gustavojdo@gmail.com

[2] Utilizaremos o termo "Homero" para designar não necessariamente um possível poeta, mas sim os poemas homéricos.

[3] Ver, como exemplos, as coletâneas de Minchin (2012), Bakker (1997) e Revermann e Wilson (2008), bem como o livro de Nagy (1996).

a) Tipos de audiência

As audiências dos principais aedos na Odisseia, Fêmio e Demôdoco, são, em geral, compostas por convivas de banquetes. Eles são a audiência de Fêmio em seu primeiro e segundo dia de *performances* (descritas em várias passagens dos cantos i e xvii, respectivamente[4]). A dança e o canto também fazem parte de outro banquete em Ítaca, em que Fêmio não é identificado, mas podemos incluí-lo pelo contexto (xviii, 304-306). Nestas audiências temos os pretendentes a Penélope, Telêmaco, alguns de seus criados e convidados (incluindo Odisseu disfarçado de mendigo). Mesmo que alguns criados não costumem ser citados, podemos incluí-los também, em especial aqueles que atendem o banquete.[5]

Demôdoco, por sua vez, tem convivas (os nobres feácios e Odisseu) como audiência, e possivelmente alguns criados em sua primeira, terceira (ambas descritas ao longo do canto viii) e quarta *performances* (xiii, 23-28). Esta também seria a audiência da suposta *performance* de um banquete descrito por Odisseu antes de iniciar a chacina dos pretendentes (xxi, 428-430).

Estas são as passagens menos problemáticas a mostrar audiências como pessoas ligadas aos banquetes. Todavia, encontramos peculiaridades no primeiro dia de *performances* de Fêmio. Voltaremos à questão em mais de uma ocasião, mas por ora nos interessa levantar um questionamento. Penélope pede a Fêmio para mudar o conteúdo de seu canto, que a fazia sofrer (i, 336-344). No entanto, a rainha não fazia parte da audiência quando ouviu de seu quarto a canção do aedo, como nos mostra a seguinte passagem:

[4] Neste artigo utilizaremos como padrão de citação números romanos em letras capitais, para a *Ilíada*, e em minúsculas, para a *Odisseia*.

[5] Scodel afirma haver uma audiência secundária que engloba os servos e algumas mulheres da casa (Scodel, 2002, p. 176-177). Doherty considera Eumeu e os outros servos e servas que trabalham nos banquetes como ouvintes ocasionais, e não membros regulares do banquete (Doherty, 1992, p. 163).

> De seus altos aposentos ouviu o canto sortílego / a filha de Icário, a sensata Penélope. E desceu da sua sala a escada elevada, (...) / Quando se aproximou dos pretendentes a mulher divina / ficou junto à coluna do tecto bem construído, (...). Chorando assim falou ao aedo divino (i, 328-336).[6]

Ela desce e lhe pede para tocar outra coisa, sendo logo em seguida repreendida por seu filho, que a manda de volta para seu quarto (i, 346-359). O que nos chama a atenção na passagem é um problema, a nosso ver, negligenciado. Como veremos adiante, a passagem é utilizada como evidência da negociação entre audiência e aedo. Gostaríamos, todavia, de propor o seguinte questionamento: Penélope compunha a audiência de Fêmio nos banquetes dos pretendentes? Se a audiência tinha ou não prerrogativa de negociar com o aedo o conteúdo de suas *performances*, não é o que nos interessa agora. É relevante apontar que em Ítaca as mulheres nobres da casa não parecem ter o privilégio de participar de um banquete como audiência de um aedo.[7] Ao menos não cabe a elas negociar com o aedo o conteúdo de suas *performances*, como veremos.[8]

Se de início a situação parece ser a mesma entre os feácios, uma leitura mais atenta nos surpreende. Arete e Nausícaa não são

[6] Todas as traduções são de Frederico Lourenço (2003).

[7] Em outro momento, Penélope somente ouve dizer o que se passa nos banquetes (xvii, 493-494). Sua chegada ao festim é marcada como excepcional ainda em outra ocasião (xviii, 158-303). Uma terceira passagem é dúbia, mas pode indicar que Penélope ouvia o que se passava de um cômodo anexo (xx, 387-394). Mais adiante, sua chegada é marcada entre os pretendentes no banquete (xxi, 63-66), e ela se mantém entre eles por um tempo (xxi, 311-342), mas a prova do arco, proposta pela rainha (xxi, 68-84) torna a situação excepcional. Todavia, Telêmaco novamente lhe ordena a voltar a seus aposentos (xxi, 350-353), com palavras semelhantes às da primeira reprimenda (i, 346-359), indicando que sua presença ali não era usual, ou sequer aceitável em todos os contextos.

[8] Walsh, por exemplo, sugere que a censura de Telêmaco se dá porque, apesar de ele aceitar o princípio implícito no pedido de Penélope, de que a canção não deve trazer sofrimento, ele tem uma visão diferente da aplicação deste princípio: a canção deve agradar somente a seus ouvintes masculinos, e se esta chateia sua mãe, ela deve retornar para seu quarto e seus trabalhos (Walsh, 1984, p. 6). O autor não percebe que Penélope não era parte da audiência prevista por Fêmio. Somente Doherty dá alguma atenção ao fato de Penélope ouvir a canção de Fêmio de seu quarto. Ela vê o comentário de Telêmaco como uma forma de exclusão das mulheres da audiência dos bardos (Doherty, 1992, p. 165-166).

mencionadas em nenhuma das *performances* de Demôdoco. A rainha é mencionada entre a segunda e a terceira *performances*, quando Odisseu e os outros retornam da ágora com presentes e Alcínoo ordena que mais dons e um banho sejam preparados para Odisseu, bem como outro banquete (viii, 419-434), no qual ocorrerá a terceira *performance* de Demôdoco. Nausícaa só é mencionada neste mesmo espaço entre *performances* quando adianta uma despedida para o estrangeiro (viii, 458-462).[9] Ela o faz como se não mais o fosse ver, mesmo que um novo banquete, já ordenado por Alcínoo, esteja para começar. Todavia, Arete está presente quando Odisseu conta suas viagens, ainda no contexto do segundo banquete iniciado no canto viii. Ela é a primeira a se dirigir a Odisseu quando este propõe uma pausa em seus contos (xi, 328-341). A sequência cronológica dos eventos põe a rainha na ocasião de ao menos este banquete e, portanto, na terceira *performance* de Demôdoco. Mais do que isso, diferentemente de Penélope, ela pode falar livremente na ocasião. É fato que Odisseu não é propriamente um aedo, mas é comparado a um (xi, 363-369; xvii, 513-521).[10] O que nos interessa apontar é a liberdade da rainha de, entre os feácios, dirigir-se àquele que conduz uma *performance*.[11]

Temos evidências suficientes para propor que existe um ideal épico que coloca participantes de um banquete como audiências de aedos. Mais do que isso, tal ideal estabelece fronteiras que, em princípio, barram a participação como audiência de determinados grupos. No caso apresentado, temos as mulheres das casas nobres.

---

[9] Este detalhe também é notado por Doherty (1992, p. 162).

[10] Não entraremos no debate sobre a extensão e os limites dessa comparação. Sobre a questão ver Scodel (1998, 171-172, 176), Kelly (2008, p. 194-195), Ledbetter (2003, p. 32-33), Macleod (1996, p. 4), Dougherty (2001, p. 52) e Biles (2003, p. 204-205).

[11] A liberdade de Arete de participar de banquetes é vista por Doherty como excepcional. Mesmo quando a presença das nobres é a norma nos banquetes, como em Esparta e na Esquéria, as mulheres são apresentadas à parte, tecendo acompanhadas de suas servas, e não comendo e bebendo com os homens. A autora também nota que o comentário de Alcínoo após o pedido de Arete para que Odisseu continue a cantar, ressalta sua posição de poder como homem, o que pode ser uma indicação que não é usual uma mulher intervir como Arete fez (Doherty, 1992, p. 166-167).

Todavia, até nesta, que parece ser a forma predominante apresentada, temos ao menos uma variação relevante. Se inicialmente as descrições entre os feácios parecem concordar com esta regra, revelando a presença das mulheres nobres em intervalos de *performances*, temos a participação atestada da rainha no segundo banquete do canto viii da *Odisseia*. Ela estava presente, certamente, após a *performance* do aedo, mas sua entrada e saída entre os convivas não são marcadas em momento algum. O que temos nesta variação é uma tensão entre o ideal épico predominante e a variação, que inclui alguma presença feminina de origem nobre na audiência em um banquete.

Semelhantes a estas audiências temos as audiências em celebrações de casamento com a participação de um aedo. Algumas delas são descritas ocorrendo também em banquetes, como a comemoração das bodas dos filhos de Menelau (iv, 15-19). Também parece ser este o caso da falsa comemoração proposta por Odisseu (xxiii, 141-298) e o do casamento de Peleu e Tétis com a presença dos deuses, se aceitarmos que Apolo com a lira implica algum tipo de *performance* como a de um aedo (XXIV, 59-63). Nos casos destas celebrações, não parece haver nenhum tipo de indicação da participação da audiência baseada no gênero de cada um dos ouvintes.

Contudo, temos nos poemas outros tipos de audiências descritas. Um caráter público está presente nas lamentações por Heitor e no canto fúnebre realizado por aedos (XXIV, 720-722), com uma audiência certamente mais ampla. A presença das mulheres nobres da casa é especificamente notada (XXIV, 723-775). Em outras duas passagens temos *performances* que parecem ocorrer de maneira pública. Uma delas é uma cena no escudo de Aquiles (XVIII, 569-572), um contexto de colheita comunitária acompanhada por um jovem cantor e danças. A audiência é formada, portanto, pelos jovens desta comunidade que participam da colheita e da *performance*. A outra é a audiência da segunda *performance* de Demôdoco. Esta audiência difere marcadamente da audiência das

outras *performances* entre os feácios. Ela ocorre fora de um banquete, pois o fim do primeiro (viii, 97-104) e o início do segundo são salientados (viii, 470). Ela conta com a participação de uma quantidade muito maior de pessoas, parte da comunidade dos feácios, como podemos ler no trecho: "Foram para a ágora, e seguiu uma multidão imensa, aos milhares." (viii, 109-110).

Até aqui apresentamos um ideal épico predominante de audiência formada por participantes em banquetes em casas nobres, e suas variações: com ou sem mulheres; audiências em contextos públicos ou comunitários. O que essas audiências têm em comum, contudo, é o aspecto coletivo. São grupos que podem ser mais abertos ou mais restritos. Nem isso, contudo, é algo que pode ser evidenciado como absolutamente homogêneo nos poemas. Temos alguns indícios de audiências formadas por indivíduos únicos como forma de variação.

A primeira delas é a única que traz um aedo de fato, mas é, ao mesmo tempo, a menos esclarecedora. Agamêmnon deixou para trás um aedo para cuidar de sua esposa (iii, 265-272). A passagem não é clara sobre qual é exatamente a função do aedo e como ele garante que Clitemnestra se mantenha fiel ao rei.[12] Tampouco a passagem nos descreve qualquer tipo de *performance* deste aedo. Podemos só conjecturar se suas *performances* aconteciam somente para Clitemnestra ou para uma audiência mais ampla, relativa à corte. De qualquer modo, se a forma predominante de audiências formada por participantes de banquetes valer para as *performances* deste aedo em Micenas, temos que a rainha devia fazer parte dos banquetes, como entre os feácios. Entretanto, como dissemos, a passagem não descreve nenhuma *performance*. As inferências que fizemos, tanto as que dizem respeito a uma audiência formada somente por Clitemnestra, quanto as que dizem respeito a audiências mais amplas, em banquetes com a participação da rainha, não encontram respaldo do texto.

[12] Para a discussão do problema, ver Werner (2005, p. 179), Scully (1981) e Scodel (1998, p. 183).

Outra passagem a trazer de maneira mais clara esta possibilidade é a de Aquiles cantando os feitos gloriosos dos homens, acompanhado de uma lira, tendo como Pátroclo sua única audiência (IX, 185-191). Apesar de Aquiles não ser um aedo especialista, exerce a função de um do ponto de vista da prática do canto associado ao acompanhamento musical da lira e do conteúdo.[13] Com isto em mente, podemos partir para a análise da audiência desta *performance*. Trata-se, como dissemos, somente de Pátroclo. A variação do tipo de audiência acompanha a da ocasião da *performance*, além da do próprio indivíduo que a executa. Com estas variações mostramos que as possibilidades são amplas, e nem sequer audiências coletivas são regra absoluta.

b) Relações entre aedo e audiência

Passamos agora para a discussão das relações entre aedo e audiência. Neste passo, trataremos dos seguintes tópicos: indicação de início, pausa, interrupção, repetição ou retomada de *performances* por parte da audiência; negociação de conteúdo entre aedo e audiência; coerção da audiência sobre aquele que realiza a *performance*.

Começaremos com a audiência indicando ao aedo o início, pausa, interrupção, repetição ou retomada das *performances*. Em mais de um momento, a audiência como um todo, ou um membro particular dela, estabelece o início da *performance*. É o que Alcínoo faz ao ordenar a segunda *performance* de Demôdoco (viii, 250-255). Também é o caso de Odisseu, ao pedir, como veremos, ao mesmo aedo um canto específico (viii, 492-495) e a Fêmio para tocar na falsa celebração de um casamento (xxiii, 130-147).

[13] A questão é polêmica. Contrários a identificação de Aquiles com um aedo temos Pagliaro (1953, p. 7, 13), Anderson (1979, p. 4), Jong (2006, p. 193-194), Segal (2001, p. 114-115) e Ford (1992, p. 16). Outros autores adotam uma posição semelhante à nossa, defendendo que na cena Aquiles exerce o papel de aedo. Entre eles temos Ledbetter (2003, p. 11-12, 18), Maslov (2009, p. 17), Redfield (1975, p. 36) e Frontisi-Ducroux (1986, p. 53).

Semelhantemente, temos os pretendentes que, após comerem, desejando ouvir música e dançar, fazem Fêmio cantar (i, 150-155), assim como Telêmaco e os pretendentes, após a intervenção de Penélope (i, 368-422).

Passamos agora para as pausas e interrupções. Alcínoo interrompe Demôdoco em duas ocasiões, ambas por ver o sofrimento causado pela canção do aedo em Odisseu (viii, 93-103, 537-544). Como já dissemos, Penélope também interrompe Fêmio em sua primeira *performance* (i, 336-344). Apontamos, todavia, para a dificuldade da passagem, uma vez que Penélope não era propriamente parte da audiência para qual Fêmio de fato tocava. De qualquer forma, não se trata exatamente de uma interrupção definitiva, e sim de uma renegociação de conteúdo, ao que retornaremos a seguir. Por sua vez, Alcínoo interrompe Demôdoco por ver que o canto faz seu convidado sofrer, o que não parece ser apropriado.

É possível que a sequência do pedido de Penélope e a discussão entre Telêmaco e os pretendentes (i, 368-422), seja uma retomada da *performance*, ao invés de um começo de uma nova. Outra passagem indica a possibilidade desse tipo de relação:

> (...) na verdade, cada vez que o aedo fazia uma pausa, / Ulisses limpava as lágrimas e tirava a capa da cabeça; / (...) / Mas quando o aedo retomava o canto, quando lhe pediam / para voltar a cantar os Feaces, visto que as suas palavras / os deleitavam, Ulisses tapava de novo a cabeça para chorar. (viii, 87-92).

Vemos, portanto, que a audiência tem poder para estabelecer limites à *performance* do aedo. A liberdade dele de se apresentar é condicionada nestes casos, entre outros elementos, a este fator.

A negociação de conteúdo será o tema do próximo passo. Qual o papel da audiência nesta definição? Se ela não aparece de maneira evidente na escolha dos conteúdos, os poemas nos trazem alguns momentos nos quais indicam que reconhecem a possibilidade de

que sejam assim negociados. Trata-se de um jogo entre ideais que podem ser predominantes ou variantes.

Iniciaremos a análise com uma passagem referente a Odisseu. Após comerem e beberem no segundo banquete do canto viii, Odisseu pede a Demôdoco por um canto específico:

> Mas agora muda de tema e canta-nos a formosura do cavalo / de madeira, que Epeneu fabricou com a ajuda de Atena: / o cavalo que o divino Ulisses levou para a acrópole pelo dolo, / depois de o ter enchido com os homens que saquearam Ílion (viii, 492-495).

Os versos que antecedem este pedido de Odisseu não indicam nenhum canto de Demôdoco neste banquete. O pedido de mudança de um assunto para outro pode ser compreendido como se referindo a uma *performance* do aedo que não tenha sido descrita, e que ocorre enquanto os convivas comiam. Pode, contudo, dizer respeito à última *performance* mencionada de Demôdoco, que tem como tema o adultério de Ares e Afrodite, descoberto por Hefesto. Pode, ainda, dizer respeito à última *performance* em banquete do aedo, sobre a querela entre Aquiles e Odisseu. O que nos interessa na passagem, todavia, é a possibilidade de um membro da audiência sugerir ao aedo um tema específico para iniciar um novo canto.

De maneira semelhante, este pode ser o caso de outra passagem, que já mencionamos um par de vezes. Finalmente, retornamos ao pedido de Penélope a Fêmio. Neste caso a rainha diz:

> Fêmio, conheces muitos outros temas que encantam os homens, / façanhas de homens e deuses, como as celebram os aedos. / Uma delas canta agora, enquanto estás aí sentado; e que eles / em silêncio bebam o seu vinho. Mas cessa já esse canto tão triste, / (...) (i, 337-340).

O problema que levantamos na passagem, de Penélope não fazer parte da audiência, não nega por completo a informação que daí podemos retirar. É possível ler que a audiência, ou membros dela, tem a prerrogativa de pedir ao aedo que troque a temática de

seu canto, mesmo que não ofereça uma temática específica como substituta e deixe ao aedo esta escolha. Tal leitura concorda com a passagem acima mencionada, a negociação entre Odisseu e Demôdoco, no que diz respeito ao que a audiência pode fazer, e se afasta no sentido de que naquele caso um tema específico é oferecido como alternativa. Os problemas relativos à passagem agora analisada são de outra natureza: aparentemente *Penélope* não tem o direito de negociar com o aedo o conteúdo apresentado, por sequer fazer parte da audiência prevista pelo aedo. É o que fica evidente na fala de Telêmaco:

> Minha mãe, por que razão levas a mal que o fiel aedo / nos deleite de acordo com sua inspiração? (...) / Agora volta para teus aposentos e presta atenção / aos teus lavores, ao tear e à roca; e ordena às tuas servas / que façam os seus trabalhos. Pois falar é aos homens / que compete, a mim sobretudo: sou eu quem manda nesta casa (i, 346-359).

É digno de nota que Penélope obedece imediatamente a seu filho (i, 360-361). Ambas as leituras são possíveis: ou é inapropriado para a audiência como um todo negociar com o aedo a mudança do tema de uma *performance* em Ítaca, ou é inapropriado a Penélope, na visão de Telêmaco, especificamente, fazê-lo.

A relação entre ambos os polos de uma *performance*, aedo e audiência, nem sempre é harmônica. Isto porque temos evidências de ao menos um caso em que o aedo é obrigado a realizar suas *performances* para uma audiência específica. Trata-se de Fêmio, obrigado a tocar para os pretendentes. Este fato é reconhecido pelo narrador (i, 150-155; xxii, 330-331) e pelo próprio Fêmio, que pede que Telêmaco confirme o que disse a Odisseu (xxii, 350-353), recebendo imediatamente o apoio do filho do rei (xxii, 356).[14]

[14] Ver Werner, para a possibilidade de os pretendentes obrigarem Fêmio no sentido de cantar um conteúdo específico, e não o da obrigação da *performance* (Werner, 2005, p. 173-174). Segal defende que por ser obrigado a cantar, o aedo tem sua posição aproximada à de um mendigo, que trabalha por necessidade, sendo assim que Fêmio se defende para Odisseu (Segal, 2001, p. 148). Já Pagliaro vê na cena um indício de que os aedos não sejam necessariamente ligados a qualquer corte, mas demiurgos.

Todas essas passagens, cada qual estudada segundo elementos particulares, indicam que uma *performance* depende de sua audiência assim como depende do próprio aedo. Trata-se de algo que vai muito além da simples recepção passiva de conteúdos produzidos por um especialista. A recepção também é evidenciada. Podemos ler tal elemento nas reações emotivas a uma *performance*, por exemplo, que não tratamos aqui. Entretanto, a audiência negocia uma série de fatores com o aedo, incluindo conteúdo, início, fim, pausas e retomadas de *performance*, estabelecendo limites e exercendo poder sobre o aedo e sua prática. Algumas audiências estabelecem relações de força, que obrigam o aedo a cantar. Esses pontos estão de acordo com a tônica de nossa análise, por evidenciar uma série complexa de relações possíveis, o que mostra que não há um ideal épico único de determinados elementos, mas uma série deles. As relações que estabelecem podem ter um deles predominante e outras variantes ou, ainda, não ter uma relação hierárquica, sendo formas tradicionais concorrentes que convivem lado a lado.

É importante ressaltar a variedade de formas tradicionais para que tenhamos em mente evitar o procedimento metodológico falho de associar os poemas e sua sociedade a contextos e instituições históricas relativas a comunidades específicas em determinados momentos da história grega, sem maiores considerações respeito. Uma leitura que prioriza as formas predominantes de qualquer que seja o elemento estudado tende a ser seduzida por este procedimento. O objetivo aqui é se contrapor a estas leituras que, defendemos, homogeneízam determinados elementos dos poemas e dão origem a interpretações históricas equivocadas e reducionistas.

A princípio, nossa própria abordagem poderia ser prejudicada pelo enfoque adotado, tanto nas formas predominantes quanto das

---

No caso, o aedo teria que se submeter à prepotência dos pretendentes como um artesão indefeso (Pagliaro, 1953, p.14). Por sua vez, Svenbro defende que o caso de Fêmio indica um tipo de controle social dos aedos por parte da audiência. O aedo sempre estará à mercê de um grupo mais numeroso e mais forte do que ele. Somente a intervenção de uma força exterior, como o caso de Odisseu que massacra os pretendentes, pode pôr fim a esta subordinação, mas o faz entrar em outra subordinação (Svenbro, 1976, p. 18-19).

formas variantes. Uma vez que nos concentramos no estudo de determinados tipos de fenômenos, que chamamos de ideais épicos, poderia se pensar que nosso interesse paira, sobretudo, sobre as formas predominantes. Elas seriam encaradas não como instituições históricas, mas como elementos valorizados, transportados e controlados poeticamente por um empreendimento de transmissão tradicional que regula forma e conteúdo transmitidos. Todavia, nossa abordagem não necessita privilegiar as formas predominantes. Consideramos que as formas variantes também se submetem ao mesmo controle e regulação da tradição, sendo, portanto, ideais épicos da mesma forma que os exemplares mais consistentemente ressaltados. Isto se deve, defendemos, a uma tendência dos poemas de trazer de maneira o mais abrangente possível, dentro dos parâmetros considerados tradicionalmente aceitáveis, as especificidades de seu conteúdo.

Ora, tal proposição não deve causar espécie, diante das formas contemporâneas com que são teorizadas a transmissão dos poemas,[15] bem como seu papel de integrar comunidades separadas pelo espaço e pelo tempo em processos de circulação da informação.[16] Eles deveriam ser reconhecidos e aceitos por comunidades diferentes, em contextos diferentes, e por isso existe certa margem de manobra que, mesmo quando se demonstra assertivamente qual é o ideal épico predominante de determinado elemento, aceita-se a existência de variantes. Isto quando os poemas não apresentam formas complexas e nuançadas, sem estabelecer entre elas algum tipo de hierarquia. Talvez essa característica seja um dos motivos para que tantos contextos diferentes tenham sido levantados pelos especialistas como sugestão para o período de composição dos poemas e da sociedade relativa a eles.[17]

[15] Para um levantamento da questão ver Oliveira (2008).

[16] Esta posição é semelhante à de Whitley (1991), com a inclusão do elemento da distância temporal entre as comunidades.

[17] Para um levantamento da questão ver Oliveira (2012).

Referências

Anderson, W. D. What song the sirens sang: Problems and conjectures in Ancient Greek Music. *Royal Musical Association Research Chronicle*, n. 15 , p. 1-16, 1979.

Bakker, E.; Kahane, A. (eds.). *Written voices, spoken signs, tradition, performance, and the epic text*. Cambridge: Harvard University Press, 1997

Biles, Z. Peril's of Song in Homer's Odyssey. *Phoenix*, v. 57, n. 3/4, p. 191-208, 2003

Doherty, L. Gender and Internal Audiences in the Odyssey. *The American Journal of Philology*, v. 113, N. 2, p. 161-177, 1992

Dougherty, C. *The raft of Odysseus the ethnographic imagination of Homer's Odyssey*. Oxford: OUP, 2001

Ford, A. *Homer: the poetry of the past*. Cornell: CUP, 1992

Frontisi-Ducroux, F. *La cithare d'Achille*. Rome: Edizioni dell' Atenneo, 1986

Jong, I. de. The Homeric Narrator and his own *kleos*. *Mnemosyne*, v. 59, fasc. 2, p. 188-207, 2006

Kelly, A. Performance and Rivalry: Homer, Odysseus, and Hesiod. In: Revermann, M., Wilson, P. (eds.). *Performance, iconography, reception: studies in honour of Oliver Taplin*. Oxford, 2008, p. 177-203.

Ledbetter, G. *Poetics before Plato: interpretation and authority in early Greece*. Princeton: PUP, 2003

Lourenço, F. *Odisseia*. Lisboa: Cotovia, 2003.

Macleod, C. Homer on Poetry and the Poetry of Homer. In: *Collected essays*. Oxford: Claredon Press, 1996, p. 1-15.

Maslov, B. The Semantics of *áoidós* and Relates Compounds: Towards a Historical Poetics of solo Performances in Archaic Greece. *Classical Antiquity*, v. 28, n. 1, p. 1-38, 2009.

Minchin, E. *Orality, Literacy and Performance in the Ancient World*. Brill, 2012.

Nagy, G. *Poetry as performance: Homer and beyond*. 1996.

Oliveira, Gustavo J. D. Homero: Oralidade, tradição e história. *Nau Literária*, v. 4, n. 1, p. 1-22, 2008.

_____. Histórias de Homero: Um balanço das propostas de datação dos poemas homéricos. *Revista História e Cultura*, Franca-SP. V. 1, n. 2, p. 126-147, 2012.

Pagliaro, A. *Saggi di Critica Semantica*. Messina-Firenze: Casa Editrice G. D' Anna. 1953.

Redfield, J. *Nature and culture in the Iliad: the tragedy of hector*. Chicago: UCP, 1975

Revermann, M.; Wilson, P. (eds.). *Performance, iconography, reception: studies in honour of Oliver Taplin*. Oxford, 2008.

Scodel, R. Bardic Performances and oral tradition in Homer. *The American Journal of Philology*, vol. 119, n. 2, 1998, p. 171-194

_____. *Listening to Homer: Tradition, narrative and Audience*. Michigan: UMP, 2002.

Scully, S. The bard as Custodian of Homeric Society: Odyssey 3, 263-272. *Quaderni Urbinati di Cultura Classica*, nuova serie, n. 8, p. 67-83, 1981.

Segal, Charles. *Singers, heroes, and gods in the Odyssey*. Ithaca: Cornell University Press 2001.

Svenbro, J. *La parole et le marbre: Aux origins de la poétique grecque*. Lund: 1976

Walsh, G. B. *The varieties of enchantment: early greek views of the nature and functions of poetry*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press. 1984.

Werner, C. A liberdade restrita do aedo homérico. *Estudos literários*, v. 6, n. 11, 2005. P. 171-181

4

Tucídides arqueólogo

Juliana Caldeira Monzani

Introdução

O presente capítulo pretende-se um exercício de análise da primeira parte da obra de Tucídides conhecida como Arqueologia, mais especificamente os capítulos 4 a 11. A escolha deste recorte deve-se ao objeto central de nossa pesquisa que é a ocupação micênica em Creta no final da Idade do Bronze. As pesquisas arqueológicas nesse campo se desenvolveram sob forte influência da literatura antiga, em especial no pressuposto do que foi chamado de talassocracia minoica, que delineou, durante muito tempo, os rumos da Arqueologia da proto-história grega. Embora não se aceite mais a ideia de um domínio de Creta sobre o continente, criou-se um debate a respeito da extensão e da natureza do poder minoico que ainda baliza e divide os pesquisadores. Não sendo nossa área de formação específica, o que aqui propomos é um exercício de análise do texto de Tucídides a partir das discussões pertinentes à temática da Historiografia Grega, tendo em vista a construção da ideia da talassocracia minoica adotada por muitos pesquisadores.

Da pesquisa

O objetivo principal da nossa pesquisa é entender a natureza e a extensão da administração micênica em Creta. A partir dos documentos em Linear B é possível caracterizar tal administração,

as organizações econômica e de serviços de controle, a circulação de informação e a hierarquia dos funcionários administrativos. Por outro lado, as fontes materiais, em particular a arquitetura, possibilitam estabelecer os alcances dessa administração e do controle micênico, seja de forma direta através da ocupação territorial, seja de forma indireta, através de uma reorganização do espaço administrativo. As premissas metodológicas baseiam-se na análise espacial proposta por David Clarke (1977) e na necessidade da interação entre fontes materiais e escritas discutida por Antony Snodgrass (1987). A pesquisa visa também contextualizar as questões da ocupação micênica em Creta dentro de um quadro teórico mais amplo que discute a inserção do Egeu no Mediterrâneo. Desta forma, um dos objetivos da pesquisa é a articulação entre fontes arqueológicas e históricas, bem como a reflexão a respeito da escrita da História, mais especificamente a narrativa histórica. Tal tem em especial a ideia da construção de um discurso histórico, ainda que não seja nosso objeto principal, é fundamental. Embora não utilizemos fontes escritas antigas, as propostas da historiografia grega nos pareceram pertinentes na medida em que propõem uma abordagem do gênero historiográfico a partir dos aspectos intra e intertexto. Entendemos que os aspectos intratextuais são aqueles que dizem respeito à estruturação interna, uma análise minuciosa do vocabulário empregado bem como da construção do texto. Doutra parte, a análise intertexto refere-se às referências, explícitas ou não, a outros textos.

Em nosso estudo, as relações entre a História e a Arqueologia se impõem, principalmente no campo da escrita da História. A grande dificuldade é a de se pensar a documentação arqueológica como produtora de conhecimento histórico. Snodgrass (1987), arqueólogo especialista no início da Idade do Ferro, alerta para o que chama de falácia positivista, ou seja, a exigência de que a documentação arqueológica se expresse na linguagem da narrativa histórica. Tal reflexão, comum na Arqueologia, também se torna válida para a História. Lucien Febvre (1948), um dos fundadores da

Escola dos Annales, já havia chamado a atenção para a ruptura entre passado e presente produzida pela pesquisa Histórica. Assim, haveria uma confusão entre fato e documento, entre o real e o discurso. Nos capítulos II e III de *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien*, Marc Bloch (1952) faz a distinção entre o acontecimento e os documentos que este acontecimento legou e enfatiza a necessidade da crítica ao documento. Segundo Paul Veyne (1982), o historiador só tem acesso direto a uma ínfima parte do acontecimento através dos documentos que chegam até ele e os fatos não podem ser reconstituídos por tais documentos, por mais numerosos que sejam, pois a documentação é sempre incompleta e indireta. As lacunas são preenchidas com teorias e hipóteses. Neste sentido, as análises de Michel Foucault e Michel de Certeau a respeito da escrita da História são fundamentais. Em *L'écriture de l'histoire,* Certeau aponta que a histografia tenta articular dois termos antinômicos – o real e o discurso – e a tradição no Ocidente tende a relacionar o fazer histórico à escrita. O autor, então, diferencia a prática histórica (uma disciplina) de seu resultado (o discurso), aproximando-se assim da análise de Foucault (1966) sobre a práxis e o discurso. Da mesma forma que Febvre, Certeau nos lembra que a leitura do passado, por mais que seja controlada pela análise dos documentos, é conduzida por uma leitura do presente. Entretanto, a história considerada objetiva traz em si uma ideia de verdade na apresentação narrativa dos fatos históricos. Ela distancia a prática — pesquisa acadêmica dos documentos, seus recortes e abordagens metodológicas — do discurso, escrita narrativa, em especial de divulgação, que se pretende explicativa e, portanto, preenche as lacunas com hipóteses e teorias. Desta maneira, o autor fala de uma servidão imposta pela escrita que remete a uma série de distorções em relação aos métodos de análise com um discurso que parece impor regras contrárias às da prática. Ora, os documentos são fragmentários e parciais, e mesmo quando é feita a crítica, são e serão sempre incompletos. A produção histórica, no entanto, isto é, a escrita, se dá de maneira narrativa,

cronológica e explicativa, sem deixar espaços para questionamentos ou para evidenciar as lacunas e o campo das hipóteses.

A abordagem do objeto de estudo se insere em debates mais amplos com relação à integração do Mediterrâneo durante a Idade do Bronze. Assim, a pergunta mais importante a ser feita é: por que os micênios se instalaram em Cnossos? A hipótese central é que, seja de forma planejada ou porque a oportunidade se apresentou — distúrbios internos em Creta após a erupção do vulcão em Tera e seus efeitos de longa duração — a ocupação de Cnossos deve ter uma explicação histórica. Essa ocupação deve ser entendida como uma iniciativa para controlar as rotas comercias marítimas que pertenciam a Creta e a participação das oficinas minoicas que se especializaram em produzir bens de luxo nesse comércio de longa distância que envolvia várias civilizações e sociedades. O estudo de como essa ocupação se consolidou e se organizou — o que e como era controlado, até onde, que esferas e de que forma é possível detectar tal domínio — pode desvendar os motivos e vantagens dessa ocupação bem como as dinâmicas internas dos processos que tornaram o Mediterrâneo mais integrado no final do segundo milênio antes de Cristo, tendo em vista os contatos já estabelecidos entre o continente grego e a Península Itálica, e de Creta com as civilizações orientais coetâneas. Desta maneira, a escolha do tema para a análise se deu através de uma das questões que permeiam nossa pesquisa, ou seja, a talassocracia minoica. Daí a nossa exclusão da segunda parte da chamada Arqueologia de Tucídides. Ainda que o capítulo 12 seja uma óbvia sequência ao anterior, narrando o período após a Guerra de Troia, ele se situaria na Idade do Ferro inicial, escapando do escopo temporal de nossos estudos.

Exercícios de análise

As análises a seguir constituem-se em um ensaio de leitura intratextual dos capítulos 4 a 11 do livro primeiro da obra de Tucídides, *A história da Guerra do Peloponeso*. Dada a gama de

possibilidades que o texto em si oferece, restringimos sua abordagem a alguns pontos que em nossa leitura pareceram pertinentes. Primeiramente fomos buscar o emprego da palavra talassocracia em Tucídides e, não a encontrando no trecho selecionado, focamos o estudo nas evidências utilizadas pelo autor e de que forma ele constrói seus argumentos em torno delas. Tendo em vista que tal abordagem é nova para nós, recorremos a análise estrutural de J. R Ellis (1991) para o nosso exercício.

A talassocracia minoica

A Idade do Bronze no Egeu compreende a história do continente grego, de suas ilhas e de Creta e suas ilhas entre 3000 e 1100 a.C., período esse que marca a introdução do bronze na produção de ferramentas e armas e se estende até a difusão do uso do ferro. Os três grandes nomes da disciplina foram Heinrich Schliemann, que fundou os estudos da pré-história grega; Arthur Evans e seus seguidores, responsáveis pela divulgação da disciplina; e Carl Blegen que conduziu as pesquisas para um caráter mais científico e para a sua maturidade.[1]

Os estudos científicos propriamente ditos começaram há mais de 140 anos com as escavações de Heinrich Schliemann em Troia, Tirinto e Micenas a partir da de 1870.[2] Conhecida por Arqueologia Filológica, ou baseada em textos, tinha como objetivo comprovar a existência dos sítios e eventos citados nos textos antigos através de uma pesquisa baseada nas descrições e referências geográficas como, por exemplo, as pesquisas de Schliemann se baseavam nas obras atribuídas a Homero. A partir dos textos homéricos e do estudo da geografia da região, Schliemann indicou a elevação Hissarlik como o local da Troia homérica e, apesar de ser em grande

[1] Faz necessário mencionar, no entanto, que a primeira pesquisa científica na região foi conduzida pela Expedição Francesa na Moreia (nome medieval da península do Peloponeso) entre 1828 e 1833.

[2] Schliemann realizou quatro grandes campanhas em Troia: 1870–1873, 1878–1879, em 1882, e em 1890. Foram duas campanhas em Tirinto em 1884 e 1885, e uma em Micenas em 1876.

parte desacreditado uma vez que a localização mais aceita na época fosse Burnarbashi, suas escavações revelaram um grande complexo urbanístico com várias camadas de ocupação que, finalmente, foi reconhecido como sendo Troia.

A partir de 1900 Arthur Evans passa a escavar em Cnossos. A civilização de Creta foi nomeada segundo o legendário rei de Creta, Minos, o que mostra que a literatura ainda tinha predominância nas pesquisas arqueológicas. Tal fato também é observado na questão de uma suposta talassocracia minoica debatida em todas as gerações de pesquisadores da proto-história egeia. A partir dos autores antigos, em especial Tucídides, estabeleceu-se tal ideia, mas a questão de um poder militar naval minoico no Egeu e no Mediterrâneo oriental (e, em menor escala, no Mediterrâneo ocidental) ainda não apresenta resposta satisfatória.

Talassocracia em Tucídides

O termo talassocracia (*thalattokratía*[3]) não está presente na obra de Tucídides e ao que nos parece sua primeira ocorrência seria em Estrabão (1.3.2). Variações do termo, no entanto, têm uma ocorrência anterior. Como verbo (*thalassokratéein*) em Heródoto 3.122.1 e Políbio 1.7.6 (*thalattokratoûntas*), 1.16.7 (*thalattokratoúntōn*), e como substantivo em Heródoto 5.83.2 (*thalassokrátores*) e Xenofonte *Hell.* 1.6.2 (*thalattokrátōr*). Dentro do mesmo leque podemos considerar uma outra variante (*naykrátōr*) em Sófocles *Phil.* 1072 e Heródoto 6.9.1 (*naykrátores*). Dentre todos os casos acima citados somente Estrabão e Heródoto relacionam o domínio do mar ao rei Minos.

Segundo Gardiner (1969), tais léxicos só aparecem em Tucídides a partir do quinto livro. Em 5.97.1 e 5.109.1 (*naykratórōn*) e em 6.18.5 (*naykrátores*). Como verbo em 7.60.2 (*naukratḗsousin*). Em 8.63.1 (*thalassokrátores*), na forma verbal temos 7.48.2

[3] Transliterações de acordo com PRADO, Ana Lia do A. de A., 2006.

(*thalassokratoúntōn*), 8.30.2 (*ethalassokrátoyn*) e 8.41.1 (*thalassokratoîen*). Os vocábulos ligados ao poder (*krateîn*) nas suas variações apareceriam mais de 260 vezes na obra enquanto que os termos relacionados ao poder marítimo, que seriam os quatro listados acima, apenas oito vezes. Desta forma, para Gardiner, o emprego de termos relacionados ao domínio do mar estaria ligado a uma abordagem irônica a respeito do orgulho ateniense a partir do quinto livro.

Retornando ao primeiro livro, nos discursos sobre o poder naval o termo talassocracia não é usado, mas sim perífrases correspondendo a formas mais ou menos absolutas de poder marítimo (36.3, 42.4, 80.3, 121.4, 141.4, 142.6) e a única menção objetiva de um poder marítimo está nas palavras de Péricles em 143.5 "grande pois era o poder sobre o mar" (*méga gar tò tẽs thalássēs krátoς*).

Nos trechos analisados (Thc. 1.4-11) há duas construções que remetem à ideia do domínio sobre o mar: a respeito de Minos em 4.1 "de Minos, pelo que se escutou, foi o mais antigo a fazer para si uma marinha e ter o domínio do mar Helênico" (*Mínōs gὰr palaítatos hõn akoẽi ísmen naytikòn ektḗsato kaì tẽs nûn Ellēnikẽs thalássēs epì pleîston ekrátēse*) e de Agamêmnon em 9.3 "a mim me parece que Agamenon foi bem sucedido e possuiu uma marinha superior aos demais" (*á moi dokeî Agamémnōn paralabὸn kaì naytikõi [te] háma epì pléon tõn ἄllōn ἰskhúsas*).

As evidências de Tucídides

Nos capítulos 4 a 11 do primeiro livro, que corresponderiam a Idade do Bronze na Grécia, Tucídides se apoia em três evidências para assegurar a credibilidade de sua premissa básica de uma desorganização política e militar inicial, de um mundo grego gradualmente adquirindo força e poder e de uma série crescente de expedições militares cada vez mais poderosas, culminando no que

seria a maior guerra de todas, aquela que estava se iniciando e que o autor se dispôs a narrar. Podemos classificar tais evidências em tradição oral, analogias contemporâneas e testemunhos arqueológicos. O que propomos aqui é uma análise preliminar de tais evidências e de que forma Tucídides constrói sua argumentação ao redor delas de maneira ao mesmo tempo progressiva e circular.

No capítulo 4 a evidência é claramente a tradição oral haja visto que na primeira sentença temos 4.1. "que se escutou" (*hõn akoẽi ísmen*). Nesta passagem, a metade dos verbos, num total de 10, está no aoristo, o que poderia implicar em uma indeterminação temporal de algo que é comumente dito, mas não há autor. Por ser uma passagem curta, gostaria de sublinhar a presença da ideia de antiguidade e de primazia indicada nos léxicos *palaítatos* e *prõtos*: "Minos foi o primeiro a constituir uma marinha (...) e foi o primeiro a colonizar" (*Mínõs gàr palaítatoç hõn akoẽi ísmen naytikòn ektḗsato (...) kaì oi̓kistὲs prõtos*). As premissas básicas seriam que o início da organização político-militar dos gregos estaria associado à constituição de uma marinha, à colonização e domínio das ilhas — o estabelecimento de um governo — e ao fim da pirataria.

Entretanto, ao que parece, para Tucídides a tradição por si não se basta como testemunho e, a partir do capítulo 5 o autor recorre a outros tipos de evidências que suportem tais histórias. Assim temos nos capítulos 5 a 7 o uso de analogias contemporâneas, ou seja, a constatação de costumes ainda vivos ou seus resquícios, sejam entre os gregos ou bárbaros, que comprovariam antigas práticas mencionadas pelos poetas. Assim teríamos, no capítulo quinto, a falta de vergonha, ou até certa honra, nas atividades de pirataria demonstrada pelos continentais ainda hoje 5.2 (*dēloûsi dὲ tõn te ēpeirōtõn tinὲs éti kaì nûn*), postura também presente na antiga poesia quanto se perguntava, sem qualquer nota de reprovação, a um forasteiro se ele era um pirata. Haveria também, entre os gregos, o costume de andar armado que remontaria à época da pirataria 5.3. "o costume de carregar armas (...) se manteve"

(*sidērophoreîsthai (...) emmeménēken*). Neste trecho mais da metade dos verbos está no presente e o movimento da narrativa nos leva não para o que é ouvido, mas não pode ser visto, mas àquilo que se observa hoje e é registro do antigo, ideia assegurada por uma certa recorrência do vocábulo *antigo - pálai* (tò *pálai*, *hoi palaioì*, *tõi palaiõi* e *tẽs palaiâs*).

Já no capítulo seguinte são os bárbaros que possuem costumes que outrora foram costumes dos gregos, principalmente vestimentas e adornos 6.1 "Como fazem os bárbaros" (*epoiếsanto hốsper hoi bárbaroi*), 6.5 "ainda entre os bárbaros são agora" (*éti dè kaì èn toîs barbárois éstin hoîs nûn*) e 6.6 o antigo grego semelhante em modo ao bárbaro de agora" (*tò palaiòn Hellēnikòn homoiótropa tõi nûn barbarikõi diaitốmenon*). Aqui, aos léxicos de primazia e antiguidade (*prốtos* e *pálai*) juntam-se os ligados aos costumes e modos de vida que são quatro variações de *díaita* (*tề̀n díaitan*, *diaitēmáton*, *tẽi diaítēi* e *tò habrodíaiton*).

O capítulo 7 nos chamou a atenção pois, uma vez que iniciamos o exercício propondo buscar os fundamentos da talassocracia minoica em Tucídides, encontramos muitos vocábulos relacionados à colonização e ao assentamento (*ōikísthēsan*, *ektízonto*, *oíkous*, *ốikoyn)*, ou seja, à conquista e domínio da terra. Novamente, neste pequeno trecho, resquícios ainda visíveis de antigos costumes atestariam práticas que não mais existem na época de Tucídides. Assim, além do porte de armas, outro dado para comprovar a antiga pirataria seria o fato que os primeiros povoamentos foram estabelecidos longe do mar 7.1 "estabeleceram-se e colonizaram muito longe do mar" (*polù antískhoysan apó thalássēs mâllon ōikísthēsan*).

É no capítulo 8 que temos o primeiro testemunho arqueológico. Trata-se da famosa purificação das sepulturas de Delos durante a guerra (426/5 a.C.). A existência de armas e vestimentas consideradas não gregas em tais sepulturas seria prova de que a ilha fora outrora colonizada por populações não-gregas, no

caso os Cários, pois a forma de enterramento seria semelhante àquela que estes povos praticavam na época de Tucídides 8.1 "da maneira que ainda enterram agora" (*tõi trópōi hõi nûn éti tháptoysin*). No início deste capítulo há duas evidências visuais: o conteúdo encontrado nas sepulturas e que foi transferido de Delos, e os costumes funerários praticados pelos Cários. Na parte final Tucídides retoma a premissa inicial e conclui que Minos teria construído uma grande marinha com a qual colonizou as ilhas e regiões litorâneas, expulsando os piratas e estabelecendo um comércio seguro e pacífico, gerador de muitas riquezas. Tal acúmulo de riquezas teria preparado os gregos para a próxima grande mobilização militar, a Guerra de Troia. É interessante notar que nessa segunda narrativa dos feitos de Minos, que retoma a premissa do capítulo 4, os verbos estão no imperfeito. Acreditamos que essa passagem do uso do aoristo (tempo verbal da intermediação) no capítulo 4 para o imperfeito (tempo que, ainda que suporte a ideia de uma ação não acabada, está bem localizado num passado real) deve-se ao fato que a argumentação foi construída a partir de evidências mais confiáveis que a tradição oral. Faz-se necessário apontar também que o tempo verbal utilizado para iniciar a próxima narrativa, a da expedição contra Troia, é novamente o aoristo.

Para iniciar a nova argumentação, Tucídides não apenas retoma o uso do aoristo, mas parte novamente da tradição oral. Tal tradição aparece aqui de duas formas: uma mais indefinida "dizem", "lembram" (*légoysi e mnḗmēi*) e outra nomeada (*Hómēros)*. O que notamos logo no início é, pela primeira vez, a intervenção direta do autor: "para mim" (*moi dokeî*), que ocorre duas vezes no texto em 9.1 e 9.3. As premissas do autor aqui seriam duas. A primeira baseia-se nas tradições orais dos peloponésios passadas de geração em geração. Segundo tais relatos, o poder de Agamêmnon viria do medo e não do juramento de seus súditos e na opinião de Tucídides, como ele mesmo enfatiza duas vezes, tais narrativas atestariam que o medo que as populações do Peloponeso tinham dos Heráclidas seria a base do poder dos Atridas em Micenas. A segunda premissa baseia-

se em Homero. Através de uma citação do verso 108 do canto 2 da Ilíada, Agamêmnon seria o senhor de muitas ilhas e de Argos. Com a ressalva que Tucídides faz sobre a credibilidade de Homero 9.4. "como Homero isto mostrou, se assim for testemunho suficiente" (*hōs Hómēros toûto dedḗlōken, eí tōi hikanòs tekmēriōsai*), o autor deduz que para que Agamêmnon fosse senhor das ilhas adjacentes ele deveria controlar uma poderosa marinha. Antes de passarmos para a análise do próximo capítulo, cabe notar que aqui os verbos no aoristo predominam, sendo 8 de um total de 21, seguidos de 5 no presente, 4 no perfeito e 4 no imperfeito.

O capítulo 10 é um dos maiores e dos mais ricos para análise. O autor vai se apoiar numa diversidade de evidências para desenvolver o argumento. Temos aqui o segundo uso de testemunhos arqueológicos: a própria cidadela de Micenas. Ainda que abandonada, as ruínas de Micenas eram visíveis na época e, embora não seja provável que Tucídides estivesse presente na purificação de Delos e tenha visto por si próprio o conteúdo das sepulturas (mas talvez alguém que ele conhecesse o tenha), a visita do autor a Micenas seria algo bastante plausível. O que torna esse trecho interessantíssimo é que os vestígios visíveis de Micenas não sustentam a premissa de Tucídides sobre o poder de Agamêmnon e este testemunho visual descreditaria os poetas que engrandeceram esse poder. Aqui o autor vai lançar mão das analogias contemporâneas para justificar o que o testemunho arqueológico não parece sustentar inicialmente. Antes de prosseguir, gostaríamos de notar que tanto neste ponto quanto na passagem anterior, Tucídides parece não rejeitar completamente a tradição oral, mas utiliza-se dela quando lhe convém. A base da argumentação do autor, no entanto, ainda se baseia no olhar, naquilo que é possível ver, e neste caso, no como ver e interpretar o que se vê. Para tanto, a analogia utilizada é com Esparta e Atenas contemporâneas do autor, e no exercício de imaginar, uma vez abandonadas, que interpretação o observador faria do poder de ambas. Ora, Esparta carecendo de construções monumentais ou numerosas e de um grande centro urbano daria a impressão de ser

muito menos poderosa do que na realidade era, controlando dois terços do Peloponeso 10.2. "Dos lacedemônios pois se a cidade se desertificar dos templos e das fundações, suponho que muita haveria descrença de sua força" (*Lakedaimoníōn gàr ei hē pólis erēmōtheíē (...) pollèn àn oîmai apistían tẽs dynámeōs*). Por outro lado, Atenas pareceria duas vezes mais poderosa do que realmente era pela mesma lógica 10.2. "Dos atenienses teriam a impressão duas vezes maior da força pelo que visível na aparência" (*Athēnaíōn dè tò autò toûto pathóntōn diplasían àn tèn dúnamin eikázesthai apó tẽs phanerâs ópseōs tẽs póleōs è éstin*). Assim sendo, os vestígios de Micenas não devem enganar o observador, e se, segundo Tucídides, aceitarmos o testemunho de Homero, com toda sua liberdade poética, devemos reconhecer o poder de Agamêmnon.

Ainda no capítulo 10 há duas intervenções do autor 10.2. "suponho" (*oîmai*) 10.4 "como a mim me parece" e (*hōs emoì dokeî*). Há uma ênfase no vocabulário ligado ao ver, parecer, mostrar e mostrar-se (*phaínoit'*, *tẽs phanerâs*, *ópseōs*, *tás ópseis*, *skopeîn, phaínetai*, *dēlõn*, *dedḗlōken*, *phaínontai*), bem como do crer, descrer e do provável (*eikós*, *ouk eikós*, *apistoíē*, *apistían*, *apísteîn*, *pisteúein*). Toda narrativa aqui constrói-se a partir de um jogo em ver/parecer e acreditar/desacreditar e entre o que é visto, mas não é realmente, e o que é dito, não pode ser visto, mas, no entanto, deve ser crido. O narrador, entretanto, não enfatiza o que é dito (indicado apenas duas vezes no texto), mas no que não se pode tomar como verdade a partir do que é visto sem uma reflexão do que se vê realmente.

Se por um breve momento o leitor pode pensar que Tucídides valida a tradição oral, esse momento se encerra no capítulo seguinte. Embora a evidência seja novamente a tradição, aqui ela é desacreditada. A expedição contra Troia não teria sido tão grande quanto os poetas cantaram (11.2 *dēloûntai toîs érgois hupodeéstera ónta tẽs phḗmēs kaì toû nûn perì autõn dià toùs poiētàs lógoy kateschēkótos*), pois se os invasores tivessem ido com força total eles

teriam vencido facilmente e a guerra não teria sido longa. Mas a falta de recursos não permitiu que assim fosse, portanto ela não foi tão grandiosa. Além do mais, ela não poderia mesmo o ser porque um dos pressupostos iniciais de Tucídides é que a Guerra do Peloponeso seria a maior guerra da humanidade, ultrapassando todas as outras pois, naquele momento, os gregos teriam atingido o auge de sua força militar.

Considerações finais

Com relação à talassocracia, o que é colocado em questão, não apenas em Tucídides, mas em outros autores como Heródoto (3.122.2) e Homero (*Od.* 19.164-189, *Il.* 13, 450-454), é a memória preservada de uma poderosa autoridade em Creta que poderia ter incentivado e sido incentivada pela história de Teseu e o minotauro. Nas escavações de Cnossos, Evans e os seus seguidores partiram de tais pressupostos e pensaram na existência de um império marítimo minoico entre 1600 e 1400 a.C. e na colonização das ilhas e da Península Balcânica. Tais teorias foram amplamente aceitas, embora arqueólogos proeminentes como Carl Blegen e Alan Wace se opusessem à ideia de uma dominação minoica nos sítios micênicos. Parece-nos claro que a ideia de um império marítimo desenhada por Evans tinha ecos no império Britânico do século XIX, em especial com a ocupação da Índia. Tal abordagem enquadra Evans no grupo de pesquisadores atualmente chamados de modernistas, acadêmicos que no início do século XX projetaram para o mundo antigo suas experiências imperialistas do século XIX e defenderam ideias como as de um império marítimo ateniense no século V a.C., ou de uma talassocracia minoica no segundo milênio a.C., na qual Cnossos seria o centro de um importante império marítimo baseado na colonização de ilhas do Egeu e dos sítios costeiros no continente bem como do controle comercial na região.

Arqueologicamente, entretanto, não há nenhuma ruptura na cultura material por volta de 1600 a.C. que pudesse justificar o

domínio minoico no continente. Para o mesmo período havia a crescente evidência que a maior parte da cerâmica egeia encontrada no Oriente Próximo era de origem micênica. Tais dados vieram a reforçar a posição de Wace e Blegen que defendiam uma ocupação micênica em Creta. A decifração do Linear B em 1952 por Michel Ventris encerrou definitivamente este debate uma vez que a língua utilizada era uma forma arcaica de grego. Assim sendo, grande parte dos arquivos de Cnossos foram escritos em grego e nenhuma escrita minoica[4] foi encontrada no continente.

A este debate, Chester Starr propôs uma questão interessante em 1955: o que o "domínio marítimo" poderia realmente significar na época pré-histórica? As evidências arqueológicas não parecem suportar a ideia de um monopólio comercial de qualquer espécie para este período, mas tem apontado para um tipo de comércio marítimo de transporte de bens desprovido de um caráter militar ou de controle político. Os vestígios do naufrágio de Uluburun, na costa sul da Turquia, datado do século XIV a.C., revelaram uma carga de bens e matérias-primas de proveniências distintas, o que indicaria um comércio circular no qual os bens seriam trocados de porto em porto sem uma especialização dos produtos ou o estabelecimento de uma rota direta entre dois portos. Tal carregamento dificilmente seria monopólio de um único poder constituído ou estaria atrelado a qualquer forma de domínio político ou militar. Embora alguns autores ainda defendam a ideia de uma talassocracia minoica[5], a nossa postura é entender que a influência minoica em outras regiões, em especial nos bens de luxo e traços arquitetônicos, não é uniforme nem apresenta o mesmo grau de intensidade de um lugar para outro, e estaria muito mais ligada a um contato comercial intenso. Da mesma forma parece pouco provável que os bens importados depositados nas *Shaft Graves* no

[4] A saber Linear A e Hieroglífica.

[5] Para uma abordagem a favor da talassocracia minoica recente consultar ABULAFIA, D. Thalassocracies in HORDEN, P.; KINOSHITA, S. (eds.) *A Companion to Mediterranean History,* Oxford, 2014, p. 139-153.

continente seriam o resultado exclusivo da troca de presentes entre soberanos, mas estariam fortemente associados ao comércio. O quadro arqueológico mostra de durante os séculos XVI e XV a.C. Creta gradualmente perdeu a proeminência no comércio com o Egeu para a Grécia continental.[6]

Passemos a considerar então a forma como Tucídides organiza sua argumentação em torno de testemunhos visíveis (autópsia) e de como estrutura a narrativa, segundo J. R. Ellis, a aparente desordem cronológica do primeiro livro esconderia uma organização que vai do menor ao maior a partir de dois argumentos: o significado e as causas da Guerra do Peloponeso. A trama narrativa seria, assim, constituída de anéis dentro do seguinte esquema: apresentação da tese, sua comprovação e a retomada dessa tese (A-B-A). Nos capítulos selecionados para o exercício foi possível evidenciar tal estrutura, sobretudo nos capítulos 4 a 8. No entanto, nos ficou claro que a última parte do capítulo 8 é o início do 9. Por isso consideramos que uma representação mais adequada da trama do texto tucidididiano, ao menos no pequeno trecho estudado, seria a de espirais crescentes.

Por fim, gostaríamos de refletir um pouco mais sobre as evidências arqueológicas do autor. Em seu artigo *Thucydides as Archeologist,* do qual emprestamos o título para este trabalho, Robert Cook já havia identificado tais fontes. Com relação à purificação de Delos, Cook se remete ao depósito arqueológico encontrado em 1898 na ilha vizinha de Reneia que possuía 300 fragmentos de cerâmica geométrica e orientalizante e duas centenas de fragmentos de cerâmica ática de figuras vermelhas. Esta última seria facilmente reconhecida como grega, mas as duas primeiras

[6] As escavações no sítio de Trianda em Rodes demonstraram que havia um assentamento minoico ao lado do qual estabeleceu-se um assentamento micênico um século depois. Aparentemente os dois assentamentos conviveram pacificamente até que o sítio minoico foi subitamente abandonado. As referências egípcias a *Keftiu*, geralmente identificado como Creta, são substituídas no século XIV a.C. por referências aos habitantes das ilhas do Grande Verde e a *Tanaja*. O crescente número de objetos micênicos no Egito a partir do mesmo século parecem indicar que tais referências dizem respeito aos micênios.

não, nem pelos gregos do século V a.C. e tampouco pelos arqueólogos do século XIX que identificaram a cerâmica orientalizante como fenícia e a geométrica como cária segundo uma longa tradição que remonta a Tucídides e Heródoto. Quanto aos vestígios de Micenas, o autor considera que não teria havido muitas alterações no sítio do século XII a.C., quando a cidadela foi destruída e abandonada, e no do século V a.C. O artigo de Cook, no entanto, publicado em 1955, precede importantes discussões metodológicas e teóricas no campo da Arqueologia a partir da década de 1960 com o desenvolvimento da Arqueologia Processual. Deste modo, seria impossível para o autor, importante arqueólogo classicista, ligado à escola mais tradicional da disciplina, pensar em um outro aspecto de Tucídides enquanto arqueólogo que gostaríamos de explorar.

A Arqueologia Processual rompeu com a arqueologia tradicional ao propor uma epistemologia própria para a disciplina baseada na autonomia de métodos e fontes. Tratou-se de um movimento nascido nos Estados Unidos onde a prática arqueológica se desenvolveu na ausência de fontes literárias e muito próxima das teorias antropológicas. A partir de então a Arqueologia passou a buscar modelos explicativos próprios e dentro dessa perspectiva desenvolveu o campo da formação do registro arqueológico. Tal abordagem, impensável anteriormente, parte da reflexão sobre como e o que nos chega de vestígios e de que maneira eventos e ideias se manifestam na materialidade. Tal práxis, muito recente na Arqueologia, foi o exercício feito por Tucídides ao refletir que os restos materiais de Micenas não revelariam a verdadeira natureza do poder de Agamêmnon. Assim, o tamanho reduzido da fortaleza, se comprado às projeções que se faz para a capital de um grande poder, não poderia ser o testemunho desse poder. Tucídides vai mais longe. Ao postular o abandono Atenas e Esparta no seu apogeu e que tipo de vestígio materiais ambas legariam, ele faz um importante exercício a respeito da formação do registro arqueológico e de como certas práticas não possuem respaldo material, podendo induzir ao erro seja pela superestimação (no caso

de Atenas) seja pela subestimação (no caso de Esparta). Um dos mais conhecidos exemplos desse tipo de reflexão arqueológica é a obra de Ian Morris, *Burial and Ancient Society*. Ao estudar os sepultamentos no Cerâmico, a principal necrópole de Atenas, o autor identificou um empobrecimento das sepulturas e do mobiliário funerário que se inicia no século VI a.C. A princípio tais evidências criaram um vivo debate, pois, segundo o levantamento dos arqueólogos, as sepulturas riquíssimas em termos de mobiliário e construção pertenceriam aos séculos IX e VIII a.C., período em que a Ática e Atenas possuíam baixa densidade populacional, e que tais sepulturas foram gradualmente se empobrecendo a medida que Atenas foi se fortalecendo e consolidando certo poder. O que a princípio parecia ser um contrassenso foi abordado a partir da reflexão sobre o registro arqueológico e materialidade de certas esferas imateriais. Morris chegou à conclusão que, nos séculos anteriores, quando o poder político de Atenas se constituía provavelmente a partir do modelo de chefia, as famílias mais proeminentes afirmavam seu status social através de demonstrações materiais, dentre elas sepultamentos suntuosos. A partir do momento em que a pólis se constituiu em torno do conceito de isonomia, as sepulturas teriam parado de refletir a diferenciação social entre seus cidadãos.

Se retornamos ao nosso problema inicial, o da talassocracia minoica, este exercício nos mostrou que tal talassocracia, ao menos em Tucídides, não se constitui em um domínio direto do mar, mas sim em uma marinha que permitisse a conquista (através da colonização) e controle das ilhas e das áreas costeiras, garantido assim uma certa estabilidade na circulação de bens e riquezas. Se pudermos projetar o modelo de estrutura narrativa em espiral para o resto do primeiro livro, podemos pensar que, talvez, Tucídides concebesse a mudança histórica enquanto força de grandeza e que tenha projetado para o passado um modelo reduzido do poder marítimo ateniense no século V a.C.

Referências

Fontes primárias

Estrabão. Meinkene, A. (ed.) , *Geographica*. Leipzig: Teubner, 1877.

Heródoto. *Herodotus. The Histories*. Cambridge: Harvard University Press, 1920.

Políbio. *Historiae.* Theodorus Büttner-Wobst after L. Dindorf. Leipzig: Teubner. 1893.

Sófocles. *Sophocles*. Vol 2: Ajax. Electra. Trachiniae. Philoctetes With an English translation by F. Storr. The Loeb classical library, 21. Francis Storr. London; New York: William Heinemann Ltd.; The Macmillan Company, 1913.

Tucídides. *Historiae in two volumes*. Oxford: Oxford University Press, 1942.

Xenofonte. *Xenophontis opera omnia*, vol. 1. Oxford: Clarendon Press, 1900.

Bibliografia crítica

Abulafia, D. Thalassocracies. In : Horden,P.; Kinoshita, S. (eds.) *A Companion to Mediterranean History*, Oxford, 2014, p. 139-153.

Bloch, M. *Apologie pour l'Histoire ou métier d'historien*. 2a ed. Paris: Libraire Armand Colin, 1952.

Certeau, Michel de *L'écriture de l'histoire.* Paris: Éditions Gallimard, 1975.

Clarke, D. L. (ed.) *Spatial Archeology*. London: Academic Press, 1977.

Cook, R. M. Thucydides as Archaeologist. *Annual of the British School at Athens*, 50, 1955, pp. 266-270.

Ellis, J. R. The Structure and Argument of Thucydides' Archaeology. *Classical Antiquity*, 10 (2), 1991, pp. 334-376.

Febvre, L. Trois essais sur histoire et culture. *Cahiers des Annales*, 1948.

Foucault, M. Le mot et les choses. Paris: Éd. Gallimard, 1966.

Gardiner, T. Terms for Thalassocracy in Thucydides. *Rheinisches Museum für Philologie,* 112, 1969, pp. 16-22.

Morris, I. *Burial an Ancient Society: the rise of Greek city-State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

Prado, A. L. do A. de A. Normas para a transliteração de termos e textos em grego antigo. *Clássica*, 19 (2), 2006, pp. 298-299.

Snodgrass, A. M. *An Archaeology of Greece: The Present State and Future of a Discipline.* Berkley & Los Angeles: University of California Press, 1987.

Starr, C. The Myth of the Minoan Thalassocracy. *Historia*, 4, 1955, pp. 282-291.

Veyne, P. *Como se escreve a História. Foucault Revoluciona a História*. Brasília: UnB, 1982.

5

Comunidades Políticas, Comunidades de Lugar e o Estudo da Paisagem na Grécia Antiga

Lilian de Angelo Laky [1]

Desde as duas últimas décadas, muitos estudos em arqueologia grega têm reavaliado a ênfase excessiva no papel da pólis em ser a forma mais dinâmica, criativa e influente de organização política no mundo grego arcaico e clássico. Tal visão é uma herança do pensamento do século XIX e XX e não mais se sustenta (Morgan, 2003, p. 8). Essa mudança de perspectiva foi propiciada em grande medida pelos resultados das pesquisas acerca da Idade do Ferro, que forneceram informações inovadoras sobre a origem e formação da própria pólis e de sua inter-relação com território, identidade, religião e, ainda, com uma forma de comunidade de lugar, o *éthnos*. A tendência contemporânea em ver o mundo grego e suas instituições em uma perspectiva mediterrânica, através dos conceitos de mobilidade, conectividade (Van Dommelen e Knapp, 2010, p. 8; Horden e Purcell, 2000, p. 123) e redes (Malkin, 2003; Malkin, Constantakopoulou e Panagopoulou, 2009), vem ampliando a nossa percepção sobre os gregos antigos. Coloca-os ao lado dos outros povos do Mediterrâneo com os quais estes sempre se relacionaram, assim rompendo com a perspectiva clássica que prefere estudar gregos e romanos em isolamento, como

[1] Mestre e doutora em arqueologia clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Este capítulo apresenta ideias desenvolvidas no Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA-MAE/USP) no âmbito do doutorado *A apropriação e consolidação do culto de Zeus pela cidade grega: moedas e santuários, política e identidade na época arcaica e clássica*, financiado pela FAPESP.

as únicas e mais importantes culturas da região. Essa tendência, que abriu novas perspectivas sobre antigas comunidades gregas, repensa a pólis como a única chave para se compreender o mundo grego, o qual passou a ser analisado mais em termos da variedade das culturas gregas e de suas formas de interação (Vlassopoulos, 2009, p. 16-17). Nessa esteira, modelos como o de *sistema-mundo,* aplicado aos estudos arqueológicos e históricos sobre a Grécia antiga, têm mostrado que uma comunidade, a pólis grega, não pode ser mais considerada uma unidade de análise autossuficiente (*Idem*, p. 18). Interpretações mais inovadoras nesse sentido vêm examinando o papel do *éthnos* (ou dos *ethnê*) – comunidades que se relacionavam através de uma identidade étnica comum ligada a uma região específica do mundo grego e que incluíram pólis em seu território – na elaboração e configuração da identidade política-religiosa da própria pólis grega.

Com base neste debate atual e em três casos do culto de Zeus em regiões gregas bem distintas (Arcádia, Acaia e Líbia), é nosso objetivo mostrar como identidades étnicas, associadas ao elemento religioso, operavam em escalas regionais no mundo grego, estruturando uma variedade de paisagens étnicas, que eram ao mesmo tempo sagradas e políticas, em pólis e entre pólis de determinadas regiões (figura 1). Queremos mostrar que para todo estudo de paisagem da Grécia Antiga é necessário realizar uma arqueologia de comunidades, neste caso, analisar a inter-relação pólis e *ethnê*. Neste tema, no qual discutimos e examinamos a relação *éthnos*, pólis e paisagens na Grécia Antiga, consideraremos em nossa interpretação a perspectiva ideacional e interacionalista em arqueologia de comunidades, que põe o foco na relação entre as interações que ocorrem em um dado espaço de tempo e na identidade compartilhada que cria e é criada por essas interações (Yaeger e Canuto, 2000, p. 6). Situada entre *household archaeology* e estudos regionais, a arqueologia de comunidades advoga por uma concepção de comunidade como uma instituição dinâmica e

socialmente constituída que depende da agência humana para sua criação e existência continuada (*Idem*, p. 5).

Comunidades são entendidas como instituições sociais sempre emergentes que geram e são geradas por interações *supra-households* estruturadas e sincronizadas por um conjunto de lugares dentro de um período de tempo, onde interações diárias podem ser mobilizadas no desenvolvimento de identidades comuns. Os conjuntos de interações que em parte constituem comunidades são entrecruzados por um contingente histórico e um contexto dinâmico que dão significados particulares a essas interações. Nesse sentido, uma comunidade é definida não apenas por espaços, pessoas e sua interação sincronizada, mas também pelo seu contexto histórico. Este tipo de contextualização valoriza a especificidade do significado de interações produzidas dentro de uma comunidade em particular (*Ibidem*, p. 5-6).

A arqueologia de comunidades relaciona-se diretamente à paisagem quando esta é definida como espaço ativamente habitado (Knapp e Ashmore, 1999, p. 8), socialmente produzido (Nixon, 2006, p. 7): comunidades possuem um aspecto espacial no sentido que devem existir locais físicos para a interação repetida e significativa necessária para criar e manter uma comunidade (Yaeger e Canuto, 2000, p. 6). Embora seja um conceito instável, pois tem sido variadamente definida por arqueólogos, antropólogos, geógrafos e historiadores (Knapp e Ashmore, 1999, p. 6), entendemos a paisagem como um tipo de texto histórico, um construto material que comunica informações sobre comunidades que a cada geração construíram no espaço seu próprio mapa cognitivo (Anshuetz, Wilshunsen e Scheik, 2001, p. 161).

Consideramos que uma paisagem nunca está completa, nem construída, está perpetuamente em construção pelas atividades e interações humanas. Consideramos também que a paisagem toma forma através de um processo de incorporação e não de inscrição: a formação da paisagem não é uma questão de transformar um terreno físico completo, dentro de um padrão de espaço e tempo

experimentado e constituído historicamente, como se o mundo físico pré-existisse como uma lousa em branco, um mero substrato de materialidade informe esperando a impressão do significado cultural. Nesse sentido, as pessoas moldam a paisagem ao mesmo tempo em que elas o habitam. Trata-se, pois, de entender que ao residirmos no mundo não agimos sobre ele ou fazemos coisas para ele, mas nos movemos ao longo do tempo com ele. Nossas ações não transformam o mundo. Ao contrário, elas são parte e parcela da transformação do próprio mundo (Ingold, 2000, p. 198-203). A paisagem é uma síntese de espaço e temporalidade (Smith, 2003, p. 10).

Fundamental para o tipo de análise que escolhemos empreender é a abordagem de paisagem que privilegia os aspectos de territorialidade, identidade e memória. A formação da paisagem não pode ser entendida sem referência explícita a território – espaços que sofrem transformações conduzidas por abandono, ligações a unidades territoriais de diferentes períodos e geografias. O estudo de território pode fornecer percepções sobre a forma que os humanos construíram socialmente paisagens como lugares ricos em significado e experiência (Zedeño, 2008, p. 215; Knapp e Ashmore, 1999, p. 1) de interações passadas, conexões ancestrais e identidades baseadas na terra (*Idem*, 2008, p. 214).

Na paisagem, memória, identidade, ordem social e transformação são construídas, descartadas, reinventadas e mudadas. Por fixar histórias sociais e individuais no espaço, a paisagem é materialização de memória e está ligada à identidade de seus habitantes. Como uma comunidade dilui-se com seu *habitus* através de ações e atividades de seus membros, a paisagem pode tornar-se uma referência chave para expressões de identidade individual assim como a de grupo (Knapp e Ashmore, 1999, p. 10-16). Pensando em termos da agência dos objetos (Hodder, 2003, p. 101-102),[2] reciprocamente, esses lugares criam, recriam, expressam e marcam identidades socioculturais para determinadas

[2] Ver definições e a associação com a paisagem neste ensaio p. 12-13.

comunidades (Knapp e Ashmore, 1999, p. 15; Anshuetz, Wilshunsen e Scheik, 2001, p. 179).

Dentro dos aspectos de territorialidade, memória e identidade estão as paisagens ditas étnicas, sagradas e políticas, que observamos nas comunidades políticas gregas. Paisagens étnicas são construtos espaciais e temporais definidos por comunidades, cujos membros criaram e manipularam a cultura material para exprimir limites étnicos baseados em costumes e modos de pensamento compartilhados. Sempre que uma rede de indivíduos que interagem está concentrada ou associada a um território em particular, comunidades podem manter um sentido coerente de afiliação com o lugar (Anshuetz, Wilshunsen e Scheik, 2001, p. 181).

Indivíduos também reconhecem coletivamente certos lugares ou regiões em termos rituais, simbólicos, cerimoniais (Knapp e Ashmore, 1999, p. 15). A paisagem sagrada é criada através de uma variedade de ações humanas – construções, dedicações, dramatização, procissão e ritual. Todos marcam o espaço de várias maneiras servindo as necessidades e aspirações individuais e coletivas. Paisagens sagradas surgem como construções culturais e históricas, que sofrem variáveis ao longo do tempo e espaço, propiciam mais do que um simples espelho de mudança por sua ativa participação na reprodução social. Elas refletem um amplo ambiente social, cultural e político (Alcock, 1993, p. 172): a paisagem sagrada foi o principal veículo para a exibição de monumentos sociais e religiosos, de costumes e ideologias (Bradley, 2000, p. 20).

A paisagem política, por sua vez, constitui-se nos lugares que reúnem a comunidade civil imaginada, portanto, em uma dimensão percentual de espaço em cujas formas construídas provocam respostas afetivas que galvanizam memórias e emoções centrais à experiência de pertença política (Smith, 2003, p. 8). É na forma e disposição das estruturas arquitetônicas na paisagem que está a manifestação visual da ideologia a qual dá suporte a relações sociais assimétricas (Pearson e Richards, 1994 apud Hirata, 2009, p. 121). Para se reconstruir a configuração do poder político recorre-se a

uma *iconografia do poder* - estruturas monumentais, tais como templos ou palácios, mas também sepulturas, estátuas, relevos ou pinturas, são classes de evidências extremamente significativas em relação à expressão e à comunicação de ideologias, visto que, em geral, a série de temáticas que simboliza relações de poder é bastante limitada (Veronese, 2006, p. 50).

Para a nossa análise de paisagem e comunidades gregas, são centrais as ideias de pertença política e de afiliação de lugar (identidades baseadas na terra) na expressão material da relação *ethnê* e pólis através de santuários e templos dedicados a Zeus na Arcádia e Acaia (duas regiões do Peloponeso na Grécia Balcânica) e na Cirenaica (localizada na Líbia no norte da África). Apesar de Zeus possuir supremacia no panteão grego, é preciso dizer que o culto ao deus foi quase raro entre os séculos VIII e V a.C. em relação, por exemplo, ao de Apolo, Hera, Atena e Ártemis neste mesmo período. Cada divindade esteve relacionada a uma atuação específica no universo religioso, desempenhando, assim, uma função própria no funcionamento da sociedade grega. E no caso de Zeus, o deus esteve fortemente vinculado com as instâncias políticas da pólis e com a formação da identidade grega em vários níveis entre o século VI e V a.C. O culto a Zeus adquiriu visibilidade na pólis somente no século VI a.C., no momento em que suas instâncias políticas encontravam-se formadas, cujo processo remonta ao início do século VIII a.C. Quando cultuado em santuários entre o século VI e V a.C. esteve fortemente vinculado à expressão de vários aspectos cívicos que compunham a pólis: ele era *Boulaios* ("do Conselho"), *Agoraios* ("da Ágora") e *Díkaios* ("da Justiça"). Tais esferas de atuação de Zeus estão relacionadas ao seu papel ordenador na sociedade grega. Já seu envolvimento na construção da identidade grega revela-se materialmente nos santuários interestaduais, ditos pan-helênicos a ele dedicados, como o de Olímpia, o centro da interação helênica na qual os dois níveis mais característicos de identidade grega – a identidade helênica global compartilhada em oposição aos bárbaros

e a identidade individual de cada comunidade, a pólis – foram negociadas, desenvolvidas e mantidas (Nielsen, 2007, p. 11).

Ou mais destacadamente ainda revela-se no fenômeno de difusão da principal divindade do santuário de Olímpia, Zeus Olímpio, às pólis do mundo grego entre os séculos VI e V a.C. Vimos em nossa pesquisa de mestrado que o culto, o qual era reverenciado somente neste santuário interestadual, emergiu nas pólis neste período como parte do processo de formação da helenidade em que Olímpia teve um papel fundamental. Ao mesmo tempo em que nasceu nas pólis da necessidade de um autorreconhecimento entre os gregos, o culto de Zeus Olímpio atuou neste processo, marcando a helenidade de forma exclusiva e diferenciada entre os diversos grupos étnicos gregos (dórios, jônios, eólios e aqueus) por meio de seus santuários e templos construídos em doze pólis de sete regiões do mundo grego (Laky, 2011, p. 438-441).

Esse papel do deus como protetor da helenidade tem a ver com uma característica/faceta muito importante de Zeus, a de equilibrador e apaziguador das diferenças. Como Zeus *Philios* zela pelas obrigações de amizade e como X*ênios* pela *xenia* – a relação de hospitalidade recíproca entre pessoas de diferentes pólis. Numa sociedade de permanente tensão entre diferentes Estados, Zeus *Xênios* protegia os estrangeiros, garantia que os diferentes habitantes tivessem meios para conviver uns com os outros, impunha, portanto, respeito nessas relações (Dowden, 2006, p. 78-79). Tal papel também pode ser atribuído a Zeus Olímpio, ao atuar como o protetor e o zelador da convivência entre os gregos, que embora estivessem a caminho de uma definição cultural étnica, permaneciam divididos em subgrupos e em cidades (Laky, 2011, p. 439).

Mediador das diferenças em vários níveis entre os gregos, Zeus exerceu um papel agregador de identidades regionais, como é atestado na apropriação de cultos pan-regionais do deus por pólis de regiões que participaram destes cultos mais locais. Este é o caso do culto de Zeus *Lykaios* reverenciado no santuário pan-arcádio no Monte *Lykaion* na Arcádia, onde as pólis arcádias cunharam moedas

com a imagem do deus em nome de uma federação arcádia e fundaram santuários políades de Zeus *Lykaios*. E na Líbia, onde o culto de Zeus *Amon* do santuário regional em Siwa, no deserto líbio, circulou entre as pólis líbias que cunharam imagens monetárias do deus e erigiram-lhe santuários para servir na definição e delimitação do território da Cirenaica no norte da atual Líbia. Ou ainda no caso do culto federativo de Zeus *Homários*, na Acaia, que congregou as pólis dessa região. Estes três casos mostram o papel destacado do culto de Zeus na elaboração e afirmação de identidades regionais no âmbito das comunidades políticas (as pólis) e as comunidades de lugar (os *ethnê),* sobre as quais a pertença política e afiliação de lugar estiveram inter-relacionadas e encontraram expressão na paisagem. E definir os *ethnê* é fundamental para compreendermos como se estruturaram, através do culto de Zeus, paisagens étnicas-sagradas-políticas.

Responsável pelo principal programa de pesquisas sobre a pólis grega e por inventariar as 1.498 pólis que existiram no mundo grego em época arcaica e clássica, o *Copenhagen Polis Center* abriu novas perspectivas sobre o estudo dos *ethnê* e o papel das pólis entre eles. Isso graças ao levantamento e exame de uma documentação enorme usada para responder questões relacionadas, por exemplo, às percepções gregas sobre a pólis, que incluem as concepções gregas de seus padrões de assentamento, etc. (Morgan, 2003, p. 6-7). É este Centro que nos fornece a base mais atual para a discussão acerca de *éthnos* e pólis.

De acordo com o inventário do *CPC*, entre as pólis e o mundo grego como um todo existiu um tipo de unidade intermediária, o *éthnos*, um grupo étnico associado com e vivendo em uma região específica também chamada de *éthnos*. Exceto as ilhas do mar Egeu, o continente grego era subdividido em regiões que eram etnicamente mais bem definidas, como a Beócia, a Arcádia, a Acaia, a Tessália e a Acarnânia, que, por exemplo, era um *éthnos* habitado pelos acarnânios (Hansen e Nielsen, 2004, p. 4). Mas, como a investigação do *CPC* mostrou, as pólis podiam existir dentro do

território dos *ethnê* (Morgan, 2003, p. 8; Hall, 2007, p. 88) e seus habitantes podiam ter, assim, uma afiliação mais ampla dentro de um *éthnos* (Hall, 2007, p. 89).

Neste sentido, as fontes antigas são muito reveladoras, pois no sentido de comunidade, pólis é excepcionalmente usada como sinônimo de *éthnos* acerca de um povo habitando não apenas uma cidade com sua hinterlândia, mas uma região inteira ou parte de uma região. As antigas definições indicam que "pólis" foi usada em dois sentidos básicos: (1) um assentamento e (2) uma comunidade, como mencionado. O estudo de sinônimos mostra que, no sentido de assentamento, uma pólis foi quase, invariavelmente, um assentamento nucleado, isto é, uma *ásty*, e excepcionalmente uma acrópole. No sentido de comunidade, a pólis foi quase invariavelmente uma *politike koinonia*, o que nós chamamos de "governo" ou "Estado", às vezes identificado com seu território (consistindo em uma pólis com sua *khóra*), com sua população (especialmente seu corpo de *politai*), com suas instituições políticas (especialmente sua *ekklesia*), e às vezes concebida como um poder público abstrato acima de cidadãos e instituições políticas. Além disso, quando usada como um termo genérico denotando um número de comunidades políticas nomeadas, pólis compreendeu não apenas o sentido da palavra descrita acima (uma pólis com sua *khóra* organizada como uma *koinonia politon politeias*), mas todos os tipos de comunidade que em outros contextos foram geralmente classificadas como *ethnê* (Hansen e Nielsen, 2004, p. 40-43).

Essa percepção que inter-relaciona pólis e *éthnos* é recente. Por muito tempo, os *ethnê* foram vistos como formas alternativas à organização de Estado, portanto, à pólis. Pesquisadores conceberam tais regiões como sobreviventes de um passado mais antigo, "tribal", em que populações espalhadas por um território sem centros urbanos, unidas politicamente e em costumes e religião, normalmente eram governadas por meio de reuniões em um centro religioso comum (Hall, 2007: 88). Esta perspectiva tradicional originou-se na historiografia a partir principalmente de Aristóteles (*Pol.* 1252a1-6,

1252b27-31) que definiu os *éthnê* como organizações políticas não tão desenvolvidas como a pólis, considerada por ele a forma mais perfeita de sociedade humana (Hansen e Nielsen, 2004, p. 13).

Embora seja rara nas fontes literárias a discussão sobre os *ethnê*, esta distinção entre pólis e *ethnê* também se embasou em outro relato antigo, quase evolucionista, de Tucídides em sua *História* (1.5.2), que observou a fraqueza de governo nos *ethnê* de Lócris Ozólia, Etólia e Acarnânia (Morgan, 2003, p. 10). Com base em Aristóteles e em Tucídides acreditou-se que a pólis representou um desenvolvimento evolucionário do *éthnos*, uma organização mais antiga e tribal (Hall, 2007, p. 89-90). Apesar de o termo *éthnos* ter recebido pouca atenção analítica no mundo acadêmico, antigo ou moderno, o uso moderno do termo por muito tempo carregou uma gama de associações, desde o tribalismo até a migração (Morgan, 2003, p. 13).

Essa perspectiva tradicional, que definiu *éthnos* e pólis como níveis diferentes de organização social (Hall, 2007, p. 89), foi substituída por uma nova abordagem que prefere ver os *ethnê* como produtos da etnicidade, dessa maneira renovando o entendimento da natureza real dessas regiões frequentemente deixadas de lado por serem consideradas atrasadas. Longe de serem formas de Estado distintas e alternativas, pólis e *ethnê* foram níveis de identidade com os quais comunidades podiam se identificar com entusiasmo e motivação, variáveis conforme o momento. Etnicidade, nesta perspectiva, é uma questão de escolha contínua, manipulação ou politização que ressalta as características de acordo com sua importância ativa na estruturação e expressão de relações sociopolíticas entre a comunidade e na relação com os de fora. É um processo de escolha por meio do qual um nível de identidade é construído ou priorizado em função da vantagem oferecida para o grupo: os *ethnê* são entidades enraizadas no tempo e no espaço, as consequências visíveis de tal processo. Nesta perspectiva de etnicidade, a influência dos *ethnê* na construção de identidades regionais entre pólis explica-se bem pelos vários laços de identidade,

os quais operaram dentro de áreas geográficas específicas, que adquiriram proeminência política em determinada época. Esta chamada politização de etnias regionais origina-se do fato de que os gregos antigos, principalmente em época arcaica, pensavam em termos de identidade étnica quando consideravam sua própria organização política (Morgan, 2003, p. 1-16).

Identidade étnica e política (da pólis) estavam inter-relacionadas/imbricadas, visto que a identidade grega operava em vários níveis neste período. Para ilustrar: a identidade coletiva de um siracusano era articulada em siracusano, colono coríntio, siceliota, dório e grego. Em sua relação cívica e política com outros cidadãos de Siracusa, ele era um siracusano. Em termos de relações internacionais, a sua afiliação corínthia e dória era significativa. Em termos de prática de culto ele ou ela compartilhava vestes e *nomima* dórios. Em relação às populações nativas da Sicília e aos ameaçadores fenícios, assim como os gregos do continente, um siracusano era primariamente um siceliota. Somente em relação às guerras persas e ao santuário de Olímpia, um siracusano era considerado um grego (Malkin, 2001, p. 3). Na Grécia nos períodos arcaico e clássico, portanto, pertença em um contexto político significava, primeiramente, pertencer a uma pólis, pois para um cidadão, a pólis foi sua pátria (*patris*). Somente acima do nível da pólis ele poderia pertencer a um *éthnos* (Hansen e Nielsen, 2004, p. 12).

Percebe-se, dessa maneira, que a identidade política de cada comunidade foi construída a partir de um complexo de associações, incluindo a relação com uma pólis, um *éthnos* ou um grupo interno a ele, que poderia ser medida de acordo com a vantagem percebida por aquela comunidade. Explicar a inter-relação *éthnos* e pólis pelo viés da etnicidade, mostrando a influência de identidades regionais na elaboração da identidade política (a identidade da pólis) coloca a própria pólis num contexto diferente e mais completo do que as análises tradicionais o fazem (Morgan, 2003, p. 1-2) quando a consideram em uma perspectiva autossuficiente (Vlassopoulos, 2009, p. 18).

A concepção delineada de que pólis e *ethnê* são camadas "aninhadas" de identidade, ao invés de serem formas de Estado mutuamente exclusivas, coloca a análise das múltiplas e complexas funções do culto em termos de definição de território, história de grupo, interesses sociais e relações de poder (Morgan, 2003, p. 113), as quais explicam a apropriação pela pólis de cultos pan-regionais de Zeus. Diante desse contexto é possível examinar o caso do culto de Zeus *Lykaios* na Arcádia que nos oferece um exemplo padrão da inter-relação culto, *éthnos* e pólis e de sua expressão na paisagem.

De acordo com vários registros literários, já no período arcaico os arcádios consideravam-se um povo – eram considerados um *éthnos* por eles mesmos e pelos gregos de fora da Arcádia (figura 2). Heródoto registra os arcádios como uma das sete *ethnê* que habitavam o Peloponeso. O nome da terra, a *Arkadía*, foi cunhado com base no nome do povo que ali habitava, os *Arkádes*, cujo termo é muito comum na literatura grega antiga de Homero até os historiadores da época clássica. Mas sabemos que eles próprios se denominavam arcádios com base na inscrição ΑΡΚΑΔΙΚΟΝ ("dos Arcádios") vista na série monetária do século V a.C. (Nielsen, 1999, p. 21-22), que nos mostra como os próprios arcádios estavam conscientes de sua peculiar identidade étnica (figura 3).

Esta série monetária cunhada por várias pólis da Arcádia a partir de 490 a.C. é tida como evidência de que a identidade arcadiana teve real saliência a partir do início do século V a.C. (Morgan, 2003, p. 44), visto que as pólis não bateram as moedas em seus nomes, mas no nome do *éthnos*. É preciso lembrar que as pólis quando emitiam suas moedas normalmente escolhiam inscrever, junto às imagens, o nome de sua comunidade no genitivo plural, por exemplo, Siracusa bateu moedas com a legenda ΣΙΡΑΚΟΣΙΟΝ ("dos siracusanos") (Laky, 2004, p. 40-41), que tinha para aquela pólis um significado político, de identidade política (Hansen e Nielsen, 2004, p. 65-66). Por outro lado, quando as inscrições nas moedas se referiam ao nome de um povo ou de uma região inteira, como é o

caso da legenda ΑΡΚΑΔΙΚΟΝ, estas assinalavam sentimento de identidade étnica (*Idem*, 2004, p. 61; 65-66; Hall, 2007, p. 89-90).

Essa mesma série monetária do início do século V a.C. é importante para nós porque traz no reverso das moedas a imagem de Zeus *Lykaios* – sentado em um trono, segurando o seu cetro com a mão esquerda e sobre sua mão direita aberta a águia voando –, que foi celebrado no santuário pan-arcádio localizado no Monte *Lykaion*, renomado pelas competições atléticas realizadas ali em honra ao deus (figura 4). A escolha da imagem do deus, associada à legenda, expressa a conexão entre o culto de Zeus *Lykaios* e a identidade étnica dos arcádios (Nielsen, 1999, p. 27).

A distribuição de *éthnika* em moedas (junto com mecanismos visuais) era um meio importante pelo qual indivíduos e comunidades expressavam sua existência percebida como um grupo com uma história em comum (Morgan, 2003, p. 25). A suposição de que a conexão entre o culto de Zeus *Lykaios* o sentimento de identidade étnica única dos arcádios é fortemente apoiada no uso epigráfico de étnicos regionais dentro da própria Arcádia. Inscrições que registram os nomes dos atletas vitoriosos nos *Lykaia* (os jogos realizados no Monte *Lykaion*) mostram que apenas os atletas de pólis arcádias foram registrados como arcádios, ao contrário dos campeões não-arcádios que foram registrados com o nome de suas pólis de origem (ex. Miletos, Argos, Atenas, etc.) (Nielsen, 1999, p. 29).

Nesse sentido, o uso interno do étnico confirma a ideia de que houve uma conexão muito próxima entre o culto de Zeus *Lykaios* e o sentimento de identidade étnica arcádia. Lembremos que a religião é um ingrediente vital de etnicidade (*Idem*, p. 29; 38-39) e que a Arcádia manteve fortes tradições de culto locais os quais serviram a uma variedade de funções (Morgan, 2003, p. 162).

Além da imagem de Zeus *Lykaios* ter sido escolhida pelas pólis arcádias para figurar nas moedas, o culto da divindade pan-arcádia foi apropriado por duas pólis locais, sendo instituído em Tegeia e Megalópolis que fundaram santuários políades ao deus que até então era cultuado somente em um santuário regional. É Pausânias

(IV, LIII. 10) quem nos diz que o santuário de Zeus *Lykaios* em Tegeia era suburbano, ao passo que aquele fundado em Megalópolis (IV, XXX. 1-4) era urbano (Nielsen, 1999, p. 39). Infelizmente não dispomos de datas para ambas as áreas sagradas. Apenas sabemos que o santuário em Tegeia era mais antigo que Pausânias já que não existia mais na época que escreveu ao redor de 150 d.C., pois ele somente observou as suas fundações.

Embora não dispomos de suas datações, acreditamos que a existência de dois santuários dedicados a Zeus *Lykaios* em pólis arcádias atesta o papel do deus na construção de uma paisagem étnica arcádia. Tendo como base a premissa de que a paisagem é a referência chave para expressões de identidade de grupo, criadoras e marcadoras de identidades socioculturais, podemos afirmar que através do sagrado, os arcádios elaboraram uma paisagem étnica que é igualmente política, porque trouxeram para o universo da pólis sua identidade étnica expressa no culto da sua mais importante divindade local.

Diferentemente do caso de Zeus *Lykaios* no *éthnos* arcádio, o culto de Zeus *Homários* na Acaia não se expressou em um santuário pan-regional para a prática atlética como ocorreu no Monte *Lykaion* na Arcádia. Localizada na costa norte do Peloponeso, na Acaia, Zeus teve um papel regional ao congregar as pólis aqueias em um santuário federal. As evidências literárias atestam que ao menos desde o século V a.C. os aqueus já se consideravam parte de um *éthnos* **(Figura 5)**. Heródoto também inclui a Acaia entre os sete *ethnê* que faziam parte do Peloponeso. O nome da região, *Achaia*, aparece nos textos dos historiadores do século V a.C. (Tucídides e Xenofonte), ao passo que o termo étnico que denomina o povo, *Achaiós* (aqueus), data de inscrições epigráficas do século VI a.C. Em contraste, outros dados materiais indicam que a etnicidade aqueia, como identidade construída, é muito mais antiga, podendo remontar à Idade do Ferro (Morgan e Hall, 2004, p. 472-476).

O culto de Zeus *Homários* na Acaia encontra comprovação apenas nas fontes literárias, fato que até o momento tem gerado

desacordos entre os pesquisadores sobre sua existência e localização. De acordo com Políbio, na metade do século V a.C., as fundações aqueias no sul da Itália – Crotona, Síbaris e Caulônia – reuniram-se e decidiram adotar a *politeia* (constituição) dos aqueus. É geralmente assumido, a partir dessa notícia que, já nesta época, os aqueus na Acaia possuíam uma *politeia* comum e reuniam-se regularmente no santuário de Zeus *Homários*. No entanto, nos textos não há indicações sobre a existência do santuário do deus funcionando como um centro para a confederação aqueia no século V a.C. Políbio e também Estrabão não deixam dúvidas de que a confederação aqueia reunia-se no santuário de Zeus *Homários* no século III a.C. Pesquisadores acreditam que esta data pode ser ainda retroagida para o século IV a.C. com base na série de moedas batidas, entre 370-360 a.C., com a imagem de Zeus e no nome dos aqueus (*Idem*, p. 474-475), que é considerada uma emissão monetária da confederação aqueia (figura 6).

Os remanescentes deste santuário não foram ainda localizados e, novamente, são as fontes literárias que nos fornecem alguma indicação de sua localização. Estrabão (8.7.5) diz que o santuário de Zeus *Homários* pertencia à pólis de Aigion e se situava fora desta cidade. Já uma informação de Pausânias diz que Aigion assumiu um lugar proeminente dentro da história da consciência aqueia somente após a destruição de outra pólis, Helike. Esta informação levou alguns autores a pensar que o santuário de Zeus *Homários* se localizava originalmente em Helike, que se tornou parte do território de Aigion após sua destruição em 373 a.C. por um terremoto (Morgan e Hall, 2004, p. 475).

O caso do culto de Zeus *Homários* na Acaia nos mostra outro tipo de elaboração de paisagem étnica pelo viés sagrado, religioso, pois, ao contrário do culto pan-regional de Zeus *Lykaios* na Arcádia, que foi apropriado e instituído por duas pólis, o culto ao deus não foi difundido às pólis, mas exerceu a função de normatizador das pólis aqueias em seu único santuário que se localizava dentro do território de uma delas. O culto deste Zeus aqueu expressa bem

como a identidade regional étnica poderia exercer influência na construção da identidade política de várias pólis, visto que era sob a tutela de Zeus *Homários* que a *koiné* aqueia deliberava leis que provavelmente eram seguidas por um conjunto de pólis da região.

O último caso que examinaremos – a função do culto de Zeus *Amon* na Líbia –, mostra um nível diferente de identidade regional interferindo na criação e articulação de santuários na estruturação de uma paisagem sagrada-regional-política no mundo grego. É preciso ressaltar que a Líbia não foi uma área como a Arcádia e a Acaia em que as pólis viviam dentro de um *éthnos*, cujos povos se reconheciam em termos de mitos ancestrais e laços de sangue. Trata-se de uma área no norte da África que foi colonizada por gregos provenientes do Peloponeso e de ilhas do Egeu (Austin, 2004, p. 1243) (figura 7).

Diferentemente de outras áreas coloniais, como a Magna Grécia, a Sicília e o Mar Negro, a Líbia não foi colonizada por numerosas metrópolis. Lá a colonização ocorreu somente através de Cirene, responsável por fundar as demais pólis da região. É por essa razão que o nome *Líbia* foi frequentemente usado nas fontes literárias do início do século V a.C. para designar a área que abrangeu a fundação de Cirene, a qual exerceu uma influência política em toda a região (*Idem*, p. 1235).

Nesse contexto, é possível dizer que os gregos da Líbia não se viram em termos de identidade étnica, mas em termos de uma identidade nova e regional, que foi construída a partir do vínculo das pólis líbias com Cirene (sua fundadora) e do vínculo com o território, que era uma área de fronteiras abertas entre Cartago, a oeste, e o Egito, a leste, a qual precisava ser protegida e delimitada, pois era considerada terra para a expansão dos gregos na Líbia (Malkin, 1994, p. 169).

Cultuado no santuário oracular e pan-regional no oásis de Siwa, no deserto líbio, Zeus *Amon* foi uma hibridização da parte dos gregos que, entre outras razões, identificaram o deus egípcio *Amon* com Zeus, porque ambos eram clamados como divindades

supremas. Enquanto colonizadores, os gregos interessados na Líbia viram Zeus *Amon* como sua divindade tutelar. A Líbia era um novo continente para a colonização grega, consequentemente, os gregos líbios estavam mais "sozinhos" e, por essa razão, Zeus devia estender, diretamente sobre eles, sua proteção de importância suprema para aqueles que foram residir num mundo novo e remoto. Além disso, houve também uma razão religiosa mais funcional: Zeus era o deus da chuva, e Cirene foi estabelecida onde havia um *buraco no céu*, segundo descreve Heródoto (IV.158.3). A ênfase em Zeus é rara no processo de colonização grega e talvez seja devido à situação excepcional da Cirenaica, em que a presença de Zeus é marcante na colonização grega da região. A visão da Líbia colonial como terra de Zeus *Amon* foi comum aos habitantes da Cirenaica, que consideravam a região inteira como o recinto do deus, conforme o testemunho de Píndaro (*Pítica* IV) (*Idem*, p. 158-164).

Essa influência da divindade na região também é perceptível nas evidências numismáticas: a partir do início do século V a.C. Cirene emitiu as primeiras moedas, em seu nome, com a imagem da divindade (figura 8), que foi seguida depois pela pólis de Barce em meados deste século.

O culto de Zeus *Amon* teve uma função importante na definição e delimitação do território da Cirenaica, como demonstra a presença de áreas sagradas a ele dedicadas em certos pontos ao longo das fronteiras da região. Como recinto de Zeus *Amon*, a Líbia grega era delimitada por um anel de santuários e seus templos: na Marmarica, na direção do Egito; na borda do deserto, em Siwa e em Augila; em Syrtis Maior, na direção de Cartago; e, finalmente, em Cirene (*Ibidem*, p. 158; 165-167).

Ao redor do final do período arcaico, cultos foram usados para unir comunidades em uma variedade de níveis: território, história, comunicação entre diferentes comunidades dentro de diferentes histórias, práticas materiais e tradições (*Morgan*, 2003, p. 113).

Neste contexto, santuários articularam identidade de grupo dentro de mudança social e da geografia política de comunidades e

regiões (*Idem*, p.162). Nesse sentido, como divindade protetora dos gregos na Líbia, do centro de culto em Siwa, o culto de Zeus *Amon* difundiu-se e foi apropriado pelas pólis que elaboraram uma rede de santuários a ele consagrados ao redor de toda a área, expressando, na paisagem, a identidade regional dos gregos dali, que precisavam da proteção do deus para a delimitação das fronteiras gregas locais.

Como divindade protetora do *éthnos* arcádio, o culto de Zeus *Lykaios* também se difundiu de um centro regional e foi instituído ao menos em duas pólis, onde exerceram, talvez apenas, um papel de compartilhar a identidade étnica arcádia na paisagem. Em contraste, como divindade normatizadora da *koiné* aqueia, o culto de Zeus *Homários*, realizado em somente um santuário compartilhado pela confederação das pólis aqueias, expressou e foi marco de identidade étnica e política na paisagem do *éthnos*, já que foi sob a sua tutela que os aqueus das diferentes pólis deliberavam juntos suas leis.

Entretanto, trata-se de entender estes santuários de Zeus não apenas como marcos expressivos de identidade na paisagem. Mas de perceber que os santuários, tanto quanto as imagens de Zeus nas moedas, observadas nos três casos, tiveram agência sobre os arcádios, acaios e líbios, no sentido de que transmitiram ideias de pertença política, étnica e/ou regional entre estes grupos e ajudaram a fortalecer, pela prática de culto e memória visual, a identidade requerida. Os objetos têm agência porque não simbolizam simplesmente, mas incorporam uma força que trazem à mente associações que são significativas para a pessoa ou o grupo afetado pelo objeto. Assim, nós damos poderes aos objetos de tal modo que eles podem agir em nós (Hodder, 2003, p. 101-102).

Através da variedade de situações evidentes no registro arqueológico e textual do culto de Zeus em três regiões do mundo grego, quisemos mostrar a complexidade da inter-relação *éthnos* e pólis e os vários níveis de identidade grega (política, étnica e regional) que se elaboraram a partir dela. Queremos dizer que para se fazer uma arqueologia da multifacetada paisagem grega antiga

(no sentido de que ela é ao mesmo tempo étnica, sagrada e política) é preciso realizar uma arqueologia de comunidades, que no caso grego é investigar como se inter-relacionavam pólis e *éthnos* no período pretendido. Para nós que pretendemos interpretar os dados de uma grande área, tendo o mundo grego como uma unidade de análise, levar em conta essa complexidade entre pólis e *ethnê* é fundamental para entender como o culto de Zeus esteve envolvido na formação e estruturação de paisagens no momento da consolidação das instâncias políticas e da identidade na cidade grega entre os séculos VI e IV a.C.

Figuras

Fig.1
Mapa do mundo grego (Líbia, Arcádia e Acaia) (Fonte: Google Earth/Junho de 2012)

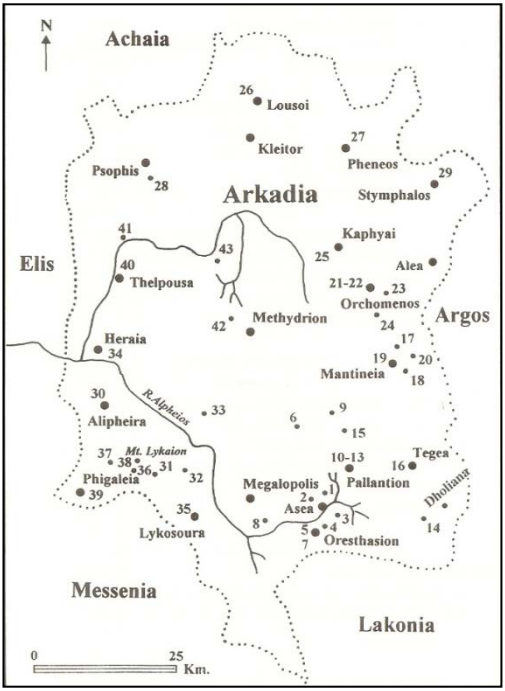


Fig. 2

Mapa da Arcádia situando o Mt. Lykaion, Megalópolis e Tegéia (Nielsen e Roy, 1999: 160)

Fig. 3

Moeda cunhada pela Liga Arcádia; 465-460 a.C., Anv. Zeus sentado no trono, segurando cetro com a mão esquerda e águia voando sobre braço direito estendido; Rev. Cabeça de Despoina; inscr.: APK/A/KON. Hemidracma de prata. (Williams, Per.II, 76).

Fig. 4
Santuário de Zeus no Monte Lykaion, Arcádia – Base de colunas (Fonte: lykaionexcavation.org/site/photographs)

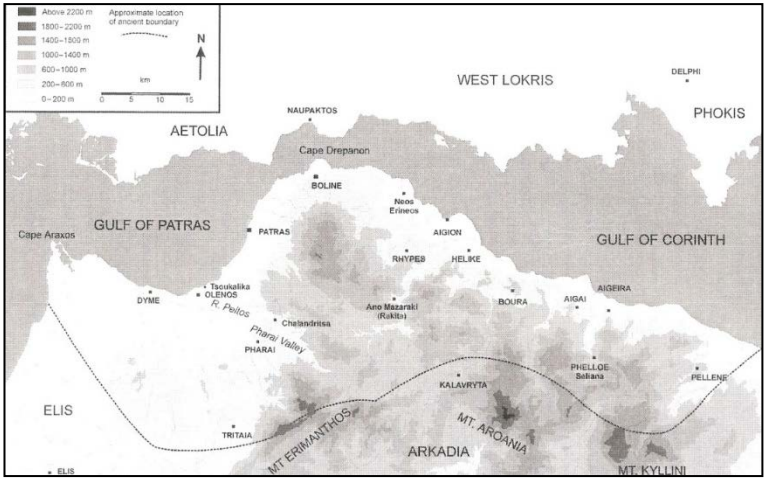


Fig. 5
Mapa da Acaia situando Helike e Aigion (Morgan, 2003: fig.1.11)

Fig. 6

Moeda cunhada pela Liga Acaia; 364 a.C., Anv.: Cabeça de Ártemis à e.; Rev.: Zeus sentado no trono à e. com cetro na mão d. (?) e sobre a mão e. a águia e sob a mesma mão, um elmo; Didracma de prata (Kraay, C.M. Archaic and Classical Greek Coins. Methuen, 1976, fig.318)

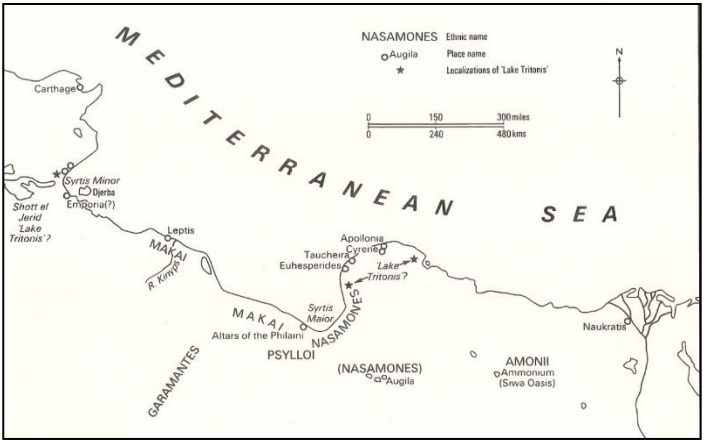


Fig. 7

Mapa da Líbia (região da Cirenaica) situando o santuário de Zeus Amon em Siwa e as pólis que construíram santuários do deus (Malkin, 1994: mapa 6)

Fig. 8

Moeda cunhada por Cirene,; 500-430 a.C., Anv.: (silphium), rev. cabeça de Zeus Amon; de moeda de prata; inscrição KYPA (reverso) (SNGuk_0300_3468)

Referências:

Alcock, S. Graecia Capta: the landscapes of Roman Greece. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Anschuetz, K. F.; Wilshunsen, R.H.; Scheik, Ch. L. An Archaeology of Landscapes. Perspectives and Directions. Journal of Archaeological Research, vol. 9, no.2, p. 157-211, 2001.

Austin, M. From Syria to the Pillars of Herakles. Em: Hansen, H. H.; Nielsen, T. H. (org.) An Inventory of Archaic and Classical Poleis. Oxford University Press, 2004, p. 1233-1249.

Bradley, R. An Archaeology of Natural Places. Londres; N. York: Routledge, 2000.

Dowden, K. Zeus. Londres: Routledge, 2006.

Hall, J. M. A History of Archaic Greek World ca. 1200-479 B.C.E. Malden: Blackwell, 2007.

Hansen, H. H.; Nielsen, T. H. (org.) An Inventory of Archaic and Classical Poleis. Oxford University Press, 2004.

Hirata, E. F. V. Monumentalidade e representações do poder de uma pólis colonial. Em: Florenzano, M. B. B.; Hirata, E. F. V. (orgs.). Estudos sobre a Cidade Antiga. São Paulo: Edusp: 2009, p. 121-136.

Hodder, I. Reading the Past – Current approaches to interpretation in archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Horden, P.; Purcell, N. Corrupting Sea: A Study of Mediterranean Sea. Willey; Blackwell, 2000.

Ingold, T. The Perception of the Enviroment. Essays on livelihood, dwelling and skill. Londres; N. York: Routledge, 2000.

Knapp, A. B.; Ashmore, W. Archaeologies of Landscape: contemporary perspectives. Malden; Massachusets: Blackwell, 1999.

Laky, L. A. Inscrições em moedas gregas: o período arcaico e clássico. Letras Clássicas, 8, p. 37-48, 2004.

_____. Olímpia e os Olimpiéia: a origem e difusão do culto de Zeus Olímpio na Grécia dos séculos VI e V a.C. (Dissertação). São Paulo: MAE-USP, 2011.

Malkin, I. Myth and Territory in the Spartan Mediterranean. Cambridge University Press, 1994.

_____. (ed.). Ancient Perceptions of Geek Ethnicity. Cambridge, MA, Londres: Harvard University Press, 2001.

_____. (ed.). Networks and the emergence of Greek Identity. Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity. Mediterranean Historical Review, 18, p. 56-74, 2003.

_____; Constantakopoulou, C.; Panagopoulou, K. (eds.). Greek and Roman Networks in the Mediterranean. Londres; N. York: Routledge, 2009.

Morgan, C. Early Greek States Beyond the Polis. N. York: Routledge, 2005.

_____.; Hall, J. Achaia. Em: Hansen, H. H.; Nielsen, T. H. (org.) An Inventory of Archaic and Classical Poleis. Oxford University Press, 2004, p. 472-488.

Nielsen, T. H; Roy, J. (Ed.). Defining Ancient Arkadia. Acts of the Copenhagen Polis Centre, Vol. 6. HfM, 78, Copenhagen, 1999.

_____. Olympia and the Classical Hellenic City-State Culture. HfM, 96: 1-139, 2007.

Nixon, L. Making a landscape sacred. Outlying churches and icons stands in Sphakia, Southern Crete. Oxford: Oxbow Books, 2006.

Smith, A. The Political Landscape. Constellations of Authority in Early Complex Polities. Berkeley: University of California Press, 2003.

Van Dommelen, P.; Knapp, A. B. (eds.). Material Connections in the Ancient Mediterranean: mobility, materiality and identity. Nova Iorque: Routledge, 2010.

Veronese, F. Lo spazio e la dimensione del sacro. Santuari greci e territorio nella Sicilia arcaica. Pádua: Esedra, 2006.

Vlassopoulos, K. Beyond and Below the Polis: Networks, Associations and the Writing of Greek History. Em: Malkin, I.; Constantakopoulou, C.; Panagopoulou, K. (eds.). Greek and Roman Networks in the Mediterranean. Londres; N. York: Routledge, 2009, p. 12-23.

Yaeger, J.; Canuto, M. A. (Orgs.) The Archaeology of Communities: A new world perspective. Londres; N. York: Routledge, 2000.

Zedeño, M. N. The Archaeology of Territory and Territoriality. Em: David, B.; Thomas, J. (Eds.). The Handbook of Landscape Archaeology. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008, p.210-217.

6

As destruições de 200/199 a.C. em Atenas: geopolítica, memória e espaço urbano

Fábio Augusto Morales [1]

Os primeiros sessenta anos do século II em Atenas são marcados por uma grande transformação no espaço urbano público: intervenções espaciais, direta ou indiretamente associadas a monarcas helenísticos, produzem uma nova paisagem urbana, rompendo com o período de mais de um século de baixa atividade construtiva (após as intervenções associadas a Licurgo entre 336 e 324). Tais intervenções têm sido objeto de um número crescente de estudos, que enfatizam ora a agência estrangeira nestas intervenções, ora as demandas locais[2]. Entretanto, pouco relevo tem sido dado ao marco fundamental do início deste processo: o conjunto das destruições do ano 200/199, realizadas seja por macedônios, seja por atenienses, durante o cerco do rei Filipe V da Macedônia[3]. O objetivo deste texto é analisar as evidências textuais e materiais destas destruições, discutindo as transformações na cultura material urbana ateniense e as novas possibilidades construtivas abertas pela complexa atividade destrutiva deste ano.

Antes, alguns elementos da história política e militar ateniense no período helenístico precisam ser retomados, ainda que

[1] Professor de História Antiga, UFSC

[2] Para a ênfase na agência estrangeira, cf. Wycherley (1962, p. 84-85) e Martin (1951, p. 433, 506-507), quanto os mais recentes, de Camp (2001, p. 161-182) e Étienne (2004, p. 154-162); enfatizando a agência local, cf. Kohl (2001), Mercuri (2004) e Dickenson (2012, p. 156-184), entre outros.

[3] Para a arqueologia da destruição, cf. Driessen (2013).

panoramicamente[4]. Após a derrota de Queronéia, em 338, a capacidade militar ateniense foi consideravelmente reduzida; mesmo assim, a cidade foi protagonista na guerra contra a dominação macedônica após a chegada da notícia da morte de Alexandre, em 323. A derrota para o general macedônico Antípatro, um ano depois, marcou o início da ocupação do Pireu por uma guarnição macedônica, que duraria, com um curto intervalo (301-295), até 229. O governo ateniense assumiria uma feição oligárquica e pró-macedônica da morte de Alexandre até 318, quando a restauração da democracia precipitaria a instalação de uma tirania liderada pelo ateniense Demétrio de Falero, protegido do rei macedônico Cassandro, filho de Antípatro. A tirania de Demétrio de Falero, de grandes consequências para a formação da paisagem urbana e fúnebre ateniense[5], teria fim com a libertação da cidade comandada por Demétrio *Poliorcetes* ("Toma-Cidades"), filho do general e postulante ao trono macedônico Antígono *Monoftalmos* ("Caolho"), no ano de 307/6. A libertação é ocasião para a dedicação de honras divinas a Demétrio e seu pai: o rei e o príncipe macedônios recebem estátuas ao lado dos tiranicidas na ágora, tem seus retratos bordados no *peplos*[6] de Atena, são nomeados Heróis Epônimos de duas novas tribos atenienses (*Demetrias* e *Antigonis*), entre outras homenagens (Mikalson, 1999, p. 75-104). A cidade permaneceria sob domínio macedônico até 229 – com breves intervalos de independência, em particular nos períodos 298-295 e 288-262, neste último com apoio do Egito. Em 229, a morte do rei macedônico Demétrio II no mesmo ano foi aproveitada pelos atenienses como uma oportunidade de recuperar a independência e a posse do Pireu; com a liderança dos irmãos Euricleides e Mícion do *demos* de Cefísia, Atenas iniciou uma política de alianças com o

[4] O estudo exaustivo, que servirá de base para a narrativa a seguir, é Habicht (1997).

[5] Na tradição literária, há referências para a legislação suntuária de Demétrio, que teria limitado as honras fúnebres a apenas uma coluna, ao mesmo tempo em que teria disposto nos espaços públicos centenas de estátuas suas (Étienne, 2004, p. 146-147).

[6] Manto bordado dedicado a Atena na acrópole durante o festival das Panatenéias.

Egito de Ptolomeu III (que seria incorporado como herói epônimo em 224/3 de uma nova tribo, a *Ptolemais*) e a Liga Aquéia, liderada por Aratus de Sicião; tais personagens foram fundamentais na obtenção dos fundos requeridos pelo general macedônio Diógenes, comandante da guarnição ocupante no Pireu, para liberar a tropa e devolver o porto à cidade (Habicht, 1997, p. 173-185). Diogenes se fixaria em Atenas, recebendo honras divinas e sendo incorporado no clã dos *Eteobutadai*, responsável pelos cultos de Poseidon e Atena na acrópole (Mikalson, 1998, p. 171-172). Atenas iniciaria em 229 uma política de estrita neutralidade nas questões militares no continente, sustentada, acima de tudo, pelo suporte da monarquia egípcia, até que a guerra eclodisse novamente em solo Ático no ano de 200, contra o rei Filipe V da Macedônia, naquela que seria conhecida como a Segunda Guerra Macedônica (Habicht, 1997, p. 185-204).

De acordo com Políbio (26.61.9), as hostilidades entre Atenas e Filipe tiveram início com sacrilégios contra os mistérios de Elêusis cometidos por dois jovens da Acarnânia, região tradicionalmente aliada da Macedônia. Após a execução dos jovens em Atenas, destacamentos acarnânios e macedônicos atacaram e saquearam a costa ateniense, o que levou à declaração de guerra pela assembléia ateniense à Macedônia. Neste contexto, estavam na cidade embaixadores de Roma, Rodes, e o próprio rei Átalo I de Pérgamo; enquanto os dois últimos estavam em guerra contra Filipe, Roma havia há pouco vencido a guerra contra Cartago, e estava pronta para retomar o conflito com Filipe interrompido em 205. Em troca do apoio de Átalo I na guerra, os atenienses votaram a criação de uma nova tribo – *Attalis* – em homenagem ao rei, o que seria o início de uma longa relação que teria profundas consequências para a paisagem ateniense. Pouco depois da declaração da guerra, Filipe ataca a Ática chegando até as muralhas de Atenas, que serão defendidas por destacamentos atenienses, ródios, pergamenos e romanos (Habicht, 1997, pp. 194-200).

As destruições macedônicas

As destruições ocorridas na cidade e seus arredores em função deste cerco são mencionadas somente no livro 31 do *Ab Urbe condita* de Tito Lívio – o que se deve, em grande medida, ao fato do livro 17 das Histórias de Políbio não ter sido preservado.

A relação de Tito Lívio com suas fontes gregas e latinas foi objeto de uma enorme bibliografia; se até a década de 1960 era hegemônica a linha da "pesquisa das fontes" (Marques, 2008, p. 28-31), atualmente é consenso que Tito Lívio não apenas reproduz suas fontes, mas as ordena em função de princípios retóricos. Um exemplo disso é a própria estruturação da obra, ou ao menos dos livros remanescentes (1-45). T. J. Luce (1977) defende que os 45 livros podem ser divididos em três grandes conjuntos – 1-15: história primitiva de Roma; 16-30: Guerras Púnicas; 31-45: conquista do Oriente – sendo cada um deles divididos em blocos menores de cinco ou dez livros com temas coerentes. O livro 31 assume um papel estratégico nesta composição, marcando a passagem do enfoque do ocidente para o oriente, de Cartago para a Macedônia. Neste sentido, não por acaso a diferenciação dos dois conflitos aparece logo no prefácio:

> A paz púnica foi sucedida pela guerra macedônica, a qual, embora não comparável no perigo, na virtude do líder ou no poderio militar, mas em função da celebridade dos antigos reis, da fama de sua nação e da extensão de seu império, que pelas armas obteve domínio sobre grande parte da Europa e Ásia, é quase mais celebrada (Lívio, 31.1.6-7).

Assim situada a guerra macedônica, o livro 31 alterna as narrativas das deliberações, preparativos e conflitos dos romanos e aliados (especialmente Rodes e Pérgamo) contra Filipe V da Macedônia, com as narrativas da sublevação gaulesa liderada pelo cartaginês Amílcar, prodígios religiosos e situações ligadas à distribuição de terra aos veteranos romanos, às dívidas públicas e

aos jogos e rituais cívicos romanos. No centro da narrativa estão os debates de macedônios, romanos e atenienses na assembléia da Confederação Etólia (31.29-32).

Na estruturação do livro, a narrativa do cerco de Atenas oferece um contraponto a duas outras histórias de cerco: o de Calcis, na Eubéia, e de Abidos, no Quersoneso. Atenas resistiu ao cerco macedônico em três situações (a primeira liderada por um general de Filipe, Nicanor, a segunda e terceira pelo próprio rei), em parte pela prontidão das tropas de cidadãos e mercenários, e em parte pelo rápido socorro de tropas ródias, pergamenas e romanas. Abidos caiu diante do cerco macedônico, contando com pouquíssima ajuda de Rodes e Pérgamo (31.16-18); Cálcis caiu diante do cerco romano, na medida em que o socorro macedônico chegara tarde demais (31.23-24). Além desta tripla oposição (Atenas socorrida por ródios, pergamenos e romanos / Abidos desprotegida por ródios e pergamenos / Cálcis desprotegida pelos macedônios), o autor realiza o que Luce definiu como "equilíbrio textual" (1977, p. 55) na narrativa da chegada de Caio Cláudio Cento a Atenas (31.14, 22) e depois a Calcis (31.23), e então a chegada de Filipe a Cálcis (31.24) e depois a Atenas (31.24). E finalmente, às estatuas de Filipe destruídas pelos invasores na derrotada Cálcis (31.23), se opõem as estátuas de Filipe destruídas pelos cidadãos na defendida Atenas (31.44).

Assim, se por um lado Tito Lívio é fortemente influenciado por suas fontes – latinas e gregas, e entre as últimas, Políbio acima de todas – isto não esgota suas possibilidades estilísticas, na medida em que o autor busca adequar a narrativa aos padrões da historiografia latina do século I a.C. Não obstante, no caso do livro 31, na medida em que diversas passagens fazem referência literal a Políbio, é de se esperar que a narrativa do cerco de Atenas esteja baseada no perdido livro 17 das *Histórias* do historiador megalopolitano.

Duas passagens do livro 31 fazem referência a destruições em Atenas: o cerco à cidade comandado pelo próprio rei macedônico

(31.24), em meados do ano 200 a.C., e a reação dos atenienses após as primeiras derrotas macedônicas (31.44) em meados de 199 a.C.[7]. O contexto da primeira passagem é a retaliação de Filipe diante da destruição de Cálcis. Após a tentativa frustrada de um ataque surpresa, Filipe promove um enfrentamento regular que o faz chegar até o Dípilon, sem conseguir, no entanto, ultrapassar as muralhas defendidas pelos atenienses com apoio de mercenários e de um destacamento pergameno na cidade. Então,

> [...] Filipe, dando sinal para a retirada, montou acampamento junto ao Cinosárges, onde havia um templo de Hércules, um ginásio e um bosque sagrado ao redor. Mas o Cinosárges, o Liceu e qualquer local sagrado ou ameno nos arredores da cidade foram incendiados: não somente os edifícios como também as tumbas foram destruídas, e nem a lei divina ou humana foi salva de sua incontrolável paixão (Tito Lívio, 31.24.17-18).

Dos ginásios mencionados pelo historiador, apenas o Liceu não foi localizado com precisão. Todos eles ficam, certamente, fora das muralhas: a Academia foi encontrada em um sítio a cerca de 3 km a noroeste da acrópole (Travlos, 1971, p. 42-43; Caruso, 2013), e o Cinosarges foi encontrado em um sítio a pouco mais de 1 km a sudeste da acrópole, próxima à antiga porta Dioméia (Travlos, 1971, p. 340); a localização do Liceu ainda é debatida, mas certamente se situava pouco ao norte do Cinosarges, próximo da atual praça Syntagma (Travlos, 1971, p. 345). Nos três casos, também, o nome do santuário ou da região passou a ser associado ao ginásio, que era apenas um dos edifícios de cada complexo. A Academia era composta pelo ginásio, por um recinto murado, o *peripatos*, por exedras para suporte de estátuas, ao menos uma biblioteca, além de diversos santuários e altares dedicados ao culto de Atena, Héracles, Hermes, Zeus, as Musas, e do herói Academo. No caso do Cinosárges, como mencionado em Tito Lívio, havia junto ao ginásio

[7] Aqui sigo as datas estabelecidas por A. Hus (1977, p. lxxxi-lxxxii).

um templo de Héracles. No caso do Liceu, além de edifícios próprios a atividades de ensino, havia ao menos um *dromos* para atividades atléticas dos efebos, e associado ao ginásio, um santuário das Musas. Além disso, associado aos três santuários também se situavam necrópoles, em particular de filósofos que lecionaram na escola. Na narrativa de Lívio, Filipe ordena a destruição dos complexos como um todo, incorrendo na impiedade da destruição de espaços sagrados – *topos* recorrente na literatura diplomática que reforça a representação dos macedônios como bárbaros, e, em particular, como os novos persas, como será discutido mais abaixo.

As destruições atenienses

A segunda passagem que menciona destruições desta vez tem os próprios atenienses como sujeitos (31.44). Após narrar as atividades militares terrestres e navais de romanos e macedônios, Tito Lívio afirma:

> Então, a cidade dos atenienses, cujo ódio por Filipe era moderado pelo medo, deu-lhe total vazão na esperança do socorro em vista. Não faltam ali línguas prontas para levantar a plebe; essa espécie de gente existe em todas as cidades livres, mas sobretudo em Atenas, onde a palavra tem imenso poder junto à multidão. Propuseram imediatamente, com a aceitação da plebe, que todas as imagens e estátuas de Filipe, assim como de seus ancestrais, homens e mulheres, fossem destruídas com as inscrições; que os feriados, as festas religiosas e os sacerdotes entronizados em sua honra ou de seus ancestrais deveriam ser suprimidos; que os locais onde algum monumento tivesse sido erigido ou alguma inscrição gravada em sua honra se tornassem objetos de maldição, e se decidiu de não mais os colocar ou dedicar onde a religião permite que se coloque ou dedique algo em um lugar puro. [...] Assim, os atenienses faziam a guerra contra Filipe com golpes de letras e palavras, no que unicamente eram valorosos.

No relato de Tito Lívio, a datação das medidas antimacedônicas é ambígua. Esta passagem segue o relato das

operações navais datadas tradicionalmente em 199 (Ferguson, 1911, p. 268, n. 4; Hus, 1977, p. lxxxii). No entanto, é possível ler este trecho como uma retomada de um aspecto da narrativa iniciada em 31.14. Na primavera de 200, Átalo I e os embaixadores de Rodes, na perseguição a Filipe que voltava para a Macedônia após a guerra na Ásia Menor, foram a Atenas para confirmar e renovar a aliança (31.14.11). Após o discurso dos ródios na assembleia ateniense e da leitura de uma carta de Átalo (que não quis se dirigir diretamente à assembléia), a cidade decide pela guerra contra Filipe, que então apoiava os ataques do exército acarnânio na Ática (31.14.9-10). Além disso, os atenienses conferiram uma série de honras a Átalo e aos ródios, incluindo, para os últimos, a concessão da cidadania ateniense, e ao primeiro, a honra de tornar-se um herói epônimo de uma tribo ateniense, que seria adicionada "às dez tribos antigas" (31.15.6: *ad decem veteres tribus addenda*). A referência a apenas dez tribos é problemática: em 307/6 foram adicionadas duas tribos em honra aos reis macedônicos, *Antigonis* (Antígono Monophtalmos) e *Demetrias* (Demétrio *Poliorcetes*); em 224/3 uma nova tribo foi criada em honra a Ptolomeu III Evergetes, *Ptolemais*. Ou seja, no final do século III, Atenas tinha 13 tribos; mesmo que a eliminação da presença macedônica na cidade ocorresse antes da criação da tribo *Attalis*, ainda haveria 11 remanescentes. Quando comparado ao relato de Políbio (16.25-26), apesar de uma diferença significativa (quando relata a recepção de Átalo na cidade, Políbio menciona a presença de embaixadores romanos no Pireu e em Atenas – os quais também teriam sido, embora em menor grau, honrados pelos atenienses – enquanto Tito Lívio não faz qualquer menção[8]), ambos não fazem referência à extinção das tribos macedônicas.

Duas hipóteses plausíveis para a referência das "dez tribos antigas" são: (1) Tito Lívio supôs a destituição das tribos

[8] A questão da "omissão" dos embaixadores romanos em Atenas no relato de Tito Lívio foi discutida por diversos autores, cujas hipóteses vão da omissão consciente por parte do autor, em função do papel secundário dos romanos na ocasião da recepção de Átalo, à sugestão de um equívoco de Tito Lívio na organização de informações derivadas de fontes latinas e de Políbio. Cf. Luce (1977).

macedônicas simultaneamente à declaração da guerra em 200, e ignorava a existência da tribo *Ptolemais* em Atenas; (2) quando Tito Lívio faz referência às tribos atenienses, distingue as "dez tribos antigas", ou seja, as criadas pela reforma de Clístenes no século VI, e as tribos "recentes", criadas nos séculos IV e III. De todo modo, após a descoberta e interpretação de uma série de inscrições, em particular da IG II2 2362 (Prichett, 1954), é consenso que já em 200 as tribos macedônicas haviam sido abolidas (Habicht, 1997, p. 197, n. 10).

Caso o relato da execração dos macedônios em 31.44 não seja uma retomada retórica e, de fato, indique um acontecimento datado de quase um ano após o início das hostilidades (199), surge a questão de por que os atenienses não haviam tomado tais medidas antes, especialmente quando o próprio rei comandava as destruições de santuários, túmulos e plantações na Ática, conforme relatado por Tito Lívio e argumentado pelos atenienses em discursos diplomáticos. Ferguson sustentava que era preciso separar os três eventos: a abolição das tribos macedônicas ainda em 201, em função do apoio macedônico aos ataques acarnânios à Ática; a criação da tribo *Attalis* e a declaração de guerra à Macedônia em 200; e as medidas antimacedônicas mencionadas por Tito Lívio em 199 (Ferguson, 1911, p. 268-9, n. 4). Habicht, por outro lado, sustenta que todos estes acontecimentos são contemporâneos à declaração de guerra em 200, que levaria a uma reforma geral do sistema tribal ateniense (Habicht, 1997, p. 197).

Algumas evidências arqueológicas podem ser associadas às medidas antimacedônicas mencionadas por Tito Lívio. O primeiro grupo de evidências é composto por uma série de inscrições do século III a.C., levantadas por S. Dow (1937, pp. 48-50) e Chr. Habicht (1982, p. 148, n. 137), que apresentam marcas de apagamento deliberado do nome das tribos ou de membros da casa real macedônica[9]. As inscrições foram encontradas basicamente em

[9] IG II² 665, 677, 681, 682, 766, 775, 780, 781, 790, 791, 798, 825; Hesperia, IV (1935), p. 526, no. 39; Hesperia, II (1933), p. 497, no. 13; Hesperia, II (1933), p. 500, no. 15; Hesperia 30 (1961), p.11 n.7.1;

dois locais: na ágora e nos escombros da muralha pós-herúlea próximos à igreja de Demétrio *Katefores* (hoje demolida). A localização das inscrições na ágora ou em contexto de reuso em muralhas muito posteriores ao apagamento indica que as estelas continuaram sendo expostas com as marcas de raspagem, o que pode ser explicado por dois fatores: por um lado, a raspagem do nome das tribos ou de menções da família real macedônica não invalidaria a função da inscrições, em sua maioria honoríficas (tribais e/ou efébicas); por outro, a raspagem faria parte da paisagem ateniense, ironicamente, como memorial de uma dramática *damnatio memoriae*, pelo qual se lembraria do gesto público de esquecimento[10].

O segundo grupo de evidências é composto por quatro fragmentos de uma estátua equestre de bronze, encontrados nas escavações de 1971 na região noroeste da ágora ateniense (Shear Jr., 1973, pp. 165-168): a parte inferior da perna esquerda, da metade da coxa até o pé, ligeiramente flexionada, com marcas de vestimenta na parte superior da coxa e uma sandália amarrada ao pé, cujas tiras rodeiam o tornozelo até o início da canela; dois pequenos fragmentos de vestimenta, com tecido drapejado em ambos; e uma espada dentro de uma bainha com ponta circular (*figura 1*). Em todos os fragmentos, mas especialmente na sandália e na bainha da espada, existem marcas que indicam a anexação de finas folhas de ouro que cobririam toda a estátua.

Hesperia 34 (1965), p. 90 n. 3.2; Hesperia 23 (1954), p. 287, n.182.37; Hesperia 30 (1961), p. 11, n. 7.6; Hesperia 34 (1965), p. 90, n. 3.8; Hesperia 16 (1947), p. 186, n. 92.2; A.J.A., XXXVII (1933), p. 46; Agora 15.57, 61, 89, 111, 135. Inscrições com possíveis marcas de apagamento: IG II2 1299; BCH 54 (1930), p. 268; Hesperia 23 (1954), p. 287, n. 182; Moretti, *Inscrizioni* 7, 13-14; Hesperia 42 (1973), pp. 165-168, t. 36; Hesperia 50 (1981), p. 354.

[10] Algumas inscrições, no entanto, não foram raspadas, o que parece ser explicável por lapsos da ação de raspagem, mas não há elementos suficientes para se afirmar que existia ou não um padrão. São elas: IG II^2 784; 776; 793 (SEG 3:100); 1225.3; Agora 15. 85; Hesperia 52 (1983) 52, l. 23-25. A última delas se trata da famosa inscrição do Aglaureion; sua colocação em uma caverna, com visibilidade restrita aos que poderiam entrar no santuário, pode indicar que esta era a variável para a raspagem ou não.

Os quatro fragmentos foram encontrados juntos em um estreito poço próximo ao limite noroeste da ágora (*figura 2*), 3 metros ao norte do chamado "recinto da encruzilhada", um pequeno santuário usado para o depósito de material votivo e restos de sacrifícios cercado por baixos parapeitos de calcário, cuja utilização começa no final do século V e segue até o final do século IV. No poço foram encontrados centenas de objetos, de jóias a inscrições da cavalaria ateniense; a grande quantidade de material votivo similar ao encontrado no recinto sagrado indica uma articulação entre os dois espaços; diferentemente do recinto, no entanto, o poço foi utilizado para o armazenamento (ou descarte) de material até o final do século III ou início do II. Neste último estrato foram encontrados os fragmentos da estátua equestre (Shear Jr., 1973, pp. 126-134).

A datação da modelagem dos fragmentos, com base em dados estilísticos (os detalhes da sandália, o drapejado do tecido, e acima de tudo o tipo da espada) foi sugerida para o início do período helenístico (Shear Jr., 1973, p. 166). A partir da escassez de referências a estátuas equestres na ágora de Atenas, o que significaria uma honra excepcional (especialmente considerando-se a cobertura dourada), e a datação para o final do século IV, Leslie Shear Jr. sugeriu a identificação do personagem retratado como sendo um dinasta macedônico: especificamente, Antígono ou Demétrio *Poliorcetes*, tornados Heróis Epônimos em 307/6. Neste sentido, o estado fragmentário e a deposição no poço se explicariam pelas medidas antimacedônicas de 200: mais do que derreter a estátua, os atenienses teriam preferido quebra-la e enterrá-la, aos pedaços.

No momento de sua descoberta, havia poucas indicações da localização original da estátua, para além do local da própria encruzilhada. Uma pista apareceu com as escavações de 1980-82 (Shear Jr., 1984, pp. 22-24): três conjuntos de blocos de calcário, dois deles paralelos, com soluções de encaixe semelhantes e separados por um espaço de cerca de 3 metros, e um deles, formado por apenas dois blocos, colocado na extremidade sul do conjunto

ocidental (*figura 3*). Estes três conjuntos foram interpretados como bases para uma "entrada monumental" (dois conjuntos paralelos) e uma base de estátua (blocos ao sul do conjunto oeste), localizados na entrada norte da ágora entre a stoa *Pintada* e os edifícios alinhados à rua que vinha do Dípilo. A datação, com base na cerâmica encontrada nas camadas de preenchimento abaixo dos blocos das bases, foi fixada em fins do século IV. Com isso, a entrada e a base foram combinadas com a passagem onde Pausânias (1.15.1) menciona, logo antes de falar da Stoa Pintada, uma estátua de bronze de Hermes *Agoraios* e um portão que expunha um troféu de uma vitória da cavalaria ateniense contra Plistarco, irmão do rei Cassandro da Macedônia, que teria ocorrido no final do século IV.

Raciocinando que um portão monumental dificilmente seria erigido, em uma posição tão destacada, para homenagear uma batalha mencionada em apenas uma fonte (Pausânias), Leslie Shear Jr. (1984, pp. 22-24) sugere que esta entrada estava articulada às homenagens atenienses a Antígono e Demétrio *Poliorcetes*, especialmente porque este último estaria no comando das ações militares atenienses após 307/6. Sendo assim, Leslie Shear Jr. conjectura que sobre o portão seria colocada uma estátua de Demétrio, cujos vestígios seriam, justamente, os fragmentos da estátua equestre de bronze folheada a ouro encontradas no poço a cerca de 20 metros ao sul da entrada monumental (*figura 4*). O fato de Pausânias não mencioná-la em sua descrição se deveria, justamente, à sua destruição em 200/199 no contexto das medidas antimacedônicas.

Os vários argumentos da proposta de Shear Jr. apresentam graus diferentes de segurança. A identificação dos fragmentos a uma estátua equestre de Demétrio *Poliorcetes* é provável, considerando-se a datação da camada onde foi encontrada (c. 200) e o fato dos fragmentos não terem sido derretidos[11]. Já a localização da estátua

[11] Ainda que outras possibilidades não possam ser descartadas, em particular a de que era uma estátua equestre ligada ao *Hipparcheion* (Bugh, 1988, pp. 219-220), o quartel general da cavalaria ateniense,

no topo do portão da "entrada monumental" no nordeste da ágora não tem tanta solidez, especialmente em virtude de sua datação no século IV. O primeiro portão usado para monumentalizar a entrada de uma ágora conhecido é aquele de Priene, possivelmente em forma de arco, construído na entrada nordeste da ágora em meados do século II (Winter, 2006, p. 38); à diferença do "portão ateniense", o portão de Priene era cercado por muros dos dois lados – sendo, portanto, a única abertura naquele lado – e não apresentava decoração escultórica. Por ter sido aparentemente independente no lado ocidental, o portão ateniense se aproximaria dos arcos triunfais em Roma, cujos exemplares mais antigos, atestados apenas literariamente, são os arcos de L. Stertinius em 196 (Tito Lívio, 37.27.4). Além disso, a proximidade do poço (cerca de 30 metros) não é conclusiva, ademais pelo fato do uso do poço não ter sido estabelecido claramente: nos diversos estratos escavados, foram encontrados jóias, vasos, figurinhas e documentos oficiais, não tornando claro se o poço era usado como local de deposição de material votivo ou apenas como descarte.

Conclusão

As destruições macedônicas e atenienses da virada do século III para o II, longe de serem aleatórias, fazem parte de programas coerentes, articulados por contingências e lógicas específicas. As destruições macedônicas estavam vinculadas, em primeiro lugar, ao desequilíbrio entre a defesa intra e extramuros, determinada pela muralha e pelos contingentes militares (entre atenienses, pergamenos e mercenários), e em segundo lugar, pela valorização dos locais de memória atenienses, sejam eles os ginásios, referências do prestígio das escolas filosóficas e da efebia ateniense, as necrópoles, elemento fundamental da memória cívica, ou os

em virtude de uma expressiva quantidade de documentos da cavalaria ter sido encontrada no mesmo poço onde foram achados os fragmentos da estátua (Shear Jr., 1973, p. 176-178).

santuários, também ligados aos mitos fundadores e à identidade cívica. As destruições atenienses, por sua vez, estavam vinculadas à (in)capacidade militar ateniense e à identificação dos locais de memória macedônicos na cidade, especialmente as manifestações visuais do evergetismo. Assim, impossibilitada de promover ataques efetivos aos territórios macedônicos ou aliados, os atenienses se limitaram a destruir o que a própria cidade havia criado – decretos e monumentos honoríficos. A raspagem de inscrições e a destruição de estátuas satisfizeram a demanda destrutiva ateniense, e ao mesmo tempo adicionaram um capítulo à história da *damnatio memoriae* ateniense iniciada cem anos antes, com a destruição das centenas de estátuas de Demétrio de Fálero após sua derrubada por Demétrio *Poliorcetes* em 307/6 (Habicht, 1997, p. 65) – cujas estátuas seriam, em 200/199, alvo da mesma prática.

O que se observa neste dramático momento é uma transformação radical na memória urbana ateniense, o que terá consequências também para a relação da cidade com o espaço. Se por um lado as destruições geraram oportunidades de reconstrução (novos ginásios e santuários / novos locais para a dedicação de estátuas honoríficas), por outro elas também renovam o uso do espaço como memória do inimigo, realocando, assim, os até então evergetas macedônios como os novos persas do espaço urbano ateniense. Abre-se, assim, o tempo e o espaço para as grandes intervenções no século II a.C., evidências na radical alteração da paisagem ateniense pelo evergetismo atálida e a lenta afirmação da presença de Roma no espaço urbano e geopolítico ateniense. O espaço urbano ateniense, deste modo, é a manifestação material das transformações no Mediterrâneo Oriental derivadas da crise da monarquia ptolomaica e da rearticulação das hegemonias helenísticas com a ascensão de Pérgamo e de Roma entre o final do século III e início do II a.C. (Habicht, 1997, p. 196; Eckstein, 2008, p. 121-180).

Figuras

Fig. 1. Fragmentos de estátua de bronze folheada a ouro, encontrada em poço 3 metros ao norte do recinto da encruzilhada (ASCSA[12]).

Fig. 2. Visão aérea da região norte/noroeste da ágora, com o recinto da encruzilhada no centro-direita da imagem, com o poço sagrado logo acima. Fotografia de maio de 1975 (ASCSA[13]).

[12] Disponível em: http://agora.ascsa.net/id/agora/image/2000.02.0833.

[13] Disponível em: http://agora.ascsa.net/id/agora/image/2000.03.0018.

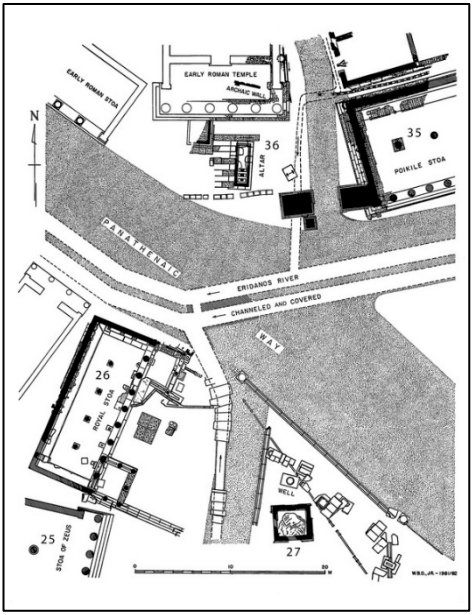


Fig. 3. Planta do estado atual da região noroeste da ágora, feita por W. B. Dinsmoor Jr. em 1981/82 (ASCSA[14]).

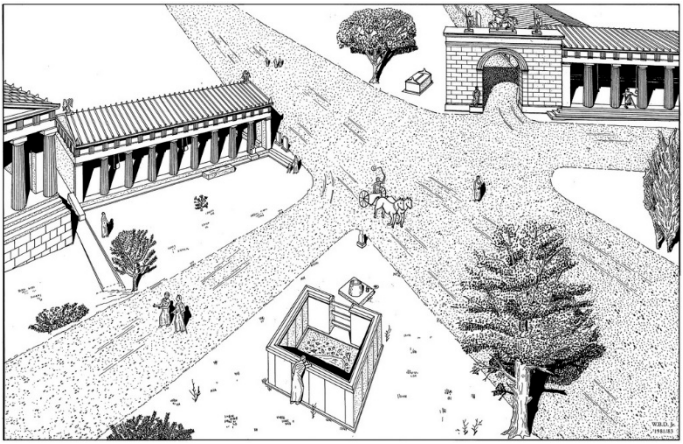


Fig. 4. Proposta de reconstituição da esquina noroeste da ágora, feita por W. B. Dinsmoor Jr. em 1981/3 (ASCSA[15]).

[14] Disponível em: http://agora.ascsa.net/id/agora/image/2011.04.0089.

[15] Disponível em: http://agora.ascsa.net/id/agora/image/2008.20.0077.

Referências

Fontes primárias

POLYBIUS. *The Histories*. Cambridge : Harvard University Press, 1992.

TITE-LIVE. *Histoire romaine*. Paris : Belles Lettres, 1998.

Bibliografia crítica

BUGH, G. *The Horsemen of Athens*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

_____. *The archeology of Athens***.** New Haven/London: Yale University Press, 2001.

CARUSO, A. *Akademia*. Archeologia di una scuola filosofica ad Atene da Platone a Proclo (387 a.C.-485 d.C.). Studi di Archeologia e di Topografia di Atene e dell'Attica, 6. Athens / Paestum: Pandemos, 2013.

DICKENSON, C. *On the Agora*. Power and public space in Hellenistic and Roman Greece. (Tese) Rijksuniversiteit Groningen, 2012.

DOW, S. *Prytaneis*. A Study of the Inscriptions Honoring the Athenian Councillors. Princeton: American School of Classical Studies at Athens, 1937.

DRIESSEN, J. (ed). *Destruction* : Archaeological, philological and historical perspectives. Louvain-la-Neuve: Presses Universitaires de Louvain, 2013.

ECKSTEIN, A. *Rome Enters the Greek East*. From Anarchy to Hierarchy in the Hellenistic Mediterranean, 230–170 B.C. Oxford: Blackwell, 2008.

ÉTIENNE, R. *Athènes, espaces urbains et histoire*. Paris: Hachette, 2004.

FERGUSON, W. S. *Hellenistic Athens*. London: Macmillan's, 1911.

HABICHT, C. *Studien zur Geschichte Athens in hellenistischer Zeit*. Göttingen: Vandenhoek & Ruprecht, 1982.

_____. *Athens from Alexander to Antony*. Cambridge-Massachucets: Harvard University Press, 1997.

HUS, A. Préface. In: TITE LIVE. *Histoire Romaine*. t. XXI, l. XXXI. Paris: Les Belles Lettres, 1977, pp. i-cxliv.

KOHL, M. La genèse du portique d'Attale II. Origine et sens des singularités d'un batîment construit dans le cadre de la nouvelle organisation de l'agora d'Athènes au IIe siècle av. J.-C. In : MARC, J.-Y. ; MORETTI, Ch. (ed.). *Constructions publiques et programmes édilitaires en Grèce* : entre le IIe siècle av. J.-C.et le Ier siècle ap. J.-C. Athènes/Paris : École Française d'Athènes/De Boccard, 2001, pp. 237-266.

LUCE, T. *Livy*: the composition of his history. Princeton : Princeton University Press, 1977.

MARQUES, J. *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

MARTIN, R. *Recherches sur l'Agora grecque*. Paris : De Boccard, 1951.

MERCURI, L. Programmi pergameni ad Atene: la "stoa" di Eumene. *Annuario della Scuola Archeologica Italiana di Atene e dele missioni italiane in Oriente*, v. 82, s. 3, n. 4, t. 1, pp. 61-79, 2004.

MIKALSON, J. *Religion in Hellenistic Athens*. Berkeley: University of California Press, 1998.

PRICHETT, W. K. An Unfinished Inscription, IG II2 2362. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, v. 85, pp. 159-167, 1954.

SHEAR JR., T. L. The Athenian Agora: Excavations of 1971. *Hesperia*, v. 42, n. 2, pp. 121-179, 1973.

TRAVLOS, J. *Pictorial dictionary of Ancient Athens*. New York: Praeger, 1971.

WINTER, F. *Studies in Hellenistic Architecture* (Phoenix Supplementary Volumes). Toronto: University of Toronto, 2006.

WYCHERLEY, R. *How the Greek built cities*. 2a. ed. London: MacMillan Press, 1962.

7

Cristianismo antigo: dinâmicas de integração e construção de fronteiras

Pedro Luís de Toledo Piza [1]

O desenvolvimento do cristianismo nos primeiros séculos depois de Cristo é certamente um processo singular no amplo e variado quadro social do que frequentemente chamamos de Mediterrâneo Antigo[2]. Iniciando-se na Palestina ocupada por Roma, o movimento religioso daqueles que seriam, ainda no século I d.C., chamados de "cristãos" haveria de se propagar por todo o território dominado pelo Império Romano (e talvez para além deste), sendo um culto facilmente encontrável nos principais centros urbanos mediterrânicos, como Antioquia, Éfeso, Corinto, Cartago e a capital Roma. Para além dos mesmos, por volta de meados do século II d.C. identificamos com pouca dificuldade a progressiva difusão da religião cristã para zonas interioranas e limítrofes do Império: iniciando pelo litoral, comunidades vão sendo fundadas nas cidades da Gália ao longo do Ródano, contando com um escritor de grande destaque e influência entre as igrejas como Irineu de Lyon; uma corrente destacadamente carismática do cristianismo (e depois condenada como herética pelos líderes da ortodoxia nascente) é fundada por Montano no interior da Frígia; nas ruínas de Dura Europos junto ao Eufrates, foi identificada uma casa utilizada como

[1] Mestre e doutorando em História Social pela USP e pesquisador membro do LEIR-MA-USP, email: pl_piza@hotmail.com.

[2] Para uma discussão específica sobre o conceito de "Mediterrâneo antigo" e as problemáticas que dele decorrem, cf. Purcell(2014, p. 59-74).

espaço de culto cristão, em uma zona de tensão permanente. No entanto, no que tange a capacidade de difusão o cristianismo certamente não estava só. Uma série de outros cultos, principalmente com origem nas províncias a Leste do Mediterrâneo, encontraram também largo espaço para se difundirem na mesma época (Price, 2012, p. 7-12).

O cristianismo se destacava por um outro fator, muito específico da forma de seus membros pensarem sobre si mesmos individual e coletivamente: um alto nível de organização interna, tanto em escala local, como também regional e a nível imperial. Um cristão de Antioquia que precisasse viajar a Roma poderia ter relativa segurança de encontrar outros correligionários (ou, para utilizar um termo mais profundo encontrado fartamente na documentação, "irmãos") em seu caminho, principalmente se precisasse aportar em Éfeso ou Esmirna (cf. Edwards, 2000). Chegando à Macedônia para acessar a *Via Egnatia*, poderia encontrar cristãos em Tessalônica que poderiam, conforme as circunstâncias e os objetivos da viagem, auxiliá-lo com o suporte necessário para o resto do seu percurso. Em outras palavras, o cristianismo dos primeiros séculos não apenas se difundiu em torno do Mediterrâneo, mas também se organizou ao redor dele e por meio dele, criando uma espécie de contra-sociedade com um nível considerável de autoconsciência de sua própria singularidade e (potencial) universalidade. A história dos primeiros séculos do cristianismo é a de uma comunidade em processo de integração cada vez mais intensa e, ao mesmo tempo, de definição de fronteiras internas e externas sempre mais claras.

Dinâmicas de difusão e demarcação de fronteiras

Não que ele estivesse necessariamente fadado a se expandir pelo Império afora. Ao contrário, as perspectivas iniciais dos fundadores tinham pouco apelo à população mediterrânica para além de seu círculo circunscrito na Palestina (Marcus, 2006, p. 87).

Alguns dos primeiros documentos cristãos conservam tradições que apontam para uma restrição da "boa-nova" (εὐαγγέλιον) apenas aos judeus e àqueles que se interessassem em ser acolhidos no povo de Israel por meio da circuncisão. O Jesus retratado pelo Evangelho de Mateus mostra-se por vezes francamente comprometido com essa tendência. Acossado por uma mulher cananeia (e, portanto, não-judia) para que curasse sua filha, diz a seus discípulos: "Eu não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel" (Mateus 15,24). É certo que a narrativa subsequente apresenta Jesus se compadecendo da mulher (ainda que somente depois da mesma se humilhar consideravelmente, comparando-se aos "cachorrinhos"; cf. Mateus 15,26-27), mas a exceção não derrubava a regra. No grande sermão proclamado sobre a montanha, um dos princípios categóricos expostos por Jesus é este[3]:

> Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas. Não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento, porque em verdade vos digo que, até que passem o céu e a terra, não será omitido nem um iota, nem um risquinho da Lei, sem que tudo seja realizado. Aquele, portanto que violar um só desses menores mandamentos e ensinar os homens a fazerem o mesmo, será chamado o menor no Reino dos Céus. Aquele, porém, que os praticar e os ensinar, esse será chamado grande no Reino dos Céus. (Mateus 5,17-19)

Aqui temos uma fronteira muito bem traçada. Apenas aqueles que observam todos os mandamentos da Lei de Moisés poderão ser considerados grandes no Reino dos Céus que está próximo. Esses trechos não apresentam tanto um Jesus revolucionário quanto um mestre reformador, figura muito comum dentre os judeus palestinos do século I d.C[4]. Ao mesmo tempo, é significativo que, no

[3] Sempre que textos retirados do cânone bíblico forem citados, a tradução utilizada será a da Bíblia de Jerusalém, revista e ampliada em 2002 pela Paulus Editora.

[4] Alguns exemplos contemporâneos a Jesus podem ser citados, como o fariseu Hillel, que parece ter exposto uma doutrina por vezes muito semelhante à do Cristo representado por Mateus, como no caso da conhecida regra de ouro, acrescida da sentença: "Pois esta é a Lei e os Profetas" (Mateus 7,12). Outro exemplo de fariseu bem conhecido do mesmo período (inclusive entre os cristãos) é Gamaliel o Velho, que inclusive é citado nos Atos dos Apóstolos tanto como mestre de Paulo em Jerusalém (Atos

mesmo relato de Mateus, o Jesus ressuscitado ordene aos seus discípulos do alto de um monte na Galileia: "Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulas..." (Mateus 28,19). Ainda antes de sua morte, confrontando a hierarquia do Templo de Jerusalém, vaticina: "Por isso vos afirmo que o Reino de Deus vos será tirado e confiado a um povo que o fará produzir fruto" (Mateus 21,43). O cumprimento da Lei era, em parte considerável, o que definia o povo judeu como povo judeu. O Jesus de Mateus advoga essa conduta, ao mesmo tempo que afirma que o povo que tem na Lei o seu elemento de identificação mais básico não comporá o Reino de Deus que está próximo. Ele será entregue às nações que os discípulos haverão de fazer discípulas[5]. Duas visões que podem parecer tão dissonantes encontram-se em um mesmo documento e em uma mesma representação do mestre, e esse é apenas um exemplo do variado espectro de visões acerca dos destinatários da "boa-nova" e sua relação com a Lei.

Pelo que podemos ver pela documentação, porém, o mais certo é que, para os primeiros discípulos do Cristo reunidos em Jerusalém, seria muito difícil prever a construção de uma sociedade difundida por meio de uma grande rede de comunidades locais compostas sobretudo de membros advindos do politeísmo, sem passar pelo crivo da circuncisão. Embora certamente não possamos considerá-los historicamente acurados em todas as suas informações (Marguerat, 2003, p. 13-35; Trebilco, 2004, p. 104-107), os Atos dos Apóstolos, escritos em algum momento do último quarto do século I d.C. (Karris, 2011, p. 218), narram a dificuldade dos cristãos judeus da primeira comunidade de Jerusalém em aceitar

22,3) quanto como defensor da libertação dos apóstolos diante do Grande Sinédrio na mesma cidade (Atos 5,34-39). Para introdução breve à vida e obra de ambos, cf. Vermes (2008). Para um estudo acerca da presença de mestres fariseus em Jerusalém à época de Jesus, cf. Jeremias (2010, p. 333-360).

[5] Mais impressionante é notar que o trecho citado não se encontra na fonte original, o Evangelho de Marcos (cf. Marcos 12,1-12), constituindo um acréscimo consciente do redator final de Mateus. Acerca das relações de dependência entre os evangelhos sinóticos (Marcos, Mateus e Lucas), cf. Mitchell (2006, p. 178-181), Neirynck (2011, p. 49-63), Simon e Benoît (1987, p. 219-224). Para uma clássica problematização histórica das camadas de redação identificáveis em Mateus, cf. Meier (1983, p.45-72).

membros que não fossem praticantes da Lei mosaica (cf. Atos 11,2). Não à toa, a conversão dos primeiros não-judeus é colocada pelo autor sob a responsabilidade de Pedro, um dos discípulos mais eminentes (cf. Gálatas 2,9), singular por ser considerado comumente a primeira testemunha (masculina) de uma aparição do Cristo ressuscitado (1 Coríntios 15,5). Os mesmos Atos dos Apóstolos nos apresentam uma comunidade cristã em Jerusalém com pouco ímpeto para fora, para difundir sua mensagem por outros centros urbanos ou mesmo no meio rural. Quando a saída ocorre, não se deve à iniciativa própria dos primeiros discípulos e sim às circunstâncias contrárias à comunidade, com a execução de Estêvão (Atos 8,4). Um forte sentido de coesão interna é sugerido pelo compartilhamento dos bens individuais em prol do grupo (cf. Atos 2,44-45). Embora possa parecer uma imagem idílica de um ideal primitivo, a prática era bem conhecida entre os membros da seita de Qumran (Daniélou, 1985, p. 22). A importância do ato de compartilhar os bens com a comunidade é reforçada por um relato de um casal, Ananias e Safira, que teria se furtado ao compromisso, guardando em segredo parte do dinheiro que deveria ser colocado a serviço do grupo: a consequência é sua execução por Deus diante da figura de Pedro (Atos 5,1-11). Apesar do autor utilizar o relato para apresentar o que Marguerat chama de "pecado original" que quebra a pureza da igreja primordial e ideal (Marguerat, 2003, pp. 177-198), ele pode muito bem ter origem mais antiga e de forma mais simplificada em uma antiga narrativa cristã palestina (Dillon, 2011, p. 340). Do mesmo modo, a chamada "Carta de Tiago", vinculada à figura do principal líder da comunidade de Jerusalém[6], traz em si a crítica mais dura à riqueza em toda a epistolografia cristã do século I d.C. (cf. Tiago 1,9-11; 4,13-5,6). Tudo aponta, portanto, para a existência de uma igreja com forte coesão organizativa e redistributiva na cidade sagrada judaica, com pouca iniciativa de

[6] Para uma introdução ao debate a respeito da autoria da Carta de Tiago (que tem pendido para a tese da pseudepigrafia), cf. Leahy (2011, p. 667-668).

saída para a difusão da "boa-nova" por outras paragens, pelo menos não de início.

Dificilmente, porém, a nova seita judaica poderia se manter restrita a Jerusalém. Se o movimento iniciado por Jesus de Nazaré tivesse permanecido circunscrito à área rural da Galileia, talvez pudesse contar com um isolamento maior com relação ao mundo mediterrânico (o que ainda assim seria algo longe de ser garantido, considerando a profusão de cidades helênicas existentes na região). Porém, ao estabelecer-se em Jerusalém, cidade para onde afluíam judeus de todo o império, o contato com as diferentes populações do Mediterrâneo tornou-se praticamente inevitável. O autor dos Atos dos Apóstolos o ilustra por meio de um detalhe dramático durante uma festa de Pentecostes. Com a descida do Espírito Santo, os discípulos reunidos em Jerusalém passam a falar nas mais diversas línguas. A reação daqueles que os ouvem não poderia deixar de ser uma de espanto, principalmente no caso dos que não eram originários da Palestina:

> Estupefatos e surpresos, diziam: "Não são, por acaso, galileus todos esses que falam? Como é, pois, que os ouvimos falar, cada um de nós, no próprio idioma em que nascemos? Partos, medos e elamitas; habitantes da Mesopotâmia, da Judeia e da Capadócia, do Ponto e da Ásia, da Frígia e da Panfília, do Egito e das regiões da Líbia próximas de Cirene; romanos que aqui residem; tanto judeus como prosélitos, cretenses e árabes, nós os ouvimos anunciar em nossas próprias línguas as maravilhas de Deus!". (Atos 2,7-11)

Apesar de não ser possível afirmar a historicidade do evento de Pentecostes como relatado pelos Atos, não deixa de ser interessante a maneira como o autor coloca o contato do cristianismo, logo em seu início, com populações da maior parte das regiões em torno do Mediterrâneo. Não poderia haver local mais propício para tanto. A partir de Jerusalém, o cristianismo alcança outros centros urbanos de peso considerável no Mediterrâneo oriental, como Cesareia Marítima (Atos 8,40) e Antioquia (Atos

11,19). A fundação de uma igreja nesta última cidade é um sucesso considerável para o novo movimento. Antioquia constituía um ponto de encontro de uma série de redes de conexões, tanto por terra quanto por mar. Por ela, encontravam-se conectadas diretamente as regiões da Palestina, berço do cristianismo, e da Ásia Menor, que contava com centros urbanos de peso econômico considerável, como Tarso, Éfeso, Esmirna, Pérgamo, etc. Não é de surpreender que seja esta última a próxima região na qual a nova seita penetra, e, em grande parte, pela obra de um personagem singular que dispensa maiores apresentações: Paulo de Tarso.

Com Paulo o cristianismo ultrapassará em muito os possíveis limites geográficos imaginados pelos primeiros discípulos, assim como definirá novas fronteiras que, a partir do último quarto do século I d.C., se mostrarão fundamentais para a formação de sua própria identidade em contraposição ao mundo politeísta e ao próprio judaísmo de onde se havia originado. Não sem conflitos consideráveis, porém. Os membros da igreja de Jerusalém não aceitarão tranquilamente a crítica feita por Paulo ao caráter, ao seu ver, desnecessário da circuncisão e da obediência à Lei de Moisés por parte dos gentios convertidos, mesmo com o apóstolo citando, em sua defesa, o acordo estabelecido entre ele e os discípulos mais eminentes em Jerusalém (cf. Gálatas 2,6-9). De fato, o trabalho missionário de Paulo encontrava-se marcado por uma espécie de universalismo sem precedentes: por meio da morte e ressurreição de Jesus Cristo, toda e qualquer pessoa poderia entrar no Reino de Deus, contanto que tivesse fé no nome divinizado daquele que os havia salvado[7]. Tornou-se clássica sua frase aos cristãos da Galácia, que tendiam a restaurar as fronteiras impostas pelos rigoristas, defensores da necessidade da circuncisão: “Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus” (Gálatas 3,28). Mais interessante,

[7] A tese de que o universalismo teria sido fundado por Paulo de Tarso foi defendida pelo filósofo franco-marroquino Alain Badiou. Cf. Badiou (2009).

porém, para a questão da definição de fronteiras (ou sua derrubada), é o que diz logo a seguir: "E se vós sois de Cristo, então sois descendência de Abraão, herdeiros segundo a promessa" (Gálatas 3,29). Beneficiando-se da graça recebida a partir da morte de Cristo e por meio do batismo, todo ser humano passaria a fazer parte do "Israel de Deus" (Gálatas 6,16). O seguimento da Lei não constituía mais um elemento fundamental na definição de uma fronteira entre quem era membro de Israel ou não. A porta estava aberta para todos os que tivessem fé e fossem batizados. Para Paulo, doravante o batismo demarcava os limites entre o povo de Deus e os de fora, "que a Igreja despreza" (1 Coríntios 6,4), mas que continuam sendo o objetivo do apostolado.

O grande sucesso da missão paulina, com comunidades cristãs fundadas em boa parte dos centros urbanos mais importantes da Ásia Menor e do Egeu, não decretou necessariamente o fim da querela em torno do papel da Lei na demarcação de fronteiras identitárias. Já no começo do século II d.C., cerca de cinquenta anos após a morte de Paulo, Inácio de Antioquia (que se via como um discípulo do apóstolo; cf. In.Efésios 12,2) se via na necessidade de advertir os cristãos de Filadélfia na Ásia sobre o assunto:

> Mas se alguém vos expõe o judaísmo, não o escuteis; pois é melhor ouvir cristianismo de circunciso do que judaísmo de incircunciso; ambos, se não falam de Jesus Cristo, são para mim lápides e sepulcros dos mortos, sobre os quais nada além de nomes de homens estão escritos. (In.Filadelfienses 6,1; Tradução: Schoedel, 1985: 200)

Do outro lado do debate, os defensores da fidelidade à Lei de Moisés também não desanimavam. Em uma carta fictícia escrita por algum membro deste partido, "Pedro" se dirige a "Tiago, senhor e supervisor [ou "bispo", a palavra grega é a mesma][8] da santa Igreja"

[8] Os problemas em torno da tradução do termo ἐπίσκοπος (lit.: "aquele que possui uma visão sobre [algo ou alguém]) nos textos cristãos mais antigos estão intimamente relacionados ao debate de

(Carta de Pedro a Tiago 1,1; Tradução de Ehrman, 1999: 137), e acusa alguns "dentre os gentios" de rejeitar "minha pregação legítima" e de preferir a "doutrina sem lei e absurda do homem que é meu inimigo", isto é, Paulo (*Ibidem* 2,3)[9]. "Pedro" explica sua revolta citando justamente as palavras de Jesus recordadas em Mateus que foram referidas mais acima:

> Pois fazer algo assim [defender a dissolução da Lei] significa agir contrariamente à Lei de Deus que foi dada a conhecer por Moisés e que foi confirmada por nosso Senhor em sua continuidade sem fim. Pois ele disse: "Os céus e a terra passarão, mas nenhum iota ou um risquinho passarão da Lei". (*Ibidem* 2,5)

Até os séculos IV e V d.C. ainda era possível encontrar cristãos compromissados com a Lei mosaica, principalmente na região da Palestina e da Transjordânia (Simon, 1996, p. 237-270; Marcus, 2006, p. 96-102).

Comunicação, diversidade e integração

Apesar de todas as querelas e conflitos que lhes eram inerentes, uma característica fundamental das comunidades fundadas em torno da bacia mediterrânica é o alto grau de comunicação entre elas. Mesmo durante a primeira geração de

quando se tem o início de um episcopado cristão propriamente dito e do que o caracterizaria enquanto tal. Isso se deve ao fato de a expressão possuir um campo semântico muito grande entre os autores clássicos anteriores e contemporâneos aos primeiros textos cristãos, podendo significar desde "supervisor" (o sentido mais literal), até mesmo "guardião" ou "representante" de um potentado. Sua tradução recorrente como "bispo" se deve largamente à latinização do termo grego (*episcopus*) de modo a garantir uma nomenclatura específica a esse ministério. Discussões mais pormenorizadas a esse respeito podem ser encontradas em Trebilco, 2004, p. 639-645; Rapp, 2005, p. 23-41; Torjensen, 2008; Stewart, 2014.

[9] Aqui é possível que o autor anônimo esteja fazendo referência a uma contenda entre Pedro e Paulo em Antioquia, relatado por este último aos cristãos gálatas. Paulo havia ficado irado pela atitude de Pedro que, após a chegada de "alguns vindos da parte de Tiago", teria deixado de compartilhar as refeições com os cristãos advindos da gentilidade: "... eu disse a Pedro diante de todos: se tu, sendo judeu, vives à maneira dos gentios e não dos judeus, por que forças os gentios a viverem como judeus?" (Gálatas 2,14).

discípulos, que dura até mais ou menos meados da década de 60 do século I d.C., as igrejas possuíam perfeita consciência de não estarem sós e de não serem uma mera associação local (Meeks, 2006, p. 152). Paulo teve um papel fundamental nesse processo, garantindo que cada uma das comunidades soubesse da existência de outras, próximas ou distantes, e ainda levando-as todas a trabalhar em torno de um projeto comum ditado por ele, como no caso da coleta de dinheiro em prol dos "santos" cristãos de Jerusalém (cf. Romanos 15,25-27; 1 Coríntios 16,1-4; 2 Coríntios 9). Afinal eram todos parte do mesmo povo de Israel (cf. Gálatas 6,16). Mais: eram todos membros de uma mesma família, adotados por Deus a partir do batismo (cf. Gálatas 4,1-11), "irmãos" uns dos outros, único povo escatológico que deveria receber de volta, em breve, o Cristo e seu reino. A noção da existência de um vínculo fraternal entre os membros de uma mesma comunidade, tanto em nível local como em escala universal, não pode ser subestimada e nem considerada apenas de forma simbólica[10]. Ao menos no caso das igrejas paulinas, o neófito passava por um processo de verdadeira ressocialização, adentrando uma organização social que poderia fazer, ao mesmo tempo, as vezes de culto, associação voluntária, escola filosófica e casa (Meeks, 2011, p. 171-190). De particular importância para a criação de um ambiente doméstico era o cuidado de Paulo de manter o contato com as congregações por ele fundadas, tanto por meio de delegados quanto através de cartas, por vezes utilizando de uma linguagem eminentemente afetiva e íntima (cf. p. ex. 1 Tessalonicenses 2,7-12.17). O apóstolo, contudo, não parece ter sido o idealizador da comunicação entre as diversas comunidades. Os Atos dos Apóstolos referem em diversos momentos a preocupação dos Doze reunidos em Jerusalém em manter contato com agrupamentos cristãos recém-criados (cf. Atos 8,14; 11,22; 21,25). Esse interesse da primeira igreja em manter a comunicação com as

[10] Para uma análise antropológica da utilização frequente do termo "irmão" por parte do círculo paulino, cf. Destro e Pesce (2010, p, 67-92).

mais novas parece ter causado certo constrangimento a Paulo em Antioquia (cf. Gálatas 2,11-14), na Galácia (cf. Gálatas 1,6-10) e, possivelmente, também em Corinto (2 Coríntios 10-13).

A manutenção do contato entre as diversas comunidades favorecia a troca de tradições acerca de Jesus e de seus discípulos, assim como a produção de obras literárias destinadas a conservar as mesmas. Em geral, dois gêneros literários eram favoritos, ao menos até meados do século II: o gênero epistolar e a *bíos*. O grande fundador da epistolografia cristã certamente foi Paulo, do qual sobreviveram sete cartas cuja autenticidade está fora de contestação[11]. Com sua morte, outras cartas foram escritas em seu nome de modo a conservar seu ensinamento ou a atender novas demandas. A partir de então, o gênero epistolar passou a ser amplamente utilizado e vinculado a outros personagens da primeira geração cristã, como os discípulos Pedro, Tiago e Judas. O interesse pelas cartas permaneceu tão forte nas comunidades que mesmo aquelas abertamente não escritas por nenhum apóstolo antigo passaram a ser colecionadas: é o caso da chamada carta de Clemente (na verdade uma carta aos coríntios que tem toda a Igreja de Roma como remetente), as sete cartas de Inácio de Antioquia, a carta de Policarpo de Esmirna aos filipenses e as cartas de Dionísio de Corinto. Já o gênero da *bíos* foi o favorito no século I d.C. para conservar a vida e os ensinamentos de Jesus Cristo (cf. Burridge, 1998).

São justamente esses documentos que nos apresentam a grande diversidade teológica existente no cristianismo dos primeiros séculos. Realmente em certos casos poderia ser perguntado se é um e mesmo cristianismo de que estamos falando, ou se, pelo contrário, deveríamos considerar a existência de cristianismos diversos. É necessário, porém, ter-se em conta que as variadas expressões doutrinais não significam necessariamente comunidades alienadas umas das outras, ao menos não sempre.

[11] São elas: Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Filipenses, 1 Tessalonicenses e Filêmon.

Quando Paulo confronta os defensores da fidelidade à Lei de Moisés em Antioquia, estes não são membros de uma outra comunidade, externa à sua, mas enviados de Tiago (cf. Gálatas 2,11-13), a quem reconhece a eminência, ainda que um tanto a contragosto (Gálatas 2,6-9). Se Inácio de Antioquia elogia os cristãos de Éfeso por "taparem o ouvido" para o "mau ensinamento" de alguns, é porque estes não estavam completamente excluídos da vida social da igreja local (In.Efésios 9,1). Uma das irritações de Irineu de Lyon é justamente a falta da mesma atitude em algumas comunidades que não enxergam que alguns dos membros, ao professarem a mesma fé que os restantes, na verdade guardam interpretações gnósticas para si (Contra as heresias III.16,8). Quando os mesmos são identificados e excluídos da igreja, sentem-se injustiçados, uma vez que, sob seu ponto de vista, sempre haviam comungado da mesma doutrina (Cf. Contra as heresias III.15,2). A diversidade dentro do cristianismo antigo dava espaço a mais de um tipo de relação entre os defensores de determinadas doutrinas e à orientação dominante em sua localidade: era possível criar comunidades próprias e opostas à dominante, como no caso dos marcionitas, dos montanistas e mesmo, segundo alguns autores, os próprios responsáveis pela literatura joanina presente no cânon do Novo Testamento (Evangelho e três cartas de João)[12]; mas também não era de se estranhar que defensores de doutrinas divergentes permanecessem na mesma comunidade, ainda que isso pudesse levar sua igreja a conflitos internos prolongados, os quais eram bem conhecidos pela igreja de Roma no século III d.C.

No entanto, diante de toda a ampla diversidade de ritos, tradições, doutrinas e formas de organização, é interessante notar a tendência de integração em escala local e em nível mediterrânico nas igrejas, principalmente a partir da passagem da primeira geração cristã, naquele período que Raymond E. Brown classificou como "sub-apostólico" (Brown, 1984, p. 13-30). Essa tendência se

[12] Cf. Brown (2011, p. 84-95).

manifesta por um forte discurso em favor da unidade, marginalizando tendências tidas como contrárias à corrente dominante.

Em nível local, observa-se, a partir das últimas décadas do século I d.C., a tendência em diversas igrejas de se organizar uma liderança estável, responsável tanto por administrar materialmente a comunidade quanto por definir o que exatamente pode ser ensinado e ritualmente praticado entre os fiéis. Exemplos que podem ser citados são, por exemplo, as comunidades representadas pela chamada "Instrução dos Doze Apóstolos" (cf. Did. 15,1), os documentos pseudoepígrafos conhecidos como "Cartas Pastorais de Paulo", vinculados a Éfeso e a Creta, (1 Timóteo 3,1-13; Tito 1,5-9) e a Primeira Carta de Clemente, que serve como testemunha tanto para Roma quanto para Corinto (1 Clemente 42,4-5). O modelo de liderança cristã estável, estabelecido em Jerusalém à época de Tiago, difunde-se pelo Mediterrâneo, substituindo progressivamente (mas não pacificamente, diga-se de passagem) a tendência anterior, que aparentemente conferia maior autoridade para ministros itinerantes, como apóstolos (e seus delegados, no caso de Paulo), profetas e doutores[13]. Ao mesmo tempo, a mera delimitação entre aqueles que lideram e aqueles que são liderados aponta para a formação de uma fronteira interna à igreja que só tenderá a recrudescer nos próximos séculos, especialmente no que tange a figura em ascensão do "supervisor", o qual é revestido simbolicamente por Inácio de Antioquia com o caráter de representação do próprio Deus (cf. In.Magnésios 6,1; In.Tralianos 3,1) e é colocado por Hegésipo e Irineu de Lyon como sucessor dos apóstolos no comando da comunidade, a exemplo do que ocorria nas escolas filosóficas.

[13] Mesmo nas cartas de Paulo já existem indícios da existência de lideranças locais (cf. 1 Tessalonicenses 5,12-13; Filipenses 1,1) e pessoas fixas à comunidade pelas quais o apóstolo advoga deferência (cf. 1 Coríntios 16,15-18). Para uma defesa da existência desde o início de lideranças locais, inspiradas no modelo das sinagogas, ver Burtchaell (1992).

Em nível imperial, assiste-se a um movimento sempre crescente de integração entre as diversas igrejas esparramadas pela bacia mediterrânica, fazendo da Igreja universal (o termo καθολικός já é usado por Inácio de Antioquia em In.Esmirniotas 8,2) uma rede de comunidades locais com um alto nível de conectividade. A exemplo da coleta organizada por Paulo para auxiliar os cristãos de Jerusalém, muitas igrejas assumirão para si a responsabilidade do auxílio material a outras comunidades (ou a outros cristãos em específico) em caso de necessidade. Nesse campo, pelo menos desde o começo do século II d.C. (e provavelmente antes ainda), a igreja de Roma terá um papel proeminente, desenvolvendo uma espécie de patronato que a levará a reivindicar outras e maiores competências a partir do século III d.C. No entanto, não apenas o âmbito material levava as diversas igrejas a se manterem conectadas: o cuidado com a ordem, a doutrina e os rituais se destacavam como motivações para a comunicação frequente. Desse modo, a primeira carta explícita escrita de uma igreja a outra (a já citada "Primeira Carta de Clemente") tem como objetivo exortar os cristãos de Corinto a darem um fim à revolta que haviam iniciado contra seus líderes (1 Clemente 56,1-57,2). O bispo Inácio de Antioquia, que já havia recebido ajuda material por parte da igreja de Éfeso em sua viagem para o martírio (In.Efésios 2), pede às igrejas de Filadélfia e Esmirna o envio de delegados para felicitar sua comunidade na Síria pelo retorno à unidade (In.Filadelfienses 10; In.Esmirniotas 11; In.Policarpo 7). O também bispo Dionísio de Corinto escreve cartas a diversas igrejas exortando-as à unidade e advertindo quanto às movimentações heréticas (Eusébio, História Eclesiástica IV.23). O contato frequente, porém, tendia a colocar em evidência e em questão as diferenças locais. Quando, ao fim do século II d.C., o problema da data de celebração da Páscoa é levantado, os bispos Vítor de Roma e Polícrates de Éfeso reúnem, cada um por seu lado, um número de outros bispos, se acusando mutuamente de não seguir os costumes dos apóstolos (Eusébio, História Eclesiástica V.24). O século III d.C. assiste também à querela de escala

mediterrânica a respeito da validade do batismo ministrado por cristãos considerados hereges pela ortodoxia nascente, colocando o bispo Cipriano de Cartago e seus aliados contra Estêvão de Roma (*Ibidem* VII.3). Do mesmo modo, os bispos de Roma e de Alexandria se aliam para depor, por heresia, Paulo de Samósata de sua cátedra em Antioquia (*Ibidem* VII.30). Quando o primeiro concílio pretendido como ecumênico é reunido em Niceia e protegido pelo imperador, a tendência das diversas igrejas à integração já constituía um processo de longa data.

Cristianismo antigo e Império

Isso nos leva à questão da relação entre essa organização social complexa que é a Igreja antiga e o império que facilitava e impulsionava a integração político-econômica do Mediterrâneo. É certo que se faz muito difícil (ainda que não impossível, pelo bem da cautela) imaginar o cristianismo se difundindo e se organizando da forma apresentada até aqui sem tais facilitações proporcionadas pelo Império Romano. Como visto anteriormente, a comunicação frequente entre as diversas comunidades era o fator principal que permitia a cada uma delas se ver como parte de algo maior que elas mesmas. E, ainda assim, esse universalismo não era o mesmo daquele pretendido pelo próprio discurso imperial. Afinal, apesar de alguns momentos de relativização e de influência do gnosticismo, o grosso das igrejas e de seus fiéis nunca perdeu de vista a escatologia que fundamentava o movimento desde os seus primórdios, na pregação de Jesus de Nazaré. O Império era um facilitador, mas prestava para pouco em si mesmo, uma vez que todo o mundo seria dissolvido. "O fim de todas as coisas está próximo", dizia o autor da Primeira Carta de Pedro (1 Pedro 4,7), e suas palavras eram repetidas com a mesma brevidade e urgência por Inácio de Antioquia no começo do século II d.C. (cf. In.Efésios 11,1). Os posicionamentos políticos cristãos diante desta chamada escatológica variavam: poderiam ser menos urgentes, como no caso do autor das Cartas Pastorais, que, mesmo aceitando o

retorno futuro de Cristo (cf. 1 Timóteo 6,14), enxergava a necessidade da interação entre a comunidade e os ambientes imperial e urbano em seu entorno (cf. 1 Timóteo 2,2; 3,7); poderiam ser moderadas, como no caso de Paulo, que, mesmo defendendo a submissão às autoridades civis (cf. Romanos 13,1-7), enxergava Cristo chegando em breve para destruir "todo principado, toda autoridade, todo poder" (1 Coríntios 15,24); ou também poderiam ser radicais, como João de Patmos, que caracteriza o império como a Besta que serve ao Diabo (cf. Apocalipse 13,1-10) e como a prostituta "embriagada com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus" (Apocalipse 17,6). Não à toa, as autoridades romanas, que, em geral, suspeitavam de novas crenças, não hesitaram em rotular o culto como uma *superstitio* especialmente nociva, que estimulava o "ódio ao gênero humano" (Tácito, Anais XV.44) e que ainda cultuava um homem condenado por elas mesmas à cruz como a um deus (*Idem*; Plínio o Jovem, Carta X.96). Não houve na prática, no entanto, uma política única seguida em todo império com relação aos cristãos. Até meados do século III d.C., perseguições esporádicas ocorriam em nível regional, por vezes desrespeitando o ordenamento de Trajano, que proscrevia a caça a cristãos sem provas anteriormente apresentadas. No entanto, o caráter sempre local ou regional das ações anticristãs pode sugerir uma demora da autoridade imperial em tomar consciência do quão complexa e extensa era essa organização. Somente com as grandes perseguições do século III e começo do século IV d.C. que vemos o imperador agindo contra a Igreja no intuito de acabar com uma revolta interna, visando especialmente a execução de líderes locais (os bispos estavam entre os mais visados) e a destruição de lugares de reunião e de documentos caros às comunidades[14].

Nesse período, porém, a Igreja cristã já constituía uma realidade social muito mais difícil de ser eliminada do que poderia ter sido em seu início. Desde a demolição das fronteiras étnicas

[14] A esse respeito, cf. Moss, 2012. Convém observar, porém, ela questiona a própria aplicabilidade da ideia de "perseguição" para referir-se aos processos e prisões movidos contra cristãos no período referido.

iniciais, as comunidades em torno do Mediterrâneo haviam passado por quase três séculos de crescente integração de ação, ritual, doutrina e identidade, formando cada vez mais um corpo dentro do corpo, uma sociedade dentro da própria sociedade, com suas próprias lideranças e regras internas. Alguns autores mais exaltados, como o apologista do século II d.C. Aristides de Atenas, poderiam mesmo pensar nos cristãos como num povo à parte, existindo lado a lado com bárbaros, gregos e judeus (cf. Aristides, Apologia 2). Para tanto, fronteiras haviam de ter sido traçadas, por vezes com violência simbólica: defensores de doutrinas consideradas errôneas pelos líderes dominantes haviam sido excluídos do convívio comunal, visando (mas, quase sempre, não conseguindo plenamente) o estabelecimento e a garantia de uma identidade comum a cristãos de todo o império. O favorecimento da Igreja pelos imperadores a partir de Constantino viria adicionar a esses esforços o braço secular, levando o cristianismo a uma nova era de expansão e prosperidade, sem nunca conseguir, contudo, esgotar os conflitos internos, presentes pelo menos desde a querela entre Pedro e Paulo em Antioquia (Gálatas 2,11-14).

Referências

Fontes Primárias

BÍBLIA. Português. Trad. Da École Biblique de Jerusalém. Bíblia de Jerusalém revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2006.

EHRMAN, Bart D. After The New Testament: A Reader in Early Christianity. New York/Oxford: Oxford University Press, 1999.

EUSÉBIO DE CESAREIA. História Eclesiástica. São Paulo: Paulus, 2. ed., 2008.

INÁCIO DE ANTIOQUIA. Cartas. Trad. de William R. Schoedel. Filadélfia: Fortress Press, 1985.

PLÍNIO O JOVEM. Cartas. Trad. de Betty Radice. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1972.

TÁCITO. Anais. Trad. de John Jackson. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1937.

Bibliografia Crítica

ALTANER, Berthold e STUIBER, Alfred. Patrologia, 4ª Ed. São Paulo: Editora Paulus, 2010.

BADIOU, Alain. São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2009.

BROWN, Raymond E. The Churches the Apostles Left Behind. New York/Mahwah: Paulist Press, 1984.

_____ A comunidade do discípulo amado. São Paulo: Editora Paulus, 2011.

BURRIDGE, Richard A. About People, by People, for People: Gospel Genre and Audiences. In: BAUCKHAM, Richard (org.). The Gospels for All Christians: Rethinking the Gospel Audiences. Grand Rapids, Michigan/Cambridge, RU: William B. Eerdmans Publishing Company, 1998.

BURTCHAELL, James Tunstead. From synagogue to church: Public services and offices in the earliest Christian communities. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

CHADWICK, Henry. The Early Church. Londres: Penguin Books, 1967.

DANIÉLOU, Jean. L'Église des premiers temps: Des origines à la fin du IIIe siècle. Paris: Éditions du Seuil, 1985.

DESTRO, Adriana e PESCE, Mauro. Formas Culturais do Cristianismo Nascente. Aparecida: Editora Santuário, 2010.

DILLON, Richard J. Atos dos Apóstolos. In: BROWN, Raymond E., FITZMYER, Joseph A. e MURPHY, Roland E. (org.). Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e Artigos Sistemáticos. São Paulo: Academia Cristã e Paulus, 2011.

DUCHESNE, Lous Marie Olivier. Histoire ancienne de l'Église. Paris: E. de Boccard, 1929.

EDWARDS, Mark. The devolpment of office in the early church. In: ESLER, Philip F. (org.). *The early Christian world*. Nova York: Routledge, 2000.

JEREMIAS, Joachim. Jerusalém no tempo de Jesus: Pesquisas de história econômicosocial no período neotestamentário. Santo André: Paulus e Academia Cristã, 2010.

KARRIS, Robert J. O Evangelho Segundo Lucas. In: BROWN, Raymond E., FITZMYER, Joseph A. e MURPHY, Roland E. (org.). Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e Artigos Sistemáticos. São Paulo: Academia Cristã e Paulus, 2011.

MARCUS, Joel. Jewish Christianity. In: MITCHELL, Margaret M. e YOUNG, Frances M.. The Cambridge History of Christianity, vol. I: Origins to Constantine. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MARGUERAT, Daniel. A primeira história do cristianismo: Os Atos dos Apóstolos. São Paulo: Editora Paulus e Editora Loyola, 2003.

MEEKS, Wayne A.. Os primeiros cristãos urbanos: O mundo social do apóstolo Paulo. São Paulo: Academia Cristã e Editora Paulus, 2011.

_____Social and ecclesial life of the earliest Christians. In: MITCHELL, Margaret M. e YOUNG, Frances M.. The Cambridge History of Christianity, vol. I: Origins to Constantine. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MEIER, John P.. Antioch. In: BROWN, Raymond E. e MEIER, John P. Antioch & Rome: New Testament Cradles of Catholic Christianity. Nova York/Mahwah, Nova Jersey: Paulist Press, 1983.

MITCHELL, Margaret M.. The emergence of the written record. In: MITCHELL, Margaret M. e YOUNG, Frances M.. The Cambridge History of Christianity, vol. I: Origins to Constantine. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MOSS, Candida R. Ancient Christian Martyrdom: Diverse Practices, Theologies and Traditions. New Haven/Londres: Yale University Press, 2012.

NEIRYNCK, Frans. O Problema Sinótico. In: BROWN, Raymond E., FITZMYER, Joseph A. e MURPHY, Roland E. Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Novo Testamento e artigos sistemáticos. São Paulo: Academia Cristã e Editora Paulus, 2011.

PRICE, Simon. Religious Mobility in the Roman Empire. Journal of Roman Studies, v. CII, Published online: 16 July 2012, p. 1-19.

PURCELL, Nicholas. The Ancient Mediterranean. In: HORDEN, Peregrine e KINOSHITA, Sharon. A Companion to Mediterranean History. Oxford: Wiley Blackwell, 2014.

RAPP, Claudia. Holy Bishops in Late Antiquity: The Nature of Christian Leadership in an Age of Transition. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 2005.

SIMON, Marcel e BENOIT, André. Judaísmo e Cristianismo Antigo de Antíoco Epifânio a Constantino. São Paulo: EDUSP e Pioneira, 1987.

SIMON, Marcel. Verus Israel: A Study of the Relations between Christians and Jews in the Roman Empire AD 135-425. Oxford/Portland, Oregon: The Littman Library of Jewish Civilization, 1996.

STEWART, Alistair C. The Original Bishops: Office and Order in the First Christian Communities. Grand Rapids: Baker Academic, 2014.

TORJENSEN, Karen Jo. Clergy and Laity. In: HARVEY, Susan Ashbrook e HUNTER, David G. The Oxford Handbook of Early Christian Studies. Oxford: Oxford University Press, 2008.

TREBILCO, Paul. The Early Christians in Ephesus from Paul to Ignatius. Grand Rapids, Michigan/Cambridge, RU: William B. Eerdmans Publishing Company, 2004.

VERMES, Geza. Quem é quem na época de Jesus. Rio de Janeiro: Editora Redord, 2008.

8

Portal da integração? Um estudo preliminar acerca dos contatos entre Gades e o vale do rio Guadalquivir

Bruno dos Santos Silva [1]

O presente capítulo é uma proposta de reflexão e tentativa de articulação de uma questão regional a um processo histórico mais amplo. O primeiro aspecto que trataremos está relacionado à história da relação entre a cidade de Gades (atual Cadiz) e os inúmeros assentamentos que existiam ao longo do vale do rio Guadalquivir, em especial na sua desembocadura. Trata-se de um debate que envolve especialistas de várias áreas, em especial arqueólogos que estudam objetos cerâmicos[2] produzidos e trocado em ambos os espaços. Apresentaremos esta questão partindo de uma análise de uma das fontes escritas mais importantes para o estudo deste tema, a *Geografia* de Estrabão. Este autor, nascido no reino do Ponto (sul do mar Negro) no século I a.C., viajou por metade do mar Mediterrâneo – especialmente sua porção oriental –, estudou em Alexandria e viveu em Roma. Seu trabalho é uma tentativa de síntese das informações disponíveis sobre o mundo conhecido por seus contemporâneos e pode ser visto como um estudo de um mundo em processo de integração.[3]

[1] Doutorando pela Universidade de São Paulo. Contato: bruno.santos.silva@usp.br

[2] Dentre vários autores destaco: Ana María Niveau de Villedary y Mariñas e seu trabalho com um conjunto cerâmico produzido na baia de Cádiz conhecido como Tipo Kuass (2001, 2004a, 2004b, 2005, 2008a, 2014b); para estudos da produção dos assentamentos do vale do Guadalquivir, recomendo Enrique Garcia Vargas e Francisco José García Fernández (2009 e 2012).

[3] Esse tema é melhor desenvolvido em Silva (2013).

O segundo aspecto desse capítulo possui intensa conexão com a questão da integração. A fonte da qual começamos nossa análise possui uma visão ecumênica de seu mundo e busca articular cada uma das partes que o compõe. Esse aspecto facilita a ligação que pretendemos estabelecer, isto é, procurar pensar as questões locais a partir de processos mais amplos que possam também ser verificados nesta e em outras fontes. O conceito que pretendemos utilizar para articular o local e o global é o da integração, que apresentaremos ao final do capítulo.

Nossa pesquisa tem procurado entender as transformações pelas quais os povos da Península Ibérica passaram com a chegada dos romanos, por volta do século III a.C. Isso tem nos levado a discutir alguns temas importantes para os estudos da Antiguidade, ganhando destaque o debate acerca da Romanização. Analisando a bibliografia sobre este tema, tomamos também como objeto de análise os livros III e IV da *Geografia* de Estrabão, nos quais pudemos identificar alguns aspectos interessantes da descrição do contato entre romanos e povos locais. Tendo isso em vista, procuramos aprofundar os estudos acerca da romanização no Mestrado intitulado "Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre *a Geografia* e o Império Romano". Chegando a resultados mais concretos, pudemos verificar que, para Estrabão, a atuação de Roma nas transformações da Ibéria e da Gália ocorre, primeiramente, nos períodos imediatamente anteriores e concomitantes ao da obra deste autor (final do governo de Augusto e início do principado de Tibério) – tese esta defendida pela historiadora Monique Clavel-Lévêque (1974) e por Katherine Clarke (1999). Em segundo lugar, as ações deste povo estão restritas ao interior destas duas regiões. Dos vários espaços analisados, um em especial chamou nossa atenção: a Turdetânia.

Na *Geografia* de Estrabão, a Turdetânia aparece como a região mais "civilizada" da Ibéria e da Gália. O que o autor entende por civilização (τον πολιτικον), ao nosso ver, está intrinsecamente relacionado à vida na polis. Evidentemente, há uma visão hierárquica por parte do autor, que diferencia os "bárbaros" por

uma série de fatores culturais e organizacionais,[4] entretanto, estas diferenças só se materializam na polis e na vida de cidadão. Há uma divisão muito clara na descrição de Estrabão: um litoral repleto de cidades, cujas histórias estão intimamente ligadas ao passado fenício, tal como Gades; e o interior, que passou pelas principais transformações em razão da fundação de colônias, tais como Córdoba e Hispalis. Atentemos para o trecho a seguir:

> Contém um surpreendente número de cidades – alguns dizem chegar a 200. As mais conhecidas estão localizadas nos rios, nos estuários e no mar; e isso se dá em decorrência de suas relações comerciais. Mas as duas que mais cresceram em fama e poder são Córdoba, fundada por Marcellus, e a cidade dos Gaditanos (των Γαδιτανων polis): esta última em decorrência de seu comércio marítimo e porque ela se associou aos romanos como aliada; a primeira em razão da excelência de seu solo e a extensão de seu território, além do rio Baetis (Guadalquivir) ter contribuído bastante para seu crescimento; e tem sido habitada desde o início por homens escolhidos entre os romanos e os nativos ibéricos; além do mais, a primeira colônia que os romanos mandaram para a região foi Córdoba. (Estrabão, 3.2.1).

Essa divisão espacial entre litoral e interior se dá devido à origem das suas cidades. Ao longo de todo relato, o autor deixa clara a origem fenícia do litoral,[5] assim como a importância de Roma nas transformações dos povos do interior. Contudo, apesar da divisão didática feita por Estrabão, esses dois espaços estão completamente integrados, e o transporte aquático, o fluvial em especial, é o principal responsável por isso.

A centralidade do rio Baetis (Guadalquivir[6]) na descrição de Estrabão é o principal indício de sua importância para a ocupação

[4] Ver Thollard (1987).

[5] "Em primeiro lugar, as expedições de Héracles e dos fenícios, uma vez que ambos chegaram tão longe na Ibéria, sugeririam a Homero que os povos da Ibéria eram de certa forma ricos e levavam uma vida confortável. De fato, estes povos ficaram tão sujeitos aos fenícios que o maior número de cidades na Turdetania e nas redondezas são HOJE habitadas por fenícios." (Estrabão, 3.2.13). Grifo nosso.

[6] Usaremos a forma antiga Baetis, encontrada nas fontes

da região. Alguns historiadores argumentam que os rios e o mar possuem uma função de orientação na obra de Estrabão (Clarke, 1999). Obras como a dele, baseadas em relatos de viagens, de fato, tendem a utilizar as margens dos mares e rios como referências para suas descrições. Mas esse fato não invalida nosso ponto. No trecho que reproduzimos acima, Estrabão coloca o rio Baetis como um dos fatores responsáveis pelo crescimento de Córdoba. Em outro trecho, este autor descreve com detalhes a navegabilidade do rio: sua extensão (de Gades até poucos quilômetros de Córdoba); os tipos de embarcações utilizados em seu tempo e por outros povos em outras épocas; além de toda riqueza que é produzida às suas margens e escoada em direção ao Mediterrâneo (Estrabão, 3.2.3).

Sobre o vale do Guadalquivir em tempos romanos, vejamos o que nos diz o artigo de Marcelo Castro López e Luis Gutiérrez Soler, *Conquest and romanization of the upper Guadalquivir valey* de 2009. Os autores buscaram pensar a presença dos romanos na região principalmente por meio da fundação de cidades. Seus estudos procuram analisar os *oppida* na região do vale, que surgiram por volta do século VI a.C, e como estes foram incorporados à órbita de influência romana a partir do século III a.C. Os autores chegam à conclusão de que Roma possuía diferentes estratégias para lidar com comunidades distintas, podendo estabelecer novos padrões de assentamento – mudando a lógica das comunidades locais – ou investindo na continuidade dos padrões de assentamentos Ibéricos (López e Soler, 2009. p. 158).

Este e outros artigos[7] demonstram que os estudos acerca da influência romana na região são férteis e estão em pleno desenvolvimento. Se nos atentarmos para as pesquisas que procuram discutir a questão da Romanização, teremos ainda outros tantos exemplos. Entretanto, insistindo um pouco mais no trecho de Estrabão que apresentamos acima, parece que um ponto tem sido deixado de lado. E a cidade dos Gaditanos?

[7] Ver também Aubet (1995) e Funari (1986).

Localizada no sudoeste da Espanha, Cádiz é uma importante cidade do litoral atlântico da Andaluzia. É o local moderno da antiga cidade dos Gaditanos, a fenícia Gadir. Por volta do final do primeiro milênio a.C., em um conjunto de três ilhas na desembocadura do rio Guadalete, próximas da entrada do Baetis, uma série de expedições de fenícios de Tiro fundou esta colônia que visava ser um ponto de entrada e saída do mar Mediterrâneo para os comerciantes do levante. Além de bem localizada na rota marítima destes últimos, Gadir – nome dado à colônia pelos seus fundadores – possuía uma estratégica proximidade com rios que levavam para o interior da península Ibérica, o que possibilitava contatos com povos da região – principalmente com os Tartessos (Aubet, 1994).

Desde as guerras púnicas, que levaram romanos para a península Ibérica, a cidade mantivera contato com os adversários dos Bárcidas. Segundo Estrabão, Gades[8] – seu nome latinizado – passara por uma intensa transformação pelas mãos do romano Balbo no século I a.C. (3.5.3). Outras fontes, tais como Diodoro Sículo, Plínio e Veleio, mostram que a cidade era de suma importância para o comércio romano, funcionando como um dos principais portos da região até o século IV d.C. (Chic García, 1979). Apesar de sua importância, como bem destaca o autor da *Geografia*, não há muitas pesquisas historiográficas de grande fôlego que estudem a cidade na época Romana. Os principais estudos estão relacionados a trabalhos arqueológicos, com principal ênfase na necrópole da cidade e no teatro romano, encontrado em 1980. Mesmo enfrentando os problemas que qualquer cidade moderna enfrenta com relação à conservação e estudo de sua cultura material, os projetos arqueológicos em Cádiz vêm se intensificando nos últimos 20 anos (Fortes e Gutiérrez, 2012).

Além do mais, um aspecto importante, destacado por Estrabão no trecho citado, e presente nos capítulos dois e cinco do

[8] Deste ponto em diante, adotaremos a forma latina para nos referirmos a esta cidade durante a Antiguidade.

livro III (livro referente à península Ibérica), vem sendo negligenciado: o contato da cidade de Gades com o interior no período romano por meio, principalmente, do rio Baetis.

Esse aspecto é trabalhado, em alguma medida, por historiadores que buscam pensar Gades no período posterior à sua fundação. Maria Eugenia Aubet é a autora de uma das principais pesquisas sobre este tema. Em *The Phoenicians and the West* de 1994, ela apresenta a fundação de várias colônias fenícias na costa ocidental do Mediterrâneo como resultado da busca por contatos comerciais de cidades como Tiro e Sídon com povos do interior da península Ibérica e norte da África. Neste livro, Aubet dedica um capítulo para apresentar a fundação de Gades como o resultado do contato de Tiro com o povo Tartesso, em busca, principalmente, das jazidas de prata e da abundância de metais da região.[9] Antes dela, ainda nos anos 1970, Garcia Bellido também fez alguns estudos arqueológicos na cidade. Boa parte da bibliografia sobre o tema é da mesma época dos escritos de Garcia Bellido. No entanto, pesquisadores andaluzes estão produzindo artigos interessantes e com dados atualizados. Como citamos no início, há uma série de pesquisas recentes sobre o tema, mas podemos tomar como exemplo o trabalho do professor Dario Bernal-Casasola, que possui uma série de artigos sobre Gades no período romano, com foco na produção pesqueira. Seu artigo na coletânea de Simon Keay, *Rome, Portus and the Mediteranean* de 2013 é extremamente interessante à medida que apresenta um panorama das pesquisas arqueológicas na cidade, especialmente as relacionadas aos pescados.

O tema da romanização ronda nossa pesquisa de tempos em tempos. Uma das decorrências deste debate é a discussão acerca das transformações urbanas como projeto romano para dominação. Para além do par romanização/urbanização, temos tentado acrescentar em nossos estudos os debates acerca da mobilidade na Antiguidade. Sendo Gades um porto, e pretendendo explorar a relação entre litoral e

[9] Segundo Estrabão, as lendas sobre a riqueza mineral desta região remontam a Homero (3.2.13). Outra importante fonte de lendas sobre a riqueza do extremo ocidente é o *Livro dos Reis* no antigo testamento da bíblia cristã.

interior através do rio Baetis, além do transporte marítimo, um amplo estudo sobre mobilidade está sendo desenvolvido.

Estas questões aparecem bastante ligadas a dois conceitos centrais para as áreas das ciências humanas: a Teoria das Redes e o conceito de Integração. Temos procurado analisar nosso objeto de estudo à luz dessas matrizes teóricas da seguinte forma:

A Gades dos romanos fora outrora a Gadir dos fenícios. Um dos locais que mais se alteraram com a presença romana foi a região do porto, que passa por transformações significativas a partir do século II a.C.

Além das evidências materiais, fontes escritas atribuem aos romanos uma importante participação nas transformações de vários dos espaços da cidade. Questionar-se se estas transformações são fruto exclusivamente da presença romana é adentrar no debate da Romanização, o qual tem raízes no século XIX. O grande historiador e epigrafista Theodor Mommsen foi um dos primeiros a utilizar a ideia de que as transformações feitas pelos imperadores romanos foram benéficas para os povos dominados (Silva, 2011). Outros autores do período anterior à IIª Guerra Mundial, como Francis Haverfiled e Camille Julian, também assumiram tal visão positiva sobre a atuação de Roma fora da península Itálica – provavelmente devido ao paradigma do Estado Nação e de sua defesa como entidade passível de levar a civilização para os cantões bárbaros do mundo.[10]

Nos últimos cinquenta anos, desde as guerras de independência e dos movimentos de contra-cultura dos anos 1960, uma imensidão de pesquisas passou a questionar essa visão monolítica da atuação romana, procurando dinamizar a análise do contato entre Roma e outros povos. Entre eles podemos destacar: Martin Millet, que enxerga uma política externa de Roma voltada para alianças com os povos das diversas regiões conquistadas, apresentando uma espécie de "autorromanização", um projeto das elites locais de adotar os hábitos dos romanos com a finalidade de

[10] Ver Silva (2011).

manterem-se no topo da hierarquia social (Millet, 1990, p. 38); e o professor Greg Woolf, que apresentou, ainda nos anos 90, uma proposta de análise interessante acerca da difusão de um tipo-ideal pelos romanos buscando cooptar as elites locais (Woolf, 1998, p. 54), embora tenha mudado sua abordagem recentemente, procurando analisar, por exemplo, a expansão do império como criadora e reprodutora de lendas sobre os povos bárbaros (Woolf, 2011, p. 113).

Outras abordagens, como as que procuram pensar a romanização como uma experiência subjetiva vivenciada nas cidades romanas chamada de *Roman-ness* (Revell, 2009, p. 153 e p. 192), ou mesmo que propõem estudos regionais (Mattingly e Alcock, 1997), também foram bastante frutíferas. Contudo, um dos trabalhos que revolucionaram os estudos sobre romanização foi o livro *Rome's Cultural Revolution* de 2008, do professor Andrew Wallace-Hadrill. Neste, a romanização é tida como um conjunto de processos de troca de códigos dentro de um único fenômeno: o aumento do consumo e do luxo provocado pela expansão do modelo de viver em cidades (Wallace-Hadril, 2008, p. 301). Em seu trabalho, o professor atenta para a questão cronológica das diferentes etapas do consumo nesse mundo greco-romano: o final da república aparece como o momento do auge da importação dos produtos helênicos promovidos pelos *negotiatores* itálicos, seguido por um período em que Augusto procurara naturalizar/harmonizar a *ratio* grega com a *consuetudo* romana, que seria a marca da *romanitas*, evidenciada, entre outros espaços, nos banhos públicos. Assim, no início do Império, ficaria evidente que a *romanitas* gerara uma demanda interna nas províncias, e essa seria a revolução provocada pelos romanos: intensificar o consumo a patamares até então inimagináveis, provocando, com isso, alterações profundas na maneira de viver, falar e interagir das populações locais (Wallace-Hadril, 2008, pp. 315-355).

Uma vez que Gades é tida como uma cidade que se integra ao comércio mediterrânico em razão da presença romana, a proposta de Wallace-Hadril de analisar as mudanças nos hábitos de consumo

pode ser muito bem aproveitada em nossa pesquisa. Como se comportava a elite local antes da presença romana? A passagem de um considerável número de ânforas pelo porto de Gades, transportando produtos do interior da Turdetânia para Roma, pode ter provocado quais alterações na cidade? É possível comparar este período ao período de domínio fenício?

Como bem percebemos, o estudo das transformações da cidade de Gades colocar-nos-á, inevitavelmente, no debate acerca da romanização, podendo, assim, gerar resultados interessantes. Outra questão que deriva desta análise é o tema da urbanização.

A análise de Wallace-Hadril, acompanhada por outros historiadores, dá às cidades um papel de destaque na trama da romanização. Estudos urbanísticos, isto é, das transformações pelas quais muitas cidades passaram com a presença dos romanos, ou mesmo de novas cidades construídas por estes, são cada vez mais essenciais para se pensar a expansão do poderio itálico. Para exemplificarmos, tomemos duas grandes obras que tratam desta questão.

Completando quase vinte anos, a coletânea *The development of towns in Iberia* é um conjunto riquíssimo de capítulos que abordam a questão urbanística na península ibérica, desde o período do bronze até as primeiras décadas de criação do império romano. Editado em 1995 pelo renomado arqueólogo inglês Berry Cunliffe e pelo especialista em península Ibérica Simon Keay, este livro nos é particularmente interessante, pois, diferentemente de outras análises, coloca as fundações fenícias, entre as quais está Gades, como parte das transformações urbanísticas da região. Em seu capítulo, Simon Keay nos mostra como a presença dos romanos variou ao longo dos séculos: no decorrer do período republicano, aproveitaram a estrutura urbana anterior (fenícia, grega e celtibérica) para promover uma participação na obtenção da riqueza local. Já a partir dos tempos de Augusto, desenvolveu-se uma identidade cultural romana que visava o desenvolvimento de uma

ideologia imperial e à dominação completa dos povos locais (Keay, 1995, pp. 322-323).

Se o livro anterior traz de relevante a diversidade urbanística da península Ibérica, podemos dizer que *The City in the Roman West*, dos pesquisadores Ray Laurence, Simon Cleary e Gareth Sears, é uma das mais completas obras que aprofundam a questão das cidades romanas na península (além das outras províncias ocidentais). Preocupados com as transformações arquitetônicas e com a construção de monumentos, os autores defendem a ideia da criação de um padrão urbanístico romano (calcado nas influências gregas e itálicas) que vai se espalhando "por conquista ou por osmose" por todo o ocidente até o III século d.C. (Laurence, Cleary e Sears, 2011, p. 11). Em consonância com as já citadas obras de Louise Revell, David Mattingly e Susan Alcock, estes pesquisadores levam em consideração o experimentar a vida na cidade, e as consequências que este fato pode ter. Porém, Laurence, Cleary e Sears pretenderam, com a seguinte obra, enfatizar os aspectos mais importantes do padrão urbanístico romano, em vez de explorar o peso deste fato no processo de romanização.

Apesar da importância de se estudar em detalhes o desenvolvimento urbanístico de uma cidade como Gades, devemos lembrar que o aspecto que buscamos ressaltar nesse capítulo é o contato desta cidade com as regiões interioranas. Vimos anteriormente como a presença de Roma no interior do vale do Baetis modificou as dinâmicas produtivas e comerciais, principalmente com relação ao transporte pelo rio. Pretendemos analisar como a questão da mobilidade, principalmente a fluvial, afetou a cidade em si.

Não há muitos estudos acerca da mobilidade no mundo antigo, muito provavelmente em virtude da dificuldade documental. No entanto, estudos como o *Corrupting Sea* de Peregrine Horden e Nicholas Purcell (2000) e *Greek and Roman Networks in the Mediterranean* de 2009, coletânea editada por Malkin conjuntamente com Christy Constantakopoulou e Katerina Panagopoulou, apresentam breves análises sobre esta questão, mas

tendo o transporte marítimo como foco. Em todos eles, especialmente no último, a teoria das redes está presente. Normalmente o mar – e aqui o Mediterrâneo possui papel central – é tido como o espaço de deslocamento de pessoas, mercadorias, ideias, modas, hábitos, que formam rotas de um ponto ao outro, podendo cada encontro das rotas estabelecidas funcionar como chegada e saída de outras rotas. Cada um desses encontros é chamado de nó, que originam redes de variados tamanhos, podendo ser amplas, como o mar Mediterrâneo, ou mais reduzidas, como o mar Egeu – a depender da escala da análise.

Em todos esses trabalhos, as cidades, os portos, os templos, e vários outros espaços, são vistos como nós, que podem ser analisados à medida que a dinâmica da rede à qual eles pertencem se modifica. A conectividade de um nó é essencial para entender a dinâmica das transformações que se dão nestes espaços (Malkin, Constantakopoulou e Panagopoulou, 2009). Assim sendo, se pudermos tomar a cidade de Gades como um nó na rede mediterrânica dominada por Roma a partir do século II a.C., far-se-á extremamente necessário o estudo, também, da dinâmica de contato desta com o interior da Turdetânia, através do vale do Baetis. O que traremos de "novidade" ao debate é apresentar um rio como espaço de conectividade.

A palavra novidade está entre aspas no parágrafo anterior, pois há sim um estudo que procura analisar o papel do rio na dinâmica de uma rede. Ainda que não faça uso do conceito de redes, Dietler, no livro *Archaeologies of Colonialism* de 2010, põe-se a pensar no contato entre duas regiões: a desembocadura do rio Ródano e o vale deste rio mais ao interior. Mais próximo dos conceitos de "*middle ground*" e "*colonial encounters*", o autor busca discutir o consumo e as trocas comerciais e culturais entre vários atores sociais que se relacionaram com a região ao longo dos séculos VII a.C. e I d.C. Tomar a proposta de Dietler como modelo para nossas análises pode trazer resultados interessantes.

O último conceito de que precisamos tratar é o da Integração. Todos os modelos teóricos anteriores pretendem, ao fim e ao cabo, tratar do fenômeno da integração que se deu em algumas regiões do globo. Decorrente do fenômeno moderno de integração global, ou globalização, pudemos perceber que, seja por exclusividade de Roma (Romanização), seja porque o mar Mediterrâneo possui microecologias que dependem umas das outras para existir (Horden e Pourcel, 2000), desenvolve-se um fenômeno paralelo em partes do globo, principalmente a partir do I milênio a.C. O professor Norberto Guarinello propõe pensar este fenômeno estudando a articulação de fronteiras internas de determinadas sociedades, com fronteiras externas a elas, decorrentes de transformações sistêmicas. Assim sendo,

> o processo de integração submete, ao longo do tempo e em escala cumulativa, as fronteiras locais e a vida local a fronteiras mais amplas, a uma unidade mais extensa, a um sistema de diferenças em escala maior, que lhes oferece, de fora, suas próprias identidades e seu sentido. (Guarinello, 2013, pp. 55).

Ou seja, se a importância do processo de integração está no fato de processos externos se articularem a fronteiras (sociais, econômicas, culturais, entre outras) das mais diversas escalas, submetamos nossas considerações a respeito das relações de Gades com as várias redes que se apresentam. Sua fundação próxima da desembocadura do rio Guadalquivir é fruto da construção da rede fenícia que se estabelece em princípios do I milênio a.C. Assim sendo, as comunidades locais, majoritariamente aquelas habitantes do vale do Guadalquivir, têm suas fronteiras internas modificadas pelo surgimento e crescimento de uma rede mediterrânica que coloca em contato cada vez mais intenso duas regiões espacialmente distantes. Gades surge, então, como um nó importante para essa rede que integra os povos que habitam as extremidades deste mar.

Por volta do final do milênio, as fronteiras internas da cidade passam por uma série de transformações: surgimento de uma

considerável elite equestre;[11] problemas políticos locais que são desdobramentos da participação em assuntos políticos externos; recepção de estrangeiros para frequentar o mais importante templo da região; etc. À medida que Roma cria fronteiras mais amplas, transformando e unificando a rede mediterrânica, Gades é afetada e, em escala regional, também é afetado o contato entre essa cidade e o interior do continente.

Podemos afirmar que o estudo desta cidade, a partir do referencial teórico da teoria das redes e da integração, é-nos muito útil e frutífero. Primeiramente, afasta-nos das abordagens que fazem juízo de valor acerca da presença deste ou daquele povo como agente histórico. Em segundo lugar, permite-nos ter uma visão dupla de um mesmo processo: localmente, como os habitantes de determinadas regiões reagem a transformações que lhes são externas, e, de maneira inversa, como as mudanças em determinados nós de redes em plena modificação funcionam como evidências da formação de um processo de integração (quase) em escala global – *oikouméne*.

Conclusão

Com este texto pretendemos apresentar em linhas gerais nossa pesquisa acerca das relações entre o litoral atlântico da Andaluzia, representado pela cidade de Gades, e o vale do Guadalquivir, com suas cidades Turdetanas e as colônias romanas. Indicamos alguns de nossos caminhos de análise, assim como matrizes teóricas e questões relevantes. Este trabalho é fruto de intenso debate dentro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo. Estudos dessa natureza se fazem necessários para levar para outros períodos da história humana questões que são tão caras ao presente, não só para aprimorar nosso entendimento sobre o passado em si, mas para nos ajudar a

[11] "Eu tenho ouvido que, em um dos nossos recentes recenseamentos, havia 500 homens gaditanos classificados como Equestres" (Estrabão, 3.5.3)

repensar o atual estado de nossa sociedade, que tantas vezes nos dá golpes de inteligibilidade.

Referências

Alcock, S. Greece: a landscape of resistance? *Journal of Roman Archaeology*: Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse and discrepant experiences in the Roman Empire, Supplementary series 23, Portsmouth: J. H. Humphrey, 1997.

Aubet, M. E. *The Phoenicians and the West:* politics, lemons, colonies and trade. Cambridge: Cambridge University Press, 1993

_____. From trading post to town in the Phonician-Punic World, p. 47-66. In.: Cunliffe, B. & Keay, S (Orgs.). *Social complexity and the development of towns in Iberia:* from the copper age to the second century AD**.** Oxford: Oxford University Press, 1995.

Bernal-Casasola, D. Puerto romano de Gades: novedades arqueológicas, p. 225-245. In: Keay, S. (Org.), *Rome, Portus and the Mediterranean*. Roma: British School at Rome, 2013.

Chic Garcia, G. Gades y la desembocadura del Guadalquivir. *Gades*, Cádiz: Universidad de Cádiz, n. 3, pp. 7-23, 1979.

Clarke, K**.** *Between Geography and History: hellenistic constructions of the roman world*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Clavel-Leveque, M. Les gaules et les gaulois: pour une analyse du fonctionnement de la géographie de Strabon. *Dialogues d'histoire anciennes*. Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, v. 1, n. 1, pp. 75-93, 1974.

Dietler, M. *Archaeologies of colonialism:* consumption, entanglement, and violence in ancient Mediterranean France. Berkeley: University of California Press, 2010.

Funari, P. P. As estratégias de exploração de recursos do vale do Guadalquivir em época romana. *Revista Brasileira de História*, v. 06, n. 12, pp. 169-186, 1986.

Guarinello, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

Gutiérrez, J. B. *Hispaniae Vrbes:* Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas. Sevilha: Universidad de Sevilla, 2012.

Horden, P.; Purcell, N. *Corrupting Sea:* a study of Mediterranean History. Oxford: Wiley-Blackwell, 2000.

Keay, S. Innovation and adaptation: the contribution of Roman to urbanism in Iberia. In.: Cunliffe, B. & Keay, S (Orgs.). *Social complexity and the development of towns in Iberia:* from the copper age to the second century AD**.** Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____. *Rome, Portus and the Mediterranean*. Roma: British School at Rome, 2013.

Laurence, R.. et al. *The City in the Roman West*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

Malkin, I. et al. *Greek and Roman networks in the Mediterranean.* Londres: Routledge, 2009

Mattingly, D. J. Africa: a landscape of opportunity? *Journal of Roman Archaeology:* Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse and discrepant experiences in the Roman Empire, Supplementary series 23, Portsmouth: J. H. Humphrey, 1997.

Milett, M. *The Romanization of Britain:* an essay in archaeological interpretation. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Revell, L. *Roman Imperialism and Local Identities.* Cambridge: Cambridge Univesrity Press, 2009.

_____. Romanização e os séculos XX e XXI: a dissolução de um conceito. *Mare Nostrum*, São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 4, p. 57-75, 2011.

_____. *Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria*: um estudo sobre A Geografia e o Império Romano, Dissertação (Mestrado) – Departamento de História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

Soler, M. C. Conquest e Romanization of the upper Guadalquivir valley. In Terrenato, S. K. (Org.), *Italy and the West*. Oxford: Oxbow, 2009.

Thollard, P. *Barbárie et Civilisation chez Strabon : etude critique des livres III et IV de la Geographie*. Paris, les Belles Lettres. 1987

Villedary Y Mariñas, A. M. N. *Las verámicas gaditanas barnizadas de "tipo Kuass": tipologia, producción y distribuición*. 2001. 738f. Tese (Doutorado) - Universidade de Cádiz, 2001.

_____. "Evidencias de la producción de cerámicas barnizadas "tipo Kuass" en la bahía de Cádiz", *Actas de los XVI Encuentros de Historia y Arqueología*. Las industrias alfareras y conserveras fenicio-púnicas de la bahía de Cádiz (San Fernando, 2000), p. 171-195. Córdoba, 2004a.

_____. La cerámica púnico-gaditana del s. III a. C.: el uso de la vajilla en el ámbito funerario y ritual de la Necrópolis. El mundo púnico. Religión, Antropología y cultura material, *Actas del II Congreso Internacional del Mundo Púnico*, Cartagena, 2000. Estudios Orientales, 5-6, p. 267-297, Cartagena, 2004b.

_____. Un nuevo taller "protocampaniense" del área punicizante. La cerámica gaditana "tipo Kuass", *Atti del V Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, Marsala-Palermo, 2000, v. 3, p. 1186-1193, Palermo, 2005.

_____. La cerámica "tipo Kuass". In: Casasola, D. B; Ribera Y Lacomba, A. (eds.), *Cerámicas hispanorromanas: un estado de la cuestión*, Cádiz: Universidad de Cádiz, 2008a.

_____. La aportación de la cultura material a la delimitación del "Círculo del Estrecho": la vajilla helenística de "tipo Kuass". In: Los fenicios y el Atlántico: *IV Coloquio del CEFYP*, p. 259-296, Madrid, 2008b.

_____. La producción alfarera extremo-occidental entre los ss. III y I a.C. Balance historiográfico y estado de la cuestión. In: Costa, B.; Fernández, J. (eds), Yoserim: la producción alfarera fenicio-púnica en Occidente. XXV *Jornadas de Arqueología fenicio-púnica* (Eivissa 2010). Treballs del Museu Arqueològic d'Eivissa i Formentera 66. Eivissa: 107-164, 2010.

_____. La imitación de producciones griegas en ámbito fenicio. La vajilla helenística del círculo púnico-gaditano. In: Graells et al. (eds.), *El problema de las "Imitaciones" durante la Protohistoria en el Mediterráneo centro-occidental*: entre el concepto y el ejemplo. Iberia Archaeologica, 18, 169-184, Madrid, 2014a.

_____. El éxito de la vajilla helenística “tipo Kuass” ¿Resultado de la adopción de una moda estética o reflejo de transformaciones culinarias y comensales? In: Fernández, F. J. G; Vargas, E. G. (eds.). *Comer a la moda: imitaciones de vajilla de mesa en Turdetania y la Bética occidental durante la Antigüedad (s. VI a.C. - VI d.C.)*. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2014b.

Wallace-Hadrill, A. *Rome's cultural revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Woolf, G. *Becoming Roman: the origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

9

Representações da Alexandria festiva

Joana Campos Clímaco [1]

As narrativas sobre a Alexandria Greco-romana ocupam um importante espaço na tradição clássica em meio a diversos outros escritos sobre cidades mais antigas inseridas na órbita de poder romano. A fundação de Alexandre Magno na costa egípcia do Mediterrâneo se desenvolveu rapidamente no governo dos seus sucessores macedônios, a dinastia dos Ptolomeus, que transformaram a cidade na sua capital real, deslocando o centro de poder do Egito de Mênfis, na embocadura do Delta, para o litoral. Quando foi incorporada pelo Império Romano trezentos anos depois (31 a.C), Alexandria já se destacava como a segunda metrópole mais populosa do ecúmeno, reunindo povos das mais diversas origens, além de abrigar a maior comunidade judaica da Diáspora. Seus importantes portos intensificaram a inserção do Alto Egito nas rotas mediterrânicas (Guarinello, 2013, p. 122), e fizeram do local um ponto estratégico na comunicação entre o Ocidente e o Oriente distante[2]. A composição multicultural de Alexandria, sua importância comercial, além de sua tradição erudita e científica que

[1] Profa de História Antiga do Departamento de História da UFAM

[2] Os portos de Alexandria se destacavam tanto pela comercialização lá realizada, mas principalmente por servir de condutor para produtos de que boa parte do Mediterrâneo dependia. O porto interno recebia os produtos de luxo que chegavam em embarcações do Alto Egito, da Arábia e da Índia através do Mar Vermelho, pelo entreposto fluvial de Copto no Nilo. Portanto, Alexandria se tornou o mais importante ponto de acesso para os artigos de luxo (como incensos, pimentas, temperos, perfumes e pedras preciosas) do Oriente Distante. Depois que alcançavam Alexandria, eram então difundidos por todo o Mediterrâneo. A tese de doutorado do irlandês Raoul Mclaughlin (2012) traduzido recentemente para o português é bem esclarecedora a respeito da consolidação dessas rotas comerciais.

se desenvolveram em torno das instituições da Biblioteca Real e do *Mousêion* a tornaram notória no Mediterrâneo. Além disso, a última fase antes da conquista por Otávio Augusto se caracterizou por um estremecimento nas relações diplomáticas até então amistosas entre as duas potências e os diversos capítulos desse processo tornaram Alexandria uma ameaça a hegemonia romana[3].

A importante posição de Alexandria dentro do Império, além do valor do Egito como principal celeiro de Roma resultou em inúmeras narrativas sobre a cidade entre os escritos imperiais. É notório que tais relatos, no geral, oscilam entre um tom de encantamento e/ ou crítica[4]. A cidade é elogiada pelo seu tamanho, beleza, posição geográfica privilegiada e estratégica, planejamento urbano e imponência de suas edificações, enquanto a enormidade de sua população, que se destacava pela diversidade étnica, é descrita como instável, desafiadora e propensa a agitar-se por qualquer motivo.

A historiografia contemporânea incorporou a noção da Alexandria turbulenta, a partir dos comentários dos antigos,

[3] A antiga relação cordial e diplomática que se estabelecera entre os Ptolomeus e as elites políticas romanas durante a República se abalaram principalmente após a morte de Pompeu realizada na cidade e que seria um dos motivadores da guerra com Júlio César. Mas o estopim dos problemas ocorreu no reino da última rainha da dinastia dos Ptolomeus, Cleópatra VII. Ao se aliar a rainha, o triúnviro romano Marco Antônio se posicionou contra a própria pátria. Antônio teve filhos com a rainha, mudou-se para Alexandria (mesmo casado com Otávia, a irmã de Otávio) e devolveu ao Egito antigas possessões que já estavam sob domínio romano. Otávio se aproveitou da ausência de Antônio para conquistar a opinião pública em Roma e se propagou a ideia de que Alexandria estaria competindo pela centralidade do poder imperial. Otávio venceu Marco Antônio em 31 a.C., e assim, entendia-se que Roma vencera Alexandria, através da anexação do Egito como província.

[4] Na minha tese de doutorado "A Alexandria dos antigos: entre a polêmica e o encantamento" defendida em 2013 e orientada pelo Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello, a intenção foi questionar os motivos para a divulgação de uma imagem predominantemente binária a respeito de Alexandria na tradição clássica. Para isso, mapeamos nos escritos em grego e latim do Alto Império Romano (especificamente entre os séculos I a.C. e II d.C) todas as passagens que mencionassem Alexandria (tanto as mais breves, como as detalhadas). Os relatos que se debruçam sobre a cidade com mais ênfase são (em ordem cronológica): Cícero, Diodoro de Sicília, Estrabão, Flávio Josefo, Fílon, Plutarco, Suetônio, Tácito, Flávio Josefo, Plínio e Dion Crisóstomo e Dion Cássio. Foram percebidas algumas variações entre as tradições gregas, mais encantadas e entusiastas com a notoriedade da cidade, e as latinas, mais enfáticas na crítica e nos lugares-comuns. O capítulo aqui apresentado parte dos resultados da tese, incorporando também algumas interpretações originais.

concepção que se tornou o maior consenso nos debates acadêmicos sobre a cidade, dedicados a explicar os motivos para a eclosão de tantos problemas, principalmente sob o Império[5]. A tese de doutorado de William Barry enfatiza que Alexandria tivera distúrbios como todas as grandes metrópoles do Império; era principalmente o seu valor diferenciado para Roma, além da grandeza de suas multidões cosmopolitas, que fazia com que os eventos lá chamassem mais atenção do que as de outros lugares[6]. Essa é uma das perspectivas analíticas adotadas nesse texto.

Embora as multidões e autoridades alexandrinas tenham manifestado posturas desafiadoras principalmente durante o último século de governo ptolomaico (expulsão do rei Ptolomeu XII Aulete[7], assassinato de Pompeu, guerra de Alexandria contra César), os escritos que descrevem certo caráter turbulento dos alexandrinos não se referem necessariamente a uma natureza violenta do povo. O principal alvo de preocupação era certa propensão a contestações diante de autoridades, além de uma habilidade de transformarem queixas e problemas em momentos de humor, descontração e

[5] Na perspectiva de Grafton Milne (1924, p. 171), foi por estar consciente dessa propensão à rebelião, que Augusto deixou três legiões permanentes do Egito e lhes destinou medidas diferenciadas (ausência de uma Boulé, proibição de senadores entrarem na cidade e criação de um cargo da ordem equestre para a administração do Egito). Em um artigo de 1980, M. Reinhold conclui que as novas condições impostas à população alexandrina por Augusto tornou a população volátil e se a tendência já existia entre os Ptolomeus, foi ainda mais exacerbada sob Roma, o que levara autores romanos a falarem tão mal de Alexandria (1980, p. 99). Ou seja, a postura desafiadora dos alexandrinos seria a consequência e não a causa das transformações de Augusto na cidade. O autor reúne todas as fontes que expõem o preconceito romano contra os egípcios e as articula como prova de sua tendência rebelde. Em momento algum as concebe como *topos* ou retórica e questiona as motivações da documentação em sempre enfatizar os momentos de instabilidade. Alan Bowman (1986, p. 212) e Roger Bagnall (2004, p. 51) consideram que os problemas ocorridos sob os Ptolomeus já deixaram os romanos cientes da tendência rebelde dos alexandrinos e resultaram na difusão de uma imagem dos alexandrinos associados a instabilidade.

[6] André Bernand (1966, p. 75) acredita que a sua composição populacional heterogênea gerou o caráter "revolucionário" dos alexandrinos. Para Dorothy Sly (1996, p. 51), o tamanho e a natureza cosmopolita trazia notoriedade para a cidade e fazia seus problemas chamarem mais atenção dos de outros locais.

[7] Foi provavelmente o endividamento diante de Roma que tornou o rei Ptolomeu XII Aulete extremamente impopular entre os alexandrinos, resultando na sua expulsão do reino entre 59 e 58. Ptolomeu buscou refúgio na capital e foi reinstalado no trono com ajuda militar e financeira romana. Cícero (*Pro Rabirio Postumo*) é a principal fonte para abordar a questão.

celebrações, tornando-se mais um aspecto do cotidiano na cidade que a tornavam notória e incômoda em seu meio. A vivência lúdica da cidade e o comportamento teatral dos alexandrinos são geralmente abordados pela literatura em tom de censura. A excessiva dedicação aos espetáculos é descrita como um problema que precisava ser freado, pois tendia a reunir multidões de origens variadas e divulgar comportamentos considerados inadequados dentro do que era esperado pela ordem imperial. Tais traços vistos como peculiares da população multiétnica da cidade, foram divulgados na literatura de forma estereotipada, claramente associada aos ideais moralizantes que se difundiam com vigor crescente a partir do principado de Augusto.

A intenção desse artigo é mapear na tradição dos escritos do Alto Império Romano as passagens que descrevem esse cenário festivo da cidade para investigar o tipo de apreciação estabelecida em relação a tais momentos e como os eventos se relacionavam com a dinâmica multiétnica e populosa da cidade, tornando-a ainda mais atrativa nos arredores. Numa leitura a contrapelo, o objetivo é discutir como tais representações quase sempre envoltas em julgamentos refletem anseios mais gerais em relação à ordem romana. Por que as festividades eram censuradas? Seriam elas entendidas como ocasiões que desvirtuavam a população? Por que Alexandria era tão criticada, se o cotidiano de celebrações era tão semelhante e habitual em Roma? Para além das críticas, é possível apreender algo sobre a organização da rotina lúdica, cosmopolita e agitada da cidade? Essas são algumas das indagações que nortearão a escrita do presente texto.

A tradição festiva da cidade remete aos primeiros Ptolomeus, que não pouparam investimentos em promover celebrações com a intenção de exibir o poder e a riqueza da realeza, além de comemorar as conquistas. Teócrito, poeta da Sicília que vivera em Alexandria durante o reinado de Ptolomeu II Filadelfo, tem uma passagem ilustrativa com relação à rotina dinâmica da cidade promovida por suas festas, talvez assinalando a própria surpresa ao

presenciar tamanha vivacidade. No *Idílio* 15 o autor descreve o espanto de duas imigrantes da Sicília, Gorgo e Praxinoa, com a horda alexandrina ao chegarem para a festa de Adônis, instituída pela rainha Arsinoé III (esposa e irmã de Filadelfo): "Céus, que multidão! Como vamos passar por essa terrível lotação e quanto tempo vai nos levar, eu não posso imaginar" (*Idílio* 15, 38-55).

As moças ainda observam a variedade de "sotaques" gregos que ouviam no meio da aglomeração, quando um estrangeiro chama a atenção para o jeito específico que elas "murmuram" indicando que estavam falando um idioma secundário (*Idílio* 15, 80-98)[8]. Teócrito fala também da desordem em Alexandria com suas corridas de cavalo rivais, caos que era transformado em ordem e harmonia no palácio real. Ou seja, na sua visão eram os reis que garantiam o funcionamento das coisas, o que marcava o seu papel como continuadores dos faraós (Stephens, 2003, p. 167).

O mais famoso festival ptolomaico era a *Ptolemaia*, a festa instituída por Ptolomeu II Filadelfo por volta de 280 a.C. em homenagem ao pai, Ptolomeu Soter. A narrativa sobre a festa foi preservada pelo relato de Callixenius de Rodes (séc. II a.C.) e transmitida por Ateneu quase cinco séculos depois. Se no início do séc. III d.C. ainda havia a preocupação de descrever festivais realizados vários séculos antes, pode-se inferir a sua imponência na época.

O texto de Ateneu se concentra na procissão dionisíaca da festa, pois o deus era considerado o ancestral da dinastia e a festa celebrava a entrada de Ptolomeu no Olimpo, junto a Alexandre (Kahil, 1993, p. 79). Visava também exaltar as origens divinas e heroicas da dinastia ptolomaica (associada aos macedônios) e difundir a ideologia real para a população, simbolizando o seu poder. As festividades refletiam a riqueza dos Ptolomeus e a vontade de

[8] Assim, ao entrar na multidão, mudaram sua identidade abandonando o sotaque dórico e adotaram a *koiné*, algo exigido pelo meio multiétnico alexandrino. Essa integração simboliza a aquisição de uma nova identidade urbana sob os auspícios de Ptolomeu (HINGE, 2009, p. 74).

transformar Alexandria numa "cidade museu" principalmente para a população greco-macedônia (Goukowsky, 2000, p. 146)[9].

Como Teócrito, o relato de Callixenius fixado por Ateneu tinha a intenção de servir de propaganda da dinastia e celebrar Alexandria como sede da realeza. Ateneu escreve em um contexto de revitalização do aticismo, e apresenta uma visão romantizada sobre a cidade e a monarquia ptolomaica. É provável que por ser originário da colônia grega de Náucratis seus escritos celebrassem a historia dinástica dos Ptolomeus e a influência greco-macedônia no Egito a partir de Psamético, que se intensificara principalmente sob os Ptolomeus (Thompson, 2000, p. 78-79)[10].

No relato de Ateneu sobre a *Ptolemaia*, salta aos olhos a magnificência da festa, a riqueza do material usado na procissão (ouro, prata, ébano, mármore e tapetes persas), de animais exóticos, de estátuas homenageando vários deuses (principalmente gregos) e os reis, sem falar da enorme quantidade de pessoas envolvidas (*Deipnosophistae* 5.196a). Segundo Dunand (1981, p. 15-19), toda essa exibição visava evidenciar as conquistas dos reis e ostentar os frutos e o alcance do comércio ptolomaico com a Arábia, Índia e África. Portanto, era também uma festa da vitória destinada a provar a força das conquistas dinásticas. Nesse sentido, a procissão tinha também um valor pedagógico e de publicidade. No final Ateneu cita o total gasto no espetáculo e assinala que a riqueza da monarquia era possibilitada pela abundância do Nilo por suprir a todos em grãos (*Deipnosophistae* 5.203c). O comentário de Ateneu

[9] Para Dunand (1981, p. 31-32), a festa era direcionada principalmente aos alexandrinos e representantes das cidades e da realeza. Tinha, portanto, uma função propagandística, porém restrita ao público greco-macedônio, pois na primeira etapa da conquista, o mais importante era conquistar a adesão dos gregos.

[10] A fundação de Alexandria pode ser entendida como a institucionalização de uma realidade de intercâmbio entre o Egito e o mundo helênico que já se fortalecera há pelo menos três séculos; imigrantes gregos foram para o Egito para atuar no exército de Psamético I (XXI dinastia - 640-610 a.C.), além disso, a colônia jônica de Náucratis, fora fundada no século VII. Tal entreposto comercial já aumentara consideravelmente a presença helênica no norte egípcio, porém, o domínio macedônico oficializou e acelerou exponencialmente a imigração de gregos de varias regiões.

sublinha generosidade do rei e a missão do Egito de alimentar a humanidade (Dunand, 1981, p. 14-26).

Ateneu descreve também (ainda de acordo com Callixenius) os barcos sofisticados de Filadelfo, novamente sublinhando o zelo, a generosidade e riqueza do rei. Ressalta que partes do enorme navio encomendado posteriormente por Filopator eram projetados para abrigar banquetes e festas, com elementos gregos e ainda um salão com "motivações egípcias" (*Deipnosophistae* 5.203e-206d). Através dessa passagem de Ateneu, Judith Mckenzie (2008, p. 49) ressalta a presença egípcia na vida cultural da realeza, que tende a ser esvaziada pela historiografia. Na sequência, Ateneu lamenta que toda a riqueza da realeza, depois de ser mantida por um período tão longo, foi perdida pelo último Ptolomeu, um mero jogador e tocador de flautas (*Deipnosophistae* 5.206d).

Ateneu menciona ainda outro festival, em que destaca a presença de multidões junto à realeza, observando que Filadelfo fundou todo tipo de festival e sacrifícios□principalmente àqueles dedicados a Dionísio. Menciona um diálogo em que um alexandrino explica para a rainha Arsinoé que os celebrantes comiam o que lhes era trazido, enquanto ficavam deitados em camas de junco e cada homem bebia de um jarro especial trazido de sua casa. Arsinoé respondeu que deveria se tratar de uma grande sujeira, pois a multidão era uma mistura (*Deipnosophistae* 7.276a). A passagem ilustra que a diversidade presente nas festividades era incômoda aos governantes, sugerindo que mesmo que as celebrações fossem direcionadas a camadas específicas da cidade, nem sempre tal ideal se concretizaria.

Para Susan Stephens (2002, p. 248) os espetáculos públicos pretendiam criar a imagem de uma realeza que casaria duas tradições, grega e egípcia. Enquanto Chauveau (1997, p. 43) considera que a principal intenção era ressaltar o poder, a riqueza e a faceta divina da realeza, que se tornaria mais palpável através das procissões e da presença das divindades para o povo. Embora o impacto visual helênico não possa ser desconsiderado, a tradição de

celebrar reis e exibir a proximidade das lideranças terrenas com o mundo divino era algo tradicionalmente faraônico. Ou seja, esse tipo de festividade se harmonizaria facilmente com antigas tradições egípcias e seria recebido com mais naturalidade pelos nativos, o que pode ter sido intencionalmente projetado pela realeza, ainda que tivesse a pretensão de celebrar e exibir também outras heranças.

Para Trapp (2004, p. 129), a ênfase na sofisticação talvez tivesse a intenção de realçar os excessos da realeza. Contudo, mais do que condenar ou julgar a realeza ao expor os gastos para o festival, é notável o espanto e admiração do autor diante de tamanha dedicação do rei, ideia que se evidencia principalmente quando justifica que no Egito a fecundidade do Nilo compensaria seus gastos. O retrato geral de Ateneu sobre o Egito era de uma terra já fértil e próspera (fruto do Nilo), e que foi ainda mais enriquecida em virtude da dedicação da realeza da nova dinastia governante. Assim, a abundância maior viera dos reis macedônios e se evidenciara em Alexandria. O escrito expõe a opulência da dinastia e ilustra, ao mesmo tempo, a generosidade de Ptolomeu Filadelfo ao expor e celebrar sua riqueza e conquistas com o povo, mas ressalta que tal proeminência se perderia em virtude da irresponsabilidade de um dos últimos monarcas da dinastia, que se seduzira excessivamente pelo clima musical da cidade: Ptolomeu XII Aulete. Dessa forma, parece lamentar o fim de uma era.

Apesar de ser originário de Náucratis, a visão de Ateneu sobre o Egito é repleta de clichês, sinalizando um conhecimento limitado sobre o Egito para além de sua realeza (Mckenzie, 2008, p. 79-84). É provável que por ser originário de uma antiga colônia grega, Ateneu exaltasse a época de maior florescimento do helenismo no Egito, algo que não vivenciava, já que no seu tempo o território era governado por Roma. É intrigante que um autor do séc. III d.C. seja o que forneça dados mais detalhados sobre os Ptolomeus e suas festividades. Embora descreva detalhadamente as festividades ptolomaicas, nada esclarece sobre sua contemporaneidade imperial.

Seria uma tentativa de resgatar a era perdida e reagir ao poder externo, retomando os valores helênicos?

A conquista do Egito por Roma colaborou para a propagação de um retrato do período ptolomaico, principalmente em sua fase final, como uma era de abusos e promiscuidade, problemas personificados principalmente na figura da rainha Cleópatra VII e na região adjacente de Canopo, o *lócus* privilegiado da devassidão e de excessos (Walker, 2003, p. 197). Canopo era uma região próxima a Alexandria que atraía pelos festivais com música, teatro e danças, além de abrigar templos, reunindo peregrinos de todo o mundo[11]. Os relatos produzidos a partir de Augusto enfocam na retomada da ordem que trouxera, daí uma preocupação ainda maior com os aspectos lúdicos de Alexandria e de seu poder de atratividade sobre os arredores, por tenderem a desordem. Portanto, o quadro de censura ao ambiente lúdico da cidade se fortaleceu ainda mais nos escritos produzidos entre o século I a.C. e I d.C.. Mesmo Estrabão, que pretendia fornecer um relato mais formal e pragmático, estabelece sua condenação:

> Mas para equilibrar tudo isso está à multidão de foliões que descem de Alexandria pelo canal; pois todo dia e toda noite fica abarrotado de gente nos barcos que tocam a flauta e dançam sem moderação e com extrema imoralidade, tanto homens quanto mulheres, e o próprio povo de Canopo, que tinha áreas de repouso situadas perto do canal adaptadas para o descanso e diversões (*Geographica* 17.1.17).

Os poetas do círculo augustano reforçam ainda mais essa noção. Horácio descreve Cleópatra como uma rainha "louca", que estava tramando a ruína do Capitólio e planejava a destruição do Império com seus excessos (*Odes* 1.37). Propércio também menciona Canopo e a devassidão contagiante da monarca no seu poema escrito em comemoração ao primeiro aniversário dos jogos quinquenais, estabelecidos para comemorar *Actium* (*Elegiae* 3.11.29-56). Juvenal faz

[11] Segundo o arqueólogo Frank Goddio (Goddio; Clauss, 2006, p. 58-59), uma pessoa que não conhecesse Canopo podia ser acusada de não ter desfrutado a vida.

menção a Alexandria e a Canopo como lugares de "fama vergonhosa" do Nilo (*Satura* 6.82-84), em outro momento define o Egito como um "país grosseiro" e com uma multidão "bárbara" (*Satura* 15. 43-47). O autor sugere a grandeza do povo de maneira depreciativa. Ovídio alude à atratividade dos aspectos lúdicos da cidade no único trecho da sua obra em que menciona Alexandria: "nem estou navegando para a famosa cidade de Alexandre para presenciar os seus prazeres, ó Nilo!" (*Tristia Ex Ponto* 1.2.79).

Lucano é o autor latino que expressa de forma mais declarada uma aversão ao Egito, palco da morte de seu herói Pompeu. A ostentação de Cleópatra com seus banquetes que seduzira César era mais um fator de condenação ao Egito: "... Cleópatra exibia a sua magnificência – magnificência esta que a sociedade romana ainda não tinha adotado" (*Pharsalias* 10.110). O autor detalha que César não resistira às riquezas do palácio e fartura dos banquetes (*Pharsalias* 10.110-145) e esbraveja: "Que cegueira! Que loucura de exibição! Revelar sua riqueza para o general em uma guerra civil, e incitar a avareza de um convidado armado!" (*Pharsalias* 10.170). Portanto, o autor enfatiza que toda essa exibição era prejudicial e um mau exemplo aos romanos, motivação suficiente que levara César a combater esse povo. Lucano demonstra certa propensão dos romanos a apropriar hábitos de fora, enfatizando também que o luxo deveria ser combatido, embora fosse atrativo principalmente para a camada dirigente.

Percebe-se na tradição poética latina que as distinções entre Alexandria e o Egito como um todo aparecem difusas nos autores. Demonstram, contudo, um tom moralizante e uma preocupação evidente com relação ao potencial sedutor de Alexandria, de Canopo e do comportamento de Cleópatra definido sempre como excessivo. Ou seja, havia uma clara percepção de que o magnetismo do lugar não era visto como algo positivo para os romanos, como se percebe em Lucano. A ideia do "contágio" promovido pelo comportamento inadequado da rainha e as várias referências às noções de "fama" e "reputação" da região expressam a preocupação com certo mal que a popularidade da cidade poderia causar e dos possíveis

desdobramentos desse processo. O crescimento brutal de Roma gerou certa crise com relação a sua identidade, e um apego ao *mos maiorum* criado e estabelecido de maneira artificial fora uma tentativa de barrar o que vinha de fora. Tal tendência se fortaleceu ainda mais com as políticas moralizantes de Augusto. O debate sobre a ostentação e a censura em relação às riquezas dos Ptolomeus se insere nessa sociedade em transformação que caracterizou o fim da República (Wallace-Hadrill, 2008, p. 354). Como em um jogo de espelhos, a Alexandria de Cleópatra era uma espécie de reflexo ampliado de tudo que se tentaria combater em Roma, e, através do "outro", certos traços da própria Roma se evidenciavam. Portanto, visualizar tal imagem com nitidez era motivo de incômodo.

A disponibilidade dos artefatos de luxo aumentou consideravelmente em Roma sob Augusto, pois a paz proporcionou maior liberdade de acesso aos mercados (Young, 2001, p. 15). Como a cidade era a principal porta de entrada para os produtos de luxo que chegavam do Oriente Distante através do Mar Vermelho, além do principal ponto de escoamento do trigo que vinha do Alto Egito, esses itens eram mais um incentivo para os navegantes fazerem a viagem (Wallace-Hadrill, 2008, p. 332). Ou seja, por mais que Augusto e sua literatura tentassem promover uma aversão ao Egito, a sua integração na ordem romana gerou mais conhecimento com relação as suas tradições e incentivou a divulgação de suas imagens, por meio do aumento de intercâmbio com a região. Segundo Mckenzie (2008, p. 185), as visitas imperiais a partir de Augusto resultaram em um interesse na arquitetura egípcia em Roma, com a introdução de obeliscos, pirâmides, pinturas de parede e templos a Ísis e Serápis. Assim, a presença da cultura egípcia em Roma incentivou a curiosidade diante de suas antigas tradições, situação que era contrabalanceada pela intensificação de ondas de propaganda avessas ao território[12].

[12] Esse é exatamente o tema do livro dos historiadores franceses W. Clarysse e H. Willems *Les Empereurs du Nil.* (2000) Citemos alguns exemplos da visão dos autores: Calígula utiliza os elementos egípcios para criar sua teoria sobre a personalidade divina do imperador; Vespasiano foi escolhido

Durante o Alto Império Romano a rotina de entretenimentos e espetáculos se manteve, mas a troca de poderes significou uma mudança no direcionamento das festividades, já que até então era a realeza que patrocinava os maiores espetáculos. Existem poucas narrativas que descrevem com precisão a continuidade de tal rotina, que festividades se mantiveram, já que o tom é sempre de condenação. É notório que, ao ser inserida na órbita de governo romana, a questão das celebrações em Alexandria passa a ser pauta primordial de análise dos escritos imperiais. Ou seja, a questão dos espetáculos é redimensionada numa nova ótica, considerando-se os possíveis impactos das celebrações no império como um todo. Portanto, é uma chave importante para vislumbrar o fortalecimento da integração através da nova ordem, e como Alexandria tivera um papel central nessa dinâmica. O que interessava relatar era principalmente os efeitos nocivos e as repercussões mais amplas das festividades, resultando em uma enorme lacuna com relação ao funcionamento e o cotidiano propriamente dito dos eventos, que não interessava aos autores relatar.

A questão das festividades aparece de forma marginal nos escritos de Fílon e Flávio Josefo que tratam dos conflitos entre judeus e alexandrinos ocorridos na cidade a partir do principado de Calígula, um imperador que tinha um apreço especial pela cidade. No ano de 38 d.C. de seu reinado, Alexandria foi acometida por violentas dissensões cívicas entre alexandrinos e judeus[13]. Apesar

imperador graças à ajuda do prefeito do Egito, assim, passa a sua primeira noite em Roma no templo de Ísis; Severo e Caracala eram adoradores de Serápis (2000, p. 30). Um exemplo expressivo dessa situação aparece entre os próprios imperadores, como Adriano, que viveu dois séculos depois de Cleópatra, se encantara por Canopo e pelo Egito e encomendou uma reprodução do local na sua Villa Adriana em Tivoli como uma alusão ao local, com a intenção de reproduzir um pouco daquela realidade bem perto de Roma (Mckenzie, 2008, p. 185).

[13] A questão dos conflitos é um dos temas mais caros na historiografia contemporânea sobre a Alexandria romana e ainda rende debates acalorados (Cf: Barclay, 1996; Barraclough, 1984; Collins, 2000; Meleze-Modrzejewski, 1987). Pouco se sabe sobre as origens e os motivos das revoltas e de como se desenvolveram, devido à parcialidade dos relatos dos historiadores judeus Fílon (*In Flaccum* e *De Legatione ad Gaium*) e Josefo (*Antiquitates Judaicae* 18 e 19; *Bellum Judaicum* 2), que naturalmente atribuem toda a culpa do conflito aos alexandrinos. Após as tensões, embaixadas dos dois grupos se

das divergências entre alexandrinos e judeus, nenhum preconceito étnico tinha levado a ações tão violentas até então, apesar de certa animosidade entre os grupos ser normal no local (Collins, 2005, p. 28). O cenário reforça ainda mais a percepção de Alexandria como um foco propenso à desordem e passa a ser mais um motivo de alerta em relação ao Egito.

No *Contra Flaco,* Fílon se dedica a descrever o desvirtuamento do prefeito de Alexandria, Flaco[14], caracterizado por ele como o principal responsável pela revolta, pois fora cooptado pela facção antijudaica dos alexandrinos do Ginásio para preparar um ataque contra o povo judeu. Segundo Fílon, nos primeiros cinco anos de governo, Flaco fizera uma excelente administração e um de seus feitos importantes fora fechar os clubes e associações de Alexandria por terem se tornado o cenário de bebedeiras e intrigas políticas (*In Flaccum* 1.4)[15]. O autor enfatiza que as ideias "malévolas" dos alexandrinos de tais clubes encontraram eco na multidão, "o bando preguiçoso e desocupado da cidade, uma multidão especialista em conversas sem fundamento, que devotava o seu lazer a difamação e falas maldosas" (*In Flaccum* 5.33). Tudo começara na ocasião da visita do rei judeu Herodes Agripa, protegido de Calígula[16], que passava por Alexandria na rota de retorno para a Síria, provavelmente para mediar as tensões da comunidade judaica com o imperador. Agripa tivera ampla acolhida pela comunidade judaica, o que rendera a indignação dos alexandrinos, que fantasiaram um "louco" da cidade chamado Carabas como rei e organizaram um teatro para ridicularizá-lo, além de terem promovido uma série de deboches e ofensas contra ele a partir do Ginásio (*In Flaccum*, 5.36-39). Fílon condena Flaco por não ter freado os alexandrinos, fazendo

direcionaram a Calígula para expor os problemas, e Fílon era membro do lado judeu. Com base no seu relato, Josefo também aborda a conjuntura, e fala de outros embates no tempo de Cláudio e Nero.

[14] *Aulus Avilius Flaccus* fora nomeado prefeito de Alexandria por Tibério em 32 d.C..

[15] Para Modrezejewski (1995, p. 166), Fílon profere inúmeros elogios a Flaco com a pretensão que seu relato servisse de manual moral para seus sucessores.

[16] Agripa fora recentemente nomeado pelo imperador para a tetrarquia do seu tio Filipe na Palestina.

com que a "multidão sempre apta a criar confusão" também começasse a ridicularizar o rei e o judaísmo, instalando imagens nos seus locais de reunião (*In Flaccum* 6.40-42).

Para Fílon, Flaco era um dos responsáveis pelo "conflito racial de todo o mundo habitado", pois, começando em Alexandria, alcançaria rapidamente os *nomoi* do Egito, e, a partir dali, todo o Oriente, pois os judeus eram tão populosos, que nenhum território podia contê-los. Seguindo o exemplo de Alexandria, pessoas de todos os lugares poderiam começar a cometer atrocidades contra os judeus (*In Flaccum* 7.43-49)[17]. O autor relata que depois das mortes dos judeus, foram ainda exibidas orquestras, danças, mímicas e competições teatrais (*In Flaccum* 10.85). Mais adiante, Fílon verbaliza novamente a oposição aos clubes (principalmente o Ginásio), citando o ginasiarca Isidoro[18] como o principal líder que agitava a multidão (*In Flaccum* 17.135-140).

Modrezejewski (1995, p. 170) ressalta os exageros de Fílon, tanto com relação à violência sofrida pelos judeus, quanto do retrato que faz de Isidoro e das associações, pois apesar de ser alexandrino e querer reforçar o seu ponto de vista, também tinha acesso às visões estereotipadas de outros escritores antigos. Na ausência de sua *Boulé*, percebe-se a preocupação de Fílon em relação a esse "poder paralelo" formado em Alexandria através da crítica elaborada aos clubes e associações, pois estavam conquistando autoridade perante o povo e incitando a rebelião contra os judeus[19]. Segundo Bowman e Rathbone (1992, p. 115), a ausência da *Boule* foi de certa forma preenchida com

[17] Per Bilde (2009, p. 112) argumenta que através da ênfase na grandeza do judaísmo, Fílon tinha a intenção de alertar a elite romana de que se a política destinada aos judeus não fosse alterada, haveria problemas, podendo até provocar reações armadas dos judeus.

[18] Os textos dos *Acta Isidori*, dos *Acta Alexandrinorum*, defendem Isidoro na perspectiva dos alexandrinos. Cf. Musurillo (1954).

[19] Todas as metrópoles de fundação helenística e as cidades gregas mais antigas receberam um conselho em sua época de fundação e a mantiveram sob Roma. À Alexandria não foi permitida a posse da *Boule* e uma questão controversa entre os acadêmicos se refere ao momento e aos motivos de sua perda, se ocorrera no final do período ptolomaico, quando os reis podiam ter suprimido a instituição como castigo aos protestos da população, ou se fora mais uma inovação imposta por Augusto e uma forma de driblar as pretensões imperiais da elite alexandrina (Milne, 1924, P. 133; Fraser, 1972, p. 93-94).

a atuação política dos gregos do Ginásio, que atuou em muitos momentos como o grupo representativo de Alexandria diante de Roma. Esse foi o grupo que promoveu maiores resistências à potência, reclamando sobre a autonomia perdida sob o novo comando. Percebe-se que um dos objetivos principais de Fílon é desonrar o núcleo do Ginásio em virtude de sua posição de liderança na cidade e seu potencial político. Nesse sentido, desqualificar os clubes de Alexandria como espaços que só incentivavam o lúdico e o trivial seria uma forma de desconsiderar sua influência na cidade. É notável também que o humor poderia ser uma arma dos alexandrinos para se posicionar diante de uma série de insatisfações, daí também ser expressamente censurado por Fílon, que se colocava como partidário da ordem e do império provavelmente como forma de estabelecer uma reação a tais núcleos. Fílon ilustra que todo o cenário festivo da cidade se estruturara e fora motivado, ao menos nessa ocasião, com a intenção de fazer oposição ao judaísmo. Ou seja, nesse sentido a composição diversificada da cidade desencadeava celebrações com a intenção única de semear e cultivar desavenças.

O autor encerra com um discurso atribuído a Flaco em que ressalta a prosperidade do Egito e a enormidade de Alexandria: "Eu era governador de Alexandria, aquela megalópole ou agrupamento de cidades, governante da terra afortunada do Egito" (*In Flaccum* 19.158-164)[20]. O comentário de Fílon explicita sua admiração pela grandeza da cidade, mas ao mesmo tempo, sua percepção da necessidade da ordem ser mantida no local, por ser um centro aglutinador de comunidades diversas.

O caso do rei demonstra o tipo de crítica promovida pelos alexandrinos através do humor e do deboche, postura que era vista como extremamente perigosa, principalmente diante do impacto que causava na cidade. Como um filósofo judeu adepto da moralidade e aliado dos romanos, Fílon critica seus próprios

[20] Segundo Collins (2005, p. 11), Fílon trata da vida de Flaco como uma fábula moral, pois ele mesmo reconhecia sua decadência como punição divina.

conterrâneos através de um discurso que correspondia às críticas que os próprios romanos faziam do povo da cidade. Além disso, essas associações (principalmente o Ginásio) promoviam eventos e entretenimentos para a própria comunidade (no geral helenizada), e Fílon sendo membro da "facção" oposta, compartilhava a visão de alguém de fora. Assim, apresenta a mesma visão estereotipada sobre o povo: perigoso, imprevisível, e movido por paixões (Sly, 1996, p. 46). É provável que fizesse uso desse *topos* para fortalecer a culpa do núcleo que fazia oposição ao judaísmo na cidade.

Além do prefeito Flaco, os outros vilões são os alexandrinos do Ginásio. Apesar de Fílon só nomear três deles, ele descreve sempre os "clubes e associações" como o cenário das maiores conspirações. De lá partiam as ideias "malignas", que encontravam eco na multidão; um bando "inconsequente", pouco informado e disposto a colaborar com qualquer insurreição apenas pelo prazer do caos. Essa multidão amorfa, que Fílon não define e não caracteriza, era culpada por grande parte dos problemas da cidade, e a ela o autor direciona a maior parte de suas críticas, por permitir a disseminação dos tumultos. Nesse sentido, mesmo, que os instigadores de todos os problemas fossem os tais clubes e associações, quem tinha de fato a possibilidade de abalar a ordem e promover o caos generalizado eram as multidões.

A destituição de Flaco não amenizou as disputas, e alexandrinos e judeus direcionaram suas reclamações ao imperador, tema do outro livro de Fílon, a *Embaixada a Calígula*, que retrata a oposição do imperador aos judeus. Seu conteúdo é mais filosófico que o *Contra Flaco* e expressa com mais nitidez sua visão sobre o Império e Alexandria. Não economiza elogios em relação aos imperadores anteriores, com a intenção de esclarecer que sua crítica era destinada estritamente a Calígula.

Fílon afirma que apesar da prosperidade do império no tempo de Augusto e Tibério, Calígula aspirava um status divino e desvirtuou o rumo do reinado, tendo se rendido a uma vida de excessos (*De Legatione ad Gaium* 2.14). Seu exibicionismo como

divindade não foi aceito pelos judeus, o que resultou na ira do imperador (*De Legatione ad Gaium* 11-17). Apesar dos relatos sobre os conflitos serem semelhantes nos dois livros, aqui Calígula é inteiramente culpado pelos ataques, tendo encontrado apoio na "massa" alexandrina, "pois os alexandrinos são adeptos da bajulação, da dissimulação e da hipocrisia, preparados com palavras de falsidade, mas provocando com seus lábios soltos e desenfreados (*De Legatione ad Gaium* 25-26)"[21].

Fílon afirma que Calígula decidira adiar seus planos de instalar a estátua, o que fora um cuidadoso plano para estimular a discórdia. O autor faz ainda uma referência ao plano do imperador de realizar uma viagem ao Egito (*De Legatione ad Gaium* 42):

> Pois tinha uma extraordinária paixão por Alexandria. Seu coração estava totalmente voltado para a sua visita e em ficar lá por um tempo considerável. Pois considerava aquela cidade única, pois lá foi onde nasceu e se fortaleceu a ideia de divinização que ocupava seus sonhos, e seu vasto tamanho e sua beleza no mundo habitado tinham feito dela um padrão para outras cidades na adoração a ele, pois é verdade que tanto para indivíduos como populações inteiras que os inferiores tentam imitar as qualidades de grandes homens e grandes cidades respectivamente. (*De Legatione ad Gaium* 43)

Aqui o autor sugere certa identificação "artística" entre Calígula e os alexandrinos, com a intenção de ofender ambos. Seu comentário sugere também o impacto que os acontecimentos em uma cidade com a dimensão de Alexandria poderia ter nos arredores e os anseios com relação a isso.

Em suas obras filosóficas, Fílon faz alguns comentários aludindo com censura aos entretenimentos da metrópole. O autor critica o

[21] Fílon faz as mesmas generalizações de um estrangeiro, então, mesmo que estivesse ciente das diferentes categorias sociais de Alexandria, talvez não interessasse nomear seus opositores, o que poderia causar comprometimentos futuros. Destinar as críticas à multidão dos alexandrinos era mais seguro (Collins, 2005, p. 230). Haas observa que os alexandrinos são comumente representados como uma massa não diferenciada nas fontes (sem distinção entre grupos). Assim, mesmo que as categorias internas fossem importantes dentro da cidade, quem relatava os eventos não fazia grandes diferenciações (1997, p. 84).

excitamento nas audiências de teatros e os efeitos excessivos despertados pela música (*De Ebrietate* 177); menciona também em duas ocasiões o cenário de violência e da imprudência das corridas de cavalo (*De Agricultura* 312.76; *Legum Allegoriae* 3.223). Nos *Sacrifícios de Abel e Cain,* Fílon enumera todos os efeitos maléficos dos prazeres humanos (*De Sacrificis Abelis et Cain* 221-32), condena também os prejuízos causados por comida e vinho em excesso (*De Fuga et Inventione* 31-32). O autor ilustra também a intensa movimentação da *ágora* como um ponto de aglomeração da multidão, cenário que com frequência resultava em violência (*De Somniis* 2.91, *De Specialibus Legibus* 3.105). Sua condenação aos prazeres não se restringe especificamente a Alexandria, contudo, é provável que seus comentários generalizantes e avessos às festas aludissem ao contexto familiar vivenciado em sua própria cidade (Barry, 1988, p. 64).

No *De Cherubim* Fílon faz uma referência mais explicita à Alexandria. Reflete que diferentes povos, gregos e bárbaros tinham seus próprios festivais e que seu único propósito em todo lugar era a exibição. Na sequência, detalha sobre as aglomerações de sua terra, que só resultavam em excessos, bebedeiras, discórdias, prazeres, insolência, ultrajes e depravação, que nessas ocasiões tudo se invertia, as boas ações eram desacreditadas e os erros eram honrados (*De Cherubim* 91). Nessa passagem, Fílon esclarece que seu julgamento contra os eventos festivos se estendia a todos os povos, embora no *Contra Flaco* e *Embaixada a Calígula* sua crítica seja específica a Alexandria. Ou seja, a partir do cotidiano alexandrino, cria um modelo do que deveria também ser evitado em outros lugares.

Como Fílon, Josefo e Suetônio também ressaltam as preparações de Calígula de viajar para Alexandria (*Antiquitates Judaicae* 19.81.1; *C. Caligula* 52). Segundo Suetônio e Tácito, o imperador Nero também planejava fazer uma viagem para Alexandria, em virtude de seu "temperamento" artístico que o identificava com o clima musical da cidade, mas desistiu em virtude de maus presságios (*Annales* 15.36; *Nero* 19). Suetônio menciona um tipo de aplauso especificamente alexandrino que fascinara Nero em um

teatro em Nápoles. Os alexandrinos estavam em multidão na cidade em virtude de uma frota atrasada e Nero ficara tão contagiado pelos aplausos, que selecionou homens da ordem dos cavaleiros para aprender o "estilo alexandrino" de aplaudir. Tais homens eram contratados para o aplaudirem vivamente sempre que cantasse (*Nero* 20). Dion Crisóstomo também afirma que foram os festivais de Alexandria que motivaram a ida de Nero para a cidade e destaca que os alexandrinos estavam sofrendo da mesma doença que prejudicara o imperador: a devoção exagerada à música e ao teatro (*Orationes* 32.60). Segundo Dion Cássio, Nero tinha a ideia "tola" de que lá ele poderia viver como um cidadão comum e tocador de lira, mas fora impedido pelo Senado (*Historiae Romanae* 63.27.2.7).

Ressaltar a aproximação de Alexandria com Nero e Calígula, os imperadores mais depreciados pela tradição textual, era uma forma de criticar tanto os líderes, quanto a cidade. Ou seja, a metrópole atraía homens como Marco Antônio, Calígula e Nero, justamente os exemplos de autoridades romanas que valorizaram tudo aquilo condenado pelo *mos maiorum*, daí o exemplo das festividades como sendo ocasiões em que tudo considerado inadequado se expressava (justamente o que atraia os governantes). Portanto, era conveniente ressaltar esse vínculo (entre maus imperadores e Alexandria) já que ambos se afastavam do padrão de conduta esperado pela ordem romana. A cidade se dedicava prioritariamente a tudo aquilo que Roma tentara combater (e nem sempre conseguira). O fato de Alexandria ter sido considerada como uma moradia alternativa para tais governantes enfatizaria o tipo de vivência almejada por esses líderes, já que a cidade era o lugar por excelência onde os excessos desmedidos eram valorizados. Através dessa identificação entre o lugar e os imperadores, pretendia-se criar uma dupla rejeição (ao modo de governar e ao tipo de organização cívica considerada inadequada).

Para o contexto de Calígula, sua paixão pela cidade se somaria a sua oposição ao judaísmo. Portanto, o imperador é criticado por Fílon e Josefo em um contexto de censura que se estende aos

alexandrinos. Apenas Suetônio assinala a sua predileção por Alexandria de forma independente dos problemas cívicos. Enquanto que Tácito, Suetônio, Dion Crisóstomo e Dion Cássio enfocam na paixão de Nero pelas atividades lúdicas de Alexandria, sem se referirem a nenhuma ocorrência específica na cidade.

O discurso 32 de Dion Crisóstomo é inteiramente dedicado a advertir os alexandrinos a controlarem o entusiasmo dedicado aos espetáculos. Para reforçar seu argumento principal, o orador proveniente de Prusa, na Bitínia, elabora uma longa e elaborada narrativa sobre Alexandria e seu povo. A obra de Dion se insere na tradição erudita da Segunda Sofística, expressão cunhada pelo seu sucessor Filóstrato e que define toda uma geração de estudiosos, filósofos e oradores de diversas origens do mundo helênico, que circulavam pelas grandes cidades do império, amenizando conflitos entre cidades, relembrando o passado grego e redefinindo a ideia de ser "grego" no Império Romano. Ao mesmo tempo em que aceitavam o poder romano, tentavam criar um espaço autônomo para a perpetuação da cultura helênica (Guarinello, 2009, p. 155). O detalhamento e envolvimento de suas palavras denotam o impacto que a diversidade e a grandeza da multidão cosmopolita da cidade causaram no autor. Para Peter Jones (1978, p. 36), não há dúvidas de que Dion visitara mesmo a cidade, contudo, a datação do discurso é controversa (no reinado de Trajano ou Vespasiano)[22].

Como Fílon, Dion era avesso às multidões de forma geral, mas sua crítica aos alexandrinos era específica, pois considerava que este povo tinha um modo próprio de se portar em aglomerações. O autor profere inúmeros elogios à beleza, grandeza, localização e

[22] A argumentação de Jones se baseia na critica de Dion aos cínicos e Vespasiano era justamente o imperador mais avesso aos filósofos, chegando a provocar sua expulsão de Roma. Em oposição a Jones, Harry Sidebottom defende a datação no reinado de Trajano, pelo amadurecimento demonstrado no discurso. Além disso, o orador menciona uma possível visita do imperador a Alexandria, algo que não faria sentido se já conhecesse a cidade, como era o caso de Vespasiano, o único imperador do tempo de vida de Dion a visitá-la logo no início do seu reinado (Sidebottom, 1992, p. 417). Sua oposição entre tirano e bom imperador também se situaria melhor se estivesse fazendo referência respectivamente a Domiciano e Trajano, um *topos* nos escritos da época.

sofisticação da cidade, mas considera que tais traços eram diminuídos pelo caráter instável da população e pela devoção exagerada ao riso e divertimentos e que era principalmente a paixão por música, sobretudo a lira, que fazia os alexandrinos perderem a cabeça (*Orationes* 32.20-31).

Em seu propósito de crítica, o autor faz um longo comentário definindo Alexandria como uma "cidade-mundo" por aproximar inúmeros povos, denotando que principalmente por dispor de todo esse potencial global é que seu povo precisava alterar o padrão de conduta. Alexandria estava situada "na reunião de toda a terra, até dos povos mais remotos, como se fosse um mercado servindo a uma única cidade, um mercado que reúne todos em um só lugar". Dion ressalta ainda que a cidade era superior em tamanho e situação a muitas outras, e estava colocada em segunda posição entre as mais importantes cidades, além de estar inserida nos quadros do antigo Egito. Portanto, qualquer inconveniência realizada no local, era cometida na presença de "toda a humanidade" (*Orationes* 32.35-39).

Christopher Jones (1978, p. 90) observa que o tamanho, fundação e herança eram aspectos comumente enfatizados por Dion na exaltação a cidades com a intenção de honrá-las, o que difere no relato sobre Alexandria é, sobretudo, o seu posicionamento diante de Roma. Os elogios talvez visassem brincar com a vaidade dos alexandrinos, já que as disputas por cidades eram incentivadas pelos imperadores, que concediam ou retiravam privilégios como favorecimento ou castigo (Jones, 1978, p. 84-86).

Na sequência, Dion detalha a composição multiétnica da cidade, esclarecendo que a multidão do teatro era composta por "não apenas gregos e italianos e pessoas das vizinhanças da Síria, Líbia, Cilícia, e ainda Etíopes e Árabes de regiões mais distantes, mas até mesmo Báctrios, Citas, Persas e alguns indianos" e toda essa turba multiétnica, tanto de gregos, quanto de bárbaros, presenciava os descomedimentos alexandrinos no teatro. Acrescenta ainda que, ao retornar para seus núcleos de origem, todos esses povos levariam uma imagem de Alexandria como uma cidade que "é louca por

música e corridas de cavalo e, nesses quesitos, se comporta de forma indigna de si mesma", pois durante os espetáculos o povo perdia a noção dos sentidos e os efeitos nefastos desse clima não passavam assim que as atrações terminavam, pois o cenário insano repercutia por vários dias nas ruas da cidade (*Orationes* 32.40-42).

Para Dion, o excitamento pela música deixava o povo intoxicado, numa espécie de "transe coletivo", algo para ele só perceptível entre "bárbaros", mas não entre "gregos" (*Orationes* 32.56). Afirma ainda que, apesar de todo esse entusiasmo, nem ao menos se tratava de um povo talentoso para a música. Tal atitude fazia todos ali agirem como animais selvagens e se afastarem da razão (*Orationes* 32.62). A aproximação com os bárbaros seria uma forma de rebaixar o *status* de Alexandria como uma cidade grega. Reforça ainda mais essa ideia, com uma digressão em que narra uma detalhada lenda que ouvira de um frígio que dizia que diversos animais apresentavam diferentes comportamentos diante da música de Orfeu, até que os mais selvagens foram transformados em humanos por Zeus e deram origem à tribo dos macedônios, que depois de misturada com a de Alexandre, se instalou em Alexandria (*Orationes* 32.64-65). Para o autor, fora essa mistura que fizera os alexandrinos se afastaram da razão e se deixarem conduzir pelas emoções estremadas nos eventos musicais. A "doença" pela música estaria contagiando a todos, sem distinção social, pois ali estavam até mesmo oradores públicos e filósofos (*Orationes* 32.68).

Nessa passagem, o orador coloca Alexandria no patamar comparável a outras cidades gregas, embora a postura de seu povo estaria resultando numa decadência moral e aproximando Alexandria do que se via entre bárbaros. Ao atribuir essa carga "selvagem" aos macedônios, dos quais os alexandrinos seriam herdeiros, o autor questiona novamente a "filiação" de Alexandria. Percebe-se aqui certa exaltação à herança helênica anterior à hegemonia macedônica, que aqui é vista como responsável pela decadência grega, e Alexandria confirmaria esse retrocesso se não mudasse de postura. Ou seja, as palavras de Dion sugerem um

conflito em relação a diversidade de Alexandria e uma tentativa artificial de recuperar uma identidade helênica formada em um mundo amplificado, em que tais critérios étnicos já tinham se transformado radicalmente em relação ao período clássico. É notório como sua crítica direcionada à multidão de Alexandria é geral e não faz distinções entre grupos sociais e etnias.

Em diversos momentos o autor esclarece que o problema principal não era a dedicação aos espetáculos, mas os efeitos que as competições despertavam nas audiências após a aglomeração do povo. Ao reforçar a grandeza de Alexandria e a quantidade de povos que lá circulavam, Dion infere que uma cidade tão povoada e com um tal "talento" para o caos podia facilmente ameaçar a ordem romana, pois de lá a desordem poderia se propagar rapidamente. Ou seja, ao sublinhar a posição central de Alexandria, Dion assinala a necessidade de se aumentar a vigilância sobre o local. Nesse momento, elogia a ordem romana, estabelecendo um contraste em relação aos Ptolomeus, os antigos dirigentes da cidade. Faz referência a Ptolomeu XVII Aulete, "o tocador de flauta", para sugerir que era com a antiga realeza que os alexandrinos teriam aprendido tais práticas musicais, pois: "(...) ele com sua flauta e você com sua dança destruíram a cidade. E apesar de agora terem homens tão razoáveis como governantes os deixou com um sentimento suspeito em relação a vocês (...) (*Orationes* 32.69-71)". O orador estende também suas críticas às corridas de cavalo, ironizando que um único cavalo destruíra Troia, enquanto Alexandria estaria encontrando sua ruína com inúmeros. Dessa forma o autor sublinha que o aniquilamento de um povo não ocorre somente através de guerras, mas pode ocorrer lentamente ao se afastarem de causas nobres (*Orationes* 32, 88-89).

É notório que seu principal alvo de preocupação era a quantidade de pessoas reunidas para presenciar os espetáculos, além da atratividade exercida pela aglomeração sobre os que lá chegavam. O autor via a multidão como um caldeirão prestes a entrar em ebulição. Tais espetáculos eram as ocasiões de colocarem

tantos universos em contato, nesse sentido, o autor temia que dali poderiam eclodir tumultos e rebeliões em grande escala. Mais do que isso, a partir de Alexandria, rumores e ideias de desafio à ordem poderiam facilmente se propagar e alcançar regiões amplas. Portanto, o autor entendia que o "magnetismo" de Alexandria a transformava em um local cada vez mais populoso e aglomerado, daí a propensão maior a tumultos e conflitos. Ou seja, justamente por se tratar de um núcleo de tamanha diversidade, deveria haver um controle maior, pois se o caos fosse ali instalado, prontamente se propagaria por todo aquele universo conquistado por Roma. Portanto, ao sublinhar a posição central de Alexandria e todos os rumores que corriam sobre a cidade, Dion assinala os motivos pelos quais a vigilância sobre o local não podia ser descuidada:

> Pois vocês não devem imaginar que, apesar de vocês mesmos se questionarem a respeito daqueles que entram no seu porto, sobre que tipo de pessoas elas poderiam ser, e seu julgamento a respeito deles se basear na reputação deles, os agentes do imperador ainda não tenham curiosidade de aprender que tipo de pessoas os alexandrinos são. Portanto, se ele ouvir que vocês são sensatos, e não, como agora é o relato comum, passionais, de fácil convívio, inclinados a admirar coisas pequenas, com uma fraqueza por trivialidades, apaixonadamente devotados aos jóqueis e harpistas, não há dúvida de como se sentiriam. (*Orationes* 32.95-96)

Tal referência a lideranças imperiais que estariam na cidade observando o comportamento inadequado dos alexandrinos demonstra que o orador estaria relativamente preocupado com o destino de Alexandria e com a manutenção da ordem. Uma cidade da magnitude de Alexandria tinha a obrigação de servir de exemplo para toda a região, pois ajudaria a disseminar a ordem e o bom comportamento diante das autoridades. No entanto, a conduta "imprevisível" dos alexandrinos se potencializava no cenário dos espetáculos, por ter maior amplitude em meio a grandes aglomerações, e nessas situações podia repercutir em dissensões concretas. Assim, a dedicação dos alexandrinos para esses eventos

lúdicos, além do modo como se portavam nas ocasiões, tornaram-se mais uma via para criticar seus habitantes; por serem considerados abusivos, mas principalmente, por serem realizados em meio à turba cosmopolita. Apesar da ênfase de Dion na tendência alexandrina à turbulência, percebe-se que ele se refere às confusões mais associadas aos divertimentos do que aos conflitos (Barry, 1988, p. 10). Ou seja, a raiz dos males eram as festividades, em virtude de seus possíveis desdobramentos na dinâmica da cidade.

No séc. III d.C., ainda na tradição da Segunda Sofística, o relato de Filóstrato sobre Alexandria também faz importantes considerações sobre o cenário dos divertimentos na cidade. A passagem aparece num discurso atribuído a Apolônio, um mago, sábio, que teria vivido no séc. I d.C., viajara por vários lugares do império e fora até mesmo conselheiro de alguns governantes (como Vespasiano). A vida de Apolônio e sua própria existência é objeto de diversas polêmicas. Na *Vida de Apolônio de Tiana*, sua biografia escrita por Filóstrato, o sofista descreve a passagem de Apolônio por Alexandria em meio a inúmeras aventuras e viagens por diversos lugares do Império Romano. De forma muito semelhante a Dion Crisóstomo, em uma passagem Filóstrato também censura as festividades alexandrinas. Dion é um dos sofistas biografados na *Vida dos Sofistas*, outra obra de Filóstrato. Portanto, além da semelhança no tipo de julgamento direcionado aos alexandrinos, é extremamente plausível considerar o impacto que o relato de Dion sobre Alexandria tivera no autor. Ou seja, a descrição sobre Alexandria atribuída a Apolônio poderia ser mera criação do sofista (Silva, 2014, p. 116). Embora Dion também mencione as corridas de cavalo, a maior parte de seu discurso é direcionado a julgar o vício dos alexandrinos por música. Para Filóstrato, era a violência nas corridas de cavalo que levaria os alexandrinos a destruição:

> Pois como os alexandrinos são devotos a cavalos, eles vão ao hipódromo para ver o espetáculo e matam uns aos outros, ele então organizou uma grave censura a eles nesses quesitos, e ao entrar no templo, disse: “Por quanto tempo vocês persistirão em

> encontrar as suas mortes, não em benefício de suas famílias ou dos seus altares, mas por estarem determinados a poluir os recintos sagrados entrando neles exalando sangue e matando uns aos outros dentro dos muros. E Tróia foi destruída e vingada por um único cavalo, que os Aqueus daqueles dias tinham projetado; mas as suas carroças e seus cavalos são subjugados para o seu próprio desdém e não lhe dão nenhuma chance de viver em submissão ao reino das leis. Portanto, vocês não estão sendo destruídos pelos filhos de Atreu nem pelos filhos de Ajax, mas por vocês mesmos, algo que os troianos não teriam feito nem se estivessem bêbados. Em Olímpia, contudo, onde há prêmios para a luta livre, o boxe e para as competições atléticas mistas, ninguém é escravizado em benefício dos atletas, apesar de que seria justificável se alguém demonstrasse perdoar os ataques na rivalidade de seres humanos semelhantes a si mesmos. Mas aqui eu os vejo atacando uns aos outros com espadas gastas, e prontos para lançar pedras, tudo por uma corrida de cavalo. Eu gostaria de incendiar uma cidade como essa, onde no meio das lamentações e violência 'entre os destruidores e os destruídos escorre sangue pela terra'. Vocês não podem mostrar respeito pelo Nilo, o recipiente da mistura comum do Egito? Mas por que mencionar o Nilo para homens cujo padrão de medida é uma maré de sangue crescente ao invés de água?" E várias outras censuras do mesmo tipo ele dirigiu a eles, como Damis nos informa. (*Vita Apollonii* 5.26)

Como Dion Crisóstomo, Filóstrato insere Alexandria em uma dinâmica de cidades gregas (citando o contexto de destruição de Troia e as disputas esportivas de Olímpia). Entretanto, entende que o comportamento no hipódromo os estava afastando do padrão de conduta dos gregos e os levando à "merecida" destruição. Para Semíramis Silva, através da violência das corridas de cavalo de Alexandria, Filóstrato estabelece uma crítica mais ampla a formas de divertimento extremamente violentas que se consolidaram no Império Romano, usando o exemplo de Olímpia para demonstrar como os gregos também prezavam suas diversões, mas sem resultarem em derramamentos de sangue tão extremados. Rememoraria assim, uma prática helênica considerada superior e digna de ser praticada (Silva, 2014, p. 123). O autor usa a mesma

analogia de Dion com relação ao cavalo de Troia e as corridas de cavalo dos alexandrinos, o que é mais um indicativo da influência do discurso de Dion na escrita de Filóstrato.

O teatro, o hipódromo e a *ágora* eram os principais focos das multidões e *lócus* privilegiado das aglomerações urbanas, pois eram espaços que intensificavam a convivência entre diversos grupos multiétnicos. Além de cenário para os divertimentos, os estabelecimentos eram pontos de interação entre a população urbana e autoridades. Foram, portanto, além de palco para eventos, o cenário de expressões de vontades mais violentas do povo, por permitir a mobilização de multidões (Haas, 1997, p. 64-65).

Apesar da condenação aos espetáculos e aos lugares em que eram realizados (teatro e hipódromo) por sua propensão a turbulência, percebe-se pelo relato de Dion que se sob o Império Romano Alexandria não era mais o mesmo centro cultural que fora sob os Ptolomeus, sua população continuava devota aos "prazeres da vida" (Jones, 1978, p. 37). Portanto, a cidade ainda se notabilizara pelos espetáculos públicos. Contudo, a recorrente censura a esse cotidiano lúdico e aos aspectos desastrosos das aglomerações sugere que as elites romanas não estimulariam o desenvolvimento dessa tendência, pois por um lado, poderia aglomerar multidões e repercutir em caos e pelo outro, a capital do Império nos setores de entretenimento era Roma e não deveria haver outras. As festividades em Roma no geral eram acompanhadas pelos imperadores, que compareciam pessoalmente na maioria das celebrações e acabavam as transformando em mais ocasiões de legitimação de seus comandos. Enquanto em Alexandria, as celebrações aconteciam fora dessa esfera de controle, daí ser objeto de controle e censura. Além disso, os autores demonstram como os festejos não eram usados somente para fins de divertimento, sendo comumente transformados em momentos em que o povo compartilhava insatisfações, críticas e anseios em relação as suas autoridades e problemas cívicos.

Alexandria tem enorme destaque na literatura da Segunda Sofística, que se desenvolve no período imperial, mas curiosamente o período mais abordado é o contexto ptolomaico. Dion Crisóstomo e Filóstrato são exceções ao tratar de sua contemporaneidade, enquanto Ateneu expressa certa nostalgia ao descrever a era anterior. Dion Crisóstomo expressa certa aversão a monumentalidade de metrópoles cosmopolitas como Alexandria, considerando que a mistura "bárbara" promovida na cidade degradava suas origens gregas. Desconsidera até mesmo suas origens macedônias associadas a Alexandre.

Durante o reinado de Caracala, ocorreu um episódio polêmico na cidade durante a sua visita a Alexandria em 215 d.C., descrita detalhadamente por Dion Cássio e Herodiano. Segundo tais autores, a presença do imperador na cidade resultara num terrível massacre de alexandrinos, algo já planejado por ele antes de sua ida. Para Schwartz (1948, p. 33), o relato de Dion Cássio sobre o ocorrido pode exagerar a loucura de Caracala, pois o autor era um dos maiores críticos ao temperamento turbulento dos alexandrinos (em diversos outros contextos de sua obra). Segundo Dion, a fúria de Caracala começara depois de ouvir rumores que estava sendo caluniado e ridicularizado em Alexandria por vários motivos, dentre eles por ter matado o seu irmão. Seguiu então para a cidade e após um banquete com os cidadãos de mais prestígio, promoveu a matança (*Historiae Romanae* 78.22.2-3). Depois do massacre, Caracala aboliu os espetáculos e festas públicas dos alexandrinos e ordenou que a cidade fosse fortemente vigiada e dividida em muros (*Historiae Romanae* 78.22-23). A primeira medida do imperador fora reunir os cidadãos de maior prestígio, sugerindo que eram estes os líderes dos movimentos que fortaleciam a divulgação de boatos. Percebe-se o peso que o relato de Dion Cássio atribui a força da proliferação de informações e rumores a partir de Alexandria, principalmente na ocasião de espetáculos públicos, daí talvez a menção a atitude do imperador de abolir tais festividades.

Herodiano também descreve o massacre, provavelmente se baseando na narrativa de Dion Cássio, apesar de alguns pontos de discrepância entre os relatos. Contudo, sua descrição é mais viva e detalhada, ou seja, o autor poderia ter tido acesso a outras fontes ao elaborá-la. No início do relato, estabelece um julgamento acerca dos alexandrinos (*Herodiano* 4.8.1-5):

> Até certo ponto era uma característica natural do povo permitir sátiras e a repetição de muitas caricaturas amargas e piadas depreciando as autoridades, pois são consideradas espirituosas, mesmo que difamatórias para as vítimas. As provocações que desonram são aquelas que expõem a verdade da deficiência de alguém. Muitas de suas sátiras sobre Antonino se referiam à morte de seu irmão e de sua idosa mãe, que chamavam de Jocasta, e o ridicularizavam por imitar Alexandre e Aquiles, que eram homens muito fortes e altos, enquanto ele era só um homem pequeno. Apesar de eles considerarem esse tipo de insulto como uma comédia ingênua, Antonino tinha uma personalidade irritável e assassina e foi levado a elaborar planos para a destruição do povo (*Herodiano*.4.9.2-3).

Dion Cássio e Herodiano concordam quanto aos insultos e piadas produzidas como o principal motivo para o massacre, pois Caracala não tolerava esse tipo de depreciação (Goddio; Bernand, 2004 p. 92). Deboches populares podiam colocar em perigo a honra imperial, tornando natural a reação violenta dos imperadores (Lendon, 2002, p. 122). Nesse sentido, se a opinião pública tivesse mesmo desonrado Caracala, a punição aos alexandrinos estaria justificada (Lendon, 2002, p. 173). Ou seja, para os dois autores era natural que o imperador reagisse com violência diante de um contexto de insulto a sua figura.

Na sequência, Herodiano relata que o imperador participou das festividades. Quando percebeu que a cidade estava lotada ao reunir o povo de todos os distritos ao redor, emitiu um decreto ordenando aos homens jovens para se agruparem em um lugar aberto a fim de homenagear Alexandre. Pediu para formarem

fileiras e depois de se certificar que estavam cercados, promoveu a matança.

Herodiano explica em pormenores os motivos que levaram Caracala a se indignar contra os alexandrinos, mas ao mesmo tempo justifica que fazer piadas e produzir sátiras contra autoridades já era um hábito natural dos alexandrinos. Percebe-se algumas contradições entre as duas narrativas: na de Dion Cássio, o autor diz que Caracala ofereceu um banquete para os homens mais importantes, já Herodiano observa que foi a cidade que preparou uma grande recepção para ele. Dion ressalta que a matança foi generalizada pela cidade e direcionada, principalmente, para os homens de prestígio (cidadãos) e estrangeiros (egípcios). Enquanto Herodiano salienta que Caracala tentou poupar os estrangeiros e matar apenas os "homens jovens", provavelmente os responsáveis pela produção das sátiras. Porém, no final realça que a matança acabou sendo generalizada. A real causa dos eventos que levaram ao massacre permanece um mistério, e infelizmente temos poucas evidências externas para investigar as circunstâncias de sua ocorrência (Millar, 1964, p. 156-158).

Dion Cássio e Herodiano assinalam o planejamento de Caracala em destruir Alexandria, mas a historiografia desconfia de toda essa preparação, entendendo que como os autores tinham a intenção de retratar a loucura do imperador, não interessava descrever os antecedentes dos conflitos. Barry acredita que Caracala reagira a algum conflito já existente na cidade e a situação se agravou (1988, p. 137). Já Harker (2008, p. 135) não descarta a hipótese de que Caracala pudesse ter reprimido alguma rebelião durante a sua visita. O massacre poderia ter se iniciado como um episódio de oposição a Roma, suscitado pelos notáveis alexandrinos e Caracala apenas reagira (Schwartz, 1948, p. 32). Harker (2008, p. 139) sugere ainda que tradições alexandrinas "sensacionalistas" podiam ter culpado Caracala pelo massacre para não culpar os próprios alexandrinos. Assim, Dion e Herodiano, grandes opositores de Caracala, tiveram acesso a essa documentação que era

conveniente para o processo de crítica ao imperador, nas quais Caracala levou toda a culpa. Apesar da postura especulativa de Harker, é intrigante que em meio a uma tradição de tantas censuras aos alexandrinos, eles sejam retratados nesse cenário como meras vítimas. Ainda assim, os dois autores mencionam a fraqueza e naturalidade dos alexandrinos em usarem a sátira e o humor para a produção de críticas e divulgação de rumores, e nesse contexto, nem as autoridades eram poupadas. Ou seja, o uso de humor em um momento indevido poderia ter sido a raiz de toda essa crise.

Por se tratar de um imperador extremamente impopular em Roma, Dion Cássio e Herodiano tratam do episódio abertamente, embora o desencadear dos acontecimentos seja enigmático. Nos outros cenários de conflito na cidade, os romanos são retratados como mediadores e promotores da ordem percebidos como necessários para conter os distúrbios. Mesmo na crítica de Fílon proferida a Flaco e Calígula, o autor deixa claro que se tratava de uma censura específica, pois para ele os romanos disseminavam a ordem e tinham concretizado essa realidade com extremo zelo até o principado anterior. Contudo, no episódio de Caracala, toda a culpa é atribuída ao imperador, enquanto os alexandrinos são retratados como vítimas. Assim, mesmo que o foco esteja em Alexandria, é notável uma mudança de ênfase.

Percebe-se que em meio a uma tradição literária de diversos escritos sobre Alexandria, a questão dos entretenimentos na cidade é abordada com enorme frequência, em meio a outros motivos para censurar o comportamento dos alexandrinos com relação a sua instabilidade. Acredito que a origem a tanta crítica em relação à vivência lúdica na cidade, seria principalmente por tais aspectos a notabilizarem ainda mais em seu meio. No entanto, ao longo dos relatos que tratam de tais contextos, é notável que não somente a frequência de festas e celebrações era alvo de julgamento, porém também certa tendência dos alexandrinos ao humor, ao deboche e a uma falta de moderação nas palavras. Tal comportamento descrito como especificamente alexandrino com frequência se manifestava

nos festivais e nas atrações do teatro, além disso, as sátiras e piadas muitas vezes se estendiam a personalidades públicas. O mais problemático e entendido como impróprio era justamente o alcance desse cotidiano teatral diante de multidões e principalmente o fato de nem autoridades serem poupadas. Tal conduta era ainda intensificada no cenário dos entretenimentos, por ter maior visibilidade e amplitude em meio a grandes aglomerações. Portanto, em muitas situações que a literatura menciona a tendência instável dos alexandrinos, ela não está necessariamente se referindo à iniciativa para a violência, mas a esse talento próprio do povo em semear a discórdia e o alvoroço a partir de palavras. É nítida também a intenção de enquadrar Alexandrina dentro de um padrão de conduta estabelecido e forjado a partir do centro imperial, nesse sentido. Embora certa ousadia dos alexandrinos tenha se manifestado em alguns momentos, percebe-se que a origem de grande parte dos julgamentos poderia ser certa incompreensão com relação ao seu cotidiano diferenciado.

Segundo Goddio e Bernand, o riso no Egito, e principalmente em Alexandria era um componente integral da vida social e para entendê-la, deve-se levar em conta esse modo de ver a vida de maneira diferenciada. Tratava-se de uma forma de espantar a tristeza e a tragédia muito própria dos alexandrinos, que fazia reinar na cidade uma atmosfera constante de bom humor (Goddio; Bernand, 2004, p. 139). Se para os alexandrinos a alegria era um aspecto característico de seu cotidiano, para os visitantes de fora era um comportamento visto como excessivo e malicioso.

Vimos acima alguns exemplos em que o humor era usado como fator de crítica e para ironizar autoridades, como na situação narrada por Fílon, em que a figura tratada com deboche fora o rei judeu Agripa, em passagem pela cidade. Duzentos anos depois, no reinado de Caracala, os alexandrinos foram duramente castigados pelo imperador por divulgarem sátiras a respeito do imperador (*Historiae Romanae* 78-79; *Herodiano* 4.8-9). Herodiano naturaliza esse comportamento, de depreciar autoridades através do humor

como algo típico do povo. Portanto, suas impressões reforçam a cristalização de certa imagem do povo em torno dessas questões, já estabelecida na tradição por séculos.

A hipótese de um estereótipo já estabelecido se fortalece em uma passagem de Cícero, ou seja, evidencia-se aqui o quanto tal representação dos alexandrinos como propensos a polemizar era antiga, já que quase três séculos separam Cícero e Herodiano. Embora Cícero não trate das questões das festividades na cidade, o orador faz um julgamento sobre os alexandrinos no *Discurso a favor de Rabírio Póstumo*, no momento em que narra a respeito de uma embaixada de alexandrinos em Roma. O autor afirma que há tempos ouvira falar da má fama dos alexandrinos que se confirmara naquela situação, ressaltando que era de lá que vinha todo tipo de trapaça e farsa (*Pro Rabirio Postumo* 12.34.2). Aparentemente o que causara maior incômodo para Cícero foi o modo debochado de se portaram na embaixada, talvez por não acatarem as ordens do momento e protestarem com o intuito de afirmar sua posição. Assim, a reclamação estaria associada ao ímpeto de expressarem questionamentos em momentos vistos como inapropriados. Na narrativa de Cícero o que transparece como preocupação principal não era a natureza violenta e guerreira dos alexandrinos, mas um talento para a provocação, deboche, armadilhas e discórdia. Esse comportamento era incômodo principalmente por desestruturar a ordem e questionar práticas romanas. Cícero escreve em um momento em que as relações diplomáticas de Roma com o Egito Ptolomaico começavam a se tensionar. Seus escritos sugerem que no contexto anterior a conquista a instabilidade do povo e sua postura diante de autoridades já eram incômodas. Em que medida isso se reforçaria posteriormente? As polêmicas em que a cidade se envolvia poderiam ser também uma reação a todo esse quadro depreciativo de seus habitantes? Ou seja, espetáculos públicos e ocasiões em que o povo se agrupava poderiam ter se tornados cenários propícios para provocações, que visavam alcançar justamente lideranças e governantes imperiais.

Quintiliano orador da Hispânia que fez carreira em Roma e escreveu mais de um século depois de Cícero (sua principal referência), também faz uma referencia à "língua solta" dos alexandrinos, ressaltando sua falta de prudência para falar coisas não toleradas, fazendo alusão a alguém que "falava palavras não toleradas nem de uma página alexandrina", dizendo talvez coisas ousadas, impróprias e engraçadas (*Institutiones* 1.2.7.4). Tal passagem demonstra a força do estereótipo alexandrino, que poderia ser uma herança de Cícero, ou realmente ideias que perpassavam o meio literário romano de maneira mais ampla.

Em meio a seu longo discurso de censura aos alexandrinos, Dion Crisóstomo acrescenta mais uma crítica ao quadro depreciativo já tratado acima, ao chamar os alexandrinos de "meros mímicos e palhaços" (*Orationes* 32.86-87). Segundo Herbert Musurillo, a mímica era uma forma de entretenimento antiga e bem conhecida em Alexandria, que remete à tradição dos Ptolomeus (Musurillo, 1954, p. 248). Tal modalidade de arte não era usada apenas como diversão, mas também como fator de crítica (Harker, 2008, p. 119). Eram manifestações mais elevadas no tom que outros eventos públicos da cidade e constantemente faziam referência a questões contemporâneas (Bowman, 1986, p. 216). Assim, a produção de sátiras e zombarias a autoridades através da mímica era uma tradição de longa duração na cidade. Era através da mímica, de representações e sátiras, muitas delas realizadas em celebrações públicas que rumores e reclamações se disseminavam. Em suma, a mímica era mais uma forma de entretenimento que escaparia ao controle imperial, pois difundia a crítica e o questionamento a questões cívicas e problemas cotidianos através da descontração. Nesse sentido, tornam-se mais um motivo para repreender os alexandrinos, pois as práticas induziam o povo a se tornar mais atuante em questões da cidade. A tradição textual sugere certa idealização do que se esperava de uma cidade como Alexandria, ou seja, ansiava-se por uma metrópole quieta, ordenada e pouco reflexiva e a cidade de Alexandre era justamente a inversão de tudo

isso. A divulgação de uma imagem da população com tal tendência à instabilidade e ao comportamento excessivo poderia ser uma forma de tentar instituir uma aversão ao que era lá praticado e divulgado através de seus divertimentos.

Chama a atenção aqui o fato do cenário festivo de Alexandria ser divulgado principalmente por autores gregos, a partir do final do século I d.C.. Apenas o breve comentário de Suetônio indica a natureza festiva dos alexandrinos na perspectiva de um latino, embora com o intuito principal de criticar Nero. Os autores latinos fazem menção ao cenário lúdico de Alexandria apenas no contexto de crítica a Cleópatra, com o intuito claro de promover uma oposição generalizada aos comportamentos excessivos praticados em Alexandria e Canopo. Dessa forma, como silenciam a respeito do contexto festivo pós-Cleópatra é possível que não interessasse à tradição latina veicular a rotina de espetáculos do local. Ou seja, era conveniente manter a censura já criada anteriormente, de Alexandria como a terra dos prazeres desmedidos.

Fílon, Dion Crisóstomo e Filóstrato são os escritos mais enfáticos na crítica aos espetáculos. Dion Cássio e Herodiano censuravam a produção de sátiras e mímica na cidade por resultarem em ofensas a autoridades e poderem desencadear reações romanas, como ocorrera no caso de Caracala, mas não se referem especificamente ao contexto festivo. Em contrapartida Ateneu, um cidadão de Náucratis escreveu depois dos autores citados e não aborda as festividades da Alexandria romana. No entanto, sua ênfase é na grandeza e exuberância dos espetáculos ptolomaicos de séculos anteriores. Seus comentários sobre o passado alexandrino seriam uma forma de justificar e legitimar os espetáculos de sua própria época (que eram desacreditados)? Ou seja, através do destaque na tendência festiva da cidade na era anterior, o autor ressaltaria a dedicação aos entretenimentos como parte da história alexandrina e com o intuito de rememorar o esplendor das festas de outrora, promovidas e patrocinadas pelos próprios governantes, sugerindo que na Alexandria ptolomaica

havia espaço para esse tipo de vivência. Nesse sentido, poderia ser uma expressão de nostalgia e uma reação sutil ao domínio romano. Além disso, Ateneu mobilizaria fontes antigas (como o relato de Callixenius) para defender a longa duração do cotidiano festivo na cidade e demonstrar como anteriormente as celebrações da era ptolomaica eram harmônicas e benéficas para o povo. Ou seja, a ideia de violência atrelada as festividades era algo recente e um desdobramento da nova ordem política.

No romance *As Aventuras de Leucipe e Clitofon* de Aquiles Tácio é elaborado um quadro expressivo em relação a vivacidade, enormidade, beleza e diversidade populacional de Alexandria. A proveniência do poeta é atribuída a Alexandria pela tradição, em virtude da forma pessoal e apaixonada com que descreve a cidade, através de seus personagens[23]. O autor comenta que Alexandria era a única cidade onde tudo era feito em público (*Leucippe et Clitophon* 4.7). Tal percepção reforça na perspectiva de um local o retrato já sugerido por Dion Crisóstomo de Alexandria como um ponto propício para a divulgação de comportamentos e rumores.

No livro V, Aquiles Tácio elabora uma metáfora da cidade como um continente, devido à mistura de povos contidos no local. Afirma que Alexandria tinha tantas ruas que andando por elas tinha-se a impressão de estar no exterior mesmo estando em casa e era impossível apreender toda a beleza das ruas de uma vez só. Reforça que duas coisas eram particularmente impressionantes: a grandeza do lugar e de sua população, pois a cidade era maior que um continente, e seus habitantes superavam a totalidade de um país. Observando tal grandeza o autor duvidava se algum agrupamento humano poderia enchê-la, e com tantos habitantes, imaginava se alguma cidade seria grande o suficiente para abrigar a soma de sua gente (*Leucippe et Clitophon* 5.1). Na sequência, descreve o festival a Serápis como o maior espetáculo já conhecido, onde havia uma

[23] O autor do Suda menciona sua provável origem de Alexandria, e John Williams White autor que faz uma breve introdução sobre o autor na tradução da Loeb (p. viii).

procissão de tochas (*Leucippe et Clitophon* 5.2). Mais adiante, elogia a estrutura e imponência do farol de Faros (*Leucippe et Clitophon* 5). O autor sinaliza de forma romanceada um grande encantamento pela cidade, embora demonstre um envolvimento pessoal e afetivo, por ser alexandrino, algo menos notável em Fílon, o outro autor alexandrino aqui trabalhado. Seu relato explicita a vivacidade da cidade na segunda metade do séc. II d.C (Mckenzie, 2008, p. 188).

Retomando brevemente a narrativa de Ateneu, vale destacar a caracterização que faz de Roma como uma comunidade "internacional", pois de lá se vislumbrava todas as cidades do mundo e todas as comunidades estavam ali representadas. Nesse comentário, Ateneu enumera as metrópoles mais importantes do momento (Roma, Alexandria, Antioquia e Nicomédia) e fala que Roma continha a "população do mundo", pois de lá se poderia ter acesso a todas as cidades, com suas características próprias (*Deipnosophistae* 1.20b). Ou seja, Roma não apenas dominara, mas representava o Império Romano em seu próprio centro, por ser um microcosmo de tantos povos. Portanto, Roma era a metrópole a partir da qual se poderia vislumbrar todo o mundo, já Alexandria era um agrupamento de cidades na perspectiva de Fílon, e uma cidade maior que um continente segundo Aquiles Tácio. Chama a atenção aqui a semelhança nas caracterizações de Roma e de Alexandria. O fato de os autores destacarem o *status* de Alexandria como sendo a segunda depois de Roma indica mais do que a percepção de sua grandeza, mas também seu papel central, como núcleo aglutinador de muitos povos. Ilustra também o ritmo acelerado de suas transformações, promovido pela dinâmica comercial e pela atratividade estimulada pelos divertimentos. A ênfase no "segundo lugar" sugere o interesse de marcar sua posição após Roma, contudo a ênfase na magnificência e grandeza do lugar poderia ser uma forma de sugerir que nessa "corrida", Alexandria tinha até mesmo condições de superar a capital do Império.

Embora as críticas direcionadas ao cenário festivo de Alexandria e ao comportamento desmedido de seus habitantes

partissem de motivações e contextos diversos, de acordo com autores de tradições também distintas, a frequência de tais críticas e a forma com que são elaboradas sugerem algumas pistas com relação a certo ambiente de censura que circulava nos meios letrados com relação à cidade. Entendo também que os julgamentos frequentemente expressam anseios mais amplos com relação à ordem imperial e ao papel das grandes metrópoles dentro de um sistema de integração mais amplo, centralizado em Roma. Nessa dinâmica, a posição central de Alexandria tem destaque, em virtude do lugar que a cidade ocupava ao lado de Roma.

Além do tamanho da cidade, a posição de Alexandria no litoral egípcio do Mediterrâneo, em um ponto que intensificava contatos entre Ocidente e Oriente a transformava em um local excessivamente visado. Ou seja, o quadro que se estabelece na tradição é que tal posição da cidade a tornava atrativa nos arredores, pois os mercadores que ali circulavam eram seduzidos também por suas festividades, que comumente resultavam em grandes aglomerações de diversas origens e poderiam gerar turbulência, caos e conflitos. Além disso, acreditava-se que as multidões reunidas podiam disseminar rumores através do humor e produção de sátiras. Nesse sentido, a partir de Alexandria, qualquer manifestação poderia atingir grande amplitude, daí a origem dos julgamentos direcionados para seu cotidiano festivo, pois além da própria Roma, somente Alexandria tinha todo esse talento para a divulgação e para a aglomeração.

Segundo Lendon (2001, p. 111), a posição de honra de Alexandria era ameaçadora, pois a lógica romana para cidades era a mesma que a de indivíduos: da mesma forma que homens de prestígio eram perigosos ao imperador, cidades renomadas podiam ser ameaçadoras e quanto maior a importância de um lugar, mais de perto e com mais cobiça era vigiado pelos arredores (Lendon, 2001, p. 77). Daí tantos relatos enquadrando Alexandria ao lado de

Roma, talvez como uma espécie de alerta[24]. Chama a atenção também que ao descrever, elogiar e criticar Alexandria os autores escolhem temáticas familiares à própria cidade de Roma. Dentre elas, a questão das festividades são traços que assemelhariam as duas metrópoles. No entanto, tais práticas eram toleradas dentro de Roma, pois por se tratar do centro imperial havia mais mecanismos de controle das tensões, além disso, grande parte das celebrações eram promovidas e presenciadas pelos imperadores. Seriam, portanto, mais uma forma de legitimação do seu poder. Contudo, havia também a percepção de que as multidões aglomeradas podiam desencadear situações de descontrole e de violência, como se observava em Alexandria. Ou seja, Alexandria se torna uma via para criticar as celebrações em Roma e o que elas poderiam desencadear, ao mesmo tempo, em que se torna um guia moral para outras cidades de como agir nos espaços públicos, de modo a evitar as multidões e os comportamentos considerados excessivos por ocasião das aglomerações. Portanto, o cotidiano de espetáculos, principalmente realizados em lugares públicos e espaçosos, era uma realidade a ser combatida.

Nos escritos latinos, a ênfase na ordem é mais nítida, e os vícios alexandrinos eram vistos como sua inversão e sua negação. Já a tradição textual grega, principalmente entre os autores da Segunda Sofistica, embora as narrativas no geral também prezem a ordenação estabelecida por Roma, fazem uso do exemplo de Alexandria para lamentar as novas realidades citadinas amplificadas e multiétnicas, que tendiam a valorizar espetáculos violentos e inconstantes e promoviam comportamentos desmedidos. Ou seja, o excessivo realce na necessidade de um padrão de conduta entre os alexandrinos, um centro que congregava tantos povos e

[24] Claude Nicolet (1999, p. 112) escreveu um artigo com o objetivo de discutir as aproximações entre Alexandria e Roma promovida pelos antigos. Mas esses dados devem ser vistos com cautela, pois se utilizavam de categoriais diferentes para realizar suas medidas. Com a introdução de instrumentos modernos para as medições (principalmente mapas), e através de sua sobreposição, o autor conclui que Alexandria era comparável, mas claramente inferior a Roma em termos de extensão (1999, p. 120).

intensificava os contatos entre mundos, podia também ser uma forma de expressar um descontentamento diante da nova realidade imperial e cosmopolita, que se expressava através de suas maiores cidades. Eram conjunturas que lembravam os gregos do "fracasso" do antigo modo de vida políade e da nova configuração política e cultural em que a helenidade se inseria. Nesse sentido, os escritos que expressam tamanho sobressalto diante do que viam em Alexandria poderia ser também uma forma de rememorar e valorizar realidades helênicas passadas e mais controladas, além de uma tentativa de reajustá-las nesse mundo em crescimento.

Referências

Fontes primárias

ACHILLES TATIUS. *Leucippe and Clitophon*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1969. (The Loeb Classical Library)

ATHENAEUS. *The Learned Banqueters*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2007-2012. (The Loeb Classical Library)

CICERO. *Pro Rabirio Postumo*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1953. (The Loeb Classical Library)

DIO CASSIUS. *Roman History*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1954-1961. (The Loeb Classical Library)

DIO CHRYSOSTOM. *Discourses*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1932-1951. (The Loeb Classical Library)

HERODIAN. *History of the Empire*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1969-1970. (The Loeb Classical Library)

HORACE. *Odes and Epodes*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2004. (The Loeb Classical Library)

JOSEPHUS. *Jewish Antiquities*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1930-1965. (The Loeb Classical Library)

_____. *The Jewish War*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1927-1928. (The Loeb Classical Library)

LUCAN. *The Civil War (Pharsalia)*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1928. (The Loeb Classical Library)

OVID. *Tristia. Ex Ponto*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1924. (The Loeb Classical Library)

PHILO. *On the Embassy to Gaius*. London: Harvard University Press, 1962. (The Loeb Classical Library)

_____. *Against Flaccus*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1941. (The Loeb Classical Library)

_____. *On Special Laws*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1937-1939. (The Loeb Classical Library)

_____. *On Flight and Finding and On Dreams*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1934. (The Loeb Classical Library)

_____. *On Drunkenness. On Husbandry*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1930. (The Loeb Classical Library)

_____. *On the Cherubim. The Sacrifices of Abel and Cain*. London: Harvard University Press, 1929. (The Loeb Classical Library)

PHILOSTRATUS. *Life of Apollonius of Tyana*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005-2006. (The Loeb Classical Library)

THEOCRITUS. *Greek Bucolic Poets*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1977. (The Loeb Classical Library)

STRABO. *Geography*. London: Harvard University Press, 1960. (The Loeb Classical Library)

SUETONIUS. *Lives of the Caesars*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1997-2001. (The Loeb Classical Library)

Bibliografia crítica

ALSTON, Richard. Violence and social control in Roman Egypt. *Proceedings of the 20th International Congress of Papyrologists*. Copenhague, p. 165-176, 1994.

BAGNALL, Roger S.; RATHBONE, Dominic. *Egypt from Alexander to the Early Christians: An Archaeological and Historical Guide*. Los Angeles: Getty Publications, 2004.

BARCLAY, John. *Jews in the Mediterranean Diaspora: From Alexander to Trajan (323 BCE – 117 CE)*. Berkeley / Los Angeles/ London: University of California Press, 1996.

BARRY, William D. *Faces of the Crowd: Popular Society and Politics of Roman Alexandria., 30 B.C. - A.D. 215*. Tese de Doutorado - University of Michigan, 1988.

BERNAND, André. *Alexandrie la Grande*. Paris: Haccette Littérature, 1966.

BILDE, Per. Philo as a Polemist and a Political Apologist. An Investigation of his Two Historical Treatises Against Flaccus and The Embassy to Gaius. In: HINGE, George; KRASILNIKOFF, Jens A. (Eds.). *Alexandria. A Cultural and Religious Melting Pot*. Aarhus: Aarhus University Press, 2009, p. 97-114.

BOWMAN, Alan. Egypt after the Pharaos 332 B.C. -A.D.642. California: University of California Press, 1986.

BOWMAN, Alan K.; RATHBONE, Dominic. Cities and Administration in Roman Egypt. *The Journal of Roman Studies*, v. 82, p. 107-127, 1992.

CHAUVEAU, Michel. *Egypt in the Age of Cleopatra*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2000.

CLÍMACO, Joana Campos. *A Alexandria dos antigos: entre a polêmica e o encantamento*. Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo- USP, 2013.

COLLINS, John. *Between Athens and Jerusalem: Jewish Identity in the Hellenistic Diaspora*. Michigan: Eerdmans, 2000.

_____. Anti-semitism in Antiquity? The Case of Alexandria. In: BAKHOS, Carol (Ed.). *Ancient Judaism in its Hellenistic Context*. Leiden, Boston: Brill, 2005, p. 9-29.

SILVA, Semíramis Corsi. O sábio Apolônio de Tiana na cidade de Alexandria: a visão do sofista grego Filóstrato sobre a capital da província romana do Egito (século III d.C.). *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 3, p. 107-128, 2014. ISSN: 2318-9304.

DUNAND, Françoise. Fête et propagande à Alexandrie sous les lagides. *La Fête, pratique et discours*. (Centre de recherches d'histoire ancienne 42 - Annales littéraires de l'Université de Besançon 262), Paris, p. 13-40, 1981.

FRASER, Peter M. *Ptolomaic Alexandria*. Oxford: Clarendon Press, 1972. 3 v.

GOUKOWSKY, Paul. The Pomp of the Ptolemies. In: JACOB, Christian; POLIGNAC, François de. (Eds.). *Alexandria, third century BC. The Knowledge of the World in a Single City*. Alexandria: Hapocrates Publishing, 2000, p. 135-147.

HAAS, Christopher. *Alexandria in Late Antiquity: Topography and Social Conflict (Ancient Society and History)*. Baltimore/ London: The Johns Hopkins University Press, 1997.

HARKER, Andrew A. *Loyalty and Dissidence in Roman Egypt: the case of the Acta Alexandrinorum*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HINGE, George. Language and Race: Theocritus and the Koine Identity of Ptolemaic Egypt. In: HINGE, George; KRASILNIKOFF, Jens A. (Eds.). *Alexandria: a cultural and religious melting pot*. Aarhus: Aarhus University Press, 2009, p. 66-79.

KAHIL, Lilly. Cults in Hellenistic Alexandria. In: *Alexandrina and Alexandrinism: Papers Delivered at a Symposium Organized by the J. Paul Getty Museum and The Getty Center for the History of Art and Humanities and Held at the Museum* April 22-25, 1993, p. 75-84.

GODDIO, Frank; BERNAND, André. *Sunken Egypt: Alexandria*. London: Periplus Publishing, 2004.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Império romano e identidade grega. FUNARI, Pedro Paulo e SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (Orgs). *Política e identidades no mundo antigo*. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2009, p. 147- 161.

_____. *História Antiga*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

HAAS, Christopher. *Alexandria in Late Antiquity: Topography and Social Conflict* (Ancient Society and History). Baltimore/ London: The Johns Hopkins University Press, 1997.

JONES, C. P. *The Roman World of Dio Chrysostom*. Cambridge/ Massachussets/ London: Harvard University Press, 1978.

JONES, C.P. The Date of Dio of Prusa's Alexandrian Oration. *Historia: Zeitschrift fur Alte Geschichte*, v. 22, n. 2, p. 302-309, 1973.

LENDON, J. *The Empire of Honour: the Art of Government in the Roman world*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MCKENZIE, Judith. *The Architecture of Alexandria and Egypt: 300 B.C. to A.D. 700*. London: Prestel, 2008.

MCLAUGHLIN, Raoul. *Roma e o Oriente Distante. Rotas comerciais para as terras antigas da Arábia, Índia e China*. São Paulo: Rosari, 2012.

MELEZE-MODRZEJEWSKI, J. *The Jews of Egypt: from Rameses II to Emperor Hadrian*. Princeton and New Jersey: Princeton University Press, 1995.

MILNE, Grafton. *A History of Egypt under Roman Rule*. London: Methuen & Co., 1924.

MUSURILLO, Herbert. *Acts of the Pagan Martyrs*. New York: Oxford University Press, 1954.

NICOLET, Claude. Alexandrie et Rome: Peut-on Comparer? In: LECLANT, Jean (ed.). *Alexandrie: une mégapole cosmopolite*. Actes du 9ème colloque de la Villa Kérylos à Beaulieu-sur-Mer, les 2 & 3 octobre 1998. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 1999, p. 113-127.

REINHOLD, M. *Roman attitudes towards Egyptians*. Ancient World, v. 3, p. 97-103, 1980.

SCHWARTZ, Jacques. Caracalla et les troubles d'Alexandrie. *Études de papyrologie*, v. 7, p. 17-33, 1948.

SIDEBOTTOM, Harry. The date of Dio of Prussa's Rhodian and Alexandrian Orations. *Historia: Zeitschrift fur Alte Geschichte*, v. 41, n. 4, p. 407-419, 1992.

SLY, D. Philo's Alexandria. Routledge: London, 1996.

STEPHENS, Susan. *Seeing Double: Intercultural Poetics in Ptolemaic Alexandria*. Berkeley/ Los Angeles/ London: University of California Press, 2003.

THOMPSON, Dorothy. Athenaeus in his Egyptian Context. In: BRAUND, D.; PRICE, M.J. (eds.). *Athenaeus and his World: Reading Greek Culture in the Roman Empire*. Exeter, 2000, p. 77-84.

TRAPP, M. B. Images of Alexandria in the writings of the Second Sophistic. In: HIRST, Anthony; SILK, Michael (eds). *Alexandria, Real and Imagined*. Aldershot: Ashgate Publishing Ltd., 2004, p. 113-132.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WALKER, Susan. Carry-on at Canopus: The Nilotic Mosaic from Palestrina and Roman Attitudes. In: *Ancient Perspectives on Egypt: Encounters with Ancient Egypt*. London: University College London Press- Institute of Archaeology, 2003, p. 191-202.

YOUNG, Gary. *Rome's Eastern Trade. International Commerce and Imperial Policy, 31 BC-AD 305*. London: Routledge, 2001.

10

Apropriações do Passado Romano na Retórica de Plínio, o Velho, Sobre o Império do Século I D.C.: as Procissões Triunfais na *Naturalis Historia*

Ivana Lopes Teixeira [1]

Em sua obra *Naturalis Historia*,[2] escrita entre 49 e 77 d.C., Plínio, o Velho (23-79 d.C.), descreveu aspectos da cultura imperial do século I d.C. associados a aspectos culturais do período republicano romano e mesmo do período monárquico. Nesse texto, procuramos introduzir uma análise dos usos e apropriações intelectuais do passado romano por Plínio, o Velho, na *História Natural*, particularmente, a descrição e a crítica aos triunfos republicanos na construção de um discurso histórico sobre o Império Romano no século I d.C.

Plínio, o Velho,[3] foi um aristocrata e intelectual da ordem dos equestres, que pertenceu ao círculo de poder flaviano e que dedicou

---

[1] Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo; mestre em Arqueologia Clássica pelo MAE/USP; pesquisadora do LEIR-MA/USP; professora da FASB.

[2] A *Naturalis Historia* é um texto longo, que se preservou integralmente à exceção de trechos pontuais. Seus 37 livros podem ser divididos em: prefácio, livro 1: índice e fontes, livro 2: cosmologia, livros 3 ao 6: geografia do império romano, livro 7: 'antropologia', livros 8 ao 11: 'zoologia', livros 9 ao 21: 'botânica' e agricultura, livros 22 ao 32: remédios, magia e medicina, livros 33 ao 37: minerais e suas aplicações - moedas, joias, escultura, pintura, cerâmica, arquitetura e engenharia. Esta divisão não reflete a complexidade da obra, mas fornece uma ideia da distribuição dos temas. Na verdade, as referências e temas se entrecruzam no texto e há menção às artes plásticas e à medicina, por exemplo, e às esculturas, os remédios e às curas, em praticamente todos os livros.

[3] Além da *História Natural*, sua última e mais extensa obra em 37 volumes, escrita entre 49 e 77 D.C., a única que chegou até nós, escreveu também: um tratado de cavalaria, uma biografia, uma história das guerras germânicas, um tratado de oratória e outro de gramática, o *Dubius Sermo* e uma continuação da História de Roma de Aufidius Bassus – este um continuador de Tito Lívio - até seu

seu último texto a Tito, filho de Vespasiano, e aos cidadãos romanos. No prefácio da *História Natural*, Plínio afirma a relevância de sua obra para o seu tempo, sua cultura e história. Seu método retórico construiu um discurso de enaltecimento ao Império Romano e, sobretudo, a administração e governo dos Flávio, ao mesmo tempo em que retomou ideais políticos republicanos. Plínio, como funcionário e intelectual ativo do governo de Vespasiano (69-79), participou de um amplo movimento que envolveu outros intelectuais e políticos em torno da casa dos césares flavianos. Segundo Gowing (2005, p. 104-105), a cultura Flávia capitalizou o passado republicano e o período augusteano, como ideais políticos, culturais e artísticos a serem emulados. Autores do círculo político e intelectual imperial como Estácio, V. Flaco, S. Itálico, Marcial e, também, Plínio, o Velho, associaram seus trabalhos a restauração da ideia de *res publica*, *mos maiorum* e *auctoritas*, além do governo de Augusto como modelo de Príncipe e de administração pública. Segundo o círculo flaviano, nas suas descrições da ascensão e governo dos Flávio, Augusto fez e Vespasiano refez, emulando-o para melhor (Myers, 2008, p. 449-452).

Na sua retórica sobre o valor e a identidade de Roma, dos romanos e da cultura latina - sua *humanitas* e *romanitas* - diante dos povos dominados; da *auctoritas* de Vespasiano diante dos imperadores predecessores; do valor do Império diante da República; da *auctoritas* dos maiores diante dos menores, Plínio buscou persuadir sua audiência por meio de inúmeros exemplos históricos que sustentassem sua argumentação. Dentre esses exemplos se destaca a descrição e comparação dos triunfos republicanos aos imperiais. Nesse sentido, Wiedemann (1996, p. 94) afirmou que:

próprio tempo, isto é, a época flaviana. Textos estes se perderam, mas que foram incorporados por intelectuais romanos posteriores como Suetônio, Tácito, Dion Cassio, entre outros. Segundo Plínio, o Jovem (Epístola 3), sua obra totalizaria sete livros, distribuídos em cento e dois volumes.

> There were of course lots of Roman citizens, and they had lots of different values and experiences. What we have to look for in a search for "Roman identities" are values experienced in different ways, that had different meanings to different groups [...]. The same values may be interpreted in a different sense; what matters that the symbols associated with them can be widely acclaimed by different groups in the society. The Roman triumph is perhaps the most obvious example of a ritual integrating the whole Roman community around conquest, military victory, as the highest achievement of both an individual Roman, and the Roman community as a whole. Its supreme importance can be seen from the way in which its award was restricted during the middle republic [...].

O trinfo romano, portanto, foi um ritual, simultaneamente, religioso e político de integração do indivíduo e da comunidade romana, em torno da conquista ou vitória militar.

Segundo Bringmann (1994), há uma relação intrínseca entre as procissões triunfais, o culto aos deuses e o domínio político dos chefes militares republicanos e, posteriormente, os imperadores vitoriosos na sociedade romana. Assim, o triunfo não foi uma exibição profana das vitórias romanas. Ao contrário, o triunfador, depois de concluir vitoriosamente uma guerra, entrava solenemente no espaço murado da cidade, separado do mundo exterior por uma linha ou fronteira sagrada, o pomério, com o butim, os prisioneiros e seu exército. O triunfador e o exército atravessavam o pomério ao passar pela porta triunfal e esse ato mágico e ritual os purificava das culpas de sangue e da maldição da guerra. O desfile triunfal terminava no Capitólio, onde o triunfador vitorioso oferecia sacrifícios aos deuses no templo, centro político-religioso da comunidade, e cumpria as promessas feitas no momento de partida do exército. O triunfo não significava somente a purificação ritual do exército e o cumprimento das obrigações religiosas e jurídicas contraídas com os deuses, mas devia proteger magicamente o triunfador das ameaças nefastas no seu regresso. Além disso, o chefe militar vitorioso se protegia com amuletos colocados no carro

triunfal e em seu corpo, entre outros meios para afastar o mal. O autor citado afirma que, no carro triunfante, o triunfador, vestido com o traje etrusco dos antigos reis de Roma, era acompanhado por um escravo que lhe dizia para recordar que ele era somente um homem, enquanto os soldados cantavam canções burlescas que o rebaixavam à escala humana; essa festa marcial, da qual participava o povo romano, permitia ao chefe militar vitorioso ostentar e estimular o reconhecimento de suas proezas.

Havia uma eloquência nos festejos triunfais relacionada aos gestos rituais e, também, as imagens produzidas pela teatralidade dos desfiles, que operava como uma retórica espacial.[4] Nesse sentido, Guarinello (2001) afirma que a festividade é uma ação coletiva, em um tempo e espaço especiais, que concentra afetos e emoções em torno daquilo que é celebrado e comemorado, produzindo simbolicamente a unidade dos participantes e sua identidade.

Bringmann (1994) destaca os triunfos de Júlio César, que, em 46 a.C., organizou uma celebração de suas vitórias sobre as Gálias, o Egito, o Ponto e a África durante dez dias, com a distribuição de moedas, azeites e cereais ao povo, além de um banquete público. Suetônio, ao narrar a vida de Júlio César, escreveu sobre seus triunfos:

> O primeiro e o mais belo dos seus triunfos foi, sem dúvida, o das Gálias. Logo vem o de Alexandria. Após, o da Espanha. Todos realizados com pompa e aparato diferentes. No dia em que se efetuava o triunfo das Gálias, ao passar ao longo do Velabro, o eixo do carro em que estava partiu-se, obrigando-o a descer. Subiu ao Capitólio a luz dos archotes que quarenta elefantes, alinhados à direita e à esquerda, carregavam em candelabros. No seu triunfo

[4] Nesse sentido, de acordo com Argan (2005), por cidade não se deve entender apenas um traçado regular dentro de um espaço, uma distribuição ordenada de funções públicas e privadas, um conjunto de edifícios representativos e utilitários. Tanto quanto o espaço arquitetônico, o espaço urbano tem seus interiores: o pórtico da basílica, o pátio e as galerias de palácio público, os ambientes das casas particulares, a decoração do quarto de dormir ou dos salões, até o tipo de roupa e de adornos com que as pessoas andam representam seu papel na dimensão cênica da cidade.

> do Ponto, mandou inscrever nos troféus as três palavras "Vim, vi, venci", que, em vez de caracterizarem, como as outras, apenas as façanhas bélicas, significavam, antes de tudo, a rapidez com que havia encerrado a expedição. [...] Distribuiu ao povo, além de dez alqueires de trigo e outras tantas libras de azeite, trezentos sestércios por cabeça, em cumprimento da promessa antiga, aos quais ajuntou mais cem pela demora. [...] A estes favores foram acrescidos um banquete público e uma distribuição de carne e, após sua vitória na Espanha, duas ceias – pois achando a primeira mesquinha e indigna de seu esplendor, cinco dias mais tarde ofereceu outra mais suntuosa (Suetônio, 2002: 46-47).

De acordo com Zétola (2007), além dos ritos religiosos e de legitimação do poder, as procissões triunfais foram importantes na construção e celebração de uma determinada memória política romana.

> Em Roma, embora tivessem caráter de celebrações religiosas, foram utilizadas por generais e imperadores para monumentalizar suas vitórias e elaborar, em torno de si, uma memória de *gloria* e *honor* que deveria permanecer para a posteridade. Quanto mais visibilidade tivesse, quanto mais faustoso fosse o triunfo, maior seria o *honor* desse general para a memória da sociedade. Os triunfos concediam aos generais, dessa maneira, a ocasião e a linguagem para narrar a história de suas proezas aos seus concidadãos (Zétola, 2007: 35).

MacCormick (1990) afirma que, durante o período republicano, os triunfos caracterizaram-se por sua feição cívico-religiosa. Entretanto, a partir do Império Romano esses passaram a desempenhar um papel político cada vez mais intenso, com novos interlocutores, tendo seu caráter militar acentuado.

A narrativa dos triunfos republicanos e imperiais por Plínio, o Velho, na *Naturalis Historia* foi ambígua e binária. Ora o triunfo é apresentado como *exemplum* de glória e honra e, portanto, enaltecido por tornar romano o que é estrangeiro e afirmar o domínio e o poder de Roma sobre os povos conquistados pela sacralização da vitória; ora é *exemplum* de luxúria e, portanto,

condenado, por oposição ao *mos maiorum*.[5] Esta ambiguidade, primeiro, afirmava o valor da tradição dos triunfos republicanos como cerimônias religiosas e políticas, espetáculos simbólicos de poder; e, em seguida, negava sua configuração e representação como manifestação do poderio militar romano, ao expressar a luxúria e os excessos.

O olhar de Plínio e sua narrativa sobre os costumes romanos, republicanos e imperiais, selecionaram e descreveram um modelo de ordem, disciplina e moral, expresso no triunfo de Vespasiano, em oposição a um modelo desordenado, indisciplinado e imoral, expresso no triunfo republicano. Sua retórica construiu uma analogia entre a República, menor, e o Império, maior, a partir do *exemplum* da História dos costumes romanos no espaço público e privado. Plínio enfatizou em algumas passagens de sua obra que seu tempo, o Principado, era melhor que qualquer outro: "Nós somos homens melhores" (*NH* 36 § 7-8) e "Hoje, somos maiores e melhores" (*NH* 36, § 117).

Essa argumentação se sustentava na própria lógica do triunfo, pois entre as regras para receber o triunfo incluíam-se desde o valor da pessoa do triunfador - alto magistrado, chefe militar da batalha decisiva, ter concluído a guerra e celebrar o triunfo em pessoa - ao tipo de conflito - deveria ter um causa digna e deixar um grande saldo de mortos (Zetola, 2007, p. 38). Ou seja, havia elementos que reduziam o valor da vitória e do triunfo e Plínio seleciona a luxúria e os excessos do consumo e da riqueza dos festejos como elementos que conferem indignidade ao triunfo e ao triunfador:

[5] Entendemos os costumes dos antigos romanos ou *mos maiorum*, como a tradição na observância dos costumes dos antepassados, relacionados ao *labor*, a *fides* e a *paupertas*, segundo Pereira (1989, p. 347-353). Além disso, os ritos religiosos, os augúrios, o calendário cívico e religioso, as festas, a comemoração dos triunfos sobre os inimigos, as práticas sociais quotidianas, os hábitos no vestir, comer, os jogos, entre outras práticas, eram partilhados pelos cidadãos da cidade. Ou seja, formavam os costumes romanos tradicionais. A *romanitas* significa justamente o costume dos romanos (Saraiva, 1993, p. 1044)

> Um elemento revelador dessa transformação do significado dos rituais de triunfos é o entendimento da virtude da *victoria*. No período republicano o dispositivo ideológico dos triunfos estava fundamentado na boa fortuna e enquadrado nas instituições políticas, o que conferia ao general vencedor uma espécie de sacralização temporal, desde que seguidas as regras do triunfo. Porém [...] ao final da República, e mais ainda no Principado, se produz uma mudança significativa, consistente na delegação de qualquer vitória ao Imperador, que não detinha o comando de uma campanha concreta, mas de toda a *Res Publica* por meio do *imperium infinitum*, criando-se a partir desse momento uma nova mística da *victoria* representada por diversas fórmulas iconográficas. (Rodríguez Gervás, 1991, p. 81). [...]
>
> Com esse deslocamento em sua função social, notamos que não eram necessariamente nas ocasiões de grandes vitórias que se celebravam os mais impressionantes triunfos, mas sim nos momentos políticos mais delicados, em que o Imperador mais necessitava legitimar o seu poder (Zétola, 2007, p. 40-41).

Na *Naturalis Historia*, Plínio, o Velho, centrou sua descrição da cultura imperial na cidade de Roma e na Itália, depois nas províncias, apresentando uma espécie de museografia romana, isto é, notas sobre a localização de trabalhos de arte grega em Roma e coleções vindas dos saques às cidades gregas e expostas em galerias, templos e locais públicos. Desde que os despojos de Siracusa (214-212 a.C.) chegaram a Roma - onde a vanglória do saque, ou o fazer romano o que era grego, foi celebrada no espetáculo do triunfo militar, oferecendo a arte grega à admiração dos romanos - suas pinturas, esculturas e outros trabalhos de arte não cessaram de vir como parte das procissões triunfais militares dos generais romanos. Eram expostas em prédios públicos, onde os cônsules republicanos e, posteriormente, os imperadores zelaram pela preservação e disposição destas coleções. Plínio descreveu, como *exemplum*, a preocupação de Vespasiano com o Templo da Paz, construído para receber o saque dos tesouros de Jerusalém, depositados no templo após o triunfo de Tito (79-81 d.C.), além de obras de arte gregas

saqueadas e trazidas a Roma por Nero e, anteriormente, confinadas na *domus aurea* (*NH* 34 § 84).

Ao recordar os lugares em Roma, onde estas estátuas estavam, além de informações sobre a arquitetura, a história e a topografia da cidade, relacionadas à descrição de outros aspectos da cultura imperial, Plínio construiu uma retórica do espaço,[6] que deveria levar a conhecer o poder e a glória da cidade e do povo romano àqueles que o desconheciam, ou seja, a própria cidade teria uma função pedagógica, convidando-os a admiração, a imitação e a adesão a Roma e sua *romanitas* – costumes - e *humanitas* - urbanidade e civilidade.

A retórica pliniana buscou persuadir sua audiência em torno da romanidade, como uma noção de identidade romana, associando a cidade de Roma e o *mos maiorum* com a *auctoritas* do imperador Vespasiano, como o novo Augusto e o novo Rômulo, refundador da cidade. Segundo Plínio, Rômulo e Vespasiano, que emulou o primeiro e foi, portanto, maior e melhor, governaram e administraram para a cidade e os cidadãos, cidade que deveria estar acima de qualquer outra, por sua glória e grandiosidade (*NH* 3 § 66-67). Além disso, conforme Tito Lívio (*Ab Urbe Condita,* I, X § 5-7) Rômulo foi o primeiro triunfador, iniciando a tradição do triunfo e emulado por seus sucessores até Vespasiano.

As descrições de Plínio, o Velho, das procissões triunfais, da luxúria e dos excessos do consumo e da riqueza, da irracionalidade dos comportamentos, aliadas à descrição do fausto e da admiração pelos produtos escultóricos, pictóricos etc., são reveladores da

[6] Segundo Maciel (2009), podemos considerar a paisagem como parte do processo discursivo de ordenamento da imagem do mundo a partir do ambiente próximo, concreto e apreensível pelos sentidos humanos, mediante estruturas mentais correntes no universo sociocultural de cada povo. Essa abordagem cultural pode contemplar a paisagem tanto como uma leitura subjetiva de mundo quanto como uma realidade que tem existência concreta. Assim, pensar o espaço por meio da paisagem permitiria ao sujeito um salto abstrato e não aleatório desde os lugares imediatos da existência até o desconhecido. Esse pensamento metonímico próprio às representações geográficas consistiria em, instigados a expressar a inserção do cotidiano em extensões espaciais mais vastas ou vice-versa, os sujeitos mobilizarem uma razão retórica para comunicar com facilidade aquilo que percebem como mais evidente e importante nas paisagens.

ambiguidade que também existia em suas fontes e que se convertera numa tópica retórica e literária.

Plínio descreveu a cultura imperial, seus costumes e sua materialidade, incluindo o valor financeiro dos produtos e a capacidade imagética e simbólica dos objetos e materiais de operar como portadores de valores morais e sociais. Roupas, sandálias, joias, maquiagem, penteados e cabelos, gastronomia, baixelas, moedas, construções, pinturas, esculturas, templos, espaços de entretenimento, assentos nos teatros e anfiteatros e etc., foram descritos em termos materiais, morais, sociais e político-econômicos, relacionando o Império com a República. Portanto, suas descrições das procissões triunfais narram os gestos, os ritos, objetos e os lugares e sua importância simbólica na cultura imperial. Além disso, expressam crenças, valores e imagens políticas e religiosas presentes nas fontes literárias de Plínio e na própria sociedade romana.

De acordo com Geertz (2008, p. 184-188), a partir de Shils (1965, 1964, p. 1961), os governantes e deuses têm certas propriedades em comum que se encontram e se expressam nos ritos e imagens do poder. Assim, no centro político de qualquer sociedade complexamente organizada, há uma elite e um conjunto de formas simbólicas que expressam o fato de que essa elite governa: estórias, cerimônias, insígnias, formalidades e pertences que herdaram ou inventaram. Símbolos que dão ao centro a marca de centro e ao que nele acontece uma aura de importância e de sustentação da existência da periferia: formas cerimoniais, onde os reis tomam posse simbólica de seu domínio ou os cortejos reais identificam o centro da sociedade e confirmam sua conexão com o transcendente ao demarcar um território com sinais de dominação.

As procissões triunfais em Roma, derivadas da tradição das paradas etruscas, estiveram intimamente ligadas à ascensão de uma elite definida na disputa de poder entre patrícios e plebeus na Roma republicana a partir dos séculos V e IV a.C. e eram inseparáveis da religião. Conforme Flower, a partir da expansão territorial e das

guerras de conquista que implicavam o encontro dos romanos com os *Outros*, esses espetáculos e performances públicas procuravam mediar e expressar tensões entre tradição e mudança na sociedade romana e reforçar laços de identidade entre os indivíduos e a comunidade. Se a cultura romana foi fundamentalmente uma cultura visual, isto é, ver e ser visto em ocasiões especiais ou na vida cotidiana, muitas ações eram essencialmente teatrais ou repetidas no sentido de reforçar os costumes romanos por meio do poder do exemplo e das relações entre o indivíduo e as tradições estabelecidas. Essa cultura do espetáculo expressava valores da elite política, mas comunicava, celebrava e afirmava também valores, objetivos comuns e instituições políticas comuns (Flower, 2007, p. 322-323). Portanto, organizar banquetes, jogos e procissões triunfais constituía parte essencial de bem governar e as mudanças políticas em Roma, a transição da Monarquia para a República e desta para o Império, não suprimiram a cultura do espetáculo, embora tenham modificado as funções e características das performances públicas.

As procissões triunfais, segundo Beard (2002, p. 23-33), durante o período republicano, convertiam as ruas da cidade de Roma num teatro para a performance dos triunfadores, que em última instância representavam a própria cidade e o povo romano, agraciada e agradecida aos deuses pelas vitórias sobre seus inimigos, cujos despojos eram depositados no templo de Júpiter Capitolino. No período imperial, as mudanças na forma do governo e da administração pública implicaram mudanças na representação e performance pública e privada, que aparecem nas fontes literárias do período. Plínio, o Velho, questionou a legitimidade de determinados triunfos, ao enfatizar os aspectos religiosos e políticos do triunfo como afirmação da romanidade e do *mos maiorum* e criticar a associação do triunfo com a luxúria e os excesso do consumo e da riqueza, além do desregramento dos costumes e da tradição.

No livro 33 da *Naturalis Historia*, Plínio, ao descrever o uso dos anéis no período monárquico (*NH* 33 § 9-10) e na República,

afirmou que estes eram concedidos oficialmente aos embaixadores e que os generais romanos, mesmo nos triunfos, não usavam anéis, pois este não era um costume romano. Aos poucos sua posse e uso adquiriram um valor militar e depois foram oferecidos às mulheres, quando noivas ou casadas (*NH* 33 § 11-12). Plínio também descreveu os diversos modos de se fazer e usar anéis em Roma, agregando ao metal gemas preciosas que os converteram em objetos de luxúria (*NH* 33 § 22). Plínio descreveu a abundância de dinheiro em Roma sob o consulado de S. Póstumo e Q. Márcio, que custeou jogos (*NH* 33 § 138) e mesmo o uso de dinheiro público nos funerais de Agripa, além da grande quantidade de vasilhames, objetos e enfeites feitos de prata (*NH* 33 § 140). Plínio descreveu a procissão triunfal de Africano após a conquista de Cartago e a imensa quantidade de prata que veio para Roma (*NH* 33 § 141), além de outras procissões triunfais com apresentações extravagantes de riquezas em prata (*NH* 33 § 141-144). Plínio também descreveu os usos abusivos dos vasilhames de prata, extravagância expiada, segundo ele, pela guerra civil de Sula. Afirmou que os anais da História enrubesceriam diante dos vícios responsáveis pela guerra civil, e que sua geração era melhor (*NH* 33§ 143). Plínio afirmou que a conquista da Ásia Menor e da Síria introduziu a luxúria em Roma, a partir do triunfo de L. Cipião em 189 a.C.; e que receber Pérgamo como um presente, deixado a Roma por Átalo III, foi pior para a moral romana do que ganhá-la em uma guerra, pois isto foi ocasião para o fim de qualquer escrúpulo frente à opulência estrangeira, que passou a ser cobiçada mais que admirada (*NH* 33 § 149). Também afirmou que a conquista da Acaia e a destruição de Corinto, por Múmio em 146 a.C., introduziram as estátuas e pinturas dos vencidos em Roma (*NH* 33 § 149-150); e que, antes disto, a luxúria veio com a queda de Cartago, que deu aos romanos o gosto pelos vícios e uma oportunidade para a autoindulgência, e que mesmo C. Mário, um agricultor que se tornou general, após sua vitória sobre os cimbros, em 101 a.C., bebeu imitando Baco (*NH* 33 § 150). Plínio destacou o triunfo de Pompeu em 61 a.C., com estátuas e outros artefatos de

prata e a luxúria das mulheres de certos cidadãos e de jovens em torno da prata, do ouro e mesmo do marfim, motivo de vergonha para os romanos (*NH* 33 § 151-153).

A dissolução dos costumes, a luxúria e a cobiça que vem com ouro são atribuídas aos estrangeiros e aos romanos que se deixaram corromper por eles. A procissão triunfal trazia riquezas para Roma, mas também era uma via para a luxúria. O rito triunfal sacralizava e dignificava os bens saqueados, que se tornavam bens públicos, do templo e da cidade e representava a glória da vitória guerreira sobre os inimigos e, por analogia, a glória de Roma e do povo romano.

No livro 34 da *Naturalis Historia*, Plínio descreveu o uso do bronze no triunfo de G. Otávio (169-167 a.C.), em detalhes arquitetônicos por Camilo (391 a.C.) e M. Agripa (27 a.C.) e em detalhes de móveis e artefatos domésticos e na estatuária de deuses (*NH* 34 § 13-14). Segundo Plínio, o costume da estatuária equestre era grego, próprio de contextos sagrados e figurando vencedores de corridas, mas se tornou popular em Roma, sobretudo, com estatuária de bigas e quadrigas nas procissões triunfais (*NH* 34 § 19). As imagens de deuses na Itália, dedicadas em santuários, eram de madeira ou terracota até a conquista da Ásia (189 a.C.), que introduziu a estatuária em metal ou bronze e, segundo Plínio, a luxúria (*NH* 34 § 33-35). Plínio descreveu como exemplos da introdução desta opulência: M. Escauro (58 a.C.), que quando edil dispôs três mil estátuas num só teatro temporário; Múmio, que abarrotou a cidade de estátuas, após a conquista da Acaia; os irmãos Lúculus, cônsules em 74 e 73 a.C. que importaram muitas delas, e Muciano, cônsul em 52, 70 e 75 a.C. que registrou a existência de três mil estátuas em Rodes e um número similar em Atenas, Olímpia e Delfos, sendo impossível enumerar tantos trabalhos (*NH* 34 § 36-37).

No livro 35 da *Naturalis Historia*, Plínio descreveu a pintura de retratos, capaz de *'maxime símiles'*, que foi abandonada e substituída por uma estatuária impessoal, cujas figuras não apresentavam grande diferença entre si. As cabeças de estátuas eram trocadas por outras aleatoriamente e imagens de estrangeiros

misturavam-se com as imagens de família. Os retratos foram abandonados e o legado das famílias tornou-se somente dinheiro, não mais elas mesmas. Ou seja, o rito de respeito aos ancestrais ou aos mortos foi esquecido. Aquilo que conferia honra e dignidade, portanto, foi abandonado e houve uma perda de referências morais e sociais, cuja base era a galeria de retratos de família. Quando se preservava a tradição dos retratos pintados, mesmo quando a casa era vendida, esta celebrava eternamente o triunfo da família, mesmo que seus mestres não fossem os mesmos. Além disso, atuava como uma censura à usurpação de triunfos alheios como sendo próprios (*NH* 35 § 4-7).[7]

> A pintura de retratos, que perpetuava através dos tempos retratos realistas, não tem mais valor. Ergueram-se escudos de bronze com figuras de prata, onde não se distingue com clareza os traços individuais, substituindo-se as cabeças das estátuas por outras, e espalham-se há tempos versos sarcásticos sobre isto. Todos preferem que se olhe o material usado que ser reconhecido por retratos de si mesmo. Enquanto isto cobrem-se as galerias de quadros antigos e cultuam-se retratos de estrangeiros, e as pessoas pensam que para a própria glória conta somente o preço das obras, que um herdeiro fará em pedaços ou que o laço de um ladrão dará sumiço. É por isto que por não serem retratos vivos de ninguém, deixam para a posteridade retratos de seu dinheiro, não de si mesmos. Estas mesmas pessoas decoram com retratos de atletas suas palestras e salas de exercício, dispõem imagens de Epicuro nos quartos e circulam com elas. No aniversário dele fazem sacrifícios e, a cada mês, guardam, no vigésimo dia da lua, o feriado que chamam içadas, exatamente estes que não desejam ser conhecidos nem em vida. Isto é como as coisas são: a preguiça pôs a perder as artes, e já que faltam retratos das almas, negligenciam os corpos. Outras eram as coisas que se tinham para ver nos átrios de nossos ancestrais, não estátuas de artífices estrangeiros, nem bronzes, nem mármores, mas fisionomias, impressas em cera, dispostas em nichos individuais para fornecer retratos que seriam

[7] Há uma seleção e tradução desse mesmo trecho do livro 35 da *Naturalis Historia* de Antonio da Silveira Mendonça, publicada em português, além da edição *Les Belles Lettres*, que foi utilizado para o cotejo de nossa tradução, feita a partir da edição da *The Loeb Classical Library*, 1938-1963.

> carregados nos cortejos dos funerais gentílicos, e sempre que morria alguém, compareciam todos que um dia tinham sido daquela família. A genealogia da família descia até os retratos pintados. As salas e os arquivos estavam cheias de registros e memórias das magistraturas. Do lado de fora e em volta da porta de entrada, ficavam outros retratos de espíritos eminentes, junto aos quais se fixavam os despojos dos inimigos, não sendo permitido a compradores arrancá-los, e exibiam permanentemente seus triunfos, ainda que se mudassem os proprietários da casa. Este era um poderoso estímulo, pois as paredes censuravam a usurpação do triunfo alheio por outro proprietário (PLÍNIO, O VELHO, *NH* 35 § 4-7).[8]

A entrada de pinturas estrangeiras em Roma iniciou-se com Múmio em 146 a.C., após a destruição de Corinto, que ofereceu uma pintura de Baco por Aristides ao santuário de Ceres. Segundo Plínio, esta foi a primeira pintura estrangeira que se tornou propriedade do Estado Romano. Posteriormente, outras foram oferecidas mesmo no Fórum (*NH* 35 § 24-25). J. César foi o primeiro a dar importância pública à pintura, dedicando pinturas ao templo da *Venus Genetrix*. Agripa, conforme Plínio, um homem mais rústico que refinado, foi o segundo. Segundo Plínio, preservara-se um discurso de Agripa, 'sublime e digno do máximo dos cidadãos', sobre a questão de tornar

[8] Imaginum quidem pictura, qua maxime símiles in aevum propagabantur figurae, in totum exolevit. Aerei ponuntur clipei argentea facie, surdo figurarum discrimine; statuarum capita permutantur, volgatis iam pridem salibus etiam carminum. Adeo materiam conspici malunt omnes quam se nosci, et inter haec pinacothecas veteribus tabulis consuunt alienasque effigies colunt, ipsi honorem non nisi in pretio ducentes, ut frangat heres forasque detrahat laqueo. Itaque nullius effigie vivente imagines pecuniae, non suas, reliquuunt, iidem palestrae athletarum imaginibus et ceromata sua exornant, Epicuri voltus per cubicula gestant ac circumferunt secum. Natali eius sacrificant, feriasque omni mense vicesima luna custodiunt, quas içadas vocant, ii máxime, que se ne viventes, quidem nosci volunt. Ita est profecto; artes desídia perdidit, et quoniam animorum imagines non sunt, negleguntur etiam corporum. Aliter apud maiores in atriis haec erant, quae spectarentur, non signa externorum artificum nec aera aut marmora; expressi cera vultus singulis disponebantur armariis, ut essent imagines, quae comitarentur gentilicia funera, semperque defuncto aliquo totus aderat familiae eius umquam fuerat populus. Stemmata vero lineis discurrebant ad imagines pictas. Tabulina codicibus implebantur et monimentis rerum in magistratu gestarum. Aliae foris et circa limina animorum ingentium imagines erant adfixis hostium spoliis, quae nec emptori refigere liceret triumphabantque etiam dominis mutatis aeternae domus. Erat haec stimulatio ingens, exprobrantibus tectis cotidie inbellem dominum intrare in alienam imaginem. (PLINII SECUNDI, *NH* 35 § 4-7)

todas as pinturas e estátuas propriedades do Estado, procedimento preferível a bani-las para as vilas (*NH* 35 § 26). Essas considerações de Plínio nos permitem compreender seu elogio à apropriação das obras artísticas da *Domus Aurea* por Vespasiano, para dispô-las no Templo da Paz e da Concórdia para o povo da cidade de Roma, e ao *ethos* de Agripa, 'sublime e digno do máximo dos cidadãos', ao defender a disposição pública das pinturas e esculturas nos tesouros da cidade, os templos.

Para Plínio, pintores e, por analogia, os mestres em suas artes (escultores, arquitetos, políticos, oradores, etc.) eram, ou deveriam ser, patrimônio público da cidade, do povo e da comunidade. Plínio destacou a primazia do espaço público sobre o privado, da importância do Estado na condução dos programas artísticos e mesmo do valor material e moral das artes. A posse privada e o exibicionismo público constituíam um crime contra os cidadãos e o erário público e Plínio criticou acidamente a ausência de uma legislação efetiva contra os abusos. Descreveu a obra de Fâmulo, que 'sempre usou a toga, mesmo entre cavaletes de pintura', cujos trabalhos ficavam 'confinados' na *Domus Aurea*, como aprisionadas, reforçando o argumento de que o lugar da arte era a cidade, no templo e demais edifícios públicos. Isso permite perceber em Plínio, o Velho, que cidade de Roma foi sua principal referência de romanidade, além de uma concepção de governo e uma ideia de administração pública, em que governar a cidade e o Império Romano era uma arte que demandava *auctoritas, honor* e *dignitas*.

Plínio citou C. Pino e A. Prisco, que pintaram os templos da Honra e da Virtude na restauração encomendada por Vespasiano (*NH* 35 § 120), comparando os governos de Nero e Vespasiano. Sua retórica buscou persuadir sua audiência da validade de seus argumentos, enquanto um imperador era 'menor e pior', o outro era 'maior e melhor'.

A pintura foi um elemento cultural romano fundamental em Plínio, o Velho, que destacou a importância das pinturas triunfais, com imagens detalhadas das campanhas militares, que eram

carregadas durante os desfiles e depositadas no templo. Segundo as fontes literárias, as pinturas eram exibidas nas grandes procissões reais da época helenística. A origem dos usos romanos das pinturas triunfais deriva daquele contexto. Mas os romanos desenvolveram um gênero pictórico próprio e de notável importância para a constituição de esquemas iconográficos narrativos.

Sobre a pintura em Roma, Bandinelli e Torelli (2000, p. 86-88) destacaram que ela se difundiu pela área médio-itálica, como atestam as pinturas das tumbas etruscas, campânicas e apulienses desde o final do séc. VII a.C. Teve testemunhos em Roma, segundo as fontes literárias, desde o séc. V a.C. Segundo Plínio, o Velho (*NH* 35, 154), Damófilo e Gorgaso, italiota e siciliota, decoraram o templo de Ceres, fundado por Espúrio Cássio, segundo Dionísio de Halicarnasso (*Antiguidades Romanas*, 6: 17 e 94) em 493 a.C.. Para estas manifestações artísticas, Roma se servia de artífices de procedência diversa. A cidade não teve uma escola pictórica com características próprias e uma problemática artística particular, como foi o caso de Sicião, Corinto ou Atenas, nem sequer desenvolveu uma via artística subordinada como Tarquínia ou Pesto. Segundo as fontes, a pintura tinha finalidades práticas, ornamentais e, principalmente, de celebração. Há menção a um pintor, Fábio Pictor, e nenhum escultor, pertencente a uma família patrícia do final do séc. IV a.C. e que teria participado da pintura do templo de *Salus*, no Quirinal, dedicada em 304 a.C. Supõe-se que suas pinturas teriam conteúdo narrativo e histórico e que a pintura de uma tumba do Esquilino[9] possa ser uma derivação dessas. A

[9] Um importante fragmento pictórico de uma tumba do Esquilino, que depois de uma recente restauração tornou suas inscrições mais legíveis, assim como a identificação dos personagens, datada de começos do séc. III, com possível derivação de um modelo do séc. IV, permite deduzir que o caráter das primeiras pinturas triunfais devia ser essencialmente descritivo e apegado às fórmulas comuns à manifestação artística popular e de celebração: a distribuição dos episódios em registros distintos, a inobservância das regras da perspectiva e das proporções naturalistas destacando os protagonistas em maiores dimensões, assim como a repetição do mesmo personagem em vários episódios sucessivos, sem interrupção da continuidade da composição ou representação contínua. O túmulo foi atribuído a um alto representante da *gens* Fábia e o fragmento pictórico é o mais antigo exemplo da tradição comemorativa e narrativa contínua na arte: uma convenção pictórica em que os mesmos caracteres retornam muitas vezes na mesma cena. Esta convenção é derivada da tradição da pintura triunfal,

tumba *François de Vulci* (Roma, Vila Albana) com pinturas de cenas de combate entre personagens romanos e etruscos, datadas de alguns decênios antes, permite-nos fazer alguma ideia de como eram essas pinturas históricas. Assim como relevos em Amiterno de arte plebeia com banquetes, da época da república tardia ou de princípios do império, conservam esquemas iconográficos de uma pintura de celebração do banquete dos escravos voluntários de guerra, aos quais o procônsul Tibério S. Graco havia outorgado a liberdade como prêmio, em 241 a.C. (na segunda guerra púnica). Segundo Lívio (XXIV, 16, 19), tal pintura foi depositada no templo da deusa *Libertas* no Aventino. A partir do séc. III, as fontes literárias documentam as pinturas triunfais que eram carregadas nos desfiles dos triunfadores exibindo a narração dos episódios mais importantes da campanha militar vitoriosa e dos aspectos das cidades conquistadas. Flávio Josefo (*Bel. Iud.* VII, 143) narra detalhadamente as pinturas levadas no triunfo de Vespasiano e Tito.

Mantegna, com base nessas narrações, as imaginou para seu *Triunfo de César*, pintados entre 1485 e 1501, conservado em Hampton Court, Londres. Conforme Bandinelli e Torreli (2000, p.

---

nomeadamente de painéis que acompanhavam o triunfo dos generais vitoriosos usados para descrever os estágios das campanhas militares ao longo do tempo. O fragmento, preservado no *Museo della Centrale Montemartini* permite ler, mesmo que parcialmente, quatro registros. O primeiro não é facilmente interpretável, são apenas as pernas de um personagem que é retratado no ato de lutar. O segundo registro, começando da esquerda, tem ameias, representadas por um bloco retangular de cor marrom ou paredes, que defendem os civis desarmados e a cidade, onde há o encontro entre um personagem usando um *subligatum* (uma tira de pano amarrado ao redor da bacia) e um personagem que usa a típica toga romana no período republicano. A primeira figura está quase completamente nua, representa talvez um líder militar, e traz uma proteção dourada (peça de armadura) que protege as canelas. A segunda figura é certamente um romano. No terceiro registro, a cena é essencialmente idêntica: novamente no centro existem os dois personagens que se encontram, mas desta vez o segundo personagem, romano, retribui o gesto da mão. O último registro não é muito legível, provavelmente, uma cena do cerco e luta. As inscrições que testemunham o nome dos personagens representados são lidas com alguma dificuldade. Este é o caso de M.FAN [...] e o outro Q. FABIUS. De acordo com a hipótese tradicional, o protagonista seria Q. Fábio, vencedor na segunda guerra samnita em 298 a. C.. O afresco representa a subjugação de um povo ao outro. Q. Fabio recebe a lança como maior prêmio, oferecida por M. 'Fannius', que tem um capacete com penas, ou seja, um elmo samnita (ALLE ORIGINI DELLA RAPPRESENTAZIONE CELEBRATIVA ROMANA: IL SEPOLCRO DI QUINTO FABIO. Disponível em: < https://www.romafu.it/alle-origini-dellarte-celebrativa-romana-il-sepolcro-di-quinto-fabio/>. Acesso em 10 fev. 2019.

86-88), as informações sobre as pinturas triunfais se iniciam antes disso, com as descrições do triunfo de Marco Valério Messala, depois da batalha de Messina contra os cartagineses, em 264 a.C. (Plínio, o Velho, *NH* 35; Apiano, Punic., VIII, 66). Prosseguem com Cipião, o Africano, depois de Zama, em 203 a.C.; Cipião, o Asiático, em 188 a.C.; Semprônio Graco, após a conquista da Sardenha, em 174 a.C. (Plínio, o Velho, *NH* 35.; Lívio, LXI, 33); Paulo Emílio, depois da conquista da Macedônia, em 168 a.C.; o pretor Lúcio Hostílio Mancino, que se vangloriava de ter sido o primeiro a entrar em Cartago e se servia das pinturas com as fases de assédio, expostas no fórum, para sua propaganda eleitoral em 146 a.C. (Plínio o Velho, NH 35 § 23). Também, Sétimo Severo e Maximino, o trácio, depois de sua vitória sobre os germanos, em 235 d.C., enviaram ao Senado pinturas que mostravam o desenvolvimento da campanha e que foram expostas na fachada da Cúria: '*ut facta eius pictura loquetur' [de modo que sua imagem (sua pintura) falará]* (Scrip. Hist. Aug., Max. Duo, 12, 10).

A pintura triunfal, possivelmente, influenciou a composição de relevos históricos como aqueles que mais tarde decoraram a Coluna de Trajano, a Coluna Antonina e o Arco de Sétimo Severo (Bandinelli; Torelli; 2000: 86-88).

No livro 36 da *Naturalis Historia*, Plínio narrou que a exploração desordenada da Natureza representava a deturpação do *mos maiorum* e o apego ao excesso de riquezas, ao dinheiro e a luxúria deveria ser motivo de vergonha. Citou, como *exemplum*, M. Escauro, que trouxe a Roma trezentas e sessenta colunas importadas ou saqueadas em 58 a.C., para montar um teatro improvisado para os prazeres oficiais da comunidade, que deveria funcionar por apenas um mês. Plínio, ao questionar esse comportamento extravagante, escreveu: "Que caminhos são melhores para os vícios que os oficiais?" (*NH* 36 § 4-6). Plínio afirmou que a legislação era omissa quanto à importação e ao saque do mármore e, sobretudo, quanto ao seu desvio para uso nas *domus* privadas, em vez de ser utilizado nos espaços públicos, superando a

decoração cerâmica tradicional dos frontões dos templos. Conforme Plínio, a moral perdera a batalha e seria preferível não ter leis do que ter leis que não fossem aplicadas. Para o autor, esses eventos passados, do período republicano, demonstravam que seu tempo, o Principado, sobretudo, o governo dos Flávio, era superior: "nós somos homens melhores" (*NH* 36 § 7-8).

No livro 37 da *Naturalis Historia*, Plínio descreveu as gemas ou pedras preciosas e semipreciosas como os bens mais cobiçados na exibição pública da riqueza. Descreveu seu uso no triunfo de Pompeu (*NH* 37 § 13-17) como uma extravagância tão grandiosa, que desculparia aquelas de Calígula e Nero.

> Entretanto, ele tornou mais fácil para nós desculpar a conduta do Imperador Calígula, quando, aparte de outros acessórios efeminados, ele usou chinelos bordados com pérolas, ou que o Imperador Nero, tinha cetros, máscaras e coches adornados com pérolas. Porque nós parecemos ter perdido o direito de criticar copos e outros artefatos domésticos incrustados com gemas ou, novamente, anéis engastados com pedras preciosas. Comparadas com as de Pompeu, não há extravagâncias que possam ser consideradas tão daninhas (Plinio, o Velho, *NH* 37 § 17).[10]

As hierarquias sociais para Plínio eram muito importantes: poderia se tolerar as extravagâncias dos mais altos membros do Estado, os imperadores, mas não se poderia desculpá-las em um cidadão abaixo deles. Sua lógica retórica na condenação desse comportamento de Pompeu foi a mesma que condenou outros indivíduos. Eles não eram imperadores e sua luxúria seria tanto pior quanto mais baixa na escala social a condição do indivíduo. Além disso, o triunfo de Pompeu demonstrava que a luxúria na República fora ainda maior que na dinastia Júlio-Cláudia.

---

[10] Tolerabiliorem tamen causam fecit C. principis, qui super cetera muliebria soccos induebat e margaritis, aut Neronis principis, que sceptra et personas et cubilia viatoria unionibus construebat. quin immo etiam ius videmur perdidisse corripiendi gemmata potoria et varia supellectilis genera, anulos translucentes quae enim non luxuria innocentior existimari possit? (PLINII SECUNDI, *NH* XXXVII).

Entretanto, tanto Pompeu quanto a procissão triunfal são descritos de forma ambígua por Plínio: ao mesmo tempo em que Pompeu foi o maior triunfador por suas gloriosas vitórias no Oriente, sacralizando os bens saqueados ao depositá-los no templo, conferindo-lhes valor moral e simbólico, pois estes passam a ser da cidade e do povo de Roma, ele introduziu o excesso da riqueza da riqueza e a luxúria em Roma. Pompeu foi descrito negativamente por isso diante de Calígula e Nero, mas descrito positivamente como um dos mais eminentes e magníficos cidadãos de Roma ao lado de J. César (*NH* 7 § 95-99).

Plínio descreveu a posse e o uso de vasilhames de cristal de rocha que, a partir do triunfo de Pompeu, passaram para o uso cotidiano, havendo uma demanda para exibi-los em bandejas e baixelas. Plínio afirmou que se despendiam enormes quantias de dinheiro no consumo desses vasilhames em seu tempo, marca da luxúria sob Nero (*NH* 37 § 18-20). Esse quebrou duas taças caríssimas desse material, quando soube de sua eminente queda, para impedir que seu sucessor bebesse nelas, punindo de fato o povo de Roma e atestando sua negligência quanto a um bem ou riqueza que deveria ser público (*NH 37 § 29*).

A crítica de Plínio foi construída em oposições binárias, que buscaram persuadir sua audiência do valor de seu discurso. Entretanto, sua retória se adaptou às necessidades da *confirmatio* (as provas) de seus argumentos (*narratio*), pois ora Nero foi 'maior' diante de Pompeu por seu poder e posição social, ora foi 'menor' por sua negligência com o patrimônio público.

Essa retórica pliniana operou uma *narratio,* com a narração dos fatos que entram na causa, sua exposição argumentativa e persuasiva, que comportou dois elementos, os fatos e as descrições. A narrativa dos fatos foi cronológica ou diacrônica. A das descrições foi flutuante ou sincrônica e bem codificada: topográfica (descrição dos espaços ou das paisagens), cronográfica (descrição dos tempos, períodos, idades) e prosopográfica (retratos). Plínio descreveu aspectos da cultura imperial, todavia, sem construir uma narrativa

cronológica porque, embora tenha narrado eventos históricos, sua obra não constitui uma História maior, mas uma História menor, humilde ou modesta. De fato, seu texto é descritivo e suas exposições foram sincrônicas e associaram topografia, cronografia e prosopografia.[11]

A *confirmatio* ou a exposição da sua *História Natural* deveria convencer seus leitores com exemplos e argumentos literários, da tradição e da memória dos costumes dos antigos e, ainda com argumentos da cultura material, que corroboravam seus raciocínios sobre a perda da *auctoritas* em seu tempo e a necessidade de se restaurar a *autoritas* esquecida. Plínio invocou a autoridade dos Flávio, dos poetas, de Catão, o censor, de Cícero e de Varrão, entre outros, para legitimar sua própria *auctoritas*. Foi um recurso retórico e político-cultural em consonância com a apropriação de um determinado passado republicano na restauração da ideia da *res publica* e do Estado empreendidas pela administração de Vespasiano, ao mesmo tempo em que afirmou o valor do império Romano e do poder imperial como 'maiores e melhores' que esse passado.

Considerações Finais

Segundo Purcell (*C.A.H. XI,* p. 411), a principal força promotora da ideia de Roma como capital do mundo foi a autorrepresentação do Imperador. Ela era centrada em cerimônias religiosas, políticas e institucionais, como, por exemplo, as

[11] A divisão do gênero histórico em história 'maior' e história 'menor' está relacionado à sua escrita ou estilo (registro da *elocutio*) e temática (*inventio*). Os registros da elocução ou *genera elocutiones* são três: o *genus humile* ou modesto, próprio de quem ensina, o *genus* médio, de quem deseja deleitar, e o *genus* sublime ou elevado, de quem deseja comover. As qualidades da elocução são três: gênero modesto busca a *puritas* (evitar os solecismos e os barbarismos), o gênero médio a *perspicuitas* (evitar a obscuridade) e o gênero sublime o *ornatus* (figuras de retórica). Assim, a história 'maior' tem um estilo entre médio e sublime e a história 'menor', entre o simples e o médio. Quanto à *inventio*, a história 'maior' narra os acontecimentos políticos e militares e a história 'menor' os aspectos sociais e as antiguidades. Mas estas classificações se diluem no Império Romano, sobretudo, a partir da segunda metade do século II d.C..

procissões ou espetáculos triunfais que enfatizavam o *profectio* e o *adventus* do imperador em relação ao passado augusteano e ao simbolismo de *imperium,* que parece ter se institucionalizado sob os Flávio.

Na *História Natural,* Plínio, o Velho, reforçou essa imagem da cidade de Roma como capital do mundo e da autorrepresentação do Imperador, por meio da narrativa de inúmeros exemplos, entre eles, a descrição e comparação das procissões triunfais republicanas e imperiais. O triunfo de Vespasiano sobre os judeus permitiu que ele entrasse em Roma, com o butim do conflito para o tesouro da cidade, imagem que o associou aos triunfadores do período republicano e que funcionava como símbolo do poder de Roma e da restauração do Estado e, também, a Rômulo, o primeiro triunfador.

Plínio, ao escrever sobre determinados eventos e comportamentos de personalidades políticas e intelectuais da História Romana, construiu também uma memória do Principado Romano e dos imperados da dinastia Júlio-Cláudia: Tibério, Calígula, Cláudio, Nero e da dinastia dos Flávio: Vespasiano e Tito. Plínio afirmou que os primeiros eram imperadores 'menores' e os segundos eram 'maiores' ou patrimônios da cidade (*NH* 33 § 41).

De acordo com Purcell (*idem.* p. 414), os templos ao culto imperial proliferaram sob os Flávio, reforçando a ordem imperial por meio da religião, sobretudo, pelos tesouros e registros oficiais depositados nos templos. Plínio destacou, na *NH* 34 § 84, que as principais esculturas que ele descrevera estavam nos templos mandados construir ou restaurar por Vespasiano, movimento que dispôs obras das *domus* privadas, como as da *Domus Aurea*, em obras públicas, portanto, patrimônio do povo romano e da cidade de Roma.

As representações da relação entre o imperador e o povo romano nos espaços públicos da cidade reforçaram os laços identitários que permitiam que o Imperador se tornasse metonímia de Roma e do Império, e que se convertesse numa imagem ou ícone de poder onipresente (*ibidem*, p. 418). A cultura material, como as

inúmeras obras arquitetônicas e suas ornamentações que marcaram a grandeza da cidade, contrastando espaços públicos e privados, associando os primeiros à efetiva grandeza da cidade e os segundos à luxúria, contribuiu para que a metonímia funcionasse e Roma se convertesse no Imperador e na própria ideia de romanidade.

Nesse contexto, deliberadamente, Vespasiano procurou se associar no espaço público aos imperadores Júlio-Claudianos desvinculados de uma imagem de despotismo, como Cláudio, antecessor de Nero, mas, sobretudo, Augusto, criando uma identidade e uma ideia de continuidade da instituição imperial entre a dinastia dos Flávio e dos Júlio-Cláudio. Ao mesmo tempo em que afirmou seu compromisso com a restauração da *res publica,* afastou-se da imagem de despotismo associada a Nero, Calígula e Tibério (Griffin; *C.A.H. XI,* p. 1-83). Nesse sentido, Vespasiano completou o templo do Divino Claudio, restaurou o Capitólio, ergueu o Templo da Paz, próximo ao Fórum de Augusto e iniciou a construção do Anfiteatro, sobre parte da *Domus Aurea* de Nero, buscando a afirmação do poder imperial com construções para a glória de Roma e não sua própria, segundo Plínio. Entretanto, a intenção era semelhante àquela da retórica literária produzida pelo círculo de intelectuais ligado à Casa Flávia, produzir o convencimento, a persuasão e a adesão da audiência romana ao seu governo.

Esse discurso construído pela cultura material na cidade de Roma, no período de Vespasiano, foi reproduzido na Itália, que se fundiu com Roma e foi replicado nas províncias imperiais (Levick, 1999). Segundo Colledge (*C.A.H. XI*: 967-968), Vespasiano mandou realizar construções na Itália, na Gália (França), em Portugal, na Bretanha, na Espanha e na Germânia, na Tessalônica e outras províncias orientais, ao mesmo tempo em que uma iconografia e estatuária pública e privada continuou proliferando sobre bases estandardizadas.

A arte pública do governo de Vespasiano, descrita no discurso de Plínio, teve correspondências com as artes do período de

Augusto, propondo-se o retorno de um *ethos* romano tradicional augusteano e Roma tornou-se um 'ícone' da romanidade. Essa cultura material funcionou como uma retórica no espaço urbano, que buscou produzir uma identidade romana como adesão à cidade de Roma e à comunidade romana, à *romanitas* e *humanitas* latinas e à *auctoritas* do Imperador. Ele repreendeu o consumo excessivo e exibicionista da riqueza em seu tempo, ao descrever os aspectos da vida cotidiana no império dos Júlio-Cláudio. Entretanto, o espaço privado do consumo de bens de luxo permaneceu indiferente a isso.

Plínio condenou os excessos do período republicano, momento de entrada das riquezas do Oriente em Roma e, junto com elas, da luxúria, criticando os excessos das procissões triunfais, porque o *mos maiorum* deveria se destacar no espetáculo da cerimônia cívico-religiosa. As procissões triunfais do período imperial também foram grandiosas e cheias de excessos, como narraram Plínio, o Velho, Suetônio e Aulo Gélio, entre outros autores, mas o caráter militar dos espetáculos aos poucos vai sobrepujando o ritual cívico-religioso. O triunfo imperial manteve seu aspecto sacro, de gratidão a Júpiter pela vitória obtida, mas tanto a celebração pública do Imperador como o chefe político-militar por excelência quanto sua dependência cada vez maior das legiões acentuaram o papel do triunfo militar como espetáculo de legitimação do poder.

Referências

Argan, G. C. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Aldrete, G. S. *Gestures and Acclamations in Ancient Rome.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

Apostolidès, J.-M. *O Rei-Máquina.* Brasília: Edunb, 1993

Bandinelli; Torelli. *El Art de La Antiguedad Clasica*. Vol 2. Ediciones Akal, 2000.

Beard, M.; North, J.; Price, S. *Religions of Rome. A Sourcebook*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Boyle, A.J.; Dominik, W.J. (orgs.) *Flavian Rome: Culture, Image, Text*. Leiden-Boston: Brill Academic Pub, 2003.

Bringmann, K. El Triunfo del Emperador y las Saturnales de los Esclavos em Roma. In: Schultz, U. *La Fiesta: de los Saturnales a Woodstock*. Mexíco: Conaculta/Alianza Editorial, 1994.

Cicero. Da Republica. In: *Os Pensadores V*. São Paulo: Coleção Abril Cultural, 1973: 145-188. Tradução e notas Amador Cisneiros.

Clarke, M. L. *Rhetoric at Rome. A Historical Survey*. London-New York: Routledge, 1996.

Colledge, M. A. R. Art and Architecture. In: *The High Empire, A.D. 70-192*. The Cambridge Ancient History, vol. XI, cap. 34, p. 996-983, 2ª edição.

Flower, H. I. (ed.) *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

_____. *The art of forgetting: disgrace and oblivion in Roman Political Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Garraffoni, R. S. *Gladiadores na Roma Antiga*. São Paulo: Annablume, 2005.

Geertz, C. Centro, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. *O Saber Local. Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. 2008. Petrópolis: Vozes, 1978, pp. 182-2019.

Gonçalves, A. T. M. As festas imperiais na Roma Antiga: os *decennalia* e os jogos seculares de Septímio Severo. *Mneme. Revista de Humanidades*, Vol. 3, nº 6, p. 16-34, out./nov. 2002.

_____. As festas romanas. *Revista de Estudos do Norte Goiano*, Vol. 1, nº 1, ano 2008, p. 26-68.

Gowing, A. M. *Empire and Memory. The Representation of the Roman Republic in Imperial Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Griffin, M. The Flavians. In: *The High Empire, A.D. 70-192*. The Cambridge Ancient History, vol. XI, cap. 1, p. 1-83, 2ª edição.

Guarinello, N. L. Festa, Trabalho e Cotidiano. In: Jancsó, István; Kantor, Íris (orgs.). *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Edusp, 2001, v. 2, p. 969-975.

Leach, E.W. *The Rhetoric of Space. Literary and Artistic Representations of Landscapes in Republican and Augustan Rome*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

Levick, B. *Vespasian*. London/New York: Routledge, 1999.

Mccormick, M. *Eternal victory: triumphal rulership in late antiquity, Byzantium and the early Middle West*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Maciel, C. A. A. A Retórica da Paisagem: um Instrumento de Interpretação Geográfica. *Espaço e Cultura*, nº 26, UERJ: RJ, p. 32-48, jul./dez. de 2009.

Myers, K.S. Imperial Poetry. In: Potter, D.S. (ed.) *A Companion to the Roman Empire*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006: 439-452.

Perea Yebenes, S. Aclamaciones militares y poder político en Roma. *Memorias de História Antigua XXIII-XXIV*, p. 141-176.

Pereira, Maria Helena Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica. Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

Pline L´Ancien. *Histoire Naturelle*. 37 vols. Collection des Universités de France. Association Guillaume Budé. Paris: Société d´éditions 'Les Belles Lettres', 1950-1972.

Pliny The Elder. *Natural History*. 10 vols. London: Loeb Classical Library, 1938-1963.

Purcell, N. Rome and Italy. In: *The High Empire, A.D. 70-192*. The Cambridge Ancient History, vol. XI, cap. 12, p. 405-443, 2ª edição.

_____. Rome and its development under Augustus and his successors. In: *The Augustan Empire, 43 B.C.- A.D. 69*. The Cambridge Ancient History, vol. X, cap. 15, p. 782-811, 2ª edição.

Rodríguez Gervás, M. J. *Propaganda política y opinión pública en lós panegíricos del Bajo Imperio*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991.

Saraiva, S. F. R. dos S. *Novíssimo dicionário Latino-português*. Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc. R.J.: Livraria Garnier, 1993.

Suetonio. *A Vida dos Doze Césares*. São Paulo: Ediouro, 1998. Tradução de Sady-Garibaldi.

Tito Livio. História do Povo Romano. In: *Historiadores Latinos. Antologia Bilíngue*. São Paulo: Martins Fontes, 1999: 88-123. Tradução: A.C.M. Fonseca, A.A. Peterline e M.daG. Novak.

Wiedemann, T. Single Combat and Being Roman. *Ancient Society,*Vol. 27 (1996), pp. 91-103.

Zetola, B. M. Triunfos Militares e legitimação de Poder na Antiguidade romana. *Métis: História & Cultura*, Vol. 5, Nº 10, p. 35-59, jul./dez. 2006.

11

Historicizando as categorias de Felix Jacoby: os gêneros historiográficos da Antiguidade e sua classificação pelos modernos

Juliana Bastos Marques [1]

A ânsia pela ordenação do mundo e pelo estabelecimento de padrões é uma parte essencial da natureza humana. Até o próprio surgimento da ideia de divindade é uma tentativa de resposta ao caos do universo e da existência e nas cosmogonias de todo o mundo o primeiro ato das divindades é separar os elementos e colocar ordem nesse caos. Não admira que em âmbitos bem mais restritos essa necessidade também se faça presente de maneira pertinaz e contínua.

Com essa ideia ampla em mente, analisarei aqui a classificação dos gêneros da historiografia antiga tal como proposta por Felix Jacoby no início do século XX, sistema esse que marcou todas as análises posteriores sobre os historiadores antigos e continua pouco contestado mais de um século depois.[2] Meu argumento é que tanto esse sistema de classificação quanto suas alternativas revelam muito mais sobre os contextos de Jacoby e de seus críticos do que sobre a maneira como os próprios antigos entendiam as diferentes abordagens sobre a escrita da História. Nesse sentido, questiono o quanto essas categorias são pertinentes

[1] Professora associada de História Antiga na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Agradeço ao Prof. Federico Santangelo (Newcastle University) pela ajuda e comentários.

[2] Cf. Marincola, 1999, p. 283, n. 10.

e úteis para ler os antigos ou exercícios anacrônicos que, ao serem aceitos e repetidos, nos parecem naturais.

Felix Jacoby publicou em 1909 um artigo baseado em sua apresentação no ano anterior no Congresso Internacional de Ciências Históricas, em Berlim, em que apresentava e justificava um sistema de categorização para sua futura edição de fragmentos dos historiadores gregos antigos. Seu projeto pretendia suplantar a edição então de uso corrente, compilada por Karl Müller e publicada durante a década de 1840[3]. A obra, *Die Fragmente der Griechischen Historiker* (conhecida também apenas pelas iniciais *FGrHist* ou *FGrH*), começou a ser publicada em 1923 e previa seis partes, com a compilação completa dos fragmentos e comentários. Porém, Jacoby faleceu em 1959 sem terminar a terceira parte, cujos primeiros fascículos foram publicados até 1958. No total, seu esforço resultou na publicação de fragmentos de um total de 856 historiadores gregos, com comentários para a maioria deles.

O projeto, ambicioso e trabalhoso, foi retomado apenas em 1994, quando Charles Fornara retomou a publicação do resto dos comentários da parte III, e tem seguido até hoje com a compilação dos outros volumes. Além disso, existem atualmente iniciativas complementares de outras edições detalhadas em andamento, com traduções em inglês e mais comentários sobre os fragmentos e autores: a *Brill's New Jacoby*, incluindo mais nomes e novos fragmentos ainda não descobertos na época de Jacoby, e a *Brill's New Jacoby Second Edition*, com ainda mais autores, fragmentos e aparato crítico.[4]

---

[3] O texto foi traduzido para o inglês recentemente e publicado como suplemento da revista *Histos* em 2015. O texto de Müller é o *Fragmenta historicorum Graecorum*, em 5 volumes (1841-1844), disponível em <http://www.dfhg-project.org>, acesso em 30/07/2018. No entanto esta não foi a primeira compilação do tipo: Georg Friedrich Creuzer teve a mesma ideia no início do século XIX, mas conseguiu publicar apenas uma coletânea dos fragmentos de Hecateu, Caronte e Xanto em 1906 (Cf. Humphreys, 1996).

[4] Todas as edições estão disponíveis online, sob o acesso pago da editora Brill, disponível em <http://referenceworks.brillonline.com/cluster/Jacoby%20Online>, acesso em 30/07/2018. Ambas as edições da *Brill's New Jacoby* estão disponíveis apenas em formato online. Para um comentário sobre o novo trabalho continuando Jacoby, ver Marincola, 2000.

As categorias historiográficas de Felix Jacoby

O artigo original de Jacoby tinha como objetivo propor um novo sistema de categorização dos historiadores antigos que pretendia suplantar o sistema de Müller. Este havia tentado apresentar os fragmentos dos historiadores antigos através de uma mistura de ordens cronológica e temática, o que para Jacoby resultava em uma obra sem independência (*Unselbständigkeit*), acrítica, incompleta e de ordenação arbitrária (*willkürliche Anordnung*) – em suma, de difícil utilização. De fato, o maior problema de Müller era a dificuldade em delimitar a cronologia de autores dos quais se conhecia muitas vezes apenas o nome e um punhado de frases, citadas em contextos muito longínquos de suas obras originais. Jacoby queria construir um sistema de classificação que fosse não apenas claro e de fácil consulta, mas que apresentasse uma lógica "científica" por trás de sua apresentação.[5]

Segundo ele, das quatro formas possíveis de ordenação dos fragmentos, apenas essa última seria suficiente para seus padrões. O ordenamento alfabético seria muito "primitivo" (*roheste*) e "o menos científico" ("*am wenigsten wissenschaftliche*") – inútil, portanto, para o estudo do tema,[6] já que uma coleção alfabética de nomes não traria respostas para, por exemplo, como os autores e tradições se relacionavam uns aos outros, ou se "havia progresso para uma pesquisa mais exata" ("*ob ein Fortschritt zu konstatieren ist nach der Seite der genaueren Erforschung*"). O ordenamento cronológico trazia outras dificuldades inerentes ao estado dos fragmentos, como o que havia acontecido através da distribuição duvidosa da datação dos autores na compilação de Müller. O critério geográfico seria um pouco melhor, mas também traria confusão ao

[5] "*...wie wird man einmal die Fülle der Namen, die oft wirklich nur Namen sind, übersichtlich und wissenschaftlich gruppieren können?*", 1909, p. 81.

[6] "*Seine Anwendung versperrt geradezu den Weg zur Lösung aller der Fragen, die wir mit Hilfe einer Fragmentsammlung beantworten wollen*", *ibidem.*

tentar ordenar histórias de lugares específicos com outras que misturavam gregos e bárbaros, ou mesmo as histórias universais.

Sendo assim, a forma que restava, "*entwicklungsgeschichtliche*"[7] ("baseada no desenvolvimento histórico"), parecia a Jacoby a mais lógica e útil, porque trazia embutida uma concepção de ordenamento racional e científico. Isso respondia à pergunta de fundo que mais lhe importava, já que a proposta pretendia elucidar a "evolução" da historiografia entre os gregos, tal como uma árvore que surge sólida e cresce em diferentes galhos:

> Que essa abordagem seja a única que realmente permite um arranjo baseado em termos científicos, a única útil para os objetivos do historiador e do historiador da literatura, e também uma organização que não seja muito laboriosa mesmo para o uso ocasional – essa convicção foi se tornando cada vez mais forte para mim. Ao mesmo tempo, no entanto, a questão aparentemente externa do agrupamento dos fragmentos se volta imediatamente para a do desenvolvimento da historiografia grega em geral: do número, da forma e da origem de seus gêneros ["γένη"], das suas características peculiares e ainda dos tópicos que os unem. *Como eu concebi esse desenvolvimento e de que maneira através dele a estrutura geral da coleção de fragmentos é determinada* [grifo meu] é o que tentarei explicar.[8]

A palavra-chave da proposta é *desenvolvimento* (*Entwicklung*): esse pressuposto seria o ponto de partida conceitual que, analisado e destrinchado através do arranjo temático dos fragmentos dos historiadores gregos, possibilitaria a nossa "descoberta" de um processo evolutivo – com a compreensão subjacente de que este

---

[7] 1909, p. 81.

[8] "*Dass dieser allein wirklich eine wissenschaftlich begründete, für die Zwecke des Historikers wie des Literarhistorikers einzig brauchbare, auch die gelegentliche Benutzung nicht übermässig erschwerende Gruppierung gestattet — diese Ueberzeugung hat sich in mir immer stärker herausgebildet. Damit spitzt sich aber sofort die scheinbar sehr äusserliche Frage nach der Gruppierung der Fragmente zu der Frage nach der Entwicklung der griechischen Geschichtsschreibung überhaupt zu, nach Zahl, Art und Entstehung ihrer einzelnen* γένη*, nach ihren charakteristischen Eigenheiten und doch auch wieder nach den Fäden, die sie untereinander verbinden. Wie ich mir diese Entwicklung denke und wie durch sie die Gesamtanlage der Fragmentsammlung bestimmt wird, will ich versuchen darzulegen.",* 1909, p. 83.

sempre "esteve lá", ainda que ocorresse de maneira intuitiva e não sistematizada. Esse sistema classificatório acabou soando depois muitas vezes como uma ordenação natural, autoevidente, para a compreensão do desenvolvimento da historiografia grega. Porém, como continuaremos examinando, é necessário lembrar que a classificação de Jacoby é essencialmente concebida por sua própria visão de racionalidade, cientificidade e progresso.

É dentro dessa lógica evolutiva que Jacoby apresenta suas subcategorias historiográficas: genealogia, etnografia, História contemporânea (*Zeitgeschichte*), horografia e cronografia. Antes de examiná-las, porém, é útil lembrar que nem o próprio Jacoby teve certeza absoluta da sua divisão e da sucessão entre elas. Como mostram as suas anotações e correspondências,[9] foram diversas as ordens propostas entre a versão da palestra e do artigo inicial de 1909 e a publicação em 1923 – situação que continua mesmo depois, nas edições recentes publicadas por seus continuadores.

Um bom exemplo dessas mudanças é a inserção dos antiquários como subitem da horografia (História local) no volume VI proposto na versão de 1909 –, ele partia da teoria de que o antiquarianismo havia se desenvolvido a partir dos escritores locais da Ática, os chamados atidógrafos, antes de se tornar uma categoria distinta no período helenístico.[10] Já na versão de 1923, a "História antiquária" (*Antiquarische Geschichte*) acaba aparecendo junto com a biografia, no volume IV. Enfim, como o próprio Jacoby admitia em suas anotações, "uma certa arbitrariedade é difícil de se evitar".[11]

Estava claro para ele, no entanto, que a escrita historiográfica na Grécia antiga tinha seus primórdios na genealogia e na etnografia, em particular na figura de Hecateu e de suas obras *Γενεαλογίαι* (*Genealogias*) e *Περίοδος Γῆς* (*Circuito da Terra*). No caso da genealogia, Jacoby ressalta o desenvolvimento da mitografia

[9] Schepens, 2010.

[10] Schepens, 1997.

[11] "*Eine gewisse Willkür ist kaum zu vermeiden*". *Apud* Schepens, 1997, p. 165.

como um gênero que tem seu primeiro grande momento no século V a.C. diretamente a partir das *Genealogias* de Hecateu e que tratava da sucessão genealógica dos deuses e heróis. Depois, a mitografia se une ao *spatium historicum* e se integra, como genealogia histórica dos reis e dinastias, à História contemporânea (como no início de Tucídides) e à História universal. Um segundo momento surge no século I a.C. como gênero distinto, no âmbito da filologia helenística. Como ele resume:

> É então [400 a.C.] que a mitografia genuína acaba; e o período mítico é ou totalmente descartado do campo da historiografia, tal como o fez Éforo, que entendeu Tucídides erroneamente, ou se une à História contemporânea, um gênero que havia se desenvolvido nesse meio tempo, e agora forma a primeira parte de uma História grega universal desde os primórdios do mundo até o presente.[12]

Um desenvolvimento paralelo dessa genealogia dos deuses, heróis e reis iniciar-se-ia através da obra de Helânico de Lesbos, em especial a *Ἱέρειαι της Ἥρας* (*Sacerdotisas de Hera em Argos*), uma crônica[13] que englobaria não só uma região, mas procuraria sistematizar uma cronologia única para toda a Grécia. Esse outro subgênero, a cronografia, procuraria por sua vez uma "reconciliação das diferentes tradições e descrições com o propósito de criar uma narrativa uniformizada",[14] o que permitiria adiante a realização de "histórias universais", como em Éforo e Timeu.

A outra obra de Hecateu, o *Circuito da Terra*, seria talvez não o primeiro registro escrito de viagens a lugares distantes, mas sim uma versão sistemática, "científica" do conhecimento grego do mundo que já estava antes presente na poesia épica e nos relatos de

---

[12] "*Dann hört die echte Mythographie auf; und die mythische Zeit wird entweder mit Ephoros, der Thukydides missverstanden hat, überhaupt aus dem Bereiche der Historiographie gewiesen oder sie wird mit der inzwischen erwachsenen Gattung der Zeitgeschichte verbunden und bildet nun den ersten Teil einer hellenischen Universalgeschichte von Entstehung der Welt bis zur Gegenwart*".

[13] Para uma crítica do termo, ver Joyce, 1999, p. 3.

[14] "*...Ausgleichung der disparaten Traditionen und Darstellungen zu einer einheitlichen Erzählung.*", 1909, p. 87.

viajantes.[15] Ao invés da descrição geográfica do mundo todo, o que singulariza o trabalho de Hecateu e as etnografias seguintes seria a concentração em um lugar específico, especialmente porque bárbaro. No entanto, Jacoby encontra aqui algumas dificuldades, a começar com a própria nomenclatura ser artificial, já que, como ele mesmo reconhece, o termo "etnografia" como subgênero histórico nunca foi usado ou sequer definido pelos antigos:

> ... [a Antiguidade] não distinguia precisamente a horografia da etnografia, ou seja, a História analística das cidades gregas, baseada nos registros públicos, e a descrição etnográfico-geográfica de terras e povos, especialmente bárbaros, mas também gregos, baseada na própria *'ιστορίη* [pesquisa] ou de outrem. Só existe um termo técnico para a primeira.[16]

Jacoby acreditava que teria havido uma passagem da narrativa etnográfica sobre todo o mundo conhecido – esta que aparece em Hecateu – para a etnografia centrada em povos e lugares específicos. Para isso, ele alega como evidência o *λόγος* de Heródoto, que divide os seus primeiros livros em narrativas sobre povos bárbaros, concatenadas entre si pelo eixo da conquista persa. Heródoto teria estabelecido um modelo para as outras etnografias seguintes, estruturando um esquema para a descrição dos povos bárbaros que apresentaria sempre os temas da descrição da terra, da História e genealogia dos reis, das maravilhas (*θαυμάσια*) e das leis e costumes, distribuídos de acordo com o que suas pesquisas e fontes permitiriam.[17]

---

[15] É em uma nota referente a esse trecho que Jacoby se mostra mais insistente no caráter "científico" dos critérios que busca individualizar, citando não menos que cinco vezes a palavra *Wissenschaftlich* (1909, p. 5, n. 1).

[16] "*so hat man auch Horographie und Ethnographie, d. h. die annalistische Geschichte griechischer Städte im Anschluss an offizielle Aufzeichnungen und die auf eigener oder fremder ϊστορίη beruhende geographisch-ethnographische Darstellung von Land und Volk besonders barbarischer, aber auch hellenischer Völker und Stämme, nicht scharf geschieden. Einen terminus technicus gibt es nur für jene.*", 1909, p. 9, n.4.

[17] Para uma análise crítica detalhada da abordagem de Jacoby sobre o desenvolvimento da narrativa etnográfica grega da concepção de etnografia em Heródoto, ver Zambrini, 2006 e Skinner, 2012, esp.

Segundo Jacoby, Heródoto havia construído nos seus seis primeiros livros uma coleção de etnografias sobre os persas, lídios, massagetas, egípcios e citas, cuja maior característica era serem essencialmente independentes – um novo *Περίοδος Γῆς* para descrever o mundo bárbaro aos gregos.[18] A proposta de linha evolutiva entre o pensamento de Hecateu e o de Heródoto mostrava que o eixo narrativo que ligava essas etnografias não era o mais importante: se já havia uma pequena linha condutora de tradições mitológicas e históricas entre as etnografias locais na obra do primeiro, em Heródoto, por causa do maior escopo do projeto e da necessidade do conhecimento dos bárbaros pelos gregos, o gênero se desenvolve plenamente a partir do seu aspecto utilitário.

Heródoto, pela extensão e minúcia dos seus relatos, parece ser o ápice do gênero para Jacoby. Ele cumpriria com duas regras essenciais que o alemão postula para o gênero: "uma etnografia genuína sempre inclui tudo o que pode ser dito sobre o lugar em discussão",[19] e "as verdadeiras etnografias tratam apenas de terras politicamente independentes, e apenas enquanto assim permanecem"[20]. As etnografias surgidas logo após são poucas e derivativas, mas no período helenístico surge outro tipo de necessidade de conhecimento dos bárbaros, agora mais distantes, com uma série de novas obras produzidas com um "espírito científico"[21] necessário para, por exemplo, o novo mapa-múndi de Eratóstenes.

---

pp. 30-44. Jacoby reconhece a existência da *Persika* de Dionísio de Mileto como escrita antes de Heródoto, como parte do esforço jônio de conhecer seus conquistadores, mas ainda seria uma etnografia tão desenvolvida por causa de seu foco nos persas, e não nos gregos, e de seu tom eminentemente descritivo, sem *mimesis* (Cf. Fornara, 1988, pp. 31-32).

[18] Assim como o interesse por bárbaros específicos teria surgido com o advento das conquistas persas, com a *Persika* de Dionísio de Mileto (1909, p. 90). Os estudos herodoteanos atualmente não sustentam essa interpretação. Em especial, François Hartog (1999) desmonta essa tese, mostrando que há uma sofisticada articulação retórica entre essa parte etnográfica e o relato dos livros posteriores – cf. Lateiner, 1989, esp. Cap. 7.

[19] "*Eine echte Ethnographie umfasst stets alles, was über das betreffende Land zu sagen ist.*", 1909, p. 92.

[20] "*echte Ethnographien nur von den Ländern, die politisch selbständig sind, und nur solange sie das sind.*", 1909, p. 93.

[21] "*wissenschaftlichen Geiste*", 1909, p. 12, n. 1.

Mas essas regras entrariam em conflito com um tipo específico de obra, as *Sikelika*, histórias da Sicília escritas por gregos locais em um formato que ainda se parecia com as etnografias sobre os povos bárbaros, mas que ainda assim estaria mais próximo da "História contemporânea" grega. Mas como categorizar como etnografia uma narrativa histórica sobre gregos que também descreve uma terra grega e escrita por gregos, ainda que eles estivessem fora da Grécia? Jacoby insiste em as manter como etnografia, resolvendo o problema ao indicar que boa parte dessas obras traria um componente significativo de relatos geográficos e de um passado remoto, tal como a etnografia de Heródoto.

A questão do nome das obras é importante, até porque em alguns casos os fragmentos coletados se constituem apenas como menções a elas. Se a etimologia é um indicador de uniformidade, surge outro problema em classificar essas etnografias: as obras helenísticas e posteriores não são mais apenas fruto de investigações empíricas, mas também resultado de pesquisas filológicas, e se concentram muitas vezes em compilações. Como consequência das conquistas de Alexandre, surgem também obras de autores bárbaros que escreviam em grego sobre suas terras, como Manetão e Berosso. Alguns desses títulos, embora tenham nomes parecidos com as etnografias escritas pelos gregos (o nome do lugar e o fim em -κα), são considerados por Jacoby mais como crônicas locais, horografias, do que etnografias. O gênero tem novo interesse no período romano, com obras sobre terras mais distantes (*Partika, Arabika*), mas os nomes já se confundem com títulos de "monografias de guerra" ("*Kriegsmonographie*"):[22]

> Aqui não é sempre possível decidir quais obras são etnografia e quais são monografias de guerra. Os títulos são os mesmos, e o

[22] Sobre o problema de o sufixo ser comum a diferentes gêneros, ver Marincola, 1999, p. 295: "Se as categorias de Jacoby são fundamentais, pode-se perguntar por que os historiadores antigos não tiveram o trabalho de distinguir suas obras com mais cuidado." ("*...if Jacoby's categories are fundamental, one must wonder why ancient historians did not trouble to distinguish their Works more carefully.*").

> conteúdo basicamente também. Apenas a forma varia, e a forma não pode ser estabelecida com base nos fragmentos.[23]

Ao chegar à sua categoria principal, a "História contemporânea" (*Zeitgeschichte*), Jacoby a delimita a princípio como uma contraposição às histórias retóricas, ou melhor, à "retórica historiográfica" (*historiographische Rhetorik*). Este tipo de narrativa, composta por compilações de etnografias feitas por gramáticos, por exemplo, teria como objetivo não a exposição de uma pesquisa independente, mas sim elaborações estilísticas que apenas transformavam o material previamente escrito por outros autores – onde, portanto, a forma seria mais importante do que o conteúdo. Assim, para Jacoby, elas apenas mereceriam consideração no seu projeto enquanto fontes para coletar fragmentos de autores anteriores, que realmente teriam feito sua pesquisa (*ἱστορίη*). Isso mostra um dilema estratégico para sua compilação, dado que mesmo assim elas são incluídas junto às etnografias genuínas ("*echten Ethnographien*"[24]).

Da mesma forma, a *Zeitgeschichte*, que compreenderia também monografias, histórias universais e histórias do tipo *Hellenika* (como em Xenofonte, por exemplo), também não existia como gênero definido pelos próprios antigos: "não existe um nome antigo que cobre toda essa classe de obras".[25] Veremos adiante como essa classificação é o ponto mais questionado da divisão temática de Jacoby, em especial através da crítica de Charles Fornara. Porém, a insistência nesse neologismo surge porque que ele está pensando em um autor em particular: Tucídides. O ateniense é, para Jacoby, o primeiro exemplo desse tipo de História, definida em termos de conteúdo como aquela feita por "autores que narraram a História

---

[23] "*Hier ist nicht immer zu entscheiden, was Ethnographie und was Kriegsmonographie ist. Die Titel sind die gleichen; der Inhalt im Grunde auch. Nur die Form ist verschieden; und die lässt sich aus den Fragmenten nicht feststellen*", 1909, p. 12, n. 2. É curioso notar, o que Jacoby não faz, que de fato a única obra completa estritamente etnográfica que conhecemos é a *Germania*, de Tácito.

[24] 1909, p. 96.

[25] "*einen antiken, diese ganze Schriftstellern (...) deckenden Namen gibt es nicht*" (*ibid.*).

grega geral de seu próprio tempo, ou até seu tempo, sem limitação de localidade", [26] e que poderia ter sido classificada pelos próprios antigos como *Πράξεις Ελληνικαί* (*"Feitos dos gregos*") – ressalto o fato do próprio Jacoby ter criado esse termo para definir o subgênero, e ainda equivalê-lo ao termo "moderno" *Zeitgeschichte.*[27]

Mesmo sendo o primeiro autor a escrever uma *Zeitgeschichte*, Tucídides já é, para Jacoby, o pináculo da historiografia grega, seu ponto mais desenvolvido:

> É só com Tucídides que a historiografia grega alcançou sua verdadeira natureza [*την αύτής φύσιν* – Aristóteles, *Poética*, 1449a15], já que cria o gênero que permanece agora o mais nobre e importante, o que é realmente o único que pode ser considerado 'historiografia', a História contemporânea.[28]

Os autores que se encaixam nessa classificação serão aqueles que continuam Tucídides ou começam suas histórias do ponto em que o antecessor parou, além de manter o seu estilo ou pontos de sua organização, mas em nenhum momento chegariam perto do mérito absoluto de seu modelo fundador. Essa interpretação de Jacoby tem uma lógica interna dentro de sua investigação sobre o desenvolvimento da historiografia, mas, antes disso, já coaduna com uma visão muito em voga desde o século anterior, especialmente na erudição alemã, sobre a superioridade de Tucídides em relação aos outros historiadores antigos e mesmo a muitos modernos.

Desde o estabelecimento da História científica nos moldes que criam a disciplina na Alemanha, historiadores que estudavam a Antiguidade – como Niebuhr, Ranke e Meyer – passaram a propor

---

[26] "*Autoren (...), die ohne lokale Beschränkung die allgemeinhellenische Geschichte der eigenen Zeit oder bis auf die eigene Zeit dargestellt haben*" (*ibid.*)

[27] 1909, p. 97.

[28] "*erst mit Thukydides hat die griechische Historiographie* την αύτής φύσιν *erreicht, indem sie die Gattung erzeugt, die nun dauernd die vornehmste und wichtigste bleibt, ja die eigentlich allein als „Geschichtsschreibung" gilt, die Zeitgeschichte.*", 1909, p. 98.

um método além da filologia tradicional, através da definição da área como especialização própria da História, a *Altertumwissenschaft*.[29] A ideia subjacente ao método consistiu, *grosso modo*, em estabelecer modelos valorativos para comparação, tanto que é comum que haja julgamentos do tipo "o historiador X não é um bom historiador, porque comete erros factuais/seu estilo não é tão elevado (quanto o historiador Y)."[30] Assim, Tucídides é tido, dentro desses parâmetros, como o modelo supremo em termos de estilo, retórica e organização da narrativa histórica, um valor que segue forte até hoje[31] e que, na verdade, de certa forma copia o próprio julgamento dos antigos.[32] Murari Pires resume os atributos da "cientificidade" tucidideana, que ajudou a alçar o historiador ateniense ao posto máximo do sistema classificatório de Jacoby:

> (...) o primado da verdade dos fatos em sua singularidade de acontecimentos cronologicamente ordenados; o exercício de capacidade crítica estruturada por método analítico de rigorosa apuração de veracidade; a hermenêutica guiada por tese de causalidade imanente da História; a epistemologia baseada em ideal de objetividade; e finalmente, talvez mesmo um saber que aspirasse à formulação de leis gerais dos fenômenos históricos.[33] [*ktema es aei*, "aquisição para sempre", 1, 22]

O ápice em Tucídides do desenvolvimento que Jacoby pretende mostrar através do arranjo dos fragmentos também é

[29] "Minha suspeita é que a distinção acadêmica moderna entre Filologia e História como disciplinas separadas pode nos levar a entender o tipo curioso de lógica por trás das decisões de Jacoby" ("*My suspicion is that the modern academic distinction between philology and history as separate disciplines may lead us some way towards explaining the curious kind of logic behind Jacoby's decisions.*"), Schepens, 1997, p. 162. Cf. Marincola,1999, p. 284, n. 11.

[30] Podemos lembrar de autores como Xenofonte ou Amiano Marcelino e ver como os estudos sobre eles foram preteridos por um bom tempo por causa desse tipo de julgamento.

[31] Haja vista o quanto que a abordagem de Momigliano sobre a importância temática da História política e militar a partir de Tucídides ainda é referência (1990, pp. 29-79). Cf. Hartog, 2005. É curioso notar, como vários autores o fazem, o quão contraditório parece considerar Tucídides como o historiador pleno sendo que ele sequer usa o termo *'ιστορίη*.

[32] Mas vide ressalvas em Nicolai, 2006 e Fromentin; Gotteland, 2014.

[33] Pires, 2007, p. 18 (cf. Pires, 2006, p. 811); Harloe; Morley, 2012.

resposta a uma explicação anterior do desenvolvimento da historiografia grega, a de Wilamowitz, que havia defendido que os historiadores gregos haviam primeiro escrito histórias locais para só depois escrever histórias de toda a Grécia.[34] A questão se volta para se as histórias locais já existiam antes de Tucídides ou se Heródoto é o último nome de um modelo diferente de historiografia, pautado na combinação entre etnografia e narrativa sobre o passado mais distante. Para Jacoby, que defende essa última ideia, isso significa que Heródoto seria um ponto de passagem entre dois entendimentos de escrita da História, o que se refletiria na própria estrutura de sua obra: a primeira parte versaria sobre a etnografia, tal como em Hecateu, e a segunda parte, inserindo o *spatium historicum* propriamente dito,[35] com uma perspectiva parcial grega na guerra contra os persas, seria uma prefiguração do que aparece em Tucídides, já que apresenta uma *Πράξεις Ελληνικαί* ao invés de uma investigação sobre o mundo, como o *Περίοδος Γῆς*. A historiografia grega seguiria então uma evolução esquemática entre Hecateu, Heródoto e Tucídides,[36] em que Heródoto aparece como ponto único de contato entre a etnografia geral desinteressada e a monografia política que apresenta um ponto de vista assumidamente grego.

O que se segue seriam, portanto, as *Hellenica* que continuam Tucídides e depois umas às outras, as histórias universais, as histórias helenísticas – que combinam uma ideia de universalidade e de centralidade helênica por causa de Alexandre –, as histórias dos compiladores do séc. I a.C., tal como Dionísio de Halicarnasso e as histórias contemporâneas da Antiguidade tardia. O surpreendente hiato entre essas duas últimas é justificado por Jacoby ao afirmar

[34] Não que Wilamowitz, que havia sido seu professor e amigo, se opusesse posteriormente a esse novo sistema de classificação, como mostra Schepens, 2010, p. 435. Cf. Humphreys, 1997, p. 208.

[35] 1909, p. 99.

[36] 1909, p. 100. Na nota 1, pp. 103-104, Jacoby faz até mesmo uma "árvore genealógica literária" para mostrar seu esquema, em que mostra como as genealogias e cronografias se separam da historiografia propriamente dita e consolidada pela sucessão Hecateu – Heródoto – Tucídides.

que os gregos dos primeiros dois séculos do principado não poderiam escrever uma *Zeitgeschichte* porque a História agora deveria ser necessariamente a História do Império Romano, para a qual se deveria pensar como um romano – "e isso os gregos nunca conseguiram fazer".[37]

Resta uma última subcategoria no esquema de Jacoby, a horografia, ou História local, menos "científica" e mais "psicologicamente motivada" pela busca de um passado ideal.[38] Seu argumento mais importante é baseado em uma pesquisa filológica intensa destinada a demonstrar que a horografia surge depois de Heródoto e que isso é demonstrável pelo fato de que este não parece ter conhecimento algum dessas histórias locais, pela forma como apresenta sua pesquisa de fontes no texto. Ainda mais, Heródoto teria sido a próprio causa do surgimento da horografia, pois teria, com sua obra, estimulado a criação das histórias "patrióticas" das diferentes *poleis*.

Sem entrar nas minúcias filológicas, vemos que tal proposta tem sido largamente contestada, até mesmo pelo fato de que o estado dos fragmentos não permite com o mínimo nível de certeza enumerar, datar e sumarizar o conteúdo das primeiras horografias a ponto de chancelar Jacoby.[39] De fato, sua sustentação é frágil em termos filológicos, já que depende de um *argumentum ex silentio*, mas há também outro ponto importante a destacar, que é sua

[37] "*Und dazu haben es die Griechen nie gebracht*", 1909, n. 3, p. 107.

[38] "Os motivos psicológicos que levaram ao surgimento do gênero são essencialmente diferentes daqueles que inspiraram o antigo milésio [Hecateu] e seus sucessores. Aqui temos o claro realismo da crítica científica e busca jônica pela pesquisa, o reconhecimento de que a História é a 'professora' da política; aqui [há] o conteúdo pan-helênico e um olhar dirigido a todo o mundo conhecido; no primeiro temos um distanciamento do presente, um uma imersão onírica em um passado mais belo", "*Die psychologischen Motive, die zur Entstehung der Gattung geführt haben, sind wesentlich verschieden von denen, die den alten Milesier und seine Nachfolger bewegten. Hier Laben wir den hellen Wirklichkeitssinn der wissenschaftlichen Kritik und des ionischen Forschungstriebes, die Erkenntnis, dass die Geschichte „Lehrerin" der Politik ist; hier den panhellenischen Stoff und einen auf die ganzecbekannte Welt gerichteten Blick; dort Abkehr von der Gegenwart, träumerisches Versenken in eine schönere Vergangenheit) und den allerbeschränktesten Lokalpatriotismus.*", 1909, pp. 109-110.

[39] Um exemplo de refutação também filologicamente minuciosa é Joyce, 1999, sobre Helânico de Lesbos ser o primeiro horógrafo de Atenas (ou atidógrafo, "historiador da Ática").

dependência mais uma vez de uma visão historiográfica típica do século XIX, a imagem dos "grandes nomes" inspiradores que moveriam a História. Como aponta Fowler:

> A dificuldade com [essa] insistência em uma distinção aguda entre a História de Heródoto e as de todos os outros é que uma visão deveras romântica tende a resultar em um gênio isolado, sem o benefício do estímulo de outros pensadores, e transformado pela pura força do intelecto de etnógrafo a historiador.[40]

Continuação e crítica em Charles Fornara

A abordagem de Jacoby permaneceu incontestada até o fim do século e mesmo suas contradições foram pouco exploradas. Algumas das mais explícitas estão relacionadas às suas dúvidas ao classificar os outros subgêneros da historiografia, como as biografias e os autores antiquários helenísticos e posteriores;[41] ao datar e encaixar fragmentos de obras das quais se sabe muitas vezes apenas o título;[42] ou na sua confusa decisão de colocar todas as obras de um determinado autor dentro da mesma categoria, mesmo que este tivesse escrito obras evidentemente pertencentes a outros subgêneros. Porém, como medida da onipresença do seu modelo, o principal texto que retoma o tema, o primeiro capítulo de *The Nature of History in Ancient Greece and Rome*, de Charles Fornara (1988), concorda em larga medida com Jacoby, ainda que reconheça esses problemas:

---

[40] Fowler, 2007, p. 97. Cf. Humphreys: "Na Antiguidade, os processos de inclusão e exclusão eram impulsionados principalmente por considerações de estilo ou por facilidade de referência; os estudos modernos sobrepuseram nessa distinção uma concepção mais romântica do gênio autoral e uma concepção mais positivista de fatos históricos", "*In antiquity the processes of inclusion and exclusion were driven largely by considerations of style or of ease of reference; modern scholarship has overlaid onto that distinction a more romantic conception of authorial genius and a more positivist conception of historical facts.*", 1996, p. 211.

[41] Schepens, 1997; 2010.

[42] Humphreys, 1997.

> Pois embora várias instâncias possam ser encontradas onde o tipo de escrita peculiar a qualquer um desses gêneros aparece em uma obra de outro tipo, essa influência mútua provia variedade e riqueza sem destruir a lógica e a estrutura inerentes ao gênero original.[43]

A leitura de Fornara também apresenta uma série de contradições. A princípio, ele ignora as dificuldades de nomenclatura que o próprio Jacoby já levantava, como vimos acima, afirmando que os nomes das classificações modernas conformam com os nomes antigos, mesmo que "ainda que uma certa imprecisão de linguagem possa ser encontrada em cada era".[44] Isso lhe trará problemas mais adiante em seu texto, quando examina a etnografia, um termo evidentemente desconhecido dos antigos: "a forma de literatura antiga agora descrita como etnografia não possuía nenhum nome categórico específico no período antigo".[45]

Em seguida, ele diverge ostensivamente da definição de "História contemporânea" de Jacoby, afirmando que os autores que a elaboraram podem ser entendidos como um conjunto coeso muito menos pela narrativa de sua História contemporânea do que pela sua metodologia, propósito e assunto em comum[46] – ou seja, a *descriptio rerum gestarum*. É curioso, porém, ao retomarmos Jacoby, que o problema para definir esse subgênero historiográfico talvez esteja na sua própria solução para tradução, "*Zeitgeschichte*", de um termo que ele mesmo cria e que está em plena consonância com a definição de Fornara, a *Πράξεις Ελληνικαί*, o "relato dos feitos dos gregos".[47] Sendo assim, Jacoby poderia argumentar o mesmo do que Fornara: é

---

[43] "*For although numerous instances can be found where the kind of writing peculiar to any one of these genres appears in a work of another type, such mutual influence provided variety and richness without destroying the inherent logic and structure of the debtor genre.*" Fornara, 1988, p. 2.

[44] As categorias "*conform in definition and nomenclature to ancient conceptions (although a certain imprecision of language can be found in every era)*". *ibid.*

[45] 1988, p. 12. Cf. Skinner, 2012.

[46] 1988, p. 3.

[47] Cf. acima, n. 27.

exatamente por causa da metodologia usada por Tucídides e seus sucessores –, ou seja, mesmo que a princípio, a predominância do testemunho visual e depois oral (Tuc., I. 22) –, que são definidos o propósito e o assunto das obras, daí o fato de a História ser contemporânea a eles ser uma consequência presumida.

Fornara também critica a relação evolutiva Hecateu – Heródoto – Tucídides, sustentando que Heródoto deve menos a Hecateu do que a Homero. A influência de Hecateu teria se dado sem dúvida na proeminência da etnografia nos primeiros livros de Heródoto e no método de investigação da tradição oral, mas, segundo Fornara, é a estrutura narrativa de Homero, através da construção de episódios e da presença de discursos, que faz de Heródoto não um sucessor casual de Hecateu, mas sim o iniciador de uma tradição em prosa que, em última instância, mimetiza a poesia.[48]

No entanto, quanto a Tucídides, Fornara é curiosamente vago. Em nenhum momento ele entra no mérito da questão fulcral de Jacoby, que é demonstrar o desenvolvimento científico da historiografia grega e sua culminação em Tucídides. Mas não é tão difícil entender o porquê: no final da década de 1980, influenciados direta ou indiretamente pela virada cultural, pelo pós-modernismo e por uma abordagem primitivista que separa radicalmente o mundo antigo de nós, os estudos sobre historiografia antiga já não têm uma preocupação teleológica,[49] mas adquirem contornos mais historicistas:

> Tentar caracterizar a historiografia grega, ou mesmo suas variedades separadas, como uma totalidade seria procurar uma uniformidade enganadora em um meio que mais do que outros toma forma e caráter das condições de seu ambiente político e cultural.[50]

[48] 1988, p. 32.

[49] Cf. Marincola, 1999, p. 291.

[50] "*To attempt to characterize Greek historiography, or even its separate varieties, as a whole would be to seek specious uniformity in a medium that more than most takes shape and character from the conditions of its political and cultural environment*." Fornara, 1988, p. 61.

A abordagem alternativa de John Marincola

A mesma ideia sobre as categorias de Jacoby aparece no texto de John Marincola, escrito uma década depois de Fornara (1999):

> (...) já que a historiografia antiga evoluiu constantemente, deve-se prestar atenção à inter-relação entre forma, conteúdo e contexto para cada obra individual, e (...) deve-se sempre estar aberto à inovação dentro de qualquer categoria de gênero.[51]

Mas Marincola já desconstrói totalmente a validade das categorias de Jacoby, propondo não o abandono *per se* de uma taxonomia, e sim reconhecendo que o problema do autor alemão foi defini-las e mantê-las dentro de um conjunto estático de regras. Em perfeita consonância com o pensamento pós-moderno do fim do século XX, Marincola afirma o seu ponto de maneira muito semelhante ao do relativismo dos estudos culturais:

> (...) a inovação modificou tão constantemente as formas tradicionais que é perigoso assumir uniformidade de tratamento pelos autores escrevendo dentro do mesmo gênero; (...) o gênero não é um conceito estático, funcionando como uma 'receita' com um conjunto fixo de ingredientes que a obra deve conter, mas, ao invés disso, é dinâmico e deve ser visto como uma 'estratégia de composição literária'.[52]

Seu débito metodológico vem de Gian Biagio Conte, autor que procurou desconstruir uma ideia muito em voga no século XX sobre os gêneros literários antigos como conjuntos de regras, definidos pelos tratados de retórica e capitaneados por determinadas obras

---

[51] "(...) *one must pay attention to the interplay between form, content, and context for each work individually, and that one must always make allowance for innovation within any generic category.*" 1999, p. 282.

[52] "(...) *innovation constantly modified traditional forms, so that it is dangerous to assume uniformity of treatment by authors writing in the same genre;* (...) *genre is not a static concept, functioning as a 'recipe' with a fixed set of ingredients that the work must contain, but rather is dynamic and should be seen as a 'strategy of literary composition'.*" *Ibidem.*

exemplares (como no caso de Tucídides para Jacoby). Em uma resenha sobre um livro dedicado ao estudo dos modelos literários antigos, Conte sumariza sua visão crítica, que é seguida explicitamente por Marincola:

> (...) a utilidade filológica da noção de gênero literário consiste nisto: é o aparato que determinava construções ideológico-temáticas para corresponder de forma estável a estruturas expressivas específicas: são essas relações biunívocas entre conteúdo e expressão adequados que dão uma função crítica ao conceito de gênero. Pouco importa que, para alguns filólogos, os gêneros sejam categorias estético-literárias historicamente determinadas pelo modelo de textos exemplares de conjuntos de preceitos ditados por algum retórico; ou que, para outros, trata-se, ao invés disso, de modos próprios de linguagem, categorias abstratas que se referem a uma antropologia da expressão verbal; o importante é que pertence ao status do gênero associar de forma estável - em uma relação historicamente constituída - os conteúdos do texto literário e o sistema de formas expressivas.[53]

É nesse sentido que Marincola levanta críticas importantes a Jacoby, algumas já brevemente delineadas por Fornara ou discutidas por outros autores: a) uma visão teleológica do desenvolvimento da historiografia, que resulta, por tomar Tucídides como seu ponto máximo, no "'ápice' da escrita histórica [ser] portanto colocado muito cedo, e os escritores seguintes são vistos como decadentes em relação a esse padrão superior"[54]; b) a posição individual de Heródoto como ponto fulcral da historiografia grega, descartando a

[53] "*l'utilità filologica posseduta dalla nozione di genere letterario consiste in questo: esso è l'apparato che a determinate costruzioni ideologico-tematiche fa corrispondere stabilmente specifiche strutture espressive: sono queste relazioni biunivoche fra contenuto e espressione adeguata che danno funzione critica al concetto di genere. Poco importa che per taluni filologi i generi siano categorie estetico-letterarie storicamente determinate sul modello di testi esemplari di precettistiche dettate da questo quel retore; oppure che per altri si tratti invece di veri e propri modi del linguaggio, categorie astratte che rinviano a un'antropologia dell'espressione verbale; l'importante è che appartiene allo statuto del genere di associare stabilmente - in una relazione storicamente costituita - i contenuti del testo letterario e il sistema delle forme espressive.*", 1981, p. 55.

[54] "*The 'peak' of historical writing is therefore put extremely early, and later writers are seen as declining from this high standard*", 1999, p. 291.

influência de outros gêneros como a épica e a elegia na escrita da História; c) a rigidez das categorias criadas por Jacoby e seu evidente anacronismo, pelo fato delas não existirem dessa forma para os próprios antigos (o que nos leva a perguntar em que medida eles tinham consciência e agência na definição de modelos historiográficos); d) uma noção estática de gênero; e e) como isso faz com que tenhamos grandes problemas em encaixar diferentes autores e obras quando não se encaixam totalmente nesses modelos.

Assim, ele apresenta uma nova proposta de leitura dos historiadores antigos, não como uma substituição pura e simples dos gêneros, mas como critérios de análise cujo objetivo é não encaixar o autor, mas sim interpretá-lo – como vimos – em sua própria forma, conteúdo e contexto. Podemos ver que se trata aqui de uma mudança de eixo de abordagem: enquanto que Jacoby parte de uma pergunta *a priori*, de caráter evolutivo, Marincola faz o contrário, pois seu propósito é entender a lógica interna da narrativa do autor em primeiro lugar para só depois (talvez) interpretá-lo dentro do conjunto.[55] Esses critérios de análise são a) se o texto é narrativo (mimético, sincrônico), ou não-narrativo (diacrônico, descritivo, como as etnografias), sendo que um texto pode conter ambas es formas em diferentes momentos; b) foco, ou ponto de vista, no sentido de abarcar a História de um indivíduo (biografia), um grupo individual (Xenofonte, *Anábase*), uma *pólis* (horografia), uma nação (*Hellenica*), conflitos entre duas nações ou a História universal; c) limite cronológico, se abarca um *continuum* desde as origens até o presente, ou um intervalo menor; d) o tipo de arranjo cronológico, como no caso da cronografia e dos anais; e, por fim, e)

[55] "Isso deve ser feito não para atribuir uma obra histórica a esse ou aquele grupo, mas, ao invés disso, como um primeiro passo para compreender o que o historiador vê de relevante para o retrato do passado que ele está tentando criar, e como a inclusão de determinado material em sua obra procura mediar entre essa visão do passado e a realidade do presente em que ele se encontra.", "*This must be done not to assign an historical work to one or another group, but rather as a first step to understanding what the historian sees as relevant to the portrait of the past that he is attempting to create, and how the inclusion of such material in his work tries to mediate between that vision of the past and the present reality in which he finds himself*.", 1999, p. 309.

o assunto, em que a História política e militar não deve necessariamente ter precedência sobre, por exemplo, uma temática antiquária – abordagem essa em consonância particular com a valorização da História cultural e do cotidiano proposta no século XX, por exemplo, pela Escola dos *Annales*.

Resumindo, através dessa proposta podemos ver, mais uma vez, como a abordagem de Marincola não pretende exatamente fazer uma correção nas categorias de Jacoby, mas sim uma leitura completamente diferente. A pergunta de fundo de Jacoby, sobre como funcionou a evolução da historiografia antiga, é antes ignorada por Fornara e aqui substituída por outra pergunta de fundo diferente: como os antigos abordavam (essencialmente através de sua individualidade) a escrita da História?

Marincola abre seu texto com uma crítica a um artigo de Thomas Rosenmeyer (2006), que se propõe a abandonar o uso do conceito de gênero em favor da *aemulatio* de predecessores individuais.[56] A crítica consiste em afirmar que esse abandono é um exagero e que não é necessário descartar por completo a ideia de gênero.[57] Porém, a abordagem de Rosenmeyer traz ainda mais elementos da discussão pós-moderna para a literatura antiga (seu texto não trata especificamente de historiografia). Reconhecendo os impasses contemporâneos sobre as concepções possíveis dos gêneros, Rosenmeyer usa uma terminologia bastante característica para seu questionamento:

> Que condições de recepção e epistemológicas precisam ser satisfeitas antes que o conceito de gênero possa ser autenticado?

[56] "Ao invés da crítica de gênero, os antigos praticavam a crítica de modelo. Suas alianças e afiliações se conectam não com um modo ou tipo, mas com um pai, um guia pessoal. Se eles se alinham a uma obra, esta é identificada como a obra de um autor reverenciado, a precipitação de um ato literário, e não um texto órfão, um segmento textual ou uma ideia genérica". "*Instead of genre criticism, the ancients practiced model criticism. Their allegiances and affiliations connect, not with a mode or a kind, but with a father, a personal guide. If they ally themselves with a work, it is identified as the work of a revered author, the precipitation of a literary act, not a fatherless text or a textual segment or a generic idea.*" Rosenmeyer, 2006, pp. 435-436.

[57] Marincola, 1999, p. 281.

> Como o sentido de gênero pode ser associado à experiência do leitor (ou do intérprete) e a categorias filosóficas tradicionais?[58]

O uso de termos como "círculo hermenêutico"[59] e menções a Derrida situam sua abordagem no mesmo momento de Marincola, que usa Hayden White para repensar as categorias de análise literária.[60] Na verdade, suas interpretações não estão distantes, apesar da refutação de Marincola. Retomando o foco deste na importância mútua da forma, conteúdo e contexto, Rosenmeyer diz o mesmo em outras palavras:

> Autores, consumidores, críticos, produtores, intermediários e gênios originais não podem se mexer sem reconhecer as convenções a partir das quais, ou contra, pretendem trabalhar. Mas embora essas escolhas pareçam muitas vezes quase automáticas, os determinantes culturais e processos históricos modulam as definições, de forma que uma teoria geral do campo da distribuição de gêneros é mais improvável do que nunca.[61]

Como conclusão, podemos retomar a diferença entre as categorias propostas por Jacoby e os critérios de análise de Marincola como partes muito claras de dois momentos históricos e historiográficos distintos. No caso do primeiro, o cientificismo positivista que ainda era prevalente no início do século XX se reflete na pergunta de fundo que o alemão faz sobre os historiadores antigos, preocupado que estava com a reconstrução de uma evolução que teria ocorrido entre os antigos até o auge da forma historiográfica com Tucídides, a partir do qual tudo seria derivativo ou menos "científico".

---

[58] "*What receptorial and epistemological conditions must be satisfied before the concept of genre can be authenticated? How is the sense of genre to be coupled with the reader's (or interpreter's) experience, and with traditional philosophical categories?*" Rosenmeyer, 2006, p. 422.

[59] *Idem*, p. 423.

[60] Marincola, 1999, p. 302, 304.

[61] "*Authors, consumers, critics, producers, middlemen, and original geniuses cannot move without acknowledging the conventions within which or against which they wish to work. But though these choices often seem quasiautomatic, cultural determinants and historical processes modulate the definitions so that a general field theory of genre distribution is more unlikely than ever.*" 2006, p. 423.

Já Marincola, prenunciado pelas críticas de Fornara, está inserido em um contexto pós-moderno, fluido e dinâmico, de virada de século, em que não cabe mais se perguntar sobre evolução, mas sim contextualizar individualmente os autores e relativizá-los em busca de uma abordagem dos antigos com menos juízo de mérito.

Sendo assim, fica claro que essas abordagens são reflexos dos tempos que as produzem, e não devem ser tomadas como classificações absolutas e incontestáveis da historiografia antiga. Entretanto, ficam ainda algumas perguntas. Já que essas categorias para ler os antigos na verdade são nossas, resta ainda alguma possibilidade de entender como eles próprios pensavam a escrita da História? É possível, de fato, pensar em uma consciência histórica, que surge e se torna cada vez mais diversa, em separado da ideia de *aemulatio* e da retórica, ou isso refletiria apenas nossa compartimentação disciplinar? Como resolver os – aparentemente insolúveis – problemas que os fragmentos nos colocam?[62] Seja como for, tentativas como as de Jacoby e Marincola são importantes exercícios para pensar nossa visão dos antigos, desde que se tenha a consciência de que seu próprio contexto, assim como no caso dos antigos, determina sua formulação.

Referências

BERTI, M. Fragmentary texts and digital libraries. In: CRANE, G.; LÜDELING, A., BERTI, M. (Eds.). *Philology in the age of Corpus and computational linguistics*, CHS Publication, 2011. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.452.606&rep=rep1&type=pdf>, acesso em 30 jul. 2018.

BRUNT, P. A. On historical fragments and epitomes. *The Classical Quarterly*, v. 30, n. 2, p. 477-494, 1980.

CONTE, G. B. et al. A proposito dei modelli in letteratura. *Materiali e discussioni per l'analisi dei testi classici*, n. 6, p. 147-160, 1981.

[62] Vide a importante discussão de Brunt, 1980.

CREUZER, G. F. (ed.). *Historicorum graecorum antiquissimorum fragmenta*. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1806.

FORNARA, C. W. *The nature of history in ancient Greece and Rome*. University of California Press, 1988.

FOWLER, R. L. Early historie and literacy. In LURAGHI, Nino (Ed.). *The historian's craft in the age of Herodotus*. Oxford: Oxford University Press, p. 95-115, 2007.

FROMENTIN, V.; GOTTELAND, S. Thucydides' Ancient Reputation. In: LEE, C.; MORLEY, N. (Eds.). *A Handbook to the Reception of Thucydides*. Wiley Blackwell p. 11-25, 2014.

HARLOE, K.; MORLEY, N. (Ed.). *Thucydides and the modern world: Reception, reinterpretation and influence from the Renaissance to the present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HARTOG, F. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris, 2005. (Em português: *Evidência da História – o que os historiadores veem*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2011).

_____. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

HUMPHREYS, S. C. Fragments, fetishes, and philosophies: Towards a history of Greek historiography after Thucydides. In: MOST, G. W. (Ed.). *Collecting fragments: Fragmente sammeln*. Vandenhoeck und Ruprecht, 1996, pp. 207-224.

JACOBY, F. Über die Entwicklung der griechischen Historiographie und den Plan einer neuen Sammlung der griechischen Historikerfragmente. *Klio,* v. 9, n. 9, p. 80-123, 1909.

_____. *On the Development of Greek Historiography and the Plan for the New Collection of the Fragments of the Greek Historians. The 1956 Text with the Editorial Additions of Herbert Bloch,* translated by Mortimer Chambers and Stefan Schorn. Disponível em < https://research.ncl.ac.uk/histos/documents/SV03JacobyOnTheDevelopment.pdf>, acesso em 30 jul. 2018.

JOYCE, C. Was Hellanikos the First Chronicler of Athens? *Histos,* v. 3, 1999, pp. 1-17. Disponível em https://research.ncl.ac.uk/histos/documents/1999.01 JoyceWasHellanikostheFirstChronicler117.pdf>, acesso em 30 jul. 2018.

LATEINER, D. *The historical method of Herodotus*. University of Toronto Press, 1989.

MARINCOLA, J. Genre, convention, and innovation in Greco-Roman historiography. In: KRAUS, C. S. (Ed.). *The limits of historiography: genre and narrative in ancient historical texts*. Brill, 1999, p. 281-324.

_____. "Bonnechère, P. Die Fragmente der griechischen Historiker. Indexes of Part I, II, and III. Indexes of Ancient Authors. Leiden, Brill, 1999". *Bryn Mawr Classical Review*, 2000.01.09. Disponível em <http://bmcr.brynmawr.edu/ 2000/2000-01-09.html>, acesso em 30 jul. 2018.

MOMIGLIANO, A. *The Classical Foundations of Modern Historiography*. Sather Classical Lectures 54. Berkeley, Los Angeles, and London, 1990. (Em português: *As raízes clássicas da historiografia moderna***.** Bauru/SP: Edusc, 2004).

NICOLAI, R. Thucydides continued. In: RENGAKOS, A.; TSAKMAKIS, A. (Eds.). *Brill's Companion to Thucydides*. Leiden: Brill, p. 693-719, 2006.

PAYEN, P. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? *História da historiografia*, n. 6, p. 103-122, 2011. Disponível em <https://hh.emnuvens. com.br/revista/article/view/250>, acesso em 30 jul. 2018.

PIRES, F. M. Thucydidean modernities: history between science and art. In: RENGAKOS, A.; TSAKMAKIS, A. (Eds.). *Brill's Companion to Thucydides*. Leiden: Brill, p. 811-838, 2006.

_____. *Modernidades tucidideanas: Ktema es aei.* São Paulo: EdUSP, 2007.

ROSENMEYER, T. G. Ancient Literary Genres: A Mirage? In: LAIRD, A. (Ed.). *Ancient Literary Criticism.* Oxford: Oxford University Press

SCHEPENS, G. Die Debatte über die Struktur der Fragmente der griechischen Historiker. *Klio*, v. 92, n. 2, p. 427-461, 2010.

_____. Jacoby's *FGrHist*: Problems, Methods, Prospects. In: MOST, G. (Ed.). *Collecting Fragments / Fragmente Sammeln*. Göttingen, 1997, pp. 144-72.

SKINNER, J. E. *The invention of Greek ethnography: from Homer to Herodotus*. Oxford University Press, 2012.

ZAMBRINI, A. Aspetti dell'etnografia in Jacoby. In: AMPOLO, C. *Aspetti dell'opera di Felix Jacoby. Atti del primo Seminario Arnaldo Momigliano, tenutosi alla Scuola Normale Superiore di Pisa 18-19 Dicembre 2002*. Pisa: Ed. della Normale, p. 189-200, 2002.

12

Escravidão, Colonato e Pequenos Proprietário nas Comunidades Rurais da Gália tardo-romana

Uiran Gebara da Silva [1]

I. Introdução

O propósito deste artigo é problematizar e questionar a visão historiográfica predominante no século XX de que teria ocorrido uma aproximação e confusão da condição social dos trabalhadores rurais nascidos livres e dos escravos na Gália tardo-romana. Esta perspectiva de confusão dos estatutos sociais de diferentes camadas das classes subalternas por muito tempo esteve enraizada na historiografia sobre o Império Romano tardio, constituindo-se em um sólido consenso historiográfico. Vem sendo, porém, contestada nas últimas décadas, mas tal contestação tem demorado a penetrar na produção acadêmica sobre a Gália tardo-romana. Uma das razões para isso, talvez, seja porque, ao longo dos séculos XIX e XX, os historiadores sistematicamente subvalorizaram a presença do escravo rural na região. Eu começo com uma breve exposição sobre a questão historiográfica e sobre como os historiadores que analisaram a Gália nesse período tenderam a diminuir a relevância da escravidão na Gália romana. Em um segundo momento, analiso passagens de autores tardo-romanos que apresentam como, na visão da própria elite galo-romana, mantém-se a distinção entre camponeses (sejam pequenos proprietários, sejam colonos) e

[1] Professor de História Antiga da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Membro do LEIR-MA-USP.

escravos. Concluo o artigo com uma reflexão a respeito dos problemas de recentes propostas conceituais da *nova economia institucional* (NIE – *new institutional economics*) para a compreensão da Economia Antiga e das formas de subordinação social por meio das relações de trabalho no contexto da Antiguidade Tardia.

II. A historiografia sobre o colonato e sobre a escravidão na Gália romana

Começo então com a análise da historiografia. Ao se observar a produção acadêmica sobre as relações de trabalho no período tardo-romano, pode-se dizer que havia um grande consenso até fins do século XX. O paradigma de análise que propunha uma convergência das condições sociais entre os trabalhadores rurais livres e os escravos era dominante (Anderson, 2000; De Coulanges, 1894; Dockes, 1982; Finley, 1991; Jones, 1958; Staerman, 1980; Ste. Croix, 1998; Wickham, 1984). Acredito que se possa associar esse paradigma, tal a sua força, à figura de Fustel de Coulanges na virada do XIX para o XX, ou, em meados do XX, à influência de A.H.M Jones no mundo capitalista, de Elena Staerman na historiografia comunista pós-stalinista e à de Finley, no final desse recorte.

Esse paradigma era composto de três elementos: patronato (a ideia de que todas as relações sociais nas comunidades rurais eram de caráter dependente), colonato (a ideia de que no Império tardio havia um processo de rebaixamento do estatuto social dos produtores diretos, tornados escravos da terra) e a visão de crise no escravismo antigo (a ideia de que, por variadas e contraditórias causas, a forma de exploração baseada no trabalho escravo se encerrava no século III).

Tal paradigma tinha como desenvolvimento lógico a transição da sociedade romana para a sociedade feudal, ou em termos marxistas, que não são exatamente correspondentes, do modo de produção escravista ao modo de produção feudal. Ele foi

severamente abalado no final do XX: primeiro vieram as mudanças nas formas de análise da documentação textual (no contexto da Nova História Cultural), seguidas pelo impacto da arqueologia sobre a historiografia da economia e da sociedade antigas. Com isso, os pilares do modelo antigo foram abalados.

A ideia de uma crise da escravidão foi duramente criticada e agora parte da historiografia defende que esta modalidade de trabalho rural teria continuado a existir, embora na forma da unidade doméstica camponesa. Parte dos autores afirma que essa nova forma substituiu o modelo de *plantation* antigo e outra parte afirma que a escravidão antiga sempre teria seguido este formato "familiar" (Finley, 1991; Harper, 2011, 2012; Roth, 2007; Vera, 2012). O colonato tardo-romano deixou de ser entendido unilateralmente como uma nova conformação rebaixada da condição social e do estatuto dos trabalhadores rurais, sendo agora visto muito mais como um esforço fiscal (Banaji, 2007; Carrié, 1982a, 1982b, 1983, 1997; Grey, 2007; Lo Cascio, 1997; D. Vera, 1998; Vera, 2012; Whittaker, 1993).[2] O patronato rural é o elemento que se mantém, muito embora a tendência que se desenha hoje é começar a entendê-lo como mais flexível, apresentando-o em termos de uma competição entre patronos e oferecendo margens de manobra para a ação dos trabalhadores rurais (J. F. Drinkwater, 1989; Garnsey, 2010; Grey, 2011; Van Dam, 1985; Wallace-Hadrill, 1989).

Nesse quadro geral, a historiografia sobre a Gália romana apresenta uma peculiaridade. Os historiadores que analisaram a Gália nesse período tenderam a diminuir a relevância da escravidão na Gália romana e a apresentar como precoce a formação daquele tipo de colonato dependente, que seria característico do período tardio em outras partes do Império (MacMullen, 1987, 1992; Wightman, 1978).[3] A consequência lógica disso é que a

[2] Há ainda muitos historiadores que defendem a antiga visão: Giliberti (1999), Marcone (1985), Mirković (1997) Sirks (2001).

[3] Uma das poucas posições contrárias, durante muito tempo, foi a de Ross Samson (1989, 1992). Antes dele, Roger Agache estabeleceu um modelo de colonização romana da Gália baseada em *villae*, mas

historiografia sobre a Gália tendeu a apresentar as condições de trabalho rural como quase a-históricas, categorizadas por meio de um mesmo tipo de dependência rural desde o período pré-romano e com uma importante fermentação na "semiescravidão" do colonato, até a Idade Média, quando tais formas encontram seu desenvolvimento último na assim chamada servidão feudal. Neste contexto, a Gália Romana é crucial para aquela perspectiva tradicional da Historiografia, que propõe uma transição entre "eras". A Gália tardo-romana, ao tornar-se reino Merovíngio e Carolíngio, é a região onde a historiografia articula a "transição" da Antiguidade à Idade Média.

III. Camponeses, colonos e escravos

Passo agora para a análise de passagens de autores tardo-romanos que penso apresentarem certa manutenção da distinção entre camponeses (ou trabalhadores rurais livres) e escravos. Começo abordando brevemente os problemas e os desafios relacionados à conformação das representações antigas e modernas dos escravos rurais na Gália romana tardia a enquadramentos ideológicos e de gêneros literários (Wood, 1992). Isto é, a forma como as estruturas formais e os contextos sociais do discurso, de enunciação e de produção, imprimem e conformam seu conteúdo referencial. A divisão entre estruturas formais e contextos sociais é analiticamente necessária, uma vez que, por um lado, os contextos sociais de produção e enunciação produzem relações de classe, de *status*, visões de mundo e orientações religiosas ou políticas nos textos. Por outro lado, o enquadramento produzido por gêneros literários atua sobre o conteúdo referencial, não o refletindo, mas o recriando dentro de um contexto literário correspondente e esperado. Desta forma, o gênero de um determinado texto pode ser

não se aprofundou no que isso significava em termos da existência de escravidão ali (Agache, 1978). Cf. também a síntese dos resultados arqueológicos de Frederick Hugh Thompson (2003).

visto como seu enquadramento "ideológico", ao possibilitar recriar o mundo exterior dentro de um mundo de textos (Conte, 1994).

A questão do enquadramento é muito importante para o primeiro autor analisado. Ausônio, gramático, orador e poeta da elite galo-romana na segunda metade do séc. IV, é talvez um dos mais importantes exemplos de ascensão social no Império tardio (Hopkins, 1965; Isbell, 1974; Sivan, 1993; Skinner, 2013). Em seus textos, a manutenção da distinção entre escravo e livre não aparece sempre de forma explícita, mas ela se faz presente. É importante ter em mente que a poesia de Ausônio é marcada por uma espécie de *sermo humilis* no que diz respeito à sua riqueza e ao seu poder e que, apesar de bastante interessada em apresentar cenas do cotidiano, é bem lacônica em relação às condições de vida dos produtores diretos. Ainda assim, ao compor seus textos a partir de gêneros poéticos latinos – que influenciam também sua composição literária –, é inescapável para ele fazer menção ocasional aos habitantes pobres das regiões rurais. Assim, temos nela alguns vislumbres desses trabalhadores. A primeira passagem que eu gostaria de discutir está em sua poesia *De Herediolo,* que faz parte da coleção de poemas domésticos.

> De fato, saiba ainda, qual o tamanho dessa minha roça, para que
> Você conheça a mim e a ti também, se possível.
> Muito embora seja difícil conhecer a si mesmo; *conhece a ti mesmo:*
> Tão rápido isso lemos, quão veloz o esquecemos.
> Cultivo duzentos *jugera* de terras, a vinha é cultivada
> Em cem (Outros) *jugera* e pasto em metade disso,
> Bosques são mais que o dobro dos pastos, das vinhas e das terras aradas;
> E Cultivadores da terra, para nós, nem sobra nem falta. (Ausônio. *De herediolo*, 17-24)[4]

[4] *Verum ager iste meus quantus sit, nosce, etiam ut me/ noveris et noris te quoque, si potis es./ quamquam difficile est se noscere; γνῶθι σεαυτόν/ quam propere legimus, tam cito neclegimus./ agri bis centum colo iugera, vinea centum/ iugeribus colitur prataque dimidio,/ silva supra duplum, quam prata et vinea et arvum;/ cultor agri nobis nec superest nec abest.*

O poema tem como objeto uma propriedade que Ausônio recebeu de herança paterna e para a qual voltaria após uma temporada na corte imperial. Apenas um verso é reservado aos possíveis trabalhadores e é impossível dizer se são livres ou escravos.

Uma segunda passagem na qual Ausônio menciona trabalhadores rurais está na sua poesia *Mosella*.

> A plebe feliz em seus trabalhos e os inquietos colonos,
> Agora se apressam no topo da colina, depois na ladeira inclinada,
> Desafiando uns aos outros com clamores fortes, daí o viajante,
> Trilhando as partes rasas das margens, e dali o marinheiro, deslizando,
> Cantam insultos aos tardios cultivadores, com estes bradam
> As colinas, os estremecidos bosques e o côncavo rio. (Ausônio. *Mosella*, 163-168).[5]

Aqui ele menciona um conjunto de trabalhadores que transitam pelas margens do rio que serve de tema para o poema. A caracterização dos trabalhadores aqui apresentada não os mostra sob nenhuma forma de dependência social, muito pelo contrário: enfatiza uma certa liberdade de movimento. Isso talvez sirva mais à ideologia idílica que formata o elogio da região da Gália setentrional do que a caracterizações precisas dos *coloni* ali expressos.

Contudo, na terceira passagem aqui apresentada penso estarem delineadas de forma mais clara as fronteiras sociais entre livre e não livre.[6]

> E agora novamente você é necessário para a causa de Phillo, **meu antigo administrador**, que, em Hebromagus com mercadorias armazenadas, compradas em diversas fazendas, periga ser precocemente expulso do abrigo concedido pelos teus homens. E a menos que você gentilmente atenda este pedido – que ele possa

[5] *laeta operum plebes festinantesque coloni/ vertice nunc summo properant, nunc deiuge dorso,/ certantes stolidis clamoribus, inde viator/ riparum subiecta terens, hinc navita labens,/ probra canunt seris cultoribus: adstrepit ollis/ et rupes et silva tremens et concavus amnis.*

[6] Grifos do autor.

> com a demora usar teu abrigo como habitação e levar alguns dos grãos até a cidade com um bote ou outro barco oferecido de forma que Lucaniacus seja logo salva da fome – toda a família e casa desse homem das letras será reduzida, não aos grãos de Cícero, mas aos carunchos de Plauto.
> Filo, **feitor** de minhas propriedades,
> Ou como ele mesmo gosta, ἐπίτροπος ("guardião")
> (Já que o greguinho julga esse nome glorioso
> Porque colore a fala com estilo dórico),
> Acrescenta suas reclamações às minhas preces,
> Que eu próprio envio vagaroso (...)
> Este, desapontado pelas frequentes pequenas colheitas,
> **O nome de feitor odeia,**
> **Com a semeadura tardia ou muito precoce**
> **Pela ignorância das estrelas,**
> **Amaldiçoando aos céus e a própria culpa absolvendo,**
> **Transforma os deuses em réus.**
> **Não é um agricultor presente, nem lavrador hábil**
> Mais gastador do que provedor,
> Acusando a terra de selvagem e infiel,
> Prefere negociar,
> Mercador, afeito a qualquer mercado de venalidades,
> Cambiador de créditos gregos,
> E transformando lucros em perdas e perdas em fraudes,
> A si enriquece e mim empobrece. (Ausônio. *Epistula 26*.)[7]

Nessa terceira passagem, Ausônio escreve a Paulino de Nola intercedendo em nome de Filo, um mercador, que é responsável por

---

[7] *ut nunc quoque in causa Philonis procuratoris quondam mei experiere, qui apud Hebroniagmn conditis mercibus, quas per agros diversos coemit, concesso ab hominibus tuis usus hospitio, inmature periclitatur expelli, quod nisi indulseris rogante me, ut et mora habitandi ad commodum suum utatur et nauso aliave qua navi usque ad oppidum praebita frugis aliquantum nostrae advehi possit, Lucaniacus ut inopia liberetur mature: tota illa familia hominis litterati non ad Tullii frumentariam, sed ad Cureulionem Plauti pertinebit:*

Philon, meis qui vilicatus praediis,/ ut ipse vult, ἐπίτροπος,/ (nam gloriosum Graeculus nomen putat./ quod sermo fucat Dorius)/ suis querellis adserit nostras preces,/ quas ipse lentus prosequor. (...)/ hic saepe falsus messibus vegrandibus / nomen perosus vilici,/ semente sera sive multum praecoqua/ et siderali inscitia caelum lacessens seque culpae subtrahens/ reos peregit caelites./ non cultor instans, non arator gnaruris, promusque quam condus magis,/ terram infidelem nec feracem criminans/ negotiari maluit/ mercator quo libet foro venalium,/ mutator ad Graecam fidem, (...)/ ac lucra damnis, damna mutans fraudibus/ se ditat et me pauperat.

abastecer algumas das propriedades de Ausônio. Filo é caracterizado como tendo desempenhado antes o papel de *procurator* e *vilicus* e, pelas funções que desempenha, poderia ser considerado um homem livre. A linguagem plautiana utilizada na poesia, contudo, deixa clara a condição servil originária de Filo e demonstra que Ausônio, como um membro da elite romana, sabe muito bem enfatizar as distinções sociais entre livres e escravos quando isso lhe importa. Pois aqui, Filo atua como um cliente de Ausônio – ou seja, está na condição que é o resultado de ser um liberto – e, assim, Ausônio busca alertar seu interlocutor da relação servil anterior, de forma a enfatizar (mesmo que ironicamente) a conexão das ações de Filo com a segurança da propriedade de Ausônio.

O segundo autor aqui observado é Salviano de Marselha, cuja obra *De Gubernatione Dei* veio a público provavelmente no final da década de 430 d.C. A agenda de Salviano é bem diferente da de Ausônio. Enquanto o primeiro pode ser enquadrado como um celebrador da integração da elite provincial das Gálias na ordem imperial, o segundo é um crítico moral e espiritual da falência dessa integração (Grey, 2006; Lambert, 1999, 2002; O'Donnell, 1983). A distinção entre escravos e livres desempenha um papel importante nessa crítica, pois Salviano defende uma espécie de patronato moral como o modelo de comportamento da civilização romana. Quanto mais poderoso e rico um homem, mais responsável moralmente ele deve ser. Assim, é recorrente em sua obra (e não apenas em *De Gubernatione Dei*) passagens em que ele usa o escravo como comparativo moral para o homem livre depravado, onde o escravo que erra é considerado menos pecador do que o livre que erra.

> É suficientemente confiável a opinião de que escravos são maus e detestáveis, mas, de qualquer maneira, os livres e nobres devem ser mais execrados nisso, se com um estatuto mais honrado, são piores [que os escravos]. Como consequência dessas coisas necessariamente deve-se concluir, não que os escravos devam ser absolvidos da culpa de seus erros, mas sim que os vários ricos

> devem ser ainda mais condenados pela comparação com os escravos. (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei.* 4.29).[8]

Adicionalmente, *De Gubernatione Dei*, que embora seja rotineiramente utilizado pela historiografia moderna como um dos documentos principais que apontariam a confusão das condições sociais dos trabalhadores rurais, é muito preciso no delineamento da distinção legal (e moral) entre os dois estatutos. Assim, em primeiro lugar, eu gostaria de chamar a atenção para a seguinte passagem:

> Sem dúvida, esses homens deveriam ser os mais fervorosos no serviço de Deus, os quais ele particularmente enriqueceu com o abundantíssimo dote de seus benefícios. O que é mais certo e digno, senão que aqueles, que o Senhor parece especialmente querer favorecer com presentes, os mesmos o agradassem também de forma especial com seu culto e veneração, ainda mais porque Deus não exige de nós nada oneroso ou pesado. Pois não nos convoca aos arados ou às enxadas, nem a sulcar a terra ou preparar o solo para vinhas; em resumo, ele não exige de seus escravos o que nós exigimos dos nossos. (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei.* 7.9).[9]

Aqui, contrariando a leitura recorrente, o escritor caracteriza a condição do trabalho rural de um escravo (que ele parece conectar com a produção vinífera) de forma a denunciar a incongruência dos romanos nobres e ricos da Gália.

Ainda no que diz respeito a esta questão, há outra passagem significativa:

---

[8] *Malos esse servos ac detestabiles certum satis est, sed hoc utique ingenui ac nobiles magis execrandi si in statu honestiore peiores sunt. Quo fit ut ad illum perveniri exitum rei huius necesse sit non ut servi sint a reatu nequitiae suae absoluendi, sed ut plurimi divites magis sint servorum comparatione damnandi.*

[9] *Officisiores absque dubio deo esse debuerant quos peculiariter deus abundantissima beneficiorum suorum dote ditaverat. Quid enim rectius aut quid dignius quam ut quibus per munera sua dominus quasi specialiter videbatur placere voluisse, iidem quoque specialius domino cultu ac religione placuissent, praesertim cum a nobis deus nil onerosum nil grave exigat. Non enim nos ad arata aut ligones vocat, non ad scindendas terras neque ad vineas pastinandas, non denique illa exigit a servis suis quae exigimus a nostris.*

> E certamente, porque assim coage a necessidade infeliz, de qualquer maneira essa sorte extrema deles deveria ser suportada, não fosse por uma coisa ainda mais extrema. Algo mais grave e mais acerbo porque a esse mal é acrescentado um mal mais selvagem. Pois são aceitos como estrangeiros, e são feitos nativos pelos precedentes da habitação; e seguindo o exemplo daquela bruxa poderosa que outrora dizem ter transformado homens em animais, assim todos esses que são recebidos nas propriedades dos ricos, são transmutados, como se pelas poções de Circe. Pois os que são aceitos como forasteiros e estrangeiros, [os ricos] começam a contar como sua propriedade; aqueles que se sabe serem livres são vertidos em escravos. (Salviano de Marselha. *De Gubernatione Dei.* 5.45).[10]

Nesta famosa passagem em que Salviano compara a transformação de colonos em escravos com o episódio da *Odisseia* em que Circe transforma homens em porcos, sua denúncia dos ricos depende, por um lado, de uma acusação de ferimento das regras de hospitalidade e, por outro, do reconhecimento legal da distinção entre colonos, homens de estatuto livre, e escravos, não livres.

O último autor desta apresentação é Paulino de Pella, um poeta galo-romano da segunda metade do século V que aparentemente é um dos netos de Ausônio. *Eucharisticos* é um dentre os dois possíveis poemas escritos por este poeta. Nele é narrada a vida atribulada de um membro da elite galo-romana nesse período como forma de reconhecimento e agradecimento a Deus pela insondável graça que essa vida recebeu – mesmo que tais graças sejam a pobreza e a morte dos entes queridos (Fontaine, 1981; McLynn, 1995; Roberts, 1988). O poeta, escrevendo num contexto bem diferente daquele do possível avô, aparentava ser muito mais preocupado em descrever situações de trabalho rural. E também é,

---

[10] *Et quidem, quia ita infelix necessitas cogit, ferenda utcumque erat extrema haec sors eorum, si non esset aliquid extremius. Illud grauius et acerbius quod additur huic malo saeuius malum. Nam suscipiuntur ut aduenae, fiunt praeiudicio habitationis indigenae;et exemplo quondam illius maleficae praepotentis quae transferre homines in bestias dicebatur, ita et isti omnes qui intra fundos divitum recipiuntur, quasi Circaei poculi transfiguratione mutantur. Nam quos suscipiunt ut extraneos et alienos, incipiunt habere quasi proprios; quos esse constat ingenuos, vertuntur in servos.*

ao final, muito mais explícito quando menciona a distinção entre trabalhadores rurais livres e escravos.

Na primeira passagem selecionada, que descreve uma época em que o protagonista da poesia começa a se envolver diretamente em afazeres agrários, a distinção não é clara.[11]

> Mas uma vez determinado a tolerar o labor imposto,
> Com o fervor da juventude sustentando o intento da alma,
> Logo, em poucos dias, contente em aproveitar da casa obtida
> As alegrias e transformar o ócio malcriado em inéditas
> Preocupações, coagi rapidamente a mim e aos meus:
> Os que pude, convidei com o exemplo do meu labor próprio,
> **E alguns contrariados, no entanto, compeli com o rigor de um amo**.
> E assim, realizando ansioso os feitos dessa condição que assumi,
> Prontamente retornado o plantio aos campos refeitos,
> Me apressei em oferecer um célere cuidado aos cansados
> Vinhedos, renovando-os por meio do método por mim aprendido.
> (Paulino de Pella. *Eucharísticos,* 187-198).[12]

Porém, na segunda passagem, a distinção é tornada explícita:[13]

> Com, todavia, uma pequena quantidade do patrimônio familiar,
> Não alimentaria grandes esperanças por novos frutos,
> Nem por campos cuidados por quaisquer **agricultores próprios**,
> Nem por vinhedos – dos quais a própria cidade [Massilia] unicamente dependia
> Para, de outros lugares, conseguir todo sustento de sua vida –,
> Apenas uma casa urbana com uma horta vizinha
> E também um pequeno campo, um retiro de privacidade,
> De fato, não sem vinhas e pomares, mas sem terra

[11] Grifos do autor.

[12] Sed semel inpositum statuens tolerare laborem,/ suffragante animi studiis fervore iuventae/ vix paucis domus indeptae exercere diebus/ gaudia contentus, malesuada otia curis/ mutare insolitis, cito meque meosque coegi,/ quos potui exemplo proprii invitando laboris,/ quosdam autem invitos domini adstringendo rigore./ Atque ita suscepti status actibus inpiger instans/ protinus et culturam agris adhibere refectis,/ et fessis celerem properavi inpendere curam/ vinetis conperta mihi ratione novandis.

[13] Grifos do autor.

> Digna de cultivar; realmente, o ímpeto de pouco trabalho
> Estimulou-me a despender cuidados com a ausência de plantio,
> Dificilmente quatro *jugera* inteiras - de meu campo exaurido,
> E fundar a casa na borda mais alta de uma rocha,
> Para que não parecesse ter diminuído algo do espaço da terra.
> Posteriormente, contudo, as despesas, que o uso da vida exigia,
> Busquei providenciá-las a por meio **do aluguel dos campos**,
> Conforme a minha casa mais se mantinha cheia de escravos, enquanto
> Os melhores anos ofereciam-me as maiores forças. (Paulino de Pella. *Eucharísticos*, 522-538).[14]

Aqui o poeta associa a distinção entre escravos e arrendatários (os colonos) à impossibilidade de manter ou não agricultores próprios (i.e., escravos) ligados aos trabalhos rurais e à necessidade de alugar as terras produtivas, dado o processo acentuado de empobrecimento do eu-poético ali apresentado.

IV. Conclusão

Há, no contexto historiográfico atual, com base em um uso descuidado do conceito de portfólio diversificado de produção, como usado pela NIE,[15] uma tendência a subsumir toda a diversidade das possíveis relações de trabalho a uma mesma geleia indistinta e geral e a considerar todas as opções de mão de obra como permanentemente disponíveis aos proprietários. Outra consequência desse uso descuidado do conceito, em certa medida, é fazer recair um tipo

[14] parva autem census substantia familiaris/ nec spes magna novis subitura ex fructibus esset,/ non ager instructus propriis cultoribus ullus,/ non vineta — quibus solis urbs utitur ipsa/ omne ad praesidium vitae aliunde parandum —/ sed tantum domus urbana vicinus et hortus/ atque ad perfugium secreti parvus agellus,/ non sine vite quidem vel pomis, sed sine terra/ digna coli; verum exigui iactura laboris/ suasit et in vacuum culturae inpendere curam/ vix plena exesi per iugera quattuor agri/ et fundare domum summa in crepidine saxi,/ ne quid de spatio terrae minuisse viderer./ Porro autem expensas, vitae quas posceret usus,/ conductis studui ex agris sperare paratas,/ donec plena magis servis mansit domus et dum/ maiores melior vires mihi praebuit aetas.

[15] Um ótimo exemplo da predominância desta corrente é a mais recente edição do *Cambridge Economic History of the Greco-Roman World* (Scheidel, Morris, & Saller, 2007). Cf. a perspicaz resenha de Peter Bang (2009).

similar de panorama a-histórico sobre as relações de trabalho de todo o Império Romano. Pode-se se dizer que o resultado das propostas conceituais da *NIE* para a compreensão da Economia Antiga é projetar no passado, assim como a lógica de acumulação do capital, também a possibilidade de uma conversão abstrata de uma forma de exploração do trabalho para outra, sem levar em consideração os diferentes e substanciais pressupostos políticos, sociais e mesmo econômicos que estão por trás das variadas formas de controle do trabalho alheio no contexto da Antiguidade Tardia.

Isso significa desconsiderar que as diferentes formas de trabalho implicam diferentes contextos de classe, diferentes graus de exploração possíveis, com algumas delas tendo mais peso do que as outras. É sob esta condição que ainda seria válido ainda usar a noção de sociedade escravista (Finley, 1991), ou, talvez mais apropriadamente, o conceito de modo de produção escravista nos termos de da proposta de Chris Wickham, em que ele é pensado como sobreposto a outros modos de produção e formas de exploração do trabalho rural (Wickham, 2005). É necessário, contudo, ter em mente a problematização recente de que esta forma de exploração, a escravidão, se dominante, não deve ser confundida com as práticas da *plantation* moderna. A adoção do trabalho escravo, mesmo quando a produção é organizada seguindo a lógica da unidade familiar camponesa, ainda conserva para o proprietário uma relação de dominação que, quando necessário, permite-lhe um grau maior de exploração do que aquele que ele poderia implementar sobre o colono (Vera, 1986). Neste sentido, a permanência da escravidão na Gália deve ser vista em conexão com a permanência de alguma capacidade da elite dessa região em manter taxas de enriquecimento quando comparada com elites de outras regiões.

Por isso, a minha preocupação principal aqui foi lidar com a permanência da distinção entre livre e escravo nas representações da elite galo-romana tardia do trabalho rural. Um elemento que não trabalhei na documentação, mas que buscarei explorar futuramente, são as relações de patronato. Estas, contudo, devem ser pensadas

como fenômenos mais complexos do os que os historiadores do Império Romano desde os anos 1980 têm considerado. Uma vez que o patronato, como modelo sociológico para relações de dependência social, opera no plano das relações pessoais, mas também opera entre indivíduos formalmente livres, o grau de exploração que ele permite é menor – menor também, deve-se dizer, do que aquele das relações de exploração por meio do senhorio e servidão feudal, das quais ele pode, em certos casos, estar na origem, mas com as quais não se confunde (Rio, 2006; Sarachu & Couteau, 2012; Wickham, 2005).

A implicação maior disso é que é necessário pensar a temporalidade dessas sociedades como algo não linear e homogêneo, mas como a interação de muitos processos contraditórios ou paralelos. A sociedade galo-romana, que colocamos na "forma" Antiguidade, tem a sua espacialidade, a sua temporalidade associada a um Império Mediterrânico, mas, de fato, alguns processos históricos nela ocorridos servem de ponte para a sociedade que se desenvolve no mesmo espaço e que colocamos na "forma" Medieval. Contudo, cada vez mais, descobrimos os processos e estruturas sociais que, para podermos realmente os entender, é necessário abandonar essa temporalidade linear artificialmente criada pelos Historiadores europeus do XIX.

Referências

Fontes primárias

AUSONIUS, Decimus Magnus. *Ausonius* (Vol. 1). Cambridge: Harvard University Press, 1988.

AUSONIUS, Decimus Magnus, & Pellaeus, Paulinus. *Ausonius* (Vol. 2). Cambridge: Harvard University Press, 1988.

LAGARRIGUE, G. *Salvien de Marseille. Ouvres II: Du gouvernment de Dieu*. Paris: Les Editions du Cerf, 1975.

PAULINUS PELLAEUS. Eucharisticos. In: Ausonius, *Ausonius* (Vol. 2, pp. 293–352). Cambridge: Harvard University Press, 1988.

SALVIAN, of Marseilles. *De gubernatione Dei.* Turnhout : Brepols, 2010

Bibliografia crítica

AGACHE, R. *La Somme pré-romaine et romaine d'aprés les prospection aériennes à basse altitude*. Amiens: Société des Antiquaires de Picardie, 1978.

ANDERSOn, P. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BANAJI, J. *Agrarian Change in Late Antiquity. Gold, Labour, and Aristocratic Dominance.* Oxford: Oxford University, 2007.

BANG, P. F. The Ancient Economy and New Institutional Economic. *Journal of Roman Studies*, *99*, 194–206, 2009.

CARRIÉ, J.-M. Esclavage antique et ideólogie moderne dans Ancient Slavery and Modern Idelogy. *Opus*, 1982a , p. 161–170.

CARRIÉ, J.-M. Le "'colonat du Bas-Empire"': un Mythe Historiographique? *Opus*, 1982b , p. 351–371.

CARRIÉ, J.-M. Un roman des origines: les généalogies du "'colonat du Bas-Empire"'. *Opus*, 1983, p. 205–251.

CARRIÉ, J.-M. "Colonato del Basso Impero" la resistenza del mito. In E. Lo Cascio (Org.), *Terre, proprietari e contadidni dello'impero romano*. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1997, p. 75–150.

CONTE, G. B. *Genres and Readers: Lucretius, Love Elegy, Pliny's Encyclopedia*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.

DE COULANGES, F. Le colonat romain. In *Recherches sur quelques problèmes d'histoire* (). Paris: Hachette, 1894, p. 3–186.

DOCKES, P. *Medieval Slavery and Liberation.* Chicago: University of Chicago Press, 1982.

DRINKWATER, J. F. Patronage in Roman Gaul and the problem of the bagaudade. In A. Wallace-Hadrill (Org.), *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1989.

FINLEY, M. I. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FONTAINE, J. *La naissance de la poésie dans l'occident chrétien*. Paris: Études Augustiniennes, 1981.

GARNSEY, P. Roman Patronage. In S. McGill, C. Sogno, & E. Watts (Orgs.), *From the Tetrarchs to the Theodosians: Later Roman History and Culture 284-450. Yale Classical Studies 34* (p. 33–54). Cambridge: Cambridge University, 2010.

GILIBERTI, G. *Servi della terra: ricerche per una storia del colonat*. Torino: G. Chiapelli, 1999.

GREY, C. Salvian, the ideal Christian community, and the fate of the poor in the fifth-century Gaul. In M. Atkins & R. Osborne (Orgs.), *Poverty in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University, 2006.

GREY, C. Contextualizing Colonatus: the Origo of the Late Roman Empire. *Journal of Roman Studies*, *97*, 2007, p. 155–175.

GREY, C. *Constructing Communities in the Late Roman Countryside*. Cambridge: Cambridge University, 2011.

HARPER, K. *Slavery in the Late Roman World, AD 275–425*. Cambridge University Press, 2011.

HARPER, K. The Transformation of Roman Slavery: an Economic Myth? *Antiquité Tardive*, *20*, 2012, p. 165–712.

HOPKINS, K. Elite Mobility in the Roman Empire. *Past & Present*, *32*, 1965, p. 12–26.

ISBELL, H. Decimus Magnus Ausonius: The poet and his world. In J. W. Binnis (Org.), *Latin literature of the fourth century*. London: Routledge, 1974, p. 22–57.

JONES, A. H. M. The Roman Colonate. *Past & Present*, *13*, 1958, p. 1–13.

LAMBERT, D. The Uses of Decay: History in Salvian's De Gubernatione Dei. *Augustinian Studies, XXX*, 1999, p. 115–130.

LAMBERT, D. *History and community in the works of Salvian of Marseille*. Thesis DPhil. Oxford: University of Oxford, 2002.

LO CASCIO, E. (Org.). *Terre, proprietari e contadini dell'impero romano : dall'affitto agrario al colonato tardoantico*. Roma: La nuova Italia Scientifica, 1997.

MACMULLEN, R. Late Roman Slavery. *Historia*, *36*(1), 1987, p. 359–382.

MACMULLEN, R. *Enemies of the Roman Order. Treason, unrest and alienation in the Empire*. London: Routledge, 1992.

MARCONE, A. Il colonato del Tardo Impero: um mito storiografico? *Athenaeum*, *III–IV*, 1985, p. 513–520.

MCLYNN, N. Paulinus the Impenitent A Study of the Eucharisticos. *Journal of Early Christian Studies*, *3*(4), 1995, p. 461–486.

MIRKOVIĆ, M. *The Later Roman Colonate and Freedom* (Vol. Vol. 87). Philadelphia: Transactions of the American Philosophical Society, 1997.

O'DONNELL, J. Salvian and Augustine. *Augustinian Studies*, *XIV*, 1983, p. 25–34.

RIO, A. Freedom and Unfreedom in Early Medieval Francia: The Evidence of the Legal Formulae. *Past & Present*, *193*, 2006, p. 7–40.

ROBERTS, M. The Treatment of Narrative in Late Antique Literature: Ammianus Marcellinus (16.10), Rutilius Namatianus and Paulinus of Pella. in: Philologus 132 (1988). *Philologus*, *132*, 1988, p. 181–195.

ROTH, U. *Thinking Tools: Agricultural Slavery Between Evidence and Models*. London: Institute of Classical Studies, School of Advanced Study, University of London, 2007.

SAMSON, R. Rural slavery, inscriptions, archaeology and Marx. A response to Ramsay MacMullen's late Roman slavery. *Historia*, 1989, p. 99–110.

SAMSON, R. Slavery, the Roman legacy. In J. Drinkwater & H. Elton (Orgs.), *Fifth-century Gaul: A Crisis of Identity?* (p. 218–227). Cambridge: Cambridge University, 1992.

SARACHU, P., & Couteau, B. Perception fiscale, patronage rural et genèse d'une société de base paysanne. Le sud de la Gaule vers la fin de l'Empire romain. *Dialogues d'histoire ancienne*, *38*(2), 2012, p. 51–86.

SCHEIDEL, W., Morris, I., & Saller, R. (Orgs.). *The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World.* Cambridge: Cambridge University, 2007.

SIRKS, B. The Farmer, the Landlord and the Law in the Fitfth Century. In R. W. Mathisen (Org.), *Law Society and Authority in Late Antiquity* (p. 256–271). Oxford: Oxford University, 2001.

SIVAN, H. *Ausonius of Bordeaux: Genesis of a Gallic Aristocracy*. London: Routledge, 1993.

SKINNER, A. Political Mobility in the Later Roman Empire. *Past & Present*, *218*, 2013, p. 17–53.

STAERMAN, E. M. La caída del regimen esclavista. In C. Estepa (Org.), *La transición del esclavismo al feudalismo*. Madrid: Akal, 1980, p. 59–107.

STE. CROIX, G. E. M. de. *The class strugle in the Ancient Greek World.* Ithaca: Cornell University, 1998.

THOMPSON, F. H. *The archaeology of Greek and Roman slavery*. London: Duckworth, 2003.

VAN DAM, R. *Leadership and Community in Late Antique Gaul.* Berkeley: University of California, 1985.

VERA, Domenico. Morfologie Sociale e Culturali in Europa fra tardo antiquitá e alto medioevo. *Settimana di studio del centro italiano sull alto meioevo*, 1998, p. 293–345.

VERA, Domenico. Forme e Funzioni della Rendita Fondiaria nella Tarda Antiquità. In A. Giardina (Org.), *Societá Romana e Impero TardoAntico. Instituzioni, Ceti, Economie.* (Vol. I). Roma-Bari: Laterza, 1986, p. 367–447.

VERA, Domenico. Questioni di storia agraria tardoromana: Schiavi, coloni, villae. *Antiquité Tardive*, *20*, 2012, p. 115–122.

WALLACE-HADRILL, A. (org.) *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1989.

WHITTAKER, C. R. Circe's Pigs: From Slavery to Serfdom in the Later Roman World. In C. R. Whittaker (Org.), *Land, City and Trade in the Roman Empire*. Aldershot: Variorum-Ashgate, 1993, p. V, 89–120.

WICKHAM, C. The other transition: from the Ancient World to Feudalism. *Past and Present*, *103*(1), 1984, p. 3–36.

WICKHAM, C. *Framing the Early Middle Ages. Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford: Oxford University, 2005.

WIGHTMAN, E. M. Peasants and Potentates: An investigation of Social Structure and Land Tenure in Roman Gaul. *AJAH*, *3*(2), 1978, p. 97–128.

WOOD, I. Continuity or Calamity: the constraints of literary models. In H. Drinkwater J. Elton (Org.), *Fifth century Gaul: a crisis of identity?*. Cambridge: Cambridge University, 1992, p. 9–18.

13

História das Mulheres e Estudos de Gênero sobre a Antiguidade: historiografia e pesquisas

Aline Saes Rodrigues
Diogo Moraes Leite
Fabrício Sparvoli Godoy
Gaya Maria Vazquez Gicovate
Sarah Fernandes Lino de Azevedo
Thais Rocha da Silva [1]

Dado o crescente e pertinente interesse por pesquisas com temáticas próprias dos estudos de gênero sobre a Antiguidade, foi criado, em outubro de 2014, um grupo de estudos nomeado "Messalinas".[2] Este grupo, que tem como objetivo a manutenção de um espaço de colaboração de pesquisadores no âmbito da USP, teve seu surgimento a partir das rotinas de pesquisa do LEIR-MA/USP e das sugestões e incentivo do Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello,

[1] Aline S. Rodrigues é mestranda em História pela USP e bolsista FAPESP. Diogo M. Leite é mestrando em Letras Clássicas pela USP e bolsista CAPES. Fabrício S. Godoy é mestrando em História pela USP. Gaya M. V. Gicovate é mestranda em História pela UNICAMP. Sarah F. L. Azevedo é pós-doutoranda do Dep. de História da USP. Thais R. Silva é doutoranda em Egiptologia pela Universidade de Oxford e bolsista CNPq. Todos os autores são, de alguma forma, ligados ao LEIR-MA/USP (Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da USP), coordenado pelo Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello. E-mails: aline-saes@hotmail.com; diogoleite@uol.com.br; gaya.gicovate@usp.br; fabricio.godoy@usp.br; sarahazevedo@usp.br; thais.rochadasilva@orinst.ox.ac.uk.

[2] O nome do grupo foi escolhido como forma de lembrança da polêmica esposa do imperador romano Cláudio, apresentada por autores como Tácito e Juvenal como um tipo de prostituta imperial (Tácito, *Anais*, XI-XII; Juvenal, *Sátiras* VI, 114-132).

coordenador do LEIR e orientador da maioria das pesquisas aqui apresentadas.

Encontramos, neste capítulo, uma oportunidade para uma breve introdução das pesquisas desenvolvidas no grupo. Mas, antes disso, achamos importante situar a criação do grupo e abordar questões sobre o desenvolvimento do campo, com objetivo de demonstrar como as nossas pesquisas se relacionam com aspectos específicos da historiografia sobre a história das mulheres e os estudos de gênero em Antiguidade. O texto foi dividido em duas partes. A primeira parte, sobre historiografia, contém um breve histórico do surgimento e desenvolvimento desses temas, levando em consideração o percurso de duas áreas distintas dentro da História Antiga: os Estudos Clássicos e os Estudos Orientais. A segunda parte compreende apresentações resumidas das pesquisas desenvolvidas por alguns dos integrantes do grupo.

1. Historiografia:

A História das mulheres e os estudos sobre gênero e sexualidade têm ainda ganhado espaço entre historiadores. Os múltiplos debates podem ser justificados, em parte, pelo fato de esses grandes eixos temáticos dialogarem com diversas disciplinas e, de certo modo, serem também disciplinas em formação. Pensar as mulheres e o tema do gênero esbarra, quase inevitavelmente, em constituir uma nova metodologia. Mais ainda, pensar as mulheres na história obrigou pesquisadores e, posteriormente as instituições, a repensar seus enquadramentos teóricos, seleção e abordagem das fontes e organização do conhecimento histórico. O gênero, em sua abordagem mais radical, oferece instrumentos para pensar as relações entre indivíduos e suas constituições nesses processos relacionais.

Podemos dizer que o surgimento deste campo de pesquisa fez parte de todos os avanços em direção à equidade de gêneros durante o último século. Vários foram os fatores que contribuíram para o

surgimento e fortalecimento deste campo. Destacamos, por exemplo, o progressivo aumento da inserção de mulheres nas universidades e o alargamento da ciência histórica, que além de incorporar novas metodologias, tornou-se mais inclusiva.

Vale notar que a inserção das mulheres nas universidades no decorrer do século XX se relaciona com as demandas de movimentos feministas do século XIX. Naquele momento, entre outras causas, reivindicava-se o acesso das mulheres à educação. Houve, neste contexto, ainda de forma isolada, o surgimento de uma produção de textos sobre história das mulheres. Grande parte desta produção veio à público principalmente em formato de coletâneas de notas biográficas e não necessariamente se vinculava a uma agenda política unificada. Entre elas, podemos destacar *Female Biography; or, Memoirs of Illustrious and Celebrated Women, of all ages and countries*, de Mary Hays, publicado em seis volumes em Londres, no ano de 1803; *A Biographical Dictionary of the celebrated women of every age and country*, de Matilda Betham, também publicado em Londres em 1804; e *Woman's record; or, Sketches of all distinguished women from the beginning till A.D. 1850*, de Sarah Josepha Hale, publicado em Nova York em 1853.[3]

As referências ao mundo antigo já estavam presentes nessas obras, mas não de forma sistemática. Embora isto seja uma característica comum de escritos do século XIX, quando não havia convenções acadêmicas de citação e referências, tal fator contribuiu para uma rejeição destes trabalhos pela historiografia do século XX. Ou seja, raramente encontramos referências a estas obras associadas à escrita da história das mulheres. Além de não terem

[3] Decidimos aqui iniciar a discussão tendo o século XIX como referência. Entretanto gostaríamos de ressaltar a existência de obras anteriores, como, por exemplo, *The History of Women, from the earliest Antiquity, to the present time, giving an account of almost every interesting particular concerning that sex, among all nations, ancient and modern*, do escocês William Alexander, publicada em Londres, em 1779. Para mais informações sobre a obra de Alexander, indicamos a tese de Eulalia Simal Iglesias, *Los Orígenes de La historiografía feminista – Historiographical Analysis of William Alexander's History of Women*, de 2005. A autora situa a obra como proto-feminista, considerando as preocupações com a igualdade de gênero demonstradas pelo autor, e enfatiza sua importância para entender as conexões entre a historiografia e a formação das identidades de gênero no século XVIII.

sido consideradas propriamente "historiográficas", foram ignoradas pela bibliografia feminista do século XX por apresentarem conteúdo religioso, como notas biográficas de mártires e exaltação de virtudes e valores cristãos (Sage, 1999, p. 59). Todavia, são reconhecidas como obras relevantes do gênero biográfico relacionado às mulheres, evidenciando traços dos movimentos feministas do século XIX, demonstrando assim a articulação desses movimentos nos EUA e na Grã-Bretanha.

Veremos, adiante, como se deu a formação deste campo de pesquisa sobre mulheres, sexualidade e gênero dentro da História Antiga. Na primeira parte, sobre os Estudos Clássicos, teremos como foco demonstrar os desafios diante de uma produção marcadamente conservadora e dos limites impostos pela documentação, o que caracterizou a produção do século XX. Já na segunda parte, sobre os Estudos Orientais, o objetivo será o de apresentar os desenvolvimentos mais recentes, os debates teóricos, os pontos de confluência com os Estudos Clássicos, assim como as particularidades da Egiptologia e dos Estudos Orientais.

1.1 História das Mulheres, Feminismo e Gênero nos Estudos Clássicos

Sarah F. L. Azevedo [4]

É no século XX que uma bibliografia sobre as mulheres na Antiguidade começa a se consolidar. Na primeira metade do século, vemos surgir obras que mantém o estilo biográfico comum ao século XIX, porém sem agenda feminista. Alguns destes estudos apresentavam um claro confronto com o ideário feminista da época, demonstrando hipóteses e reflexões marcadas por misoginia e conservadorismo.

[4] (FFLCH- USP)

Um exemplo é a obra de Guglielmo Ferrero, intitulada *The Women of the Caesars*, publicada em 1911. Este icônico livro revela muitos aspectos que se fizeram predominantes na historiografia por um longo período. Por exemplo, reforça uma visão de que o acesso das mulheres ao poder significaria ameaça, desordem e caos, o que demonstra uma adoção do discurso presente nos próprios autores antigos que são utilizados como fonte, a saber, Tácito, Suetônio e Dião Cássio. Além disso, Ferrero dá especial foco aos imperadores, o que denota que o interesse e justificativa para escrever sobre tais mulheres pode ter se dado devido à conexão delas com estas figuras políticas masculinas. Neste sentido, o livro se filia a estudos que, embora tenham por foco as mulheres, tratam a temática associando a ela algum objeto já legitimado pela historiografia hegemônica.

Ferrero foi um historiador que atuou de forma interdisciplinar, sendo responsável por tratamentos bastante peculiares de alguns documentos sobre as mulheres da Antiguidade. Um exemplo é o modo como uma estátua atribuída à Messalina é utilizada em um livro que Ferrero escreveu em coautoria com Cesare Lombroso, famoso psiquiatra e criminologista, o qual alegava que a criminalidade era inata, fator que justificaria a pena de morte. Lombroso também alegava que mulheres sofriam de uma patologia específica, responsável por um déficit intelectual, atribuindo-lhes inteligência inferior aos homens.

O livro em questão foi publicado na Itália em 1893, com o título *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*, seguido de uma versão reduzida em inglês, intitulada *The Female Offender*, por sua vez, publicada em 1897 nos Estados Unidos. A obra apresenta a hipótese de que existiriam semelhanças físicas entre mulheres que cometem crimes. Segundo os autores, tais semelhanças se devem a um tipo de malformação craniana e facial. No livro, a prostituição é considerada como um crime e uma perversão. Uma ilustração de um busto de Messalina é mostrada como forma de exemplificar um parâmetro facial de prostituta. Neste sentido, a face da imperatriz, como apresentada pela estátua,

é comparada com uma série de retratos de mulheres provenientes de arquivos de delegacias e penitenciárias. Entretanto, no início do século XX, a atribuição da estátua à Messalina foi questionada e conferida à Agripina Menor, fato que teria contribuído para invalidar a 'hipótese' de Lombroso e Ferrero (Wyke, 2002, p. 331).

Esta abordagem, de Lombroso e Ferrero é de fundamental importância para compreender o modo como muitos autores se alinhavam à ideologias e opiniões presentes ou relacionadas diretamente a documentos de determinados períodos. Lombroso e Ferrero partem do pressuposto de que Messalina era uma prostituta, o que revela uma leitura literal das fontes, pouco atenta às construções retóricas em torno de personagens da política romana. Este trabalho de crítica documental seria realizado por estudos feministas que, posteriormente, demonstrariam como a personagem de Messalina teria sido fabricada e utilizada em um contexto de disputas aristocráticas. O estudo de Sandra Joshel (1995), por exemplo, mostra como Messalina representou um símbolo de um discurso senatorial que se opunha ao imperador, demonstrando de que forma os ataques à sexualidade de Messalina faziam parte de um discurso misógino que buscava criticar o imperador e manter as mulheres afastadas da política.

O conservadorismo e o alinhamento à opinião de alguns documentos persistiram na historiografia da primeira metade do século XX. Basta lembrar do polêmico capítulo da obra *La vie quotidienne à Rome a l'apogée de l'empire* de Jérôme Carcopino (1939), chamado *Féminisme et démoralisation*, a respeito da emancipação e autonomia de algumas mulheres romanas (Foxhall, 2013, p. 4-5).

As décadas de sessenta e setenta do século XX foram um período decisivo para uma virada feminista na historiografia. As primeiras produções consideradas como fundadoras de uma historiografia com epistemologia feminista sobre mulheres e sexualidade na Antiguidade surgem na década de setenta. Devido às suas dimensões e métodos da história social, considera-se

especialmente três livros como marcos: 1) a edição especial da *Arethusa*, *Women in Antiquity*, publicada em 1973, organizada por John Patrick Sullivan, com um capítulo de Sarah Pomeroy indicando uma seleção de bibliografia sobre o tema; 2) a obra desta mesma autora, *Goddesses, Whores, Wives, and Slaves: Women in Classical Antiquity*, publicada em 1975; e, 3) *Greek Homosexuality*, de Kenneth Dover, publicado em 1978 (Skinner, 2014, p. 3-4). Vale lembrar que a obra de Dover vem à tona praticamente uma década depois das revoltas de Stonewall em Nova York, consideradas como marco inaugural dos movimentos pelos direitos dos gays. Tal obra demonstra a aproximação entre os Estudos Clássicos e a História da homossexualidade (ou os estudos *queer*, cf. Richlin, 1993, p. 572).

Entretanto, quais seriam as questões centrais da então 'História das mulheres e da sexualidade'? Acreditamos que uma das questões mais debatidas, desde o surgimento do campo, diz respeito às possibilidades e limitações de pesquisa a partir dos documentos. Como estudar as mulheres a partir de textos majoritariamente escritos por homens? Como visualizar as mulheres ditas comuns das sociedades antigas, se os documentos sobre os grupos subalternos são escassos? Como traçar as trajetórias dessas mulheres? Como estudar a homossexualidade tendo em vista que o termo não existia em tais épocas?

Em 1965, Moses Finley se mostrava pessimista em relação ao que os documentos tinham a dizer sobre as mulheres. No referido ano, Finley publicou o texto *The silent women of ancient Rome*, no qual indicava documentos para o estudo das mulheres em Roma e apontava que praticamente todos foram produzidos por homens. O historiador afirmava que, apesar de considerar ser possível ver as mulheres a partir de tais documentos, sempre faltará uma peça vital: o que teriam dito as mulheres se fosse a elas permitido falar por elas próprias (Finley, 2002, p. 148).

É preciso atentar para as características desse silêncio. Ao fazer tal afirmação, Finley não pretendia indicar que as mulheres romanas eram silenciosas e submissas, compreendidas e totalmente

adaptadas a uma estrutura patriarcal fechada. Não se trata de mulheres silenciosas, mas sim de mulheres silenciadas. Nota-se a importância do *corpus* documental da Antiguidade para compreender mecanismos de silenciamento.

Grande parte das pesquisas sobre mulheres na Antiguidade tem como foco as mulheres da aristocracia. A causa deste fenômeno é muito simples: praticamente todos os documentos que compõem o *corpus* documental textual legado pela antiguidade diz respeito à aristocracia. Como já foi dito acima, tratam-se de textos majoritariamente escritos por homens e, deve-se acrescentar, homens da aristocracia. Sabe-se de poucos textos escritos por mulheres, mas sabe-se que elas escreveram. Agripina Menor, mãe de Nero, por exemplo, escreveu sobre a trajetória da vida dela e de sua família. Suas memórias foram utilizadas como documento para o historiador Tácito, na escrita de seus *Anais*. Mas as memórias de Agripina não foram preservadas.

Atualmente temos conhecimento de pouquíssimos textos de autoria feminina provenientes da Antiguidade. Os mais famosos são os fragmentos das poetisas Safo de Lesbos (*c*.630-570 a. C.), Corinna (quinto século a. C.) e Sulpicia (primeiro século a.C.); o testemunho da mártir cristã Perpetua (*c*.182-203 d. C.); o centão de Faltonia Proba (*c*.306-366 d. C.) e partes do relato de viagem de Egeria (escrito por volta de 381-384 d. C.). Destaca-se também algumas cartas encontradas em Vindolanda, próximo à muralha de Adriano (85-130 d. C.) e cartas do Egito, escritas em várias línguas, durante 300 a. C. e 800 d. C.

Diante dos limites colocados pela documentação, muito se discute também sobre biografias possíveis e impossíveis. Por exemplo, o livro *Roman Women*, editado por Augusto Fraschetti (1994), apresenta uma série de pequenas biografias de mulheres romanas, partindo do pressuposto de que o silêncio é uma barreira para a história e, consequentemente, para a biografia. O autor retoma o tema do silêncio para justificar a impossibilidade de traçar trajetórias de mulheres comuns. Somente seria possível biografar

mulheres da aristocracia. E a questão que se segue a este pressuposto seria: como biografar por meio de representações?

Quase cinquenta anos depois da publicação do texto de Finley, respostas bem menos pessimistas afirmam ser possível, e necessário, romper com a fixação por representações. Amy Richlin, por exemplo, no seu livro mais recente, intitulado *Arguments with silence*: *writing the History of Roman Women*, critica a postura de autores que acreditam ser impossível vislumbrar mulheres romanas. Sobre estes autores, ela diz: "*most classicists are trained in literary criticism and not in history-writing*" (Richlin, 2014, p. 8). Neste sentido, a autora faz um apelo aos historiadores para trabalhem com todas as evidências possíveis, textuais e materiais, e que se utilizem das ferramentas metodológicas oferecidas pela pluralidade de abordagens advindas dos estudos de gênero e sua consolidação na História Antiga.

1.2 Feminismos e Gênero na Egiptologia e nos Estudos do Antigo Oriente Próximo

Thais Rocha da Silva [5]

A Egiptologia e os Estudos sobre o Antigo Oriente Próximo são disciplinas recentes quando comparadas aos Estudos Clássicos. Sua origem está, em grande parte, associada à expansão dos impérios europeus. A exploração de fontes históricas e a consequente constituição de coleções expostas em museus se tornava, no século XIX, um instrumento de dominação colonial e de uma teleologia. Os estudos feministas e de gênero chegaram com atraso para essas disciplinas e não tiveram grande impacto metodológico, apesar dos esforços de alguns autores.

Não é o objetivo desse texto produzir mais uma revisão da literatura sobre gênero e feminismo na Egiptologia, nem nos

[5] (St. Benet's Hall. Faculty of Oriental Studies, University of Oxford)

Estudos do Antigo Oriente Próximo, sobretudo porque esta última não é minha área de especialização. Há trabalhos competentes que dão conta dessa avaliação e discutem os impactos (ou a ausência de impacto) dessas teorias nas pesquisas voltadas para as fontes textuais e materiais. Desde a última década, pesquisas sobre mulheres e gênero têm surgido nos EUA e na Europa com uma nova geração de pesquisadores. Essa "nova onda" parece, em grande parte, ser resultado das terceiras e quartas ondas feministas das décadas de 1980 e 1990. Mais do que advogar pela aplicabilidade de teorias, essas pesquisas se caracterizam pelo questionamento epistemológico das próprias teorias e das respectivas disciplinas, a Egiptologia e os Estudos do Antigo Oriente Próximo.

Muito mais modesta, a discussão neste texto é uma tentativa de acomodar os estudos ditos 'orientais' dentro das pautas da discussão de gênero em geral alavancadas pelos Estudos Clássicos no Brasil, em especial, no contexto das discussões no Messalinas. Mais ainda, eu diria, é uma tentativa de mobilizar jovens egiptólogos e orientalistas interessados em gênero no cenário acadêmico brasileiro. Se há, para nós, a enorme desvantagem do acesso às fontes e formação linguística, há, por outro lado, a vantagem de que a discussão feminista e de gênero no Brasil começou plural, tocando em questões de classe, raça e é interdisciplinar. Um segundo elemento é a problematização epistemológica dos campos associados à História Antiga e à Arqueologia, que acompanham a tradição historiográfica brasileira. Isso não deve, contudo, servir de justificativa para não buscarmos a especialização e treinamento necessários na Egiptologia e nos Estudos do Antigo Oriente Próximo.

Os primeiros estudos sobre mulheres no Egito antigo e na Mesopotâmia acompanharam, em grande parte, narrativas biográficas (e.g. Abbott, 1851; Thomas, 1879). O modelo vinha dos estudos clássicos e dos textos bíblicos em que os relatos sobre as mulheres oscilavam entre admiração e horror. A chegada da História das Mulheres, herdeira dos *Annales*, pouco afetou a

produção historiográfica sobre o Egito Antigo e o Oriente Próximo, que só passou a se transformar a partir do final da década de 1970.

Evidentemente, o questionamento sobre os pressupostos das disciplinas nas humanidades na década de 1980, advindo do pós-modernismo e do pós-estruturalismo - a 'crise do sujeito' - contribuíram para desafiar as abordagens eurocêntrica e androcêntrica das fontes, o que foi bem-vindo pelos movimentos feministas e também pelos estudos de gênero. A própria epistemologia feminista foi questionada (e.g. Yanagisako e Collier 1979; Strathern 1987; 2006, 2016), o que abriu espaço para repensar o gênero como categoria analítica e os pressupostos em torno da constituição de identidades.

Gênero é tomado, em termos gerais, como um sistema de classificação construído através do desenvolvimento cultural de formas relacionais. A dinâmica dessas relações é afetada por outros elementos tais como idade e status. Portanto, o gênero só pode ser compreendido como uma maneira de questionar relações, não de impor categorias pré-estabelecidas. García Ventura (2016), no entanto, sinaliza que nem todos os estudos de gênero são necessariamente feministas, apesar de muitas vezes haver confluência temática. O feminismo possui uma agenda política que tem por objetivo questionar e problematizar o androcentrismo, como a visão de mundo, e como prática que estabelece desigualdades, em detrimento do feminino e das mulheres (Garcia Ventura, 2016).

Os Estudos de Gênero podem incluir a epistemologia feminista, mas não depende dela para constituir um campo de investigação. Nessa linha, o gênero é uma categoria analítica para entender as construções socioculturais das diferenças sexuais, sem ter necessariamente agenda política da busca pela igualdade (García Ventura, 2016). Esse elemento distintivo é essencial para compreender como a historiografia feminista e do gênero se desenvolveram dentro da Egiptologia e dos Estudos Orientais, principalmente no que diz respeito às confusões e sobreposições de categorias analíticas.

É importante dizer que tanto na Egiptologia quanto nos Estudos do Antigo Oriente Próximo, as ondas feministas coexistem. As mudanças metodológicas e teóricas advindas da primeira onda na década de 1960, trazem a busca pelas mulheres nas fontes, uma tentativa de lhes dar visibilidade e voz (e.g Robins, 1993). A segunda onda, por outro lado, concentrou-se nos temas relativos à sexualidade (e.g Meskell, 1998, 1999; Montserrat, 1997) e, no caso específico dos estudos orientais, em buscar as origens do patriarcado (Garcia-Ventura e Zisa 2017, p. 39). A terceira onda, resultado dos movimentos pós-modernos, dedicou-se a desconstruir paradigmas e conceitos, ampliando as discussões sobre masculinidade, o que abriu espaço para os estudos *queer* (e.g. Parkinson, 1995, 2008; Montserrat, 1996; Dowson, 2008; Reeder, 2008; Matić, 2016, 2017, 2018).

Contudo, apesar das distintas abordagens das ondas feministas, tanto na Egiptologia quanto nos Estudos Orientais, elas estão presentes simultaneamente na historiografia contemporânea, mesmo que não em uma linha evolutiva. A recente familiarização de especialistas com o tema do gênero, a demanda por uma prática de pesquisa auto reflexiva e a revisitação das fontes, beneficiada pela modernização das técnicas de escavação e documentação, assim como das traduções, certamente colaboram para essa retomada.

Lynn Meskell (1997) foi a primeira acadêmica a apontar o uso do termo gênero como sinônimo de 'mulheres' na Egiptologia. Sua crítica ao ginocentrismo dos egiptólogos interessados em gênero (Meskell, 1999; 2000; 2002; Salleh, 2007, p. 11) faz apelo à abordagem interseccional (Conkey e Spector, 1998), mas foi pouco efetiva. Meskell se tornou referência para os Estudos do Antigo Oriente Próximo, mesmo entre arqueólogos e classicistas. Entre suas principais contribuições, está a de questionar a casa como um domínio exclusivamente feminino, fundamental para desconstruir a ideia de uma experiência universal feminina reduzida ao espaço doméstico (Meskell, 2002).

A crítica de Meskell aos egiptólogos não foi, contudo, recebida sem respostas. Ao apontar a falta de compreensão (ou interesse) sobre as teorias feministas e dos estudos de gênero, sua obra foi duramente criticada pela falta de precisão na análise das fontes (cf. Sweeney, 2006). Contudo, os temas e questões levantados por Meskell tiveram impacto científico, reconhecido até pelos seus críticos (Sweeney, 2011, p. 8). Ao ressaltar a necessidade de uma egiptologia auto reflexiva e da ampliação do repertório teórico, é possível identificar uma era pós-Meskell na produção sobre mulheres e gênero desde a última década. Essa 'nova onda' de egiptólogos, estimulada pelas discussões teóricas da antropologia, linguística e história, tem revisitado fontes materiais e textuais.

Pesquisas sobre gênero e feminismo no Antigo Oriente Próximo têm tido particular importância na última década. Diversas conferências e *workshops* contam com um número crescente de publicações e novos pesquisadores. Diferentemente do que acontece na Egiptologia, os orientalistas têm sistematizado a reflexão sobre essa recente produção historiográfica.

A Egiptologia, por outro lado, parece oscilar entre a eterna crítica a Meskell e à sobreposição do gênero com as 'mulheres'. Mesmo no campo da arqueologia e dos estudos da cultura material, as alternativas não parecem muito promissoras. Estudos sobre parentesco (e.g. Olabarria, 2014, Jones, 2018; Skumses, 2018), espaço doméstico (e.g. Salmas, no prelo, Rocha da Silva, no prelo) e violência (e.g. Matic, 2017), por exemplo, têm buscado uma abordagem interdisciplinar incorporando novas teorias. Contudo, têm mostrado também que o gênero nem sempre é uma ferramenta analítica útil para pensar relações sociais, se tomado isoladamente. O fato de os estudos sobre as relações de gênero serem ainda considerados menos importantes na Egiptologia ou nos Estudos do Antigo Oriente Próximo, diz muito sobre as duas disciplinas. Não apenas no tocante à sua antiga resistência a teorias, mas sobre o percurso do tema na historiografia recente. Advogar o gênero como ferramenta útil para entender as sociedades do passado pode sim

ser parte de uma agenda política, afinal a escrita da história também é um ato político, mas não pode se reduzir a ela.

2. Pesquisas:

2.1 O Contra Neaira e a desconstrução do ideal feminino ateniense

Aline Saes Rodrigues

Partindo do princípio de que as relações de gênero são frutos de construções sociais e culturais, esta pesquisa busca identificar traços destas relações em fontes da Antiguidade Clássica nas quais predomina um modelo dicotômico de mulher ateniense. Tal modelo seria aquele que apresenta, por um lado, o feminino sob uma ótica masculinizada de elogio à *mélissa*, a mulher-abelha que agrega valor a um lar com sua castidade, economia e modéstia, a mulher doméstica/respeitável; e, por outro lado, a mulher pública/não respeitável. Tal modelo, idealizado ainda no século XX, serviria, segundo Marta Mega de Andrade (2003, p. 115), como base e exemplificação do papel "natural" da mulher dentro de nossa sociedade, visto que a tradição clássica é tida como o berço da cultura ocidental.

Assim, procuramos estudar e analisar o modelo feminino perpetuado pelos atenienses como aquele a ser perseguido, a partir de seus usos e alterações sofridos na prática cotidiana. A partir do pensamento de Duby, em que um sistema é sempre tendencioso, dando ênfase em certas articulações e ideais, enquanto oculta as demais, escolhemos analisar discursos forenses que representassem justamente a retórica grega, trabalhando para ressaltar aspectos inerentes à sociedade ateniense com vistas a objetivos pessoais e políticos (Duby, 1988, p. 32). O documento central de nossa pesquisa, o discurso 59, *Contra Neaira,* atribuído ao orador Demóstenes, mas de provável autoria de Apolodoro, traz elementos fundamentais ao estudo da idealização tendenciosa presente na retórica das Cortes atenienses.

O documento traz o que seria a transcrição do discurso de acusação durante um julgamento de uma prostituta estrangeira e ex-escrava, Neaira, que teria se casado ilegalmente com um cidadão ateniense e introduzido seus filhos na comunidade, entre 343 e 340 a.C. Pode-se observar nele a reprodução de leis, decretos e recursos legais no que se refere às relações entre homens e mulheres, também trazendo aspectos importantes acerca do *status* da prostituta e da estrangeira em Atenas. Por meio de recursos retóricos, o orador visa convencer os jurados de que será um atentado contra a moralidade e a democracia inocentar Neaira, uma mulher não legítima, não respeitável, que se movimenta pelo ambiente público e é conhecida por homens, que trabalha e tem certa autonomia:

> Vós declareis por um voto que uma mulher desse tipo e que é publicamente conhecida por todos, tendo trabalhado ao redor do mundo, é cidadã ateniense? (59.122).

Além disso, observando o discurso ideológico ali presente, podemos perceber o sistema definido por Duby (1988), no sentido de que a retórica se aplicava na defesa de interesses pessoais a partir do que seria visto como interesse da cidade e de seus cidadãos. Segundo Laurent Pernot, o estudo da retórica tem grande importância na análise de fontes clássicas, principalmente no âmbito das cortes atenienses (Pernot, 2005, p. 10-14). Para o autor, não há verdade ou justiça definitivas com as quais o discurso tenha de se moldar. Ao contrário, estas seriam construídas no momento, por e através do discurso que lhes dá vida.

Há então, todo um teor normativo e ideológico importante para compreender a experiência social no contexto ateniense. Nesse sentido, procuramos seguir a historiografia de gênero em suas tendências mais recentes, refutando temáticas como a da reclusão da mulher ateniense ao *oikos* e sua caracterização como essencialmente reprimida. Assim, objetivamos encontrar indícios, no documento, de que o ideal feminino reproduzido pelos autores

antigos – e também defendido por antítese no julgamento de Neaira – não condizia com a complexa sociedade na qual estavam inseridos e para a qual se destinavam. Os discursos ideológicos serão por nós tomados como recursos de convencimento e não necessariamente como reprodução de uma realidade.

Neste sentido, ao fazer uma análise crítica da estrutura dos relatos, podemos compreender traços de discursos ausentes, como o das mulheres. Portanto, em uma corte ateniense, sob o signo da retórica e do convencimento, pretende-se observar a dicotomia representação/realidade, envolvendo a acusação de Neaira, sua trajetória de vida e das mulheres nela envolvidas, para tentar alcançar um retrato mais próximo da experiência social feminina na Atenas do século IV a.C.

2.2 Os epigramas homoeróticos de Marcial: estudo e tradução

Diogo Moraes Leite

Em sua obra, Marcial cultivou o epigrama, gênero que teria surgido na Grécia – no século VII a.C. ou antes – e foi bastante difundido durante o período helenístico, quando chegou a Roma. Originariamente, correspondia a inscrições em material duro como a pedra, em objetos, monumentos e túmulos; daí sua natureza breve. De Marcial nos chegaram 15 livros, totalizando 1558 epigramas, com temáticas bastante diversas. Nesta pesquisa selecionamos e traduzimos 140 epigramas que têm como temática o homoerotismo masculino. O recorte proposto por nós, de natureza temática, segue na esteira de outros estudos a respeito da obra de Marcial, os quais se dedicam a diversas temáticas também por meio da seleção de um número de epigramas filiados a um mesmo tema.

Os epigramas de Marcial, apesar da linguagem muitas vezes obscena, têm um sentido moralizante, isto é, como afirma Sullivan (1999, p. 210), são conservadores em termos ideológicos romanos. Devem ser considerados como parte de sua visão hierárquica da

sociedade romana. No que diz respeito à sexualidade, essa visão moralizante de Marcial recai sobre o que a historiografia sobre sexualidade antiga trata como a "impenetrabilidade do homem romano", nas palavras de Walters (1997), ou sobre a questão do homem desempenhar um papel "ativo" ou "passivo", como aponta Veyne (2008). Esses conceitos, embora não abarquem todo o espectro da sexualidade romana, funcionam para o tipo de crítica social pretendida por Marcial.

Percebemos que nos epigramas de Marcial, o conhecimento sobre esse protocolo sexual defendido por ele pode ser de grande valia para o entendimento de muitos epigramas, pois são fundamentais na criação do humor. Pode-se chegar até a uma classificação de atos sexuais, entre mais ou menos aceitos, também fundamental, em alguns casos, para a compreensão do humor contido no epigrama. Desta forma, dentre os epigramas nos quais a personagem adulta mantinha relações, no papel ativo, com um jovem escravo, encontramos, até mesmo, encômios ao imperador Domiciano e a alguns patronos do poeta. Por outro lado, a prática de atos sexuais no "papel passivo" corresponde ao vitupério. Nesses últimos é possível, ainda, perceber uma gradação de atos sexuais mais repreensíveis que outros; a felação e a cunilíngua são mais repreensíveis que o "papel passivo" no intercurso sexual anal. Vejamos um exemplo:[6]

> Eu te aconselho, foge das redes astuciosas da famosa adúltera,
> ó Galo, mais delicado que as conchas de Citera.
> Confias na tua bunda? O marido não é enrabador:
> são duas as coisas que ele faz: ou mete na boca ou fode. (Marcial 2.47)[7]

Neste epigrama, o eu epigramático adverte Galo de que o marido de uma conhecida adúltera não é *pedico*, isto é, não pratica

[6] Tradução nossa. Texto latino estabelecido por Shackleton Bailey.

[7] *Subdola famosae moneo fuge retia moechae,/...leuior o conchis, Galle, Cytheriacis./ Confidis natibus? Non est pedico maritus:/ quae faciat duo sunt: irrumat aut futuit.*

intercurso anal, e conclui dizendo que ele pratica intercurso oral (*irrumat*) ou vaginal (*futuit*). Nos casos de adultério, havia, ao menos na literatura, a permissão moral e legal para que o marido que flagrasse sua esposa com outro homem o matasse ou o submetesse sexualmente. No epigrama em questão, Galo parece aceitar e até gostar – já que é um *pathicus*, indicado pelo adjetivo *leuis* no comparativo – da possível penalidade de ser penetrado pelo marido, após ter mantido relações com a esposa. Aí incide a advertência do eu epigramático de que o marido não gosta desse tipo de relação sexual, mas gosta de outra – receber sexo oral – que, neste caso, pode ser lida como a advertência de um castigo maior do que o esperado. Note-se a construção do epigrama: no primeiro verso, a advertência; no segundo, a caracterização da personagem (*leuior*). No terceiro verso, a explicitação do motivo para a advertência: o marido não é um *pedicator* e, portanto, não adianta o invectivado estar preparado (ou disposto) a sofrer a pena esperada. No último verso, o fechamento do epigrama, com a agudeza que é característica de Marcial, vem a afirmação de que as preferências sexuais do marido são duas e, ao leitor familiarizado com o protocolo sexual romano, estaria bem claro que um homem jamais poderia *futuere* outro homem, pois este verbo implica apenas em intercurso vaginal. Sobraria, então, para o marido, uma única possibilidade, *irrumare* ("receber sexo oral"), e, consequentemente, para Galo, *fellare* ("oferecer sexo oral").

2.3 As masculinidades no Satyricon, de Petrônio

Fabrício Sparvoli Godoy

Nestas breves palavras, procura-se apresentar, sucintamente, a pesquisa de mestrado que venho desenvolvendo, intitulada *Masculinidade(s) no Satyricon, de Petrônio: entre protocolos e representações*.

O estudo sobre a masculinidade é algo recente nas ciências humanas e sociais. Muito embora as temáticas sobre a história das mulheres e da sexualidade sejam já relativamente antigas e venham se consolidando desde os anos de 1960,[8] é nos anos 1990 que se tem a publicação do livro que abriria as portas dentro dos estudos de gênero para se pensar a constituição da masculinidade. Publicado originalmente em 1995, *Masculinities*, de Raewyn Connell, projetou essa socióloga trans australiana como referência na área. Desde então, ela vem publicando sobre o tema com profusão, em vários idiomas. No Brasil, estão publicados *Gênero em termos reais* (Connell, 2016) e *Gênero – uma perspectiva global*, o último em parceria com Rebecca Pearse (Connell; Pearse, 2015).

Por gênero, Connell compreende uma *estrutura*, uma *ordem* global, uma dimensão central da vida humana que pode se constituir de diversas formas, através de diversas práticas e instituições sociais (um papel social, uma identidade, uma formação discursiva, uma classificação de corpos etc.). Dessa maneira, gênero é uma *corporificação do social* (*social embodiment*, no original), uma expressão de significados sociais e culturais constituídos através dos corpos (Connell, 2016, p. 16-17). A masculinidade, por sua vez, faz parte desta ordem de gênero, desta estrutura, "embora esse fato tenha sido menos discutido". Também segundo a autora, "diferentes grupos de homens têm diferentes posições nessas dinâmicas" de gênero (*Idem*, p. 93). A partir dessa premissa, a autora discorre sobre a construção de diversas masculinidades, hegemônicas ou não, em diferentes ambientes sociais e de diferentes faixas etárias, como o mundo empresarial e a escola, tratando das suas dinâmicas formativas específicas (*Ibidem*, p. 114-175).

A presente pesquisa de mestrado que desenvolvemos busca, no caminho de Connell, atentar-se para a estrutura e a ordem de gênero presente no *Satyricon*, de Petrônio, e a posição da masculinidade dentro desta ordem. Pretende-se, dessa maneira, analisar as diferentes

[8] Sobre essa questão, cf. Richlin (2013).

dinâmicas de formação e expressão de masculinidades presentes nessa obra ficcional romana do século I d.C. Analisar diferentes dinâmicas de formação e expressão de masculinidades, neste contexto histórico, significa questionar a parcela da historiografia que tem uma abordagem centrada nos protocolos de comportamento ideal do *uir* romano, o homem ideal.[9] Tal abordagem, *grosso modo*, enfatiza a masculinidade hegemônica, aristocrática, bem como seus aspectos restritivos e regulatórios. Buscamos, ao contrário, compreender como é construída, negociada, subvertida ou até mesmo negada, no documento que nos serve de base, a masculinidade de seus diferentes grupos e personagens, em diferentes contextos da narração ficcional. Buscamos, portanto, pensar não apenas a masculinidade em seu aspecto hegemônico e regulatório, mas em sua pluralidade de conformações.

2.4 A participação feminina na vida pública de Esparta

Gaya Maria Vazquez Gicovate

A pesquisa de iniciação científica intitulada *O feminino na vida pública da polis: uma análise das mulheres espartanas na obra de Plutarco*, trata de temas relacionados às mulheres de Esparta, presentes na obra biográfica de Plutarco (escritor do século I-II d. C.) sobre generais espartanos dos séculos V e IV a. C. Pretende-se aqui apresentar ideias centrais do projeto e considerações iniciais sobre o tema.

Em primeiro lugar, a importância da análise destas mulheres para estudos de gênero na antiguidade está na diferença delas em relação a imagem construída sobre o gênero feminino na história antiga, como passivo e enclausurado no âmbito privado. As espartanas tinham diversas singularidades em comparação às mulheres de outras *poleis* gregas. Portanto, são figuras femininas

[9] Damos como exemplo Williams (2010).

importantes na quebra do padrão *mélissa* presente na visão atenocêntrica idealizada.[10] Elas praticavam atividades físicas, montavam cavalos e participavam de competições públicas (Redfield, 1978). Por se casarem em idade mais tardia, tinham idades mais próximas a dos seus maridos. Vale lembrar, contudo, que as mulheres aqui referidas integravam as elites de Esparta.

Sobre a fonte, *Vidas Paralelas*, trata-se de biografias comparativas de generais e governantes romanos e gregos, inscritas na história de suas próprias cidades, sendo que a vida e a história dessas cidades são termos da própria comparação (Silva, 2006). Deste modo, esta obra é um documento que fornece circunstâncias interessantes para avaliar a participação feminina no espaço público da polis espartana, o foco central desta pesquisa. Nesta obra que trata em suma de História Política e Militar encontram-se, por exemplo, narrativas envolvendo Agesístrata e Arquidâmia, a mãe e a avó de Ágis IV, donas de grandes riquezas e, consequentemente, influências políticas, integrando algumas conspirações no círculo do poder espartano (*Ágis*, IV). Outro exemplo é o relato da interferência, o discurso e a presença de Quilônis no julgamento de Cleômbroto (*Ágis*, XVII e XVIII).

A explicação na tradição antiga sobre os espaços e direitos concedidos às mulheres espartanas data da conquista da Messênia no século VIII a. C. Este fato, que concedeu a Esparta as terras mais férteis da região, e ampla força de trabalho hilota, coincide com o aparecimento das Leis de Licurgo. Nesta teoria as leis licúrgicas elaborariam direitos para mulheres administrarem as terras agrícolas. Isto porque a constante ameaça de revoltas de hilotas obrigaria os homens espartanos a dedicarem grande parte de seu tempo a atividades militares. A abundante força de trabalho hilota tornava basicamente administrativo o trabalho agrícola dos cidadãos, além de propiciar trabalhadores para as tarefas domésticas (Fleck; Hanssen, 2009, p. 4-5).

[10] Sobre o padrão *mélissa* atenocêntrico cf. Andrade, 2003.

As regras sobre transmissão de bens e a herança por dote, assim chamada por Cartledge, permitia as mulheres herdar, deter e transmitir a posse de terra (Cartledge, 2001). Esta prática funcionava de tal forma que, no quarto século a. C., as mulheres chegaram a deter 40% das terras agrícolas de Esparta (Finley, 1989). As leis forneciam também ensino para as meninas e garantia certa liberdade de circulação às mulheres – autonomia e educação seria importante para administração. Enfim, obter e gerir propriedades fornecia às ricas espartanas um status econômico próximo ao dos homens.

Passamos aqui aos apontamentos iniciais da análise da fonte. Uma característica auferida é a variação de como a mulher é tratada pelo autor. Isto, a princípio, parece se relacionar ao período cronológico e à figura do general em questão, notando que escritores do primeiro século d.C. denegriam ou elogiavam as mulheres narradas para atingir o general e/ou imperador retratado (Azevedo, 2012). Na biografia de Lisandro não há, praticamente, nenhuma mulher descrita. Já nas de Ágis e Cleômenes, aparecem muitas figuras femininas. Outra consideração é a variação entre a mulher apresentada receber foco ou ser somente mencionada.

Este ponto remete ao recorte histórico da pesquisa. No intervalo dos séculos VI ao IV a.C. ocorreram as Guerras Médicas, seguidas da Guerra do Peloponeso e depois o domínio macedônico sobre a Grécia. Assim, o período cronológico em questão se encontra entre o ápice e o declínio de Esparta. É importante apontar que Aristóteles, entre outros autores antigos, relaciona as licenças e os espaços do gênero feminino na *polis* ao desvirtuamento das leis licúrgicas, o que, por sua vez, teria levado ao fim do poderio espartano (Finley, 1989).

Outra questão percebida na fonte é que Plutarco destina atenção especial à descrição de hábitos virtuosos dentro da noção estoica de virtude. Desta forma, assinala constantemente se a mulher é possuidora de virtude ou não. Por exemplo, há na obra narrativas de mulheres virtuosas em situações de guerras (*Agesilau*,

XXIX) e assassinatos (*Cleômenes*, XXXVIII), sem falar da conhecida virtude das mães espartanas. Consideramos que este assunto pode ser pensado a partir do contexto dos séculos I e II d. C., do lugar de circulação da obra e do público ao qual se destinava a leitura

Neste sentido, o caráter exemplar da obra que compara biografias de romanos a de gregos pode ser compreendido no contexto de disputa entre elites itálicas e aristocracia tradicional romana por espaço político no império. Esta disputa também reflete no âmbito cultural, e integra os polêmicos debates acerca da 'romanização' e 'helenização', segundo Wallace-Handrill (2008). Tendo isto em vista, é necessário averiguar o modo como virtudes se apresentam dentro da lógica retórica e do discurso exemplar, características essenciais da cultura romana. Por fim, buscaremos traçar hipóteses sobre o paralelo entre a presença das mulheres na obra plutarquiana e no espaço público da *polis*. Para tal, planejamos destinar atenção especial a polis espartana, e, posteriormente, ao período e local de produção da obra, a Roma do séculos I-II d. C.

2.5 Crimes Sexuais, Leis, Política e Sociedade na República e início do Império Romano

Sarah Fernandes Lino de Azevedo

Esta pesquisa propõe um estudo acerca das leis romanas que tinham por objetivo punir os crimes sexuais, principalmente aquelas criadas no período da República e início do Império Romano. A partir de uma problematização da categoria "crimes sexuais", tem-se como objetivo a identificação e contextualização destas leis, com vistas a explorar sua potencialidade para o entendimento da relação entre as leis, a noção de crimes sexuais, a política e a sociedade romana. Pretende-se também explorar a potencialidade deste tema em termos de uma contribuição teórica para o entendimento das relações de gênero em Roma e também em termos de interdisciplinaridade entre História e Direito Penal.

Um dos objetivos é a identificação dos processos de construção de ideais de masculinidade e feminilidade nas fontes literárias e jurídicas produzidas pela elite masculina, de modo a compreender de que forma essas idealizações eram utilizadas por estes e outros agentes nas negociações que permeavam o convívio social e político. Ou seja, por meio do tema dos crimes sexuais buscaremos entender as noções de masculinidade e feminilidade como produtos de negociação em vários níveis. Primeiro, no nível da construção das prescrições normativas e, segundo, no nível do cotidiano, do convívio social e político.

Entendemos que as leis surgem como resultado não só dos costumes, mas também de conflitos e disputas entre vários grupos e/ou entre um único grupo. No que tange as leis romanas, isto fica evidente na contextualização delas, o que só é possível com a contraposição e cruzamento dos documentos jurídicos e literários. Os documentos jurídicos nos revelam os textos das leis e as interpretações dos juristas, enquanto os documentos literários evidenciam o contexto e as disputas que culminaram na produção de determinada lei.

As leis matrimoniais de Augusto, por exemplo, respondem às expectativas de apenas uma parcela da elite romana, não de toda ela. Muitos documentos literários contemporâneos ou posteriores à promulgação destas leis demonstram a reação de parte da aristocracia masculina, principalmente dos equestres. Estes mesmos documentos demonstram também que a moralidade e a imoralidade faziam parte do jogo político, algo que se evidencia, por exemplo, na preocupação dos 'homens novos' (aristocratas de origem provinciana) em mostrarem publicamente as virtudes do *vir* romano como forma de busca de legitimação e pertencimento à elite romana (Edwards, 1993). Ou seja, ao demonstrarem publicamente essas virtudes, esses homens novos alegavam que pertenciam à elite tanto quanto aqueles que faziam parte das tradicionais famílias aristocráticas romanas.

Percebe-se então que um ideal de masculinidade aparece associado à performance pública do político romano, que a utiliza como forma de negociar o poder. A partir disso, perguntamos, como se dava a agência de homens e mulheres de diferentes categorias sociais? Como esses agentes lidavam com as fronteiras que eram colocadas no campo legal? Como eram vividas?

2.6 "Pondo as pessoas em seus lugares". Privacidade e espaço doméstico na vila de trabalhadores de Amarna.

Thais Rocha da Silva

Os estudos sobre espaço doméstico no Egito antigo fizeram parte, durante muitos anos, da pauta dos estudos de gênero a partir da ideia de que a vida cotidiana era centralizada na casa. Na tentativa de dar visibilidade às mulheres, a casa se tornara o local da experiência universal feminina. Esta pesquisa faz parte de uma investigação mais ampla sobre como a visibilidade e a privacidade podem ser compreendidas e localizadas no espaço doméstico e na experiência da vida diária durante o Reino Novo no Egito (1550-1069 a.C.), privilegiando a cultura material da Vila de Trabalhadores em Amarna, através dos seus objetos e dos seus elementos arquitetônicos.

A Vila de Trabalhadores é um bom estudo de caso para examinar problemas de distribuição espacial das atividades domésticas, graças à variedade do material arqueológico. Com isso, se espera compreender a diferença entre o conceito de espaço adotado pela comunidade e seus usos, identificando como eles foram idealizados, construídos e transformados durante os vinte anos de ocupação da vila. Uma vez que a vila era mantida por entregas regulares de suprimentos (roupas, alimentos, água) e a comunidade mantida isolada do restante da cidade, o Estado egípcio mantinha certo grau de controle sobre os trabalhadores. Interessa, portanto, compreender como agências individuais e coletivas eram negociadas na interface entre o Estado egípcio, a paisagem e os trabalhadores.

O foco nos elementos arquitetônicos das casas em Amarna serviu para o estabelecimento de paradigmas para conceituar espaço doméstico e criar o modelo de uma 'casa ideal' para a vila. Contudo, as evidências materiais da vila são mais complexas e tomar as casas como unidades separadas não explica o modo como as pessoas viviam na comunidade. Assim, é preciso desconstruir a casa como principal elemento da vida e doméstica e a ideia de que ela é a principal unidade de produção. A partir das contribuições teóricas da *Household Archaeology*, é possível extrapolar a visão econômica do espaço doméstico e tomar a vila como uma ampla unidade doméstica, identificando pontos de sobreposição do espaço de trabalho e do espaço de habitação. Observando a vila como um todo, é possível localizar os elementos das grandes casas de elite em Amarna, tanto dentro quanto fora da muralha que circundava a comunidade. A intersecção entre os espaços comuns e 'individuais' permite compreender como as pessoas circulavam na vila e negociavam espaços e momentos de privacidade.

Referências

Fontes primárias

APOLODORO. *Contra Neera*. [Demóstenes] 59. Coleção Autores Gregos e Latinos. Série Textos. Tradução do grego de Glória Braga Onelley; Introdução, notas e índice de Ana Lúcia Curado. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

MARTIAL. *Epigrams*. Edited and translated by D. R. Shackleton Bailey. Harvard University Press, 1993 (Vols. I, II & III, Loeb Classical Library).

PETRÔNIO. *Satyricon*. Edição bilíngue. Tradução: Sandra Braga Bianchet. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.

PLUTARCH. *Lives*. Translated by Bernadotte Perrin. London/ Cambridge/ Massachusetts: Willian Heinemann/ Harvard University Press, 1967.

TACITUS. *The Annals*. Translated, with introduction and notes, by A. J. Woodman. Indianopolis: Hackett Publishing Company, 2004, p. 217.

ULPIAN. *The Digest or Pandects of Justinian*. Translated by S. P. Scott. Cincinnati: The Central Trust Company, 1932.

Bibliografia crítica

ABBOTT, Jacob: *History of Cleopatra, queen of Egypt*. New York: Harper, 1851

ALEXANDER, William. *The History of Women, from the earliest Antiquity, to the present time, giving an account of almost every interesting particular concerning that sex, among all nations, ancient and modern*. Philadelphia: J. H. Dobelbower, 1796.

ANDRADE, Marta Mega de. *A "Cidade das Mulheres": cidadania e alteridade feminina na Atenas clássica*. Rio de Janeiro: LHIA-UFRJ, 2001.

_____. A 'Cidade das Mulheres': A questão feminina e a *polis* revisitada. In: Feitosa, L. C.; Funari, P. P. A.; Silva, G. J. DA (org.). *Amor, desejo e poder na Antiguidade: Relações de gênero e representações do feminino*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 115-147.

AZEVEDO, S. F. L. de. *História, retórica e mulheres no Império Romano: um estudo sobre as personagens femininas e a construção da imagem do Nero na narrativa de Tácito*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

BAGNALL, Roger S.; Cribiore, Raffaella. *Women's letters from Ancient Egypt, 300 BC-AD 800*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

BARRETT, Anthony A. *Agrippina: sex, power, and politics in the early empire*. New Haven and London: Yale University Press, 1996.

BETHAM, Matilda. *A Biographical Dictionary of the celebrated women of every age and country*. Londres: B. Crosby and CO, 1804.

BOWMAN, Alan K. *Life and letters on the Roman Frontier: Vindolanda and its people*. London: British Museum Press, 1994.

CARCOPINO, Jérôme. *La vie quotidienne à Rome a l'apogée de l'empire*. Paris: Hachette, 1939, p. 106-111.

CARTLEDGE, P. *Spartan Reflections*. Berkeley: University of California Press, 2001.

CONKEY, M.W., Spector, J.D. "Archaeology and the Study of Gender". In K. Hays-Gilpin e D. S. Whitley, ed., *Reader in gender archaeology*. New York: Routledge, 1998, p. 11–45.

CONNELL, R. *Masculinities*. 2ª Ed. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2005.

_____.; Pearse, R. *Gênero – uma perspectiva global*. Tradução: M. Moschkovich. 1ª Ed. São Paulo: nVersos, 2015.

_____. *Gênero em termos reais*. Tradução: M. Moschkovich. 1ª Ed. São Paulo: nVersos, 2016.

DOVER, Kenneth J. *Greek Homosexuality*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1989. (1ª ed.: 1978)

DOWSON T.A. Queering sex and gender in Ancient Egypt. In: Gravesbrown, C. et al. *Sex and Gender in Ancient Egypt: "Don your wig for a joyful hour"*. Swansea: Classical Press of Wales, 2008, p. 27-46.

DUBY, Georges. *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre: O casamento na França feudal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

FERRERO, Guglielmo. *The Women of the Caesars*. New York: The Century CO, 1911.

FINLEY, M. I. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____ The silent women of ancient Rome. In: Mcclure, Laura K. (ed.) *Sexuality and gender in the classical world: readings and sources*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002, p. 147-160. (1ª ed.: 1965)

FLECK, R. K.; Hanssen, F. A. Rulers Ruled by Women: an economic analysis of the rise and fall of women's rights in ancient Sparta. *Economics of*

Governance, v. 10, nº 3. Virginia: Montana State University/Department of Justice, 2009 (set. 2007). p. 221-245.

FOUCAULT, M. *The History of Sexuality. Volume 1: An Introduction*. Translated by Robert Hurley. Nova York: Vintage, 1978.

FOXHALL, Lin. Studying gender in Classical Antiquity. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 1-23.

FRASCHETTI, Augusto (ed.). *Roman Women*. Translated by Linda Lappin. Chicago: The University of Chicago Press, 2001. (1ª ed.: 1994)

GARCÍA-VENTURA, A. Investigación feminista, historia de las mujeres y mujeres en la historia en los estudios sobre Próximo Oriente Antiguo. *Revista de Estudos Culturais* (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo), 2016

GARCÍA-VENTURA, A., ZISA, G. Gender and Women in Ancient Near Eastern Studies: Bibliography 2002-2016. *Akkadica* 138, 1, 2017, p. 37-67.

GINSBURG, Judith. *Representing Agrippina: construction of female power in the early Roman Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HALE, Sarah Josepha. *Woman's record; or, Sketches of all distinguished women from the beginning till A.D. 1850*. New York: Harper and Brothers Publishers, 1853.

HAYS, Mary. *Female Biography; or, Memoirs of Illustrious and Celebrated Women, of all ages and countries*. Vol. VI. Londres: Richard Phillips, 1803.

HEMELRIJK, Emily A. "*Matrona Docta": Educated women in the Roman élite from Cornelia to Julia Domna*. London: Routledge, 1999.

IGLESIAS, Eulalia Simal. *Los Orígenes de La historiografía feminista – Historiographical Analysis of William Alexander's History of Women*. 2005. 582f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História I, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.

JONES, E. Three's a Crowd: The Possibility of Polygyny in New Kingdom Thebes. In: I. Incordino, S. Mainieri, E. D'Itria, M. Pubblico, F. Rega, e A. Salsano

(eds.), *Current Research in Egyptology 2017: Proceedings of the Eighteenth Annual Symposium*. University of Naples. Oxford: Archaeopress, 2018

JOSHEL, Sandra R. Female Desire and The Discourse of Empire: Tacitus's Messalina. *Signs*, v. 21, n.1, p. 50-82, 1995.

LOMBROSO, Caesar; Ferrero, William. *The Female Offender*. New York: D. Appleton and Company, 1897.

_____ *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale*. Nuova Edizione Economica. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1903. (1ª ed.: 1893)

LORAUX, N. Elogio do Anacronismo. In: Novaes, A. (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 57-70.

MATIC, U. (De)queering Hatshepsut: Binary Bind in Archaeology of Egypt and Kingship Beyond the Corporeal. *Journal of Archaeological Method and Theory* 23(3) 810–831, 2016.

_____ Out of touch: Egyptology and queer theory (or what this encounter should not be) In: Von der Quelle zur Theorie. Von Verhältnis zwischen Objektivität und Subjektivität in den historischen Wissenschaften, Hrsg. Anne-Sophie Naujoks und Jendrik Stelling. Leiden: Mentis, p. 183-197, 2018.

MATIC, U; Jensen, B. *Archaeologies of gender and violence*. Oxford; Philadelphia, Oxbow Books, 2017

MESKELL, L. "Engendering Egypt." *Gender & History* 9, no. 3, p. 597–602, 1997.

_____ An Archaeology of Social Relations in an Egyptian Village. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 5(3), p. 209–243, 1998.

_____ *Archaeologies of Social Life: age, sex, et cetera in Ancient Egypt*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

_____ Re-em(bed)ding sex: domesticity, sexuality and ritual in New Kingdom Egypt. In R. A. Schmidt, B. L. Voss, eds. *Archaeology of sexuality*. London: Routledge, p. 253–262, 2000.

_____ *Private life in New Kingdom Egypt*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

MONTSERRAT, D. *Sex and Society in Graeco-Roman Egypt*. London and New York: Kegan Paul International, 1996.

MORGAN, J. R. Petronius and Greek Literature. In: Prag, J.; Repath, I. *Petronius: A Handbook*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2009, p. 32-47.

OLABARRIA, L. *Materialising kinship, constructing relatedness: kin group display and commemoration in First Intermediate Period and Middle Kingdom Egypt (ca 2150–1650 BCE)*. Doctoral Dissertation. University of Oxford, 2014.

PARKINSON, R. 'Homosexual' desire and Middle Kingdom literature". *Journal of Egyptian Archaeology*, 81, 1995, p. 57-76.

_____ Boasting about hardness: Constructions of Middle Kingdom masculinity. In C. Graves-Brown, ed., *Sex and gender in ancient Egypt: 'Don your wig for a joyful hour'*. Swansea: Classical Press of Wales, 2008, p. 115-142.

PERNOT, Laurent. *Rhetoric in Antiquity*. Tradução de W.E. Higgins. Washington: The Catholic University of America Press, 2005.

PLANT, IAN M. *Women Writers of Ancient Greece and Rome: an anthology*. London: University of Oklahoma Press/ Equinox Publishing, 2004.

POMEROY, Sarah. *Goddesses, Whores, Wives, and Slaves: Women in Classical Antiquity*. New York: Schocken Books, 1995. (1ª ed.: 1975)

REDFIELD, J. The Women of Sparta. *The Classical Journal*, vol. 73, nº 2. The Classical Association of the Middle West and South, 1978. p. 146-161.

REEDER, G. Queer Egyptologies of Niankhkhnum and Khnumhotep. In C. Graves-Brown, ed., *Sex and gender in ancient Egypt: 'Don your wig for a joyful hour'*. Swansea: Classical Press of Wales, 2008, p. 143-155.

RICHLIN, Amy. Not Before Homosexuality: the Materiality of the *Cinaedus* and the Roman Law Against Love Between Men. *Journal of the History of Sexuality*, Austin, vol. 3, n. 4, 1993, p. 523-573.

_____. Sex in the *Satyrica*: Outlaws in the Literatureland. In: Prag, J.; Repath, I. *Petronius: A Handbook. Chichester*: Wiley-Blackwell, 2009, pp. 82-100.

_____. Sexuality and History. In: Partner, N.; Foot, S. (Eds.) *The SAGE Handbook of Historical Theory*. Londres: SAGE, 2013, p. 294-310.

_____ *Arguments with silence: Writing the History of Roman Women*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2014.

_____ Reading Boy-Love and Child-Love in the Greco-Roman World. In: Masterson, M.; Rabinowitz, N. S.; Robson, J. (Orgs.) *Sex in Antiquity: Exploring Gender and Sexuality in the Ancient World*. Londres: Routledge, 2015, p. 352-373.

_____ Retrosexuality: Sex in the Second Sophistic. In: Johnson, W.; Richter, D. *The Oxford Companion to the Second Sophistic*. Oxford: Oxford University Press, p. 1-29, no prelo.

ROBINS, G. Women in ancient Egypt, London: British Museum Press, 1993.

ROCHA DA SILVA, T. (in press) Reassessing models in gender and domestic space in New Kingdom Workmen's Villages" in Stephanie Lynn Budin, Megan Cifarelli, Agn.s Garcia-Ventura & Adelina Millet Alb. (eds.) (2018) *Gender and Methodology in the Ancient Near East. Proceedings of the Second Workshop held at the Universitat de Barcelona, February 1-3, 2017*, Barcino. Monographica Orientalia 10, Edicions de la Universitat de Barcelona: Barcelona, 2018.

SAGE, Lorna. *The Cambridge guide to women's writing in English*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SALEH, H. *Investigating ethnic and gender identities as expressed on wooden funerary stelae from the Libyan Period (c. 1069-715 B.C.E.) in Egypt*. Oxford: Hadrian Books, 2007.

SALMAS, A.-C. (in press). Space and society at Deir el-Medina Delineating the territory of a specific 'social group. In: *Outside the Box. Selected papers from the conference "Deir el-Medina and the Theban Necropolis in Contact", Liège, 27-29 October 2014*. Liège: Presses Universitaires de Liège, Collection 'Aegyptiaca Leodiensia'.

SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, 1995 (1986), p. 71-99.

SKUMSES, R. *Patterns of change and disclosures of difference. Family and gender in New Kingdom Egypt: titles of non-royal women*. Phd Dissertation, Centre for Gender Research Institute of Cultural Studies and Oriental Languages Faculty of Humanities, University of Oslo, 2018.

SILVA, M. A. de O. *Plutarco historiador: análise das biografias espartanas*. São Paulo: Edusp, 2006.

SKINNER, Marilyn B. Feminist Theory. In: Hubbard, Thomas K. (ed.). *A Companion to Greek and Roman Sexualities*. Malden/Oxford: Blackwell, 2014.

SNYDER, Jane. M. *The Woman and the Lyre: Women Writers in Classical Greece and Rome*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1991.

SPENCER-WOOD, Suzanne M. Feminist Gender Research in Classical Archaeology. In: Nelson, Sarah Milledge. *Women in Antiquity: Theoretical Approaches to Gender and Archaeology*. Lanham: AltaMira Press, 2007, p. 265-299.

STRATHERN, M. *An awkward relationship: the case of feminism and anthropology. Signs*. Chicago: Chicago University Press, Vol. 12, n. 2 (Winter), 1987, p. 276-292. Reconstructing the Academy.

_____ *O gênero da Dádiva*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

_____ Franklin, S. *Before and after gender: sexual mythologies of everyday life*. Chicago: HAU Books, 2016.

SULLIVAN, J. P. (ed.). Women in Antiquity. *Special issue of Arethusa* 6.1, 1973.

_____. *Martial: the unexpected classic. A Literary and Historical Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SWEENEY, D. Review on Lynn Meskell, Private Life in New Kingdom Egypt. *NIN 4* 2006, p. 147-180.

_____ *Sex and Gender*. UCLA Encyclopedia of Egyptology. 2011. Available at: http://digital2.library.ucla.edu/viewItem.do?ark=21198/zz0027fc04. Acesso em 12 out. 2012.

THOMAS, Edward. On the position of women in the East, in olden time. *Journal of the Royal Asiatic Society* n.s. 11 (1), 1879, p. 1-60

VEYNE, Paul. *Sexo e poder em Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

WALLACE-HADRILL, A. *Rome's Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge, 2008.

WALTERS, J. Invading the Roman Body: Manliness and Impenetrability in Roman Thought. In: Hallet, J. P.; Skinner, M. B. *Roman Sexualities*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1997, p. 29-46.

WILLIAMS, C. A. *Roman Homosexuality*. Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2010, 2ª ed.

WYKE, Maria. *The Roman Mistress: Ancient and Modern Representations*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 321- 349.

YANAGISAKO, S. J. Family and Household: The Analysis of Domestic Groups. *Annual Review of Anthropology*, 8, 1979, p.161–205.

14

Boatos e opinião pública: como influenciam na avaliação dos governantes e de seus governos?

Ana Lucia Santos Coelho[1]
Ygor Klain Belchior[2]

Introdução

O que define um bom ou mau governante? Essa pergunta ganha especial relevância no contexto da recente política brasileira. Desde meados de 2013, esse assunto tem inegavelmente marcado o nosso cotidiano. E uma das notícias que mais circulou – e ainda circula – nos diversos meios de comunicação, desde jornais a redes sociais, era sobre a legitimidade do governo da ex-Presidenta Dilma Lana Rousseff.

Basicamente, o tópico debatido era o seguinte: um governo acusado de cometer crimes de corrupção estaria apto para continuar conduzindo o país? Buscando responder a essa questão, os veículos de imprensa passaram a selecionar informações e a divulgar boatos que atacavam a figura da Presidenta e sua gestão, a fim de autenticar uma imagem de mandatária corrupta.

Como sabemos, nos últimos quatorze anos, o Brasil foi administrado por dois governantes eleitos democraticamente – Luiz

[1] Doutoranda em História na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sob orientação do Professor Dr. Fábio Faversani. É membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR/UFOP). E-mail para contato: ana.scoelho@hotmail.com.

[2] Doutorando em História Social na Universidade de São Paulo (UFOP), sob orientação do Professor Dr. Norberto Luiz Guarinello. É membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP). E-mail para contato: ygorklain@gmail.com.

Inácio Lula da Silva e Dilma – e que assumiram como bandeira a defesa de políticas de cunho social, a qual nunca foi aceita pelos grupos mais oligárquicos, ligados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 2014, quando esses últimos foram derrotados nas urnas, ficou claro que os projetos sociais do Partido dos Trabalhadores (PT) não seriam mais tolerados.

A partir daí os opositores adotaram uma postura de difamação da Presidenta eleita no intuito de justificar um processo de impeachment. Tal posicionamento contou com o apoio incondicional da mídia, que passou a divulgar as mais variadas notícias, como: O Governo Dilma é o mais corrupto e desastroso da história;[3] Dilma cometeu crime de responsabilidade ao editar três decretos de créditos suplementares sem autorização do Legislativo e ao praticar as chamadas "pedaladas fiscais";[4] a mandatária é dominada por explosões nervosas, destempero e desconexão com a realidade do País;[5] a Presidenta tem sido medicada com dois remédios desde a eclosão da crise – rivotril e olanzapina –, este último usado para esquizofrenia, mas com efeito calmante;[6] Dilma tem dado demonstração de que não anda bem da cabeça e deveria se submeter com urgência a tratamento psiquiátrico.[7]

O descrédito panfletário foi acompanhado por manifestações populares de hostilidade nos estádios da copa do mundo e por passeatas de grupos políticos/civis. O resultado final: o impeachment em 31 de agosto de 2016, com 61 votos a favor e 20 contra.[8]

O que esses fatos nos levam a pensar? Ajudam-nos a conjecturar que o afastamento se deu muito mais pela força da

[3] Ver Villa (2016).

[4] Ver Garcia et al. (2016).

[5] Ver Bergamasco e Pardellas (2016).

[6] Idem.

[7] Ver Oliveira 2016.

[8] Ver Amorim, Marchesan e Prazeres (2016).

opinião pública na construção da imagem de uma governante incapaz do que por motivos realmente jurídicos e constitucionais. Aliás, a Presidenta não tinha sobre si nenhuma acusação formal. Ao longo de todo o processo, o que ficou nítido foi que ela era incapaz de gerir o Brasil não por não possuir capacidades administrativas ou políticas, mas por ser arrogante, histérica e "louca". É o que nos mostra, por exemplo, a revista *Istoé*:

Fig. 1 – Capa da Revista *Istoé*: As explosões nervosas da Presidenta

Fonte: http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/quando-a-misoginia-pauta-as-criticas-ao-governo-dilma

Fig. 2 – Os alvos do destempero

Fonte: http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/

Fig. 3 – Os alvos do destempero

Fonte: http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/

A nosso ver, o mandato de Dilma foi depreciado devido a um recorte seletivo das informações por parte da imprensa e de seus opositores.[9] Uma seleção feita com base em uma forte carga de conjunturas e interesses específicos. De certo, até mesmo as políticas sociais do PT, que deveriam ser encaradas como boas táticas de governo, passaram a servir como sintomas de uma má administração.

Por isso, acreditamos que algumas indagações mereçam ser levantadas aqui: o que faz um bom governo? E o que faz um mau governo (que deva ser derrubado)? Essas questões nos introduzem ao debate de como os critérios para a avaliação dos governantes e de seus governos devem ser analisados historicamente. E como o historiador sempre apresenta reflexões para o passado a partir da sua própria realidade, utilizaremos o exemplo da Presidenta para investigarmos outras figuras políticas, a saber: O rei da França Luís XV e o imperador Nero.

Luís XV e o Caso dos Catorze na Paris de 1749

Entre o presente em que esse artigo foi escrito e os passados que ele pretende pesquisar, as diferenças são enormes e evidentes. Sendo assim, o desafio que se coloca não é o da aplicação da ciência política contemporânea para refletir a avaliação dos governos de Luís XV ou Nero, mas, sobretudo o estudo de um instrumento importante para construir a imagem de bom ou mau governante em um momento determinado: os boatos.

As primeiras menções modernas a eles são esparsas e não os descrevem como um fenômeno passível de ser investigado cientificamente. A primeira delas foi encontrada em um documento

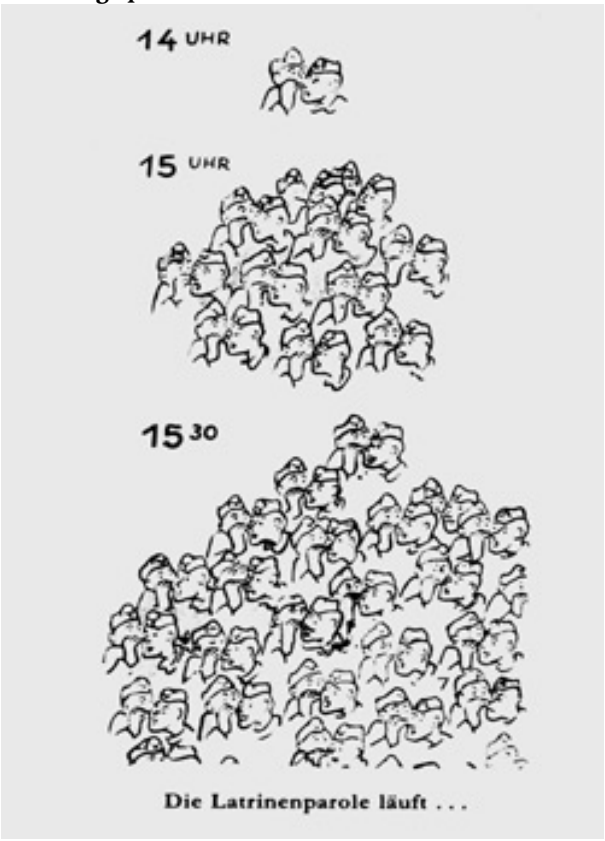
[9] A essa altura, é oportuna uma reflexão de Thornton (1973, p. 570), que nos lembra: "onde os fatos por si mesmos estão obscurecidos e [...] seus intérpretes são tendenciosos, a reputação talvez não seja merecida. Aonde a disponibilidade da veracidade dos fatos é limitada, a reinterpretação de algumas peças de evidência pode levar a uma maior revisão da reputação histórica".

do Parlamento Francês em 1274 e descreve o boato como um "grito" ou um "ruído", que empurrava todos os cidadãos às contendas e às rebeliões. No século XVI, o termo volta a aparecer em documentos policiais e judiciários, porém agora associado ao vocábulo latino *rumor*, na mesma acepção de *fama*, significando uma notícia que se espalhou ao público e que vigora como um "conhecimento notório", a exemplo de um crime. Em meados do século XVIII, temos o retorno à noção de ruído, só que dessa vez associado aos conceitos de "verdadeiro" e "falso", indicando uma possibilidade de autenticação (Paillard, 1990, p. 125).

Somente no século XX, os boatos começaram a ser pensados como fenômenos científicos. Mudança ocorrida devido ao perigo de um grande conflito bélico: a Segunda Guerra Mundial. Nesse ínterim, os governos de determinados países, como a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos, começaram a se preocupar com a disseminação de boatos, por entendê-los como um tipo de comunicação informal desenvolvida em momentos de crise. Tal preocupação vem do conhecimento de que eles poderiam conter informações vitais para a segurança nacional e notícias que desestabilizariam a nação.[10] Por causa disso, a principal recomendação das autoridades era: ficar calado. Se ainda assim fossem divulgados, alastrar-se-iam exponencialmente. Vejamos um exemplo:

[10] "O rumor se tornou um problema de grande preocupação nacional nos conturbados anos de 1942 e 1943. Naquele tempo, um alto oficial do Escritório de Informações da Guerra impôs uma interpretação aos rumores e uma receita para o seu controle que estava parcialmente, apenas parcialmente correta. 'Rumor', ele disse, 'voa na falta de notícias'. Por isso, nós temos que ofertar às pessoas a notícia mais apurada o possível, prontamente e em sua completude'" Cf. Allport e Postman (1947, p. 501).

Fig. 4 – A corrida da conversa de banheiro



Fonte: Richards (2010: 5).

Essa propagação acelerada estaria relacionada ao fato de que os boatos circulam o tempo todo entre todos os grupos sociais. E por mais absurdos e infundados que sejam,

> [...] são apenas uma forma de interpretar um ambiente de incertezas, de reforçar os laços e convicções entre um grupo engajado ou de perceber os sinais da abertura de oportunidades para grupos de interesse. (Oliveira, 2016, p. 2)

De acordo com Kovacs, em contextos bélicos e/ou de crise, podemos encontrar três tipos de boatos: os de medo; os de raptos e

torturas; e os de monstros estranhos. Tipos que são ainda subdivididos em três grandes categorias: boatos por desconhecimento, religiosos e políticos. Esses últimos são os que mais nos interessam, visto que servem para construir ou destruir a imagem de um governante, justificar as atrocidades cometidas contra os inimigos, promover a associação de pessoas e mobilizar recursos (Kovacs, 1998, p. 111).

Percorrendo os boatos políticos, temos o livro *Boatos: o mais antigo mídia do mundo*, de Kapferer. Na obra, o autor afirma que eles funcionam como informações políticas que exprimem a situação psicológica da época, circulando fora dos canais habituais das mídias, seja de forma oral ou através de panfletos. Uma circulação que, consequentemente, afrontaria as versões advindas dos grupos políticos dominantes, tornando os boatos um incômodo, "[...] porque são um tipo de informação que o poder não pode controlar" (Kapferer, 1993, p. 9-93).

Aldrin tem um posicionamento similar ao de Kapferer. Para ele, a atividade política é sempre oportuna aos boatos, pois é a partir dela que são socialmente construídos e transmitidos em espaços públicos (Aldrin, 2003, p. 139). Tal transmissão é realizada nos altos escalões, na grande mídia e na opinião comum, com uma abordagem de baixo para cima. Devido à circulação entre coletividades tão distintas, o boato acaba se tornando uma informação de interesse público, permitindo aos grupos ou às facções conflitantes manipularem a opinião pública (Aldrin, 2005, p. 89-243).

Com essas considerações em mente, passemos a análise do Caso dos Catorze, narrado por Darnton em seu livro *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. Segundo o autor, o episódio começou na primavera de 1749, com a prisão de um aluno de medicina que tinha recitado um poema satírico sobre Luís XV. Ao ser preso e interrogado, identificou a pessoa de quem adquirira o poema. Essa pessoa foi presa e revelou também a sua fonte. As

prisões continuaram até a polícia encher as celas da Bastilha com catorze cúmplices, todos acusados de recitar poemas difamatórios. O grupo dos Catorze era composto por escrivães e abades, isto é, indivíduos que tinham o completo domínio da palavra escrita. Os poemas eram copiados no papel, ditados para mais copistas, memorizados, declamados, impressos em panfletos, adaptados para a música e cantados publicamente. Vale lembrar que a arte mnemônica e a música constituíam uma força poderosa e um instrumento eficaz de comunicação no Antigo Regime. À medida que os indivíduos iam sendo presos, obtinham o seu próprio dossiê policial, o qual estava repleto de informações sobre a maneira como os poemas percorriam os circuitos de comunicação. Rapidamente, a polícia francesa descobriu que eles passavam de mão em mão por uma série de estudantes, escreventes e padres, sendo a maioria jovens, com a idade variando entre dezesseis e trinta anos (Darnton, 2014, p. 9-17).

Quanto mais abrangência a investigação adquiria, mais complicado tornava-se o quadro. Em seu caminho, a polícia encontrou vários outros poemas sediciosos, todos com seu próprio padrão de difusão. Seus autores originais, contudo, nunca foram identificados. De acordo com Darnton, talvez eles nunca tenham existido,

> porque as pessoas acrescentavam e subtraíam estrofes e modificavam as frases como bem entendiam. Era um caso de criação coletiva; e o primeiro poema se mesclava e cruzava com tantos outros que, tomados em conjunto, criavam um campo de impulsos poéticos, saltando de um ponto de transmissão para outro e enchendo o ar com aquilo que a polícia chamava de "*mauvais propos*" ou "*mauvais discours*", uma cacofonia de sedição adaptada em rimas. (Darnton, 2014, p. 17).

O problema central no Caso dos Catorze era que a difamação da figura real constituía uma questão de Estado, um crime de lesa-majestade. E a supressão da maledicência acerca do governo

consistia em uma das tarefas habituais da polícia. Porém, essa acabou dedicando muito mais tempo e energia em encher as celas da Bastilha com supostos culpados – "que eram parisienses comuns e nada ameaçadores" – do que em perceber o que realmente se passava: os poemas apenas retratavam a opinião pública sobre Luís XV, o qual já não era bem visto há muito tempo (Darnton, 2014, p. 9-13).

E afinal, qual era o conteúdo dos poemas? Um deles, por exemplo, tratava das amantes reais e de como elas influenciavam no comportamento do monarca. O texto glorificava Agnès Sorel, a amante de Carlos VII, por ter insuflado certa dose de heroísmo no rei; criticava Pompadour, a amante de Luís XV, por não inspirar o rei a realizar façanhas nobres; e recriminava o rei francês pela sua ignobilidade:

> Vi cair o cetro aos pés de Pompadour! [...]
> Enquanto Luís dorme no seio da vergonha,
> E de uma mulher obscura indignamente enamorado,
> Ele esquece em seus braços nossos prantos e nosso desprezo.
> Bela Agnès, tu não existes mais! Tua ternura altaneira
> Desdenharia um rei amesquinhado pela fraqueza (Darnton 2014, p. 64).

Um outro poema denunciava Luís XV por ter taxado os seus súditos de forma tirânica. As pessoas reclamavam que os impostos os levaram a indigência, expondo-os a epidemias e desolando as cidades. E tudo para satisfazer os interesses de Pompadour e dos ministros reais:

> Vil dissipador dos bens de teus súditos,
> Tu que contas os dias pelos males que praticas,
> Escravo de um ministro e de uma mulher avarenta,
> Luís, atenta para o destino que o céu te prepara.
> Teus tesouros estão abertos a loucas despesas deles;
> Eles pilham teus súditos, exaurem tuas finanças,
> Menos para renovar teus prazeres maçantes

> Do que para melhor satisfazer os desejos infames deles.
> A ruína de teu Estado, Luís, é obra tua;
> Mas cuidado para que em breve a tempestade não desabe sobre ti.(Darnton, 2014, p. 66-67)

Tratava-se, portanto, de poesia séria e pública, impulsionada pela indignação popular com o comportamento do soberano. Como último exemplo, utilizaremos o poema final do Caso dos Catorze, isto é, aquele que teve maior divulgação. Ele foi escrito para ser cantado com a melodia de uma canção popular e seu propósito era insultar o rei, transformando-o no alvo de uma brincadeira infantil, na qual os súditos dançavam à sua volta, cantando:

> Que nosso velho prefeito Fleury
> Seja sempre regente ou se arrebente,
> Que seu pequeno discípulo Luís
> Vá caçar, cavalgar [ou ter relação sexual], e depois beber,
> Ah! Aí está, ah! Cá está
> Aquele que não se importa com nada. (Darnton, 2014, p. 104)

Essa canção evocava para a população um rei imbecilizado, ineficiente, que se entregava ao prazer enquanto seus ministros espoliavam seus súditos. E como Darnton menciona que foi a canção com maior propagação, podemos concluir que ela acabou nos proporcionando uma crônica cotidiana a respeito das questões e figuras públicas da França do século XVIII (Darnton 2014: 10).

Por fim, o que o exemplo do governo Dilma e o do reinado de Luís XV têm em comum? Ambos demonstram que a opinião pública pode ser construída com base em boatos oriundos de grupos políticos contrários ao regime em vigor. Apesar de, no caso da Presidenta, os boatos terem sido transmitidos, principalmente, por meio da mídia impressa e, no caso de Luís XV por meio da oralidade – com a música –, o que fica evidente é que sempre circularam informações com o propósito de difamar a figura do governante. E por que isso? Por vários motivos: pela insatisfação dos opositores

políticos em não estarem no comando do poder; pela certeza deles em acharem que, se estivessem no poder, governariam melhor o país; e pela necessidade de se eleger um culpado pela crise econômica e social pela qual o país enfrenta. Seja no mundo contemporâneo ou moderno, os opositores vão estar presentes a todo o momento e isso nunca vai mudar! O que muda é a forma pela qual os seus boatos conseguem influenciar a população: quer causando a queda de uma Presidenta quer provocando apenas uma insatisfação geral com o líder. Vale destacar que em relação à Luís XV, além da insatisfação, os boatos levaram a um desmantelamento das bases do absolutismo monárquico.

Tais reflexões nos levam a análise de nosso último exemplo: O imperador Nero César Augusto, que esteve a frente do Império romano entre os anos de 54 a 68 d.C.

Os boatos no Principado Neroniano

São muito conhecidas as narrativas do mundo greco-romano que consideraram o Principado de Nero como a encarnação do exagero, da devassidão e da crueldade.[11] Célebres são as passagens que nos informam como Nero assassinou sua mãe Agripina, chutou sua esposa grávida até a morte, castrou um liberto e casou-se com ele, estuprou uma Vestal e mandou queimar a cidade de Roma (Champlin, 2003, p. 36).

Informações que possuem respaldo de um reconhecido e central conjunto de fontes produzido na Idade Antiga: os *Anais*, de Tácito; *A Vida dos Doze Césares*, de Suetônio, e a *História Romana*, de Dião Cássio – obras compostas entre a primeira metade do século

[11] As narrativas da crueldade e da corrupção de Nero romperam as fronteiras da Antiguidade, podendo ser lidas na literatura moderna: foi esse imperador que teria servido de inspiração para a escrita do matricídio na obra *Hamlet*, de Shakespeare, e do fratricídio em *Britannicus*, de Racine Cf. Griffin (2001, p. 16).

II e a primeira metade do século III, isto é, posteriores aos eventos que narram.

Ao lermos tais fontes, não é difícil identificar a origem das críticas a respeito do *princeps*: "Nero ainda continuou por muitos anos a governar, e a ser pelos seus crimes o flagelo do mundo" (Tac., *Ann.,* 14, 12); "Assim já nada admirava em Nero, cujas atrocidades eram superiores a qualquer mau conceito que dele se pudesse formar [...]" (Tac. *Ann.*, XIII, 11); "Prostituía-se de forma que não havia um só dos seus membros que não estivesse maculado e [...] não pôs nenhum limite às suas despesas e profusões" (Suet., *Ner*., 29-30); não havia "nenhuma decência nos seus hábitos" (Suet. *Ner*., 51); "Seu comportamento começou a ser absolutamente insensato" (Dio., 61, 7, 6); "Ele se envolvia em muitos atos licenciosos tanto em casa quanto na cidade [...]. Em consequência, golpes e violências frequentes ocorreram, e o mal se espalhou [...]" (Dio, 61, 8, 1).

Parece que as críticas, então, se tornaram um lugar comum. Sustentadas pelas fontes, atravessaram várias épocas, trazendo à contemporaneidade uma memória lúgubre de Nero e de seu Principado, uma espécie de verdade, *vulgata*.[12] Todavia, cabe mostrarmos, a partir deste ponto, que a maior parte das informações que provocaram o surgimento de tal memória basearam-se justamente em boatos de opositores políticos.

Por exemplo, falemos do famoso episódio em que Nero ateou fogo em Roma, no ano de 64 d.C. Vejamos como Tácito, Suetônio e Dião Cássio narram o ocorrido:

> **Neste mesmo tempo Nero se conservava em Âncio, e não voltou a Roma senão quando o fogo já ia aproximando do edifício que ele havia feito construir para unir o palácio e o edifício** com tudo quanto estava em roda ficaram abrasados. **Para dar algum alívio ao povo aterrado e fugitivo mandou abrir o Campo de Marte, os monumentos de Agripa, e até os seus próprios jardins.** Armaram-se barracas à pressa

[12] Destacamos a obra do escritor polonês Sienkiewicck (1895), intitulada *Quo Vadis*, que foi adaptada para o cinema em 1951, pelo diretor Leroy. O filme e a obra trabalham em um universo bastante imaginativo, representando Nero como louco, sanguinário e depravado sexualmente.

> para recolher a gente mais pobre; mandaram vir de Óstia e dos municípios vizinhos todos os móveis precisos; e regulou-se a vendo do pão pelo preço mais baixo. Contudo, todas estas demonstrações populares não produziram o seu efeito, porque se espalhou **o boato** de que Nero no momento em que Roma estava ardendo, fora ao teatro que tinha em sua casa, e nele cantara a destruição de Tróia, comparando as desgraças antigas com a calamidade presente (Tac., *Ann.*, 15, 34, grifo nosso).

> Nero observava o fogo da torre de Mecenas, encantado com o que ele chamava de "a beleza das chamas" e, vestido com seu traje de palco, cantava "a queda de Tróia" (Suet., *Ner.*, 38).

> Enquanto toda a população estava nesse estado de espírito e muitos, enlouquecidos pelo fogo, pulavam nas próprias chamas, Nero subiu ao telhado do palácio, de onde havia a melhor visão geral da maior parte da conflagração, e assumindo o traje de tocador de lira, cantou a "captura de Tróia", como ele próprio denominou a canção, embora para os inimigos dos espectadores era a "captura de Roma" (DIÃO CÁSSIO, *Historia Romana*, LXII, XVI-XVIII).

Após a leitura dos trechos, podemos ver as contradições de uma lenda: nenhum dos autores realmente sabe onde o evento ocorreu e os detalhes variam significativamente de um relato para o outro. Tácito, por exemplo, afirma que Nero viu Roma queimar do teatro de sua casa; Suetônio comenta que foi da torre de Mecenas; e Dião Cássio do telhado do palácio imperial. Tal divergência nos leva a concluir que os três criaram suas histórias pautados em boatos, uma vez que próprio Tácito usa a expressão "se espalhou o boato".

Seja como for, o importante é que esses relatos – e muitos outros – contribuíram para a edificação de uma imagem negativa de Nero. Uma imagem que, aliás, perpetuou-se até os dias de hoje, podendo ser percebida até mesmo em programas para computador:

Fig. 5 – Nero: Burning ROM

Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Nero_Burning_ROM

O intrigante é que essa imagem corrobora o fato de Nero ter colocado fogo na capital do Império. Mas ela está equivocada.[13] Tácito revela – na citação acima – que o imperador não estava em Roma no início do incêndio. Ele encontrava-se em sua vila no litoral de Âncio, a mais ou menos sessenta quilômetros da capital. Ademais, o soberano é retratado como alguém que se mostrou interessado em socorrer as vítimas do desastre, partindo para Roma prontamente após a recepção das notícias e promovendo políticas de auxílio, como a abertura de suas propriedades para os desabrigados e a regulação do preço dos cereais para que a fome não se tornasse outro problema.

Enfim, o que precisamos ter em mente é que Tácito, Suetônio e Dião Cássio, ao escreverem sobre o *princeps* foram altamente tendenciosos, e não apenas porque Nero era visto como um tirano, mas porque os autores tinham um ponto a defender nas lutas ideológicas de suas próprias eras. Em outras palavras, eles precisavam detratar a figura de Nero para legitimar o novo governo em vigor, no caso, os de Domiciano, Adriano e Severo. Sendo assim, repassaram os boatos que circulavam sobre o imperador, sem se

[13] Além disso, a imagem é também anacrônica. O monumento em chamas é o famoso Coliseu, e ele só foi inaugurado em 79 d. C., isto é, onze anos após a morte de Nero.

interessarem em confirmar se eram verídicos ou não. E ademais, os autores podem ter suprimido informações que colocariam o imperador em uma luz mais favorável.[14]

Dito isso, falemos de mais um episódio na vida do *princeps*: sua morte. Suetônio comenta que:

> Morreu no trigésimo segundo ano de sua vida [...] e tal foi a alegria pública, que a plebe se regozijou ostentando o gorro da liberdade por toda a cidade. No entanto, por um longo período de tempo, houve quem decorasse seu túmulo com flores da primavera e do verão, e nos *rostra* colocaram [...] seus editos, como se ele ainda estivesse vivo e retornando para derrotar seus inimigos maus. Também, Vologeso, rei dos Partos [...] implorou que deveria prestar honra à memória de Nero. Na verdade, vinte anos depois, quando eu era jovem, uma pessoa de origem incerta que dizia ser Nero apareceu, e este nome era tão favorável no meio dos Partas que ele foi vigorosamente acolhido por eles [...] (Suet., *Ner*., 57).

Como se vê, as manifestações em relação à morte do soberano foram ambíguas: algumas pessoas ficaram felizes e outras tristes. Aliás, o próprio apoio a Nero e o culto a sua pessoa continuaram por muitos anos depois do seu falecimento. Fato que fortalece outra vez a ideia de que ao lidarmos com governantes e governos polêmicos, os critérios de julgamento nunca são consensuais. Na verdade, o que existe é uma disputa política pela opinião pública para justificar a queda de um líder considerado ruim.

Destarte, Nero não caiu necessariamente por ser "louco", mas pela edificação, consolidação e divulgação de uma imagem negativa a seu respeito por parte dos grupos aristocráticos. Nesse sentido, é válido esclarecermos que sua queda, segundo Tácito (*Hist.*, 1, 89), se deu muito mais "por notícias e rumores", ou seja,

[14] Nesse momento, recordamos uma afirmação de Furniss (2004, p. 18), na qual o autor defende que "as atitudes para falar variam muito e não é de modo algum inevitável que o poder da fala acompanhe o exercício efetivo do poder".

por uma política de difamação pelos seus adversários, do que por um governo realmente ruim.

Considerações finais

Podemos entender o boato, então, como uma informação formulada e manipulada para ser acreditada. E segundo Le Bom, sempre que uma afirmação é repetida com unanimidade (sem que haja a repetição da afirmação contrária) ela acaba tornando-se verdade, independentemente de sua real veracidade (Le Bom, 2008, p. 64). Justamente por isso, os boatos transformam-se nas melhores notícias pois, ao trazerem furos de informações, atuam nas expectativas das pessoas sobre aquilo que poderá acontecer e/ou confirmam as expectativas em relação à cena política (Kapferer, 1993, p. 55).

Portanto, não há necessidade de discutirmos se os governos abordados nesse artigo foram, de fato, "bons" ou "maus". Mas é essencial observamos que as imagens negativas construídas, em geral, estão por trás de uma realidade muito mais complexa, ou seja, por trás de fortes disputas sociais e políticas pelo poder. Isso quer dizer que, como historiadores, devemos problematizar tais imagens, pois o jogo político depende de muitas outras coisas que não necessariamente da atitude do governante.

Referências Bibliográficas

Fontes primária

Cassius Dio. *The Roman history*. Trans. by Earnest Cary. London: The Loeb Classical Library, 1927. v. 8.

Suetonius. *Lives of the Caesars*. London: Loeb Classical Library, 1997. v. 2.

_____. *The lives of the twelve Caesars*. Trans. by Catharine Edwards. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Tácito, C. *Anais*. Trad. J. L. F. de Carvalho. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1952. v. XXV.

_____. *Histories*: books 1-3. Trans. by Clifford H. Moore. London: Loeb Classical Library, 1992

_____. *The Annals*. Trans. by A. J. Woodman. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2004.

Bibliografia Crítica

Aldrin, P. "Penser la rumeur Une question discutée des sciences sociales". *Genèses*. v. 1, nº 50, 2003, p. 126 - 141

_____. *Sociologie politique des rumeurs*. Paris: Presses universitaires de France, 2005.

Allport, G. W; Postman, L. *The Psychology of Rumor*. Oxford: Henry Holt, 1947.

Amorim, F.; Marchesan, R.; Prazeres, L. *Senado aprova impeachment de Dilma, e Temer é efetivado presidente do Brasil*, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/senado-aprova-impeachment-e-dilma-deixa-presidencia-em-definitivo.htm>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Bergamasco, D.; Pardellas, S. *Uma presidente fora de si*, 2016. Disponível em: <http://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Champlin, E. *Nero*. Massachusetts: Harvard University Press, 2003.

Darnton, R. *Poesia e policía*: redes de comunicação na Paris do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Furniss, G. *Orality*: The power of the spoken word. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

Garcia, Gustavo et al. *Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume*, 2016. Disponível em:< http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html >. Acesso em: 14 fev. 2017.

Griffin, M. T. Nero: the end of a dynasty. London: B. T. Batsford, 2001.

Kapferer, J. N. *Boatos*: o mais antigo mídia do mundo. Rio de janeiro: Forense Universitária, 1993.

Kovacs, F. N. T. *Les rumeurs dans la guerre du Liban: les mots de la violence*. Paris: CNRS, 1998.

Le BON, G. Psicologia das Multidões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Oliveira, J. *Desequilíbrio da Dilma pode apressar sua saída do Planalto*, 2016. Disponível em: <http://www.diariodopoder.com.br/artigo.php?i=27769889782>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Oliveira, J. C. M. "Boatos, crises e oportunidades políticas na Antiguidade Tardia". *História*, São Paulo, v. 35, e. 89, p. 1-15, 2016.

Paillard, B. "L'écho de la rumeur". *Communications*, V. 52, N. 1, 1990, pp. 125-139.

Richards, L. *Whispers of War*: Underground Propaganda Rumour-Mongering in the Second World War. London: Psywar, 2010

Thornton, M. K. The enigma of Nero's quinquennium. *Historia*: Zeitschrift für Alte Geschichte, Cambridge, v. 22, n. 4, p. 570-582, 1973.

Villa, M. A. *Governo Dilma é o mais corrupto e desastroso da história*, 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/tveja/arquivo/governo-dilma-e-o-mais-corrupto-e-desastroso-da-historia-diz-villa/>. Acesso em: 14 fev. 2017.